

Katia Aparecida Baptista

O CEBRAP COMO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ANOS SETENTA



Araraquara – SP
2009

Katia Aparecida Baptista

**O CEBRAP COMO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA
AS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ANOS SETENTA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho como requisito à obtenção do título de Doutor em Sociologia, sob a orientação do Prof. Dr. Milton Lahuerta.

Araraquara-SP
2009



TERMO DE APROVAÇÃO

Katia A. Baptista

O CEBRAP COMO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ANOS SETENTA

Tese apresentada ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho como requisito à
obtenção do título de Doutorado

Examinador: Dra. Elide Rugai Bastos

Examinador: Dr. André Botelho

Examinador: Dra. Vera Alves Cepêda

Examinador: Dr. Edison Bariani

Orientador: Dr. Milton Lahuerta

Araraquara -SP



Dedico este trabalho final de Doutorado a todos aqueles que, direta ou indiretamente, me auxiliaram na construção do mesmo, seja no campo intelectual ou psicológico. Em especial aos meus pais, Jayme Baptista *in memoriam* e Lázara Cipriano Baptista.



Trabalho realizado com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)



RESUMO

O debate intelectual dos anos 70 encontra-se permeado pelo questionamento sobre o Regime Autoritário e pela possibilidade da abertura democrática do cenário político brasileiro. Essa discussão ganha ênfase com a geração de intelectuais que, aposentados compulsoriamente em abril de 1969, funda um centro de estudos autônomo à Universidade: o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). O novo Centro, cuja fonte de financiamento provirá da Fundação Ford, surge como alternativa ao prosseguimento das atividades intelectuais dos acadêmicos da USP cassados durante a Ditadura Militar. Nesse período, o CEBRAP adquire grande influência tornando-se a garantia de legitimidade das Ciências Sociais e a prova de que a ciência não poderia ignorar a política. Ao romper com o pensamento social dos anos cinquenta e sessenta, os pesquisadores do CEBRAP lançarão a discussão sobre novos temas mais próximos à realidade político social brasileiro, enfatizando o fortalecimento da sociedade civil e a democratização necessária. Nesse sentido, ao elegermos o CEBRAP como nosso objeto de estudo, nos propomos pesquisar a trajetória institucional deste Centro e as idéias que a partir dele começam a vigorar sobre a interpretação do Brasil.

Palavras-chave: Ciências Sociais, CEBRAP, intelectuais, autoritarismo, democratização.

ABSTRACT

The intellectual debate during the decade of 1970 is permeated by controverts about the Authoritarian Regime and by the possibility of a Democratic Opening of brazilian political scenery. That discussion gets emphasis with the generation of intellectuals - that were compulsorily retired on April, 1969 - that establish an autonomous center of studies in respect to University: o CEBRAP (Brazilian Center of Analysis and Planning). The new Center, whose fount of financing would come from the Ford Foundation, arises as an alternative for the continuation of intellectual activities of USP's academicians that were abrogated during the Military Dictatorship. During this time, CEBRAP obtains a large influence, becoming the guarantee of legitimacy of Social Sciences and the proof that science could not ignore policy. When they broke up with the social thinking of the decades of 1950 and 1960, Cebrap's researchers introduced the discussion about new themes that were closer to the brazilian political and social reality, emphasizing civil society's strengthening and the necessary democratization. Therein, when we elected CEBRAP as our object of study, we aimed to research the institutional trajectory of that Center and its ideas about Brazil's interpretation.

Key-words: Social Sciences, CEBRAP, intellectuals, authoritarianism, democratization.



É fácil constatar que a ciência é uma força dinâmica de mudança social, embora nem sempre de mudanças previstas ou desejadas. De vez em quando, durante o último século aproximadamente, até os físicos saíram dos seus laboratórios para reconhecer, com orgulho e surpresa, ou para repudiar, com horror e vergonha, as conseqüências sociais do seu trabalho. A explosão da primeira bomba atômica sobre Hiroshima nada mais fez que comprovar o que todo mundo sabia. A ciência tem conseqüências sociais. (Robert Merton, 1951).



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Capítulo I - A ORIGINALIDADE DO CEBRAP: A BUSCA POR UMA POSTURA MODERNA	20
1.1–O CEBRAP nos anos de instauração da democracia	20
1.2 – A Emergência de institutos particulares de pesquisa: o surgimento do CEBRAP	27
1.3 – Entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica: o dilema da sobrevivência	38
1.4 – Aproximação com o público universitário legitimação como entidade científica	49
1.5 – Plataforma para uma nova interpretação sobre o Brasil	60
1.6 – Um Aporte Teórico	70
Capítulo II - ESTAGNAÇÃO X SITUAÇÕES CONCRETAS DE DEPENDÊNCIA: A ANÁLISE SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO	84
Considerações Preliminares	84
2.1 – Notas sobre a crítica do “modelo” brasileiro de Celso Furtado	91
2.2 – Uma discussão metodológica para a análise da dependência	112
Capítulo III – A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA	126
Considerações Preliminares	126
3.1 – Questionamentos sobre o Dualismo Estrutural	130
3.2 – Política e Desenvolvimento sob a Ditadura Militar	144
3.3– ECONOMIA e DEMOGRAFIA: O resultado de análises sobre dinâmica populacional	183
Capítulo IV – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	201
Considerações Preliminares	201
4.1 – A Crítica à Herança Populista	203
4.2 – Sobre o Estado Autoritário: alternativas políticas para o modelo brasileiro	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
REFERÊNCIAS	267



O CEBRAP COMO CENTRO DE REFERÊNCIA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS NOS ANOS SETENTA

O nome é relativamente recente, mas o tema é antigo. De fato, o tema é habitualmente introduzido quando se pretende falar do problema da incidência (ou da falta de incidência) das idéias sobre a conduta dos homens em sociedade, e em especial dos governantes presentes ou futuros, com particular referência a um sujeito específico ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores, transmissores de idéias, que desde há um século são normalmente chamados de “intelectuais” (BOBBIO, 1997, p. 109).

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a questão existencial pela qual um autor ou determinado grupo de intelectuais, se dedica a determinados assuntos ou orienta sua trajetória, é um caminho instigador para se iniciar um estudo, principalmente ao considerarmos que as práticas sociais conservam as marcas existenciais de seus autores.

É, mais ou menos, nesta atmosfera que encontramos o mote para a realização deste trabalho de conclusão de doutorado sobre a trajetória institucional do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), criado no início de 1969 e sobre a respectiva produção sociológica, econômica e filosófica de seus membros durante os anos de 1971 a 1978. Procuraremos ilustrar que a influência adquirida pelas formulações teóricas a respeito da sociedade brasileira, produzidas a partir do Centro, irão tornar-se referência nos debates intelectuais das Ciências Sociais nesse período e que, diante disso, os intelectuais mais expressivos, vinculados ao Instituto, passarão a orientar suas trajetórias para a esfera propriamente política após a consolidação de um Estado de Direito e da instauração de uma Democracia Representativa, como consequência de suas agendas de pesquisa no decorrer da década de setenta.

Nesse contexto, observa-se que: “o dinamismo da economia, dos contornos de uma sociedade profundamente distorcida pela enorme desigualdade social e econômica,

e as estruturas de poder sob o autoritarismo foram analisados nas suas múltiplas interrelações” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1983, p. 2). De modo que, teremos como recorte analítico a obra de determinados intelectuais, como Paul Singer, Chico de Oliveira, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, expoentes em suas áreas de pesquisa e, como outros de sua geração, tinham como propósito colocar em prática os meios cogentes que, na concepção deles, trariam à tona uma modernização sem que fosse necessário dismantelar o modo de produção capitalista para se impor, mas que, ao contrário, encontraria estratégias de emergência e sobrevivência no próprio contexto desenhado pelo capitalismo, no que tange as suas estruturas de dominação, organização e redes de influências. Por trás desse grande propósito dos intelectuais cebrapianos vemos figurar a todo o momento a crítica ao nacional-desenvolvimentismo, que engendra postulados teóricos de referência para as Ciências Sociais que ultrapassaram a proposta de pesquisa científica para adquirirem um perfil de alcance político.

De antemão indicamos que, antes de adentrarmos na densidade da discussão sobre o intelectual a fim de esclarecer um dos pontos de vista que nos norteiam, partilhamos da idéia de como Bastos e Rêgo concebem o intelectual e da importância que o tema adquire em momentos conturbados da realidade, referimo-nos a época do regime militar no Brasil:

[...] queremos sublinhar a dimensão moral da opção do intelectual pelo envolvimento das experiências políticas e sociais de seu tempo... Não há como esquecer que todos somos tributários da época em que vivemos. Tempos heróicos ou vazios de grandeza. Mas, a substância do tempo em que se vive não elimina o compromisso com a justiça social e a liberdade. Neste sentido, pode-se falar de imperativos éticos que norteiam a atividade intelectual. Esses imperativos devem tornar-se componentes obrigatórios da condição de intelectual. [...] Cremos que os momentos de crise sejam aqueles em que se retoma mais intensamente o debate sobre *missão, função, papel* do intelectual, em que se impõem a recuperação da memória da atividade e o balanço da atuação desse personagem (BASTOS; RÊGO, 1999, p.10-12).

Entretanto, é necessário ressaltar que o CEBRAP é uma Instituição que ainda permanece com suas atividades de pesquisa em andamento, embora estes estudos ao longo dos anos oitenta e noventa tenham adquirido um novo perfil teórico como reflexo, inclusive, dos diferentes contextos em que atuou e continua atuando. Compartilhando da distinção sobre a história do CEBRAP feita em um de seus relatórios de atividades,

podemos visualizar três momentos diferentes da Instituição: uma “fase heróica”, uma segunda fase voltada para o preenchimento de seus quadros que foram esvaziados e uma terceira fase, na qual o Centro se encontra que se refere à recuperação dos espaços universitários. Contudo, é justamente sobre o primeiro momento do Centro que configura a fase tida como “heróica”, que iremos tratar em nosso trabalho, retratando um contexto de múltiplas dificuldades para sua manutenção, afora questões cruciais que constituíram objeto de debate dentro deste *lócus* de pesquisa e se expandiram pelas Ciências Sociais brasileiras como um todo.

Nessa perspectiva, dada a gama e, por conseguinte, a complexidade de temas abordados pelo Centro, vislumbrando, talvez, uma análise teórico-sociológica que se serve, como bem nos recorda Pierucci (p.145, 2000): “... de uma verdadeira profusão de eventos e processos de diferente dimensão e alcance empírico... mobilizados em diferentes níveis de análise e com diferente alcance categorial”, optamos por uma reflexão delineada pelos principais temas estudados na época pelo Instituto, que conduzem a uma compreensão não apenas dos fenômenos históricos e sociais, mas também do sentido das idéias produzidas pela reflexão desenvolvida em São Paulo.

Com isso, observa-se que o estudo sobre a produção intelectual no Brasil é marcada por uma tentativa de se compreender as peculiaridades de discussão que norteiam a época, o autor ou a instituição a ser analisada. Acreditamos que este recurso acompanhado do recorte temporal e temático conduz à construção crítica de um exame, correndo-se menor risco de deturpação analítica. Esta opção nos conduz à limitação de descrevermos a respectiva posição dos agentes na sociedade, porém, mais do que isso, à possibilidade de consideração do sentido que estes atores sociais atribuem as suas próprias posições ou condutas.

Além disso, constatado o caráter interdisciplinar, enquanto característica particular das análises formuladas pelo grupo de intelectuais vinculados ao CEBRAP, nosso recorte analítico se pauta pelo exame das discussões fomentadas entre cientistas sociais que se beneficiaram desse clima interdisciplinar e que, em linhas gerais, tinham como marca o estudo *acerca do processo de expansão sócio-econômica do capitalismo no Brasil* (OLIVEIRA, 1976), por meio do qual se origina a crítica à análise econômica dissociada da análise política e social.

É importante não perdermos de vista o salto intelectual dado pelas Ciências Sociais por meio do Instituto, num período nevrálgico pelo qual passava a sociedade brasileira. Assim, a pesquisa dos novos temas e questões que emergem durante os anos



setenta, mais precisamente entre 1969-1978, compõe uma agenda de investigação sociológica sobre a dinâmica da história das idéias no Brasil que não pode ser ignorada, uma vez que nesse período cientistas sociais conseguiram não apenas sobreviver, como também se fortalecer sob o Regime Autoritário, conferindo um desenvolvimento significativo às Ciências Sociais no Brasil. É expressivo apontarmos nesse contexto, conforme Cardoso referindo-se aos anos setenta que: “É óbvio que nesta altura a reflexão sobre o ‘novo’ raspa o fundo do poço. Mudou a estrutura da sociedade; mudaram as relações entre os homens, pois também é outro o modo de produzir” (CARDOSO, 1984).

O estudo sobre o que representou a vertente cebrapiana na década de 1970 nos dará subsídios para compreender a dimensão do pensamento social brasileiro neste período, rico em termos de experiência histórica. O início e o fim dos anos setenta nos trazem contextos diferenciados, que evoluem aos poucos de uma dura fase da Ditadura Militar para uma situação em que a sociedade começa a modificar-se em termos econômicos, políticos, culturais e sociais, colocando em pauta a modernização neoliberal em contraposição ao nacional-desenvolvimentismo.

Por conseguinte, a escolha do CEBRAP, juntamente com o contexto histórico das ciências sociais nesta década, é alentada pelo fato de termos “poucas avaliações da trajetória institucional e da produção intelectual do Centro” (LAHUERTA, 1999), dentre as quais encontramos as análises de Bernardo Sorj e Antônio Mitre. Assim, nosso eixo analítico tem como objetivo não só a compreensão deste intrincado período que constitui um capítulo crucial da história do pensamento social brasileiro, mas também a construção de um estudo sistematizado a respeito de uma instituição sobre a qual foram realizadas raras pesquisas ou ensaios. No entanto, desde já advertimos que não intencionamos absolutizar os anos de 1970 e o CEBRAP em termos do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, uma vez que, neste contexto, outros institutos autônomos de pesquisa também desenvolveram análises interpretativas para a compreensão da realidade nacional, onde salientamos, entre outros, o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) ¹. Todavia, estes Institutos não constituem parte de nosso trabalho.

¹ Além do IUPERJ (1966) e do CEBRAP (1969), temos, posteriormente, a criação do CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) (1976), dirigido por Francisco Weffort e do IDESP (Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo) (1978), dirigido por Bolívar Lamounier. Estes dois últimos surgem no já contexto da abertura política e orientam, ainda que de modo radicalmente diferente, seus temas de pesquisa para essa problemática.

Após estabelecer “de quem” e “sobre o quê” queremos discutir, nos lançaremos numa tentativa de explicitar “de que modo” faremos isso, ou seja, quais são as conjecturas pelas quais nortearíamos a análise, a fim de delimitar nosso campo de discussão.

Sobre o *approach* do engajamento político do intelectual, ao qual nossa pesquisa remete, poderíamos talvez remontar a Norberto Bobbio (1909) a fim de balizar nosso debate pelo que se verificou ser um dos problemas do intelectual: a relação deste com o poder político. Inclusive, ao longo da história surgem diversos pontos de vista em relação a este problema do intelectual. Jean Paul Sartre (1905-1980), por exemplo, fará a defesa do intelectual engajado², qualificando assim como falso intelectual aquele que permanece em sua torre de marfim, inerte e não se engaja e como verdadeiro o intelectual revolucionário, que se engaja politicamente. Além de Sartre, outros intelectuais analisaram o problema da relação do intelectual com a política como indica o esquema definido por Bobbio (1997, p.34):

1. o intelectual não tem uma tarefa política, mas uma tarefa eminentemente espiritual (Benda);
2. a tarefa do intelectual é teórica mas também mediatamente política, pois a ele compete elaborar a síntese das várias ideologias que dão passagem a novas orientações políticas (Mannheim);
3. a tarefa do intelectual é teórica mas também imediatamente política, pois apenas a ele compete a função de educar as massas (Ortega);
4. a tarefa do intelectual também é política, mas a sua política não é a ordinária dos governantes, mas a da cultura, e é uma política extraordinária, adaptada aos tempos de crise (Croce).

Entretanto, optamos por um lado empregar dois autores específicos para a discussão sobre o tema dos “Intelectuais” que se justifica pelo fato de serem as referências na trajetória do objeto que nos propomos analisar. Referimos-nos a Karl Mannheim (1894-1947) e Antônio Gramsci (1891-1937). Estes autores estarão presentes na formação acadêmica e nos debates que serão travados no CEBRAP nos anos 1970. Estamos tratando de intelectuais de mais de uma geração. Intelectuais que nos anos 1950, sedimentavam seus estudos em Mannheim e passam a atuar num contexto em que Gramsci conquista um espaço na cultura brasileira, tendo grande

² Salientamos que o tema sobre o engajamento em Sartre surge no campo da literatura, referindo-se ao escritor engajado, para o qual a palavra deve ser utilizada como instrumento de mudança. Para o autor a literatura, em essencial, é comprometida, o escritor e a sociedade compõem uma trama que se expressa por meio da literatura. Assim para Sartre (1993, p. 21) escrever é: “desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto nu, a sua inteira responsabilidade”. Nesse sentido, a concepção de uma literatura engajada repousa sobre uma escrita que opera abertamente no campo político.



repercussão nos anos setenta. Nesse sentido, nosso recorte não é arbitrário e tanto Mannheim, como Gramsci acabam funcionando como um referencial analítico de refinamento para o debate sobre o papel dos intelectuais, como interlocutores que auxiliaram na compreensão do pensamento social produzido em anos anteriores e, posteriormente, na sua crítica, a fim de ilustrarem um novo modo de interpretação e representação da realidade brasileira.

Por outro lado, a fim de abordarmos o problema da relação do intelectual com a política, acreditamos ser necessária a compreensão dos sentidos das ações sociais, de modo que recorremos a Max Weber (1864-1920), enquanto um dos autores que compunham a tripartição metodológica (Weber, Marx e Durkheim) que também havia sido lida e debatida por esses intelectuais. Grosso modo, Mannheim, Gramsci e Weber são tratados aqui como alicerces que nos auxiliaram na análise da construção de um determinado estilo de pensar sobre a realidade social que marca o pensamento sociológico dos anos 1970, como o segundo momento de institucionalização das Ciências Sociais.

Nesta perspectiva de compreender o significado, a organização e o sentido do comportamento do homem em sociedade e, com isso, pautando-nos pela concepção da análise teórico-metodológica concebida por Max Weber, nossa intenção é procurar discutir o sentido que o intelectual no Brasil, durante os anos setenta, dará a sua trajetória enquanto ator social e político, inserido num contexto de “transformação objetiva” da sociedade, para utilizarmos os termos de Weber. Tais preocupações nos remetem aos conceitos de secularização, desencantamento, racionalidade, burocratização, ética da responsabilidade e ética da convicção e parecem ter como um de seus marcos “histórico-empírico dos interesses e das idéias” os anos setenta e articulada, não só, mas também, pelos intelectuais vinculados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

Desde já ressaltamos a problemática deste estudo, compatível com a seguinte passagem de Max Weber (2002, p.43):

Ainda a ciência pressupõe que o resultado a que o trabalho científico leva é importante em si mesmo, quer dizer, merece ser conhecido. Pois bem, positivamente é nesse ponto que se reúnem todo o nosso problema, já que esse pressuposto escapa a qualquer demonstração por meios científicos. É impossível interpretar o sentido último desse

pressuposto – simplesmente, é aceitá-lo ou recusá-lo, de acordo com as tomadas de posição pessoais, definitivas, frente à vida³.

Assim, na intenção de delimitar nosso campo de discussão optamos por enfrentar o problema do intelectual e, por consequência, de nosso trabalho, pautando-nos: 1. Por um discurso que transita menos por uma dimensão normativa do que analítica; 2. Pela influência gramsciana e mannheimiana, norteando, não apenas os temas do debate intelectual da época, como também auxiliando-nos na discussão sobre os desafios, as responsabilidades, os compromissos e as tarefas que os intelectuais dos anos setenta se propuseram realizar e sua contribuição para a sociedade contemporânea; e 3. Pela distinção weberiana entre ações racionais segundo o valor e o objetivo, a fim de discutirmos a relação do intelectual com a política. Reservamos nossas considerações finais para o aprofundamento destes três pontos também relevantes em nossa pesquisa. A fim de ilustrar a trajetória de alguns intelectuais do CEBRAP, lembramos que tanto Mannheim quanto Gramsci e Weber não devem ser absolutizados enquanto referenciais dessa geração, constituem um referencial analítico de nossa pesquisa. Sobre a orientação teórico-metodológica de sua geração Cardoso considera:

Levamos anos para sair do impasse entre a dialética e as noções de “projeto” e de “consciência possível”. Principalmente para quem, como eu, tinha tido treino anterior em Dilthey, Weber e Mannheim, a preocupação com a ideologia e sua incorporação à análise passou a ser constante e foi frequentemente equívoca. Na geração seguinte Althusser releu Marx de outra maneira e o estruturalismo quase matou o movimento da dialética. Mais tarde (em alguns países, como na Argentina, desde antes) Gramsci apareceu como tábua de salvação para quem quer entender os processos políticos, a ideologia, a vontade na história, etc., sem afogá-los nos supra-referidos “desvios” do marxismo mecanicista (CARDOSO, 1980, p.130).

De qualquer modo, procurando nos pautar por uma interação dialógica, num primeiro momento, ilustraremos rapidamente um panorama da configuração do CEBRAP nos anos que se seguem à democratização do país e, em seguida, traçaremos uma análise sobre o surgimento do Centro, seus pressupostos, seus objetivos,

³ Entretanto, dirá Weber, em seu texto: *A “objetividade” do conhecimento nas Ciências Sociais*, “o que para nós se reveste de significação não poderá ser deduzido de um estudo ‘isento de pressupostos’ do empiricamente dado; pelo contrário é a comprovação desta significação que constitui a premissa para que algo se converta em *objeto de análise*” (Weber, 1986, p.92). Com a citação acima retirada de *Ciência e Política: duas vocações* (2002), não intencionamos negar a existência do pressuposto científico, intencionamos apenas evidenciar que as questões aqui explicitadas não possuem nenhum caráter taxativo com referência à trajetória dos intelectuais integrantes do CEBRAP.



integrantes, dilemas, temas de pesquisas, a fim de explanar a importância da Instituição, a trajetória e o comportamento dos intelectuais a ela vinculados, para nos capítulos subsequentes emergirem os temas de pesquisa que se destacaram na produção sociológica dessa geração de intelectuais.

Assim, o segundo capítulo tratará de abordar uma das principais discussões dentro do Centro: a crítica às formulações construídas nos anos cinquenta e sessenta, no que tange às interpretações e às alternativas traçadas para a realidade brasileira. Estamos nos referindo a um debate crítico sobre as teses da estagnação e o nacional-desenvolvimentismo, cujo questionamento leva os intelectuais a construir um novo pressuposto teórico e metodológico sobre a questão da dependência, onde política, economia e sociedade passariam a ser abordados conjuntamente.

O terceiro capítulo traz à tona a contribuição de economistas que procuraram construir uma análise crítica sobre as abordagens desenvolvidas até então sobre a economia nacional, no que diz respeito ao aspecto teórico metodológico do dualismo estrutural, bem como às avaliações positivas sobre o afamado milagre econômico. Abordamos também um dos temas dos estudos demográficos de grande repercussão na época referente à reprodução humana, como parte do programa de população (mortalidade, fecundidade, fertilidade, etc.). Esta delimitação se justifica por ser esta uma área muito abrangente, que abarca estudos sobre: marginalidade e participação social, política populacional e estudos rurais e urbanos, entre outros, tendo como referencial analítico teorias econômicas e estudos estatísticos, que extrapolam as fronteiras objetivas desta pesquisa.

Já o quarto capítulo, abrangerá a discussão em torno do Estado e da Sociedade Civil, referindo-se às pesquisas e estudos políticos sobre o populismo, a ideologia do Estado autoritário e sua relação com a sociedade civil, a tecnoburocracia e o regime político. Incluiremos também neste capítulo os programas de estudos sobre: movimentos coletivos, em especial, o movimento sindical, cuja incidência analítica foi crucial para a discussão a respeito da atuação da classe operária em moldes nacionais.

Procuramos ilustrar a seguir por meio de um quadro sinótico, os contornos que a pesquisa acaba assumindo como estratégia encontrada para discutir o CEBRAP, pois, por se tratar de um instituto de pesquisa que possui quarenta anos de existência no cenário intelectual brasileiro, é necessário fazermos um recorte com uma descrição mais precisa sobre qual CEBRAP estamos examinando e quais temas abordaremos ao longo do trabalho. Desse modo, como já salientamos, optamos por trabalhar com a produção

sociológica que repercutiu na 1ª fase dos anos setenta, que acaba por orientar o recorte dos textos sobre os quais nos propomos fazer um acompanhamento analítico. Destacamos então alguns interlocutores (Cardoso, Weffort, Singer e Chico de Oliveira) que consideramos fundamentais para a discussão do debate teórico do momento, em virtude de serem responsáveis por repensar o colapso de teorias hegemônicas que vigoraram durante os anos cinqüenta e sessenta.

Nesse aspecto, procuraremos contemplar uma discussão sobre o papel dos intelectuais, bem como sobre o CEBRAP enquanto uma agência, um *lócus* de discussão para esta *intelligentsia*. Assim, intencionamos enfocar o contexto de produção de idéias e a ação de seus agentes no processo de organização da Nação, no que tange à transição democrática, que teria como combustível as formulações e interpretações sobre as possibilidades e as perspectivas no contexto de dependência e autoritarismo da conjuntura nacional dos anos 1970.

Observa-se nesse contexto uma intensificação da busca pela racionalidade para o desenvolvimento de diagnósticos sociológicos que pudessem interferir positivamente no imaginário social e nas ações de práticas políticas adotadas no decorrer do regime, visando um contexto de modernização social, como era inclusive o objetivo de grande parte dos países latino-americanos. Assim, torna-se pertinente a afirmação de Sorj (2001, p. 86):

Uma teoria do lugar dos intelectuais na sociedade exige, prioritariamente, uma teoria da sociedade em que os intelectuais estão inseridos. Assim, compreender sociologicamente o lugar das ciências e dos cientistas sociais pressupõe uma visão geral das características da sociedade dentro da qual os cientistas e as ciências sociais se desenvolvem para dar conta tanto das articulações da comunidade científica com o sistema societário como do impacto do saber produzido.

Perceberemos que na década de 1970 os intelectuais vinculados ao Centro se colocaram um papel fundamental no aprofundamento da caracterização econômica, social e política do Brasil, organizando seus debates e análises em torno de três grandes linhas de pesquisa, conforme consta no seu relatório de atividades de 1980: 1. a análise crítica do padrão de desenvolvimento econômico no pós-64; 2. as transformações da estrutura social brasileira, apanhadas, seja no ângulo demográfico, sejam no ângulo do desenvolvimento rural e dos padrões de urbanização; e 3. a análise da especificidade do regime autoritário brasileiro, das condições e limites estruturais da democracia sob o autoritarismo.

Dentro dessa perspectiva, salientamos a relevância analítica de estudos, cuja preocupação volta-se para o entendimento do pensamento político e social brasileiro e possui como escopo de suas análises a questão do papel do intelectual. Não podemos perder de vista a sua importância histórica enquanto ator social, principalmente, devido às transformações do mundo contemporâneo que refletem sobre as diversas esferas de organização do homem e fazem emergir novas concepções. Entre elas, a redefinição do papel do intelectual diante de uma sociedade viciada pela apologia e a indiferença, que têm como resultado a perda do senso-crítico. No atual contexto, os homens em geral, inclusive os intelectuais, parecem ter deixado de lado suas idiosincrasias, ocupando um lugar limitado na organização da sociedade civil. Nesse sentido, apontamos a importância da retomada histórica do papel e da trajetória do intelectual e sua relação com a cultura, a política, o seu comprometimento com a sociedade e as influências que os debates por eles travados exerciam sobre a esfera política.

A fim de uma melhor ilustração dos autores e temas de pesquisa que encerram este trabalho segue abaixo um quadro sinóptico que mostra de modo conciso o conteúdo analítico de nossa pesquisa:



**QUADRO SINÓPTICO DAS ÁREAS DE TRABALHO DO CEBRAP
ESTABELECIDAS PARA PESQUISA (1969 – 1978)**

ECONOMIA		POLÍTICA	
PESQUISADORES		PESQUISADORES	
PAUL ISRAEL SINGER	PROJETO	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	PROJETO
	Emprego e Terceirização		Estado e Sociedade Civil
	TEMAS ABORDADOS		TEMAS ABORDADOS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Força de trabalho e Emprego; ▪ Modelo da Economia Brasileira. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise da Dependência ▪ Trabalhos de Ciência Política demarcados no tema do Estado e Sociedade Civil.
FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA	PROJETO	FRANCISCO CORREA WEFFORT	PROJETO
	Acumulação Monopolista e Estado no Brasil		Movimentos Políticos Coletivos no Brasil
	TEMAS ABORDADOS		TEMAS ABORDADOS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos sobre a evolução da Economia Brasileira; ▪ Divisão Regional do Trabalho no Brasil. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Partidos e Sindicatos no Período Populista.

CAPÍTULO I - A ORIGINALIDADE DO CEBRAP: A BUSCA POR UMA POSTURA “MODERNA”

1.1 O CEBRAP nos anos de instauração da democracia

A partir dos anos 1980 vemos surgir, paulatinamente, um novo CEBRAP em todos os seus aspectos: desde o organizacional até os desafios que seus pesquisadores estabelecem como meta. Não é por acaso que o vocábulo *novo*, para o qual não conseguimos encontrar sinônimo tão preciso, é por diversas vezes utilizado nas linhas descritivas que se seguem.

Poderemos verificar que, no período de transição para a democracia, o Centro enfrentou dificuldades provenientes dos “avanços contraditórios da abertura política” e da crise econômica mundial que incidiram sobre o recorte de seus temas de pesquisa bem como afetaram o financiamento de suas atividades. Constata-se que esse impasse financeiro foi uma das causas que levou o Centro, a partir dos anos oitenta, a diversificar seu campo de atuação, com o surgimento de uma nova revista, a *Novos Estudos CEBRAP*⁴; de alguns cursos de formação ministrados para as lideranças de movimentos populares; bem como intensificou o intercâmbio com outros centros de estudos brasileiros e estrangeiros, a fim de reforçar o caráter social da prática de estudos e pesquisas. De acordo com Paul Singer:

Em suma, o CEBRAP esteve procurando enfrentar os desafios da hora presente diversificando suas atividades e buscando uma maior integração com a sociedade em geral e com o meio científico em especial. Renovando paulatinamente seus quadros e vendo crescer em seu seio uma nova geração de investigadores, que agora assume responsabilidades crescentes na determinação de seu rumo, o CEBRAP continua empenhado em produzir conhecimento válido para os que lutam pela transformação da sociedade (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1982).

⁴ De acordo com o relatório de atividades de 1982, a Revista *Novos Estudos CEBRAP* foi elaborada em 1981 e inicia sua publicação em 1982: “Trata-se de uma revista dirigida a um amplo público, interessado na temática social, política e econômica que constituiu o objeto das pesquisas realizadas pelo CEBRAP, mas que ultrapassa o círculo de especialistas capazes de seguir os meandros do trabalho científico em seus pormenores”. Essa revista diferencia-se, segundo o relatório, da Revista *Estudos CEBRAP*, desativada em 1982, que possuía um caráter mais acadêmico.



Nesse ínterim, observamos a continuidade do programa de estudos de população, com a análise de dados empíricos sobre as histórias reprodutivas e os níveis e tendências de fecundidade, os estudos sócio-econômicos da mortalidade e o desenvolvimento do projeto Família e Força de Trabalho no Brasil, a respeito da participação familiar na atividade econômica, com o apoio do *Population Council* e da Fundação Ford. Já os estudos sócio-políticos tiveram de ser reorganizados, devido à nova conjuntura política brasileira que possibilitou a formação de partidos políticos e um processo limitado de mobilização social. Constata-se, com isso, a definição de duas linhas de investigação: “uma sobre a emergência de novos atores sociais na periferia de São Paulo e sobre as transformações ocorridas na classe operária, especialmente no segmento do operariado da Indústria tecnologicamente moderna de São Paulo” e “outra sobre a ação partidária ao nível das camadas populares” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1980). Da primeira linha de pesquisa originaram-se várias monografias sobre comunidades de base, movimentos sociais nos bairros e as diferenças entre as periferias de grandes e médias cidades. Esses projetos, em geral, tiveram início na USP e na UNICAMP. De acordo com o relatório de atividades (1980):

A redefinição acima mencionada não significa que estudos de caráter mais geral sobre o regime político e sobre a vida institucional deixem de ser feitos. A bibliografia de Fernando Henrique Cardoso mostra que, paralelamente às pesquisas, o CEBRAP continuou produzindo análises e interpretações de caráter mais geral sobre esses tópicos.

Em 1983, ocorrem mudanças importantes no Centro, entre as quais a modificação do quadro de pesquisadores. Com a instauração do governo Montoro, em São Paulo, haverá a saída de Cardoso para o Senado Federal; de José Serra, para a Secretaria de Planejamento do Governo de São Paulo; e de Vilmar Faria, para a direção da Fundação de Desenvolvimento Administrativo de São Paulo. Ademais, concretiza-se uma necessidade que o Centro já vinha sentindo: ampliar seu círculo de pesquisadores, o que faz emergir uma nova instância de coordenação técnico-científica e de pesquisa, denominada Câmara de Coordenadores.

Entrementes, a problemática intelectual do CEBRAP se amplia incorporando temas relacionados com o novo contexto político, onde podemos observar a realização de pesquisas sobre a emergência de novos atores sociais na cena pública e suas formas de expressão, sobre os desafios que se apresentam diante da participação e da

democratização das instituições, sobre as alternativas de ação governamental a fim de elevar os níveis de igualdade e de bem estar da sociedade brasileira e sobre a reestruturação econômica interna diante da crise econômica mundial.

Em meados da década de 1980 o Centro reconhecia ter avançado no conhecimento das relações do estado com a sociedade civil, tema candente nos anos 1970. Nesse mesmo período teremos: os estudos demográficos focando determinados assuntos como, por exemplo, a questão do aleitamento materno e os condicionantes sócio-econômicos da mortalidade; os estudos sobre a economia nacional; e a análise da política a respeito dos impasses diante da transição para a democracia.

Vislumbra-se que a preocupação da Instituição em colaborar ativamente nos trabalhos de pesquisa na área de ciências sociais existe desde sua fundação, em 1969, e aumentou nos anos 80, quando os pesquisadores propõem a idéia de exercer “uma contribuição subsidiária na formação de profissionais na área de ciências sociais, proporcionando aos estudantes de mestrado e doutoramento... as condições adequadas para que possam realizar suas dissertações e teses”. Com isso, a intenção do Centro era desempenhar um papel inovador, enquanto instituição, ao colocar jovens pesquisadores em contato direto com os mais experientes, o que era difícil ocorrer nas Universidades.

Todavia, essa preocupação é um dos efeitos advindos do fato do Centro passar, naquele momento, por uma crise de identidade não revelada nos textos, nas pesquisas ou nos seminários realizados, como reconhecem seus pesquisadores. Uma crise que, entre outras coisas, teria como condicionantes, além da instalação de uma nova conjuntura política, a saída de alguns de seus importantes intelectuais:

Desguarnecidos de intelectuais que hoje são contados entre os maiores do país, estamos muito cientes de que somente sobreviveremos se logarmos dar um grande salto para frente. De um lado, estamos preparando a vinda de novo pessoal que venha reforçar o dinamismo de nossas atividades. [...] De outro lado, estamos lentamente preparando um programa de treinamento de pessoal jovem, que traga para nosso contato cotidiano bolsistas preparando suas teses de mestrado nas universidades de São Paulo e sua periferia. Assim, estamos nos exercitando para nos tornar um centro de altos estudos, concentradamente dedicado à pesquisa de problemas de ponta nas Ciências Sociais. Para alcançar este objetivo vamos precisar de ajuda institucional, mas antes de tudo do auxílio daqueles companheiros que nos foram fiéis durante os anos de amargura. Eles nos ajudarão a precisar o que somos e avaliar nossas forças. De nossa parte, pretendemos apenas deixar aqui o testemunho desse nosso esforço para que o CEBRAP seja capaz de desenhar seu novo perfil e se lance

com seriedade e agressividade no próximo debate intelectual do país (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1984).

Contudo, no fim da década de 1980 tudo parece retomar ares mais calmos com o “período de transição praticamente terminado”, a não ser pelo falecimento de Procópio Ferreira, um dos fundadores do CEBRAP e seu primeiro presidente, que irá abalar os pesquisadores seniores, não apenas pela perda intelectual, mas pela perda afetiva em particular. De qualquer forma, apesar da dificuldade em assegurar a rotina, tanto do ponto de vista financeiro quanto político, as pesquisas e os relatórios estavam sendo feitos, algumas linhas de investigação se fechavam e outras se abriam e assim os pesquisadores jovens e os mais “experimentados” seguiam fazendo suas carreiras. Nesse momento, a geração fundadora do CEBRAP passa a delegar suas responsabilidades aos que vinham chegando ao Centro e, com isso, seus quadros intelectuais acabam se renovando e com eles os instrumentos de participação no debate intelectual.

Grosso modo, dar continuidade ao CEBRAP após a abertura do regime foi uma tarefa difícil. Um dos problemas como sempre, foi assegurar o sistema de financiamento em meio a uma crise que, em 1987, beirava à hiperinflação. Outra questão referia-se à reafirmação de uma posição do Centro no contexto da pesquisa nacional, uma vez que a Universidade vinha se transformando e ampliando seus espaços de atuação. O CEBRAP tinha não só que preservar seu espaço, mas também “aprofundar seu diálogo com essa Universidade renovada”. Nesse sentido, “a rotina tem que se casar com a novidade duma política cultural” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1987).

Todavia, apesar da crise o CEBRAP sobreviveu, ainda que para isso tenha tido que, inicialmente, diminuir seus quadros sem o prejuízo dos trabalhos multidisciplinares de pesquisa e de sua participação no debate público, por meio da revista *Novos Estudos CEBRAP*.

Ao longo da década de noventa as investigações do Centro apresentam determinadas preocupações que, mais uma vez insistimos, refletiam o contexto pelo qual passava, procurando se abrir para os novos temas, os novos paradigmas, ampliando o diálogo das ciências humanas entre si e outras áreas. Assim, encontraremos dentro de suas respectivas linhas de pesquisa a preocupação com os seguintes temas: a crescente violência no Brasil, os movimentos sociais de São Paulo, a análise da conjuntura econômica e suas repercussões no Estado de São Paulo, a informalidade, questões sobre

a juventude e a modernidade, os negros brasileiros e o processo eleitoral, as desigualdades de gênero e raça, o sindicalismo, o papel das ONGs, o tema da cidadania, as estruturas de poder na indústria do Estado de São Paulo, os dilemas da consolidação da democracia no Brasil e na América Latina, o desenvolvimento capitalista e o meio ambiente, as instituições políticas e os padrões de interação executivo-legislativo, temas sobre a população e a sociedade, etc. Vilmar Faria ao refletir sobre esse novo momento que o CEBRAP enfrentava, assinala:

... a rotina também consistiu na garimpagem de novos focos de análise, tematizando mudanças setoriais em toda a sociedade brasileira, que anunciam um Brasil diferente, cujo parto já começou, mas cuja criança ainda não está perfeitamente conformada. Não sabemos ainda como agarrar como um todo o perfil desse novo país, nem sabemos de fato se é viável em consonância com suas enormes potencialidades. Vamos, porém, estaqueando o terreno a fim de que, quando o novo de fato aparecer, possa ser localizado dentro de coordenadas certas. E também foi de rotina a continuidade do Programa de formação de Quadros, com velhos bolsistas saindo e novos entrando. [...] Este ano foi de um CEBRAP rotineiro, mas girando num círculo virtuoso (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1992).

Passadas décadas de sua fundação, seus integrantes continuariam reafirmando seu compromisso com o propósito inicial do Centro: “o de manter e desenvolver uma atividade acadêmico-intelectual”, com vistas à democratização do país como estratégia de transformação social.

No que se refere ao intercâmbio entre pesquisadores de outras instituições ou outros países, veremos ser aprovado no início da década de 1990 um programa conjunto de bolsas que foram ocorrendo ao longo dos anos, entre o CEBRAP e as outras instituições nacionais e internacionais, além de doações de recursos financeiros realizadas ao Centro num período conturbado que auxiliaram na sustentação das pesquisas. Essa crise enfrentada pelo CEBRAP se agrava no biênio 1995-1996, principalmente com a vitória de Fernando Henrique Cardoso para presidente da república, amparado por um feixe de alianças amplo, inclusive com setores conservadores, o que conduz os membros do Centro ao rompimento de sua unanimidade ideológica.

Diante desse contexto, acostumados à participação na vida pública, enquanto um instituto de pesquisa politicamente ativo, os pesquisadores do Centro acabam por se



desencontrar no que se refere aos rumos dessa participação, levando inclusive alguns deles a não encontrar mais razão para permanecer no Centro: “seguiu-se uma fase difícil de incompreensão que minou o terreno do diálogo interno” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1995-1996). A estratégia encontrada foi a contratação de pesquisadores que nunca haviam “questionado a filiação ideológica ou partidária” de Cardoso e, assim, novos contornos de pesquisa e do *staff* se compuseram de forma mais conciliadora, o que proporcionou a retomada do diálogo interno consolidando o pressuposto do Centro, enquanto um instituto de pesquisa autônomo, crítico e engajado na vida pública a partir de uma perspectiva de esquerda.

Nesse sentido, em meados dos anos noventa irá pesar dentro do CEBRAP o processo iniciado nos anos oitenta de esvaziamento dos seus quadros, devido ao afastamento de alguns de seus pesquisadores que passam a ter “funções diretas ou indiretas no novo governo”, situação que leva o Centro a tomar consciência de que ele vinha funcionando como uma “escola de governo”:

Este processo terminou nos dando consciência de que, desde 1980, o Cebrap tem funcionado como uma escola de governo, fornecendo muitos quadros para a administração pública. Orgulhamo-nos dessa tarefa da qual seria impossível suspeitar na época de nossa fundação (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1995-1996, p. 6/7).

Diante dessa constatação, o desafio do CEBRAP passa a ser o de programar uma dinâmica mais atualizada frente à gestação de uma nova fase de expansão que tem como propósito formar, periodicamente, novos pesquisadores e formular políticas que atraiam os pesquisadores já formados, sem que haja a descaracterização de seus princípios de interdisciplinaridade e sem que o *staff* perca sua organicidade.

Desse modo, em fins da década de noventa e início de 2000, veremos o CEBRAP reunindo pesquisadores alocados em instituições diferentes, aproximando-se do público universitário, com a ampliação da quantidade de filósofos, com a reunião de novos grupos no interior do Centro e com uma nova forma de articulação, que começa a fazer a ponte com outros centros similares. Vemos, então, surgir uma nova geração que, por sua vez, levou à necessidade de mudanças no Estatuto do Centro; é quando se propõe a mudança do Conselho de Dirigentes, constituído pelos sócios fundadores, por um órgão de notáveis, bem como a implementação do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), objetivando a inserção do Instituto num novo campo de atuação para a sua continuidade e visualizando a formação de novas redes de pesquisa e a conseqüente

potencialização e ampliação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos, respeitando, evidentemente, os grupos com tradição de pesquisa e suas diversidades. É necessário salientar que o estudo da metrópole paulista constituirá, durante os anos setenta, um dos temas do CEBRAP, resultando em estudos desenvolvidos pelos membros do *staff*. Nesse sentido, aponta Luiz Felipe de Alencastro no Relatório de Atividades do biênio 1997/ 1998:

[...] As pesquisas realizadas em cada uma das áreas, juntamente com a elaboração do projeto sobre a Região Metropolitana de São Paulo, têm facilitado a ligação entre o passado e o presente da instituição. Novos temas se beneficiam da tradição cebrapiana de investigação e debate, antigos temas recebem novo tratamento.

Isso se tornou possível com a adoção de projetos temáticos pela FAPESP, ao vínculo de núcleos da FAU e ECA-USP, Fundação SEADE e SESC, cuja experiência acaba por delimitar um novo desafio “para aqueles que se propuseram a receber dos fundadores do CEBRAP o bastão da continuidade e da ruptura”. Nesse contexto, o Centro passa a receber um importante apoio financeiro de instituições nacionais e estrangeiras diversificadas que garantiram sua autonomia intelectual, entre elas: a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), a Fundação Carlos Chagas, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a FAPESP, a Fundação Ford, o SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), o IDS (*Institute of Development Studies-Sussex*), o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis), o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a UNESCO (Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a *The John D. and Catherine MacArthur Foundation* e a *The William and Flora Hewlett Foundation*.

Em suma, o CEBRAP, que completa quarenta anos em maio de 2009, consolidou-se enquanto instituição reconhecida por toda comunidade acadêmica, contando sempre com o apoio de determinados intelectuais, entre eles Giannotti e Elza Berquó, pesquisadores fundantes do Centro, uns dos poucos que lá permaneceram. Todavia, é importante notar que o CEBRAP que vigora nos anos 1970 com uma “tenacidade cotidiana, uma estratégia milimétrica para dar continuidade ao trabalho acadêmico e não perder o rumo das questões fundamentais, num período negro de nossa história”, possui uma vivacidade que acaba por tornar-se apenas um espectro na atualidade. Entretanto, observa-se que embora, em algum momento o Centro tenha

perdido seus sócios fundadores, aqueles que idealizaram e deram vida ao CEBRAP, podemos notar que aquilo que nos anos setenta delineava-se como meta – estamos nos referindo ao anseio pelo “novo”, em todos os sentidos que a análise possa abarcar – nos anos de transição e consolidação da democracia esse “novo” começa de fato a aparecer e a questão é: como lidar com os novos processos, os novos temas, enfim, o novo contexto econômico, político, social e ideológico colocados pela realidade? O desafio e todos os meandros que ele envolve foram construídos durante os anos setenta e caberia às décadas subseqüentes, pós transição democrática, realizar.

1.2 A Emergência de institutos particulares de pesquisa: o surgimento do CEBRAP

Mais uma vez, cabe reconhecer que cada interpretação do país nasce de um dado clima intelectual, envolvendo questões e tensões que flutuam no ar e desafiam uns e outros (IANNI, 2004).

Ao remontarmos a década de 1970, constata-se que a produção sociológica deste período irá realizar-se em grande parte fora da Universidade: nos institutos particulares de pesquisa e, ainda que ela continue apresentando teses reconhecidas no meio intelectual suas atividades ficarão prejudicadas desde o AI-5. Entre estes institutos citamos o IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) e o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), ambos criados em plena ditadura, ainda que em contextos distintos.

Tendo em conta que “a problemática institucional é de fato inseparável de dois elementos: a reivindicação ‘profissional’ e a incorporação dos imperativos da ciência e de liberdade da comunidade científica” (PÉCAUT, 1990), constata-se que o debate sobre a profissionalização dos intelectuais vinculados a estes Institutos de pesquisa, adquire uma finalidade fundamental para a legitimidade⁵ das Ciências Sociais, ou se preferirem, manifesta “a persistência de um meio intelectual que aspira à autogestão”.

⁵ É importante lembrar que nesse intento de reconhecimento profissional, em 1971 cria-se uma “associação de sociólogos”, defendendo seus associados tanto do ponto de vista científico quanto econômico-corporativista. Ao longo dessa década surgirão outras associações como a ADUSP (Associação dos Docentes da USP) e a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).



Assim, a partir da formação desses institutos autônomos de pesquisa, independentes da liberação de verba estatal, mas patrocinados primordialmente por agências de fomento internacionais e agências governamentais, como veremos adiante, desenvolve-se certa tensão no debate intelectual brasileiro, respectivamente entre paulistas e cariocas. Todavia, o novo contexto histórico, a partir do Golpe de 1964, imputava à *intelligentsia* brasileira uma nova gama de tarefas: a necessidade de entender a realidade político-social brasileira, partindo de novos padrões teóricos para a análise mais substancial da atuação do Estado autoritário, sobre os processos de desenvolvimento e modernização adotados, sobre a esfera da política, sobre o movimento operário e o sindicalismo, sobre as eleições, enfim, sobre questões que até então os intelectuais não haviam conseguido responder de forma satisfatória, dado o esgotamento do Estado Democrático que passa a vigorar a partir de 1945. Nesse ínterim, vemos emergir uma nova etapa da produção sociológica brasileira que, integrada ao contexto histórico da ditadura militar e às possibilidades que esta situação oferecia para o exercício do trabalho intelectual, se caracterizará pelo esforço de conjugar conhecimento científico e realidade, ao provocar a reflexão política que “permitisse a compreensão das especificidades de um novo tempo histórico” (FORJAZ, 1997).

Nesse contexto, vemos emergir no cenário de 1970 o CEBRAP, como um dos centros de maior expressão, tanto no que diz respeito às exigências de profissionalização do trabalho intelectual, quanto de intervenção política, adquirindo uma influência nas ciências sociais, bem como o IUPERJ, portador de um perfil “profissional” e universitário⁶. E, embora possamos identificar a acentuação e a importância da análise política e do pluralismo cultural presentes nas duas instituições, a tarefa é realizada de forma diferente. Como diria Sérgio Miceli (1993), trata-se de “experimentos intelectuais concorrentes, marcados por perfis doutrinários e ideológicos bastante distintos”.

O IUPERJ surge, em 1963, como uma instituição de pequeno porte e como uma associação privada de pesquisa sobre a realidade brasileira. Em 1967, o Instituto inicia suas negociações com a Fundação Ford e emerge como um importante centro de pesquisa e ensino de pós-graduação autônomo à Universidade; em 1969, teve início sua primeira turma de mestrado em Ciência Política. Segundo, Elisa Reis o ensino de teoria

⁶ A autonomia do CEBRAP deriva do fato dele ter capacidade para mover-se em duas esferas: a profissionalização e o exercício de influência política. Os pesquisadores do IUPERJ permanecem na comunidade acadêmica, desempenhando um papel menor nas discussões sobre a democratização.

constituiu uma das marcas registradas do IUPERJ, passando a influenciar a estrutura universitária nacional, ao longo de sua trajetória institucional e intelectual:

O impacto dessa íntima relação entre pesquisa e ensino foi notável: tratava-se de uma iniciativa inovadora, iniciativa que viria concorrer para estabelecer e consolidar um *ethos* de pesquisa, rompendo assim com a tradição eminentemente ensaística das Ciências Sociais (REIS, 1993, p.118/9).

Além da inauguração de um novo modelo que sistematiza a pesquisa metódica, a atuação do IUPERJ será significativa para a institucionalização da Ciência Política como disciplina no Brasil, juntamente com o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG). Ademais, as atividades intelectuais do Instituto restringiam-se ao universo acadêmico, configurando um centro de pesquisas e pós-graduação. Críticos do marxismo, seus pesquisadores não possuíam um padrão teórico ou metodológico comum. “Têm em comum uma obra colocada à agenda política, que responde e dialoga o tempo todo com os desafios colocados pelo seu tempo histórico” (FORJAZ, 1997). A divulgação de sua produção viria por meio da revista *Dados*, que assinalaria o perfil universitário do IUPERJ. Sobre este periódico Elisa Reis observa:

A valorização do empirismo era um corolário dessa nova postura. E o testemunho eloqüente dela aparece no título do periódico lançado pela IUPERJ em 1966 (*Dados, Revista de Ciências Sociais*). A revista foi, na origem, o órgão de divulgação por excelência da produção de pesquisa do Instituto, mas esteve aberta desde então à colaboração da comunidade de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros (REIS, 1993, p. 119).

Entre seus intelectuais podemos citar entre mineiros e cariocas: Wanderley Guilherme dos Santos (foi professor do ISEB até 1964), Otávio Cintra, Fábio Wanderley Reis, Vilmar Faria, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Theotônio dos Santos, Vinícius Caldeira Brandt, Hebert José de Souza, José Murilo de Carvalho... A passagem de muitos intelectuais mineiros pelo IUPERJ ocorre primeiro, com a inviabilização do Curso de Sociologia e Política, que é transferido para a Faculdade de Filosofia; e depois com os problemas de afirmação do Departamento de Ciência Política (DCP-UFMG), que pretendia dar continuidade àquele curso de Sociologia e Política no nível de pós-graduação.



Esse grupo de pesquisadores expressaria a influência recebida da sociologia norte-americana, por meio da realização do mestrado de alguns de seus membros na FLACSO chilena, no começo dos anos 1960 e, posteriormente, nas universidades americanas para o doutoramento. Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999) aponta a grande proximidade dos pesquisadores do IUPERJ com a produção contemporânea da sociologia e da ciência política americanas, que possibilitou a inovação teórica dos estudos de classe, traçando análises sobre o associativismo, as teorias de ação coletiva, o sindicalismo de classe média, etc. E acrescenta:

Ademais, o IUPERJ foi uma das poucas instituições brasileiras que preservou (através dos estudos de Nelson do Valle Silva e Carlos Hasenbalg) a tradição dos estudos de estratificação social iniciados, no Brasil, por Hutchinson (1960), o que ofereceu aos seus projetos de pesquisa, tanto sobre as classes médias quanto sobre o empresariado, uma sólida base de dados estatísticos sobre mobilidade ocupacional e mudanças na estrutura social (GUIMARÃES, 1999, p.32).

O CEBRAP, foco de nosso trabalho, possui um perfil bem singular. Delineando-se como um centro de reflexão teórica e pesquisas empíricas próximas à conjuntura política, constata-se que seus intelectuais têm sua legitimidade advinda do campo científico, mas gradativamente ganharão notoriedade também na esfera política.

De antemão, encontramos como uma das peças chaves do debate que propicia tal situação, a figura de Fernando Henrique Cardoso, que entre os anos de 1966-67, no Chile, já apresentava a Carlos Estevam Martins e Vilmar Faria idéias sobre a possibilidade da formação de um centro de pesquisas autônomo à Universidade no Brasil. Assim, ao retornar da França em 1968⁷ e assumir a cátedra de Política na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Cardoso inicia na Faculdade de Higiene e Saúde Pública em São Paulo, juntamente com outros intelectuais, um programa de discussões sobre a formação de um centro de pesquisas, conscientes das dificuldades que encontrariam dentro da Universidade para o livre exercício da pesquisa acadêmica, em virtude das práticas políticas adotadas pelo Governo Militar.

⁷ Quando sobreveio o golpe militar, Cardoso, sentindo-se perseguido, sai do país e fica exilado no Chile de 64 a 67, ingressando na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), onde encontrou suporte teórico para a construção de sua Teoria da Dependência. Em 1967, recebe o convite de Alan Touraine para trabalhar na Universidade francesa abandonando a CEPAL. Quando estoura a Revolta Estudantil na França, em maio de 1968, Cardoso retorna ao Brasil com o objetivo de prestar o concurso para a cátedra de Política na USP.

Em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº05, além de perseguições, torturas, repressão, cassações e censura absoluta, ocorre também um conjunto de aposentadorias compulsórias que atingem os professores uspianos em abril de 1969, uma vez que este Ato dava ao presidente poderes para “remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos” (CRUZ&MARTINS, 1984). Essas “cassações” seriam apenas o início de um processo de esvaziamento nas Universidades públicas, que atingiria, inclusive, os recursos destinados a ela⁸.

Podemos notar que o AI-5 teve um grande significado político na conjuntura ditatorial dos anos 1970, no que tange a sua necessidade de estabilização, a fim de “ocupar os espaços” e instaurar o controle absoluto sobre a sociedade. De acordo com Dreifuss e Dulci, foi por meio do AI-5 que as Forças Armadas ocuparam a posição de Poder Dirigente da Nação e acrescentam:

Elas assumiram a promoção do Desenvolvimento pela garantia da Segurança, na forma definida pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra e dentro das condições da lógica de coerção. Sua política voltava-se para a permanência do “poder revolucionário” de modo a fazer do país, por volta do fim do século, uma potência reconhecida mundialmente. Esse projeto nacional demandava “estabilidade política”; a democracia seria o produto final de uma evolução controlada de cima. Um conceito autoritário de poder foi então adotado como fundamento, como técnica e forma organizacional do regime, cristalizando-se no Ato Institucional n.º5 (DREIFUSS; DULCI, 1984, p.94).

Nesse contexto de repressão, observa-se que os intelectuais, vinculados ao CEBRAP, começam a pensar sobre a possibilidade de se ir além de formulações generalizadas sobre a Nação, que diziam respeito à “organização” ou à “ideologia”. Desejavam firmar-se na reflexão do terreno político, no plano da conjuntura, a fim de traçarem interpretações próximas à realidade brasileira. Com isso, paulatinamente, os intelectuais começavam a abandonar suas “ilhas de idéias” para inserir-se no jogo das conjunturas, para instalar-se “dentro da sociedade e do sistema de relações de forças” (PÉCAUT, 1990).

⁸ Com a decretação do AI-5 o governo, segundo Pécaut (1990), “impõe sua reforma universitária, eliminando claro, todas as formas de participação estudantil” e acrescenta o comentário de Florestan Fernandes sobre esse fato: “A fascistização localizada preencheu, portanto, sua função medular. Interrompeu o prolongado processo de revolução democrática interior à Instituição [a USP], e colocou em seu lugar controles compulsórios e mecanismos de administração e decisão que separavam o corpo da cabeça da Universidade” (*apud* PÉCAUT, 1990, p.249).



A somatória desses fatores contribui para o aceleração da criação do CEBRAP. Assim, logo após as aposentadorias dos acadêmicos uspianos, o projeto de um novo centro de pesquisa, que busca autonomia da Universidade, mas que se nutre de seu prestígio para legitimar-se estaria concretizado com o surgimento do Centro.

É preciso ressaltar que, no período que antecede as aposentadorias compulsórias, o grupo de intelectuais que se articulava na FFCL da USP vinha desenvolvendo um conjunto de pesquisas diferenciadas, com novos temas, interpretações e ângulos de abordagem, voltado para a reflexão sobre a posição do Brasil no mundo. Após abril de 1969, estes intelectuais dariam continuidade às suas pesquisas no CEBRAP. Exemplo disso são os estudos sobre população e fecundidade em São Paulo, que já haviam sido iniciados pelo Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da USP, que era anexado ao Departamento de Estatística Aplicada, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Nesse Centro se encontravam Elza Berquó, Paul Singer e Cândido Procópio Ferreira, entre outros pesquisadores da área de demografia que seriam abrigados no CEBRAP.

Além da experiência acumulada na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) – no caso de Cardoso e Francisco Weffort – as pesquisas desenvolvidas no CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) também contribuíram para a criação do CEBRAP. A importância do CESIT para a nova Instituição viria da experiência adquirida por seus membros enquanto pesquisadores, bem como da incorporação de suas pesquisas ao CEBRAP, já que em 1968 o CESIT seria oficialmente extinto.

De acordo com o relatório de atividades do Centro em 1974, considera-se que:

A experiência anterior de alguns dos fundadores da instituição tanto no campo universitário, nacional e internacional, como no trabalho vinculado a empresas de planejamento e a instituições internacionais do sistema das Nações Unidas levava-os a almejar a criação de um centro de pesquisas que, guardando a qualidade do trabalho acadêmico, não se desligasse dos problemas imediatos que a sociedade enfrenta (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1974).

Com isso, em três de maio de 1969 é registrado o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), com o objetivo de instituir uma “sociedade civil, sem fins lucrativos destinada à realização e ao exercício de atividades técnico-científicas e profissionais”, conforme consta na ata de constituição do Centro. É evidente que por

detrás deste propósito havia algo maior, ou seja, a viabilização da permanência no país daquele conjunto de intelectuais aposentados compulsoriamente.

Como observamos produto de conversações informais realizadas, anteriormente, entre determinado grupo de intelectuais (Cândido Procópio Ferreira de Camargo, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Elza Salvatori Berquó, Paul Singer, Vilmar Faria, entre outros) o CEBRAP, surge com uma proposta inovadora, enquanto instituição de pesquisa, tendo como projeto inicial o exercício em atividades de pesquisa, assistência técnica, consultoria, treinamento⁹ e ensino. Ao mesmo tempo, segundo o primeiro relatório de atividades do Centro, datado de 1 de setembro de 1969 a 31 de maio de 1970, havia um conjunto de funções correlatas ao projeto, como: manter em atividade um Centro que pudesse aglutinar cientistas sociais; abrigar profissionais com formação e orientação intelectual distintas e estimular o diálogo entre eles; criar condições para que as ciências sociais brasileira pudessem levar adiante projetos de pesquisa porventura interrompidos. Não somente estas funções seriam cumpridas, como também a presença do Centro no meio acadêmico interessado já se fazia sentir nos primeiros nove meses de sua fundação (set/1969 - maio/1970), por meio da realização de seminários, conferências e reuniões.

O Centro nasce com um número de 27 sócios fundadores do Centro, ou seja, aqueles que participaram da constituição da sociedade e firmaram sua ata: Cândido Procópio Ferreira de Camargo (sociólogo), Oswaldo Hebster de Gusmão (advogado), Betty Mindlin Lafer (economista), José Arthur Giannotti (filósofo), Antônio Ignácio Angarita Silva (jurista), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo), Carmem Sylvia Junqueira e Lima (antropóloga), Arakcy Martins Rodrigues (psicóloga), Pedro Paulo Popovic (dirigente empresarial), Manoel Tosta Berlinck (sociólogo), Esdras Borges Costa (sociólogo), Ruth Corrêa Leite Cardoso (antropóloga), Juarez Rubens Brandão Lopes (sociólogo), Paul Singer (economista), Rubens Murillo Marques (matemático), Orlando Figueiredo (economista), Elza Salvatori Berquó (estaticista), Leôncio Martins Rodrigues Netto (sociólogo), Eunice Ribeiro Durham (socióloga), Beatriz Muniz de Souza (socióloga), Pedro Calil Padis (economista), Paulo Sandroni (economista),

⁹ De acordo com relatório de 1970, os membros do Centro reconheciam que algumas funções previstas no projeto inicial foram cumpridas apenas indiretamente, dentre elas o treinamento formal: “Não pareceu oportuno pedir à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – bolsas de treinamento. Sem desistir da intenção, o CEBRAP limitou-se, neste particular, a aceitar a participação de universitários em suas pesquisas e a permitir que um número limitado destes frequentasse seus seminários internos” (Relatório, 1970).

Waldomiro Pecht (economista), Maurício Klabin Segall (dirigente empresarial), João Yunes (médico), Melanie Farkas (socióloga) e Celso Lafer (cientista político). Observamos que grande parte desses sócios fundadores do CEBRAP constituem a elite cultural de São Paulo.

É evidente que no decorrer da década outros intelectuais vincular-se-iam ao CEBRAP, como Octávio Ianni (sociólogo), Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira (economista), Bolívar Lamounier (cientista político), Vilmar Evangelista Faria (sociólogo), Carlos Estevam Aldo Martins (cientista político), Francisco Corrêa Weffort (cientista político), Boris Fausto (historiador), Albertino Rodrigues (sociólogo), Antonio Candido de Melo e Souza (sociólogo), Caio Prado Junior (economista), Sérgio Buarque de Holanda (historiador), Fernando Novais (historiador), Gabriel Bolaffi (economista), José de Souza Martins (sociólogo), entre outros. Há que se ressaltar que esses vínculos nem sempre estão muito claros. Inclusive até mesmo Florestan Fernandes apareceria como último nome numa lista de 1971 de associados do Centro, organizada em ordem alfabética, o que revela certa estranheza dado o fato que Florestan Fernandes não é convidado a participar do Centro, a não ser protocolarmente. Conforme afirma Lahuerta (1999, p.129): “Florestan insistia em frisar que não tinha qualquer interesse, justificando sua não-adesão [ao CEBRAP] pela recusa de ser financiado por uma instituição dependente de recursos externos [e afirmava]: “Não quero viver com dinheiro de fundações estrangeiras””.

Sobre este aspecto do financiamento por parte de uma fundação estrangeira, Sérgio Miceli salienta que:

Todos que viveram esse período se lembram das dificuldades e do clima generalizado de suspeição. Não é de estranhar, portanto, que algumas lideranças das Ciências Sociais paulistas tenham resistido às primeiras aproximações da Fundação Ford. Aos olhos da maioria, soava um tanto comprometedor trabalhar com recursos de um órgão de fomento que representava os interesses metropolitanos. A mudança de atitudes por parte dos paulistas foi sobretudo motivada pela aposentadoria compulsória de um grupo prestigioso de docentes e pesquisadores pertencentes à Universidade de São Paulo em 1969 (MICELI, 1993, p.55).

Assim, grande parte desses intelectuais, conforme Lahuerta (2001, p.60): “historicamente vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), acabaram construindo um lugar único na história cultural e política

do país”. No decorrer dos anos 1970 vemos se formar, dentro do CEBRAP, uma estrutura de organização e de hierarquização compatíveis àquela projetada por Florestan Fernandes, enquanto catedrático da cadeira de Sociologia I na USP. Além disso, os esforços por um rigor científico expressariam a forte formação acadêmica dessa geração, bem como “o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa que haviam consolidado” (LAHUERTA, 2001).

Além dos sócios fundadores, criaram-se outras categorias de participantes nas atividades do CEBRAP, como membros associados e colaboradores ou contribuintes sem direito a voto.

A Assembléia Geral de Sócios, que constituía o órgão deliberativo supremo do CEBRAP, se reuniria uma vez por ano no mês de março para deliberar sobre o relatório de atividades e sobre a prestação de contas da Diretoria Executiva. Caberia ainda à Assembléia: eleger o seu próprio presidente; fixar o valor das prestações e obrigações financeiras a título de jóia e contribuições periódicas ou anuidades; deliberar sobre modificações ou emendas no estatuto; deliberar sobre a transformação da sociedade, sobre sua extinção e sobre o destino a ser dado, em tais casos, no seu patrimônio; e deliberar sobre o limite máximo do número de sócios (ESTATUTO DO CEBRAP, 1969).

É significativo lembrar que o CEBRAP receberia por meio do relatório de avaliação externa solicitado pela Fundação Ford e realizado por um Comitê integrado por: Alberto Hirschman, Aldo Solari, Harley Browning e Roberto Cortés Condes, um apontamento significativo da singularidade histórica de sua origem. Assim, o Centro seria caracterizado como resultado de sua própria história, mas também: “No solo de la historia de la institución, sino la de cada uno de los individuos que la componen” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO CEBRAP, 1973, p.1). Nesse sentido, o que se quer expressar é que os trabalhos realizados no CEBRAP, antes de tudo, resultaram de preocupações e trabalhos anteriores de seus integrantes, de suas trajetórias intelectual e profissional, do comportamento enquanto indivíduos e por um marco de referência ideológica, permitindo uma comunicação “poco frecuente em los medios académicos de la América Latina”. Miceli acrescenta que: “O CEBRAP se explica tanto à luz do apoio externo quanto em função da existência prévia de uma geração inteira de cientistas sociais talentosos treinados no interior da Universidade de São Paulo” (MICELI, 1993, p.59/60).



A despeito das linhagens temáticas que se formaram dentro do grupo, o CEBRAP, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso: “fue un intento de hacer trabajar juntos a personas de intereses y formaciones muy distintas”, entretanto com inquietudes similares. É importante registrar que o Centro emerge com a prerrogativa de agregar acadêmicos, essencialmente aqueles cassados pelo Regime Militar, a fim de constituir uma frente institucionalmente ampla de luta contra a ditadura. Nesse sentido, o CEBRAP torna-se uma referência para todos que se opunham ao Estado autoritário, repressor e ditatorial dos governos militares. Marcos Nobre afirma que:

Neste contexto, o CEBRAP não foi apenas um centro de pesquisa e de reflexão, mas também um centro de referência do pensamento de oposição institucional, constituindo-se em elemento decisivo na formulação de diretrizes para o único partido de oposição consentido, o MDB¹⁰, e transformou-se em importante pólo aglutinador nacional do pensamento de oposição (NOBRE, 1999, p.144).

Sobre este aspecto do caráter oposicionista do MDB, veremos que o partido se constituirá como uma “trincheira de luta pela democracia” e na luta pela liberdade, resistindo ao autoritarismo e à ditadura sem nenhuma perspectiva de aspiração ao poder, uma vez que era negado aos seus quadros qualquer tipo de proteção jurídica, a despeito de existir legalmente. Apenas para ilustrar brevemente o que representou o MDB na fileira de luta contra o regime, no que tange inclusive à revogação do AI-5, o projeto da anistia, as luta pelas eleições diretas, a ampliação do debate, a retórica democrática do sistema, etc. citamos essa passagem de Raphael de Almeida Magalhães em uma carta para o PMDB onde pondera:

Porque cumpriu com galhardia este papel de bucha de canhão, desacreditado a princípio por ter sido identificado como um aliado do regime, o M. D. B., por força de seu comportamento concreto, das lutas que empreendeu, acabou por se transformar no instrumento do plebiscito da Nação contra o regime. Suas vitórias eleitorais

¹⁰ Embora o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), fundado em março de 1966 por uma bancada de políticos provenientes do PTB e do PSD, constituísse uma perspectiva de superação da situação da sociedade brasileira nos anos setenta, fica esclarecido que nesse contexto ele não possuía nenhuma miragem de poder. De acordo com Cardoso (1981, p.35): “Nós fazíamos política para resistir ao autoritarismo, resistir ‘a ditadura, lutar pela democracia, lutar pela liberdade, nada mais. Não podíamos aspirar ao governo de nenhum Estado e muito menos pensar em termos de Presidência da República. Por conseguinte, não havia também razão maior para nós aprofundarmos o debate entre nós e entre o nosso eleitorado, digamos assim, dessas questões relativas ao nosso programa, às nossas idéias, às nossas soluções para enfrentar esses problemas”.

obrigaram-no a escolher entre uma escalada autoritária – sem clara base social de cobertura – e concessões liberalizantes como ponto de partida para uma recomposição de alianças que viabilizasse uma nova institucionalidade para o autoritarismo (MAGALHÃES, 1981, p. 57/58).

Vemos, então, surgir na sociedade brasileira um aspecto importante da vida intelectual, que aponta para uma relação intrincada e, simultaneamente, fértil entre a produção científica e a conjuntura política, econômica e ideológica empreendida no Regime Militar. E, em meados dos anos 1970, veremos o MDB se tornar um dos canais de manifestação da prática política de determinados intelectuais, como por exemplo, de Fernando Henrique Cardoso.

Sobre o trabalho intelectual no contexto do Estado Autoritário, Giannotti afirma: “... somos levados a concluir que o trabalho intelectual, na situação presente, só pode ser crítico e de oposição. Não se coaduna com qualquer atividade preservadora” (GIANNOTTI, 1974, p. 57). Devemos considerar que, neste contexto, a prática de ponderações teóricas privilegiando o viés político encerra uma nova fase das ciências sociais brasileiras, uma vez que, até o início dos anos 1970, o que predomina na área é uma tradicional reflexão pautada pelo economicismo marxista e por uma visão dual-estruturalista, que limitaria o debate político. Inclusive, este posicionamento se identificaria com a postura gramsciana crítica do determinismo economicista que se confundia com o marxismo, privilegiando aspectos propriamente políticos, desenvolvendo uma “teoria ampliada” do Estado, no que diz respeito à composição dialética de sociedade política mais a sociedade civil.



1.3 Entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica: o dilema da sobrevivência

A maioria dos soldados russos, por exemplo, não queria continuar a guerra (em 1917). Mas eles não tinham escolha, pois tanto os meios de destruição quanto os de manutenção eram controlados por indivíduos que usavam estes meios para compelir os soldados a ir para as trincheiras, da mesma maneira que o capitalista que possui os meios de produção força os operários a ir para as fábricas e minas (WEBER, 1974, p.23).

O financiamento para a constituição do CEBRAP seria viabilizado por Fernando Henrique Cardoso que, aproveitando sua passagem pelo Chile enquanto integrante da CEPAL aproxima-se dos representantes da Fundação Ford. Além de Cardoso, Bolívar Lamounier teve papel crucial ao intermediar as negociações com a Fundação.

Com isso, dada a sua criação, o CEBRAP dependerá, em parte, das verbas fornecidas por fontes internacionais, mas também nacionais. Sobre o seu financiamento, nota-se que o Centro contará, segundo Lahuerta (1999, p.131): “...a princípio [com] a Fundação Ford, nos primeiros três anos e meio, depois [com] o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP”. Assim, o expediente para a realização da pesquisa científica não mais dependeria das verbas estatais destinadas à educação, dado o afrouxamento das fontes de recursos financeiros, com a emergência de “um novo centro de poder sobre a pesquisa científica”: as agências de fomento (FORJAZ, 1989).

A Fundação Ford exerceria um papel fundamental para o surgimento de novas elites intelectuais, não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, influenciando os *policies makings* dessa região, como estratégia de uma política de hegemonia cultural no Brasil e países latino-americanos, sobretudo após a Revolução Cubana. Ademais, a Ford também exercerá um trabalho importante ao valorizar o crescimento econômico, o fortalecimento das instituições democráticas e a reforma social.

O Estatuto do Centro já definiria alguns pontos acerca do seu patrimônio e da sua receita, ao determinar que:

Art. 23 – O patrimônio e a receita do CEBRAP serão constituídos pelos bens e direitos a ele transferidos, pelos adquiridos no exercício de suas atividades, pelas jóias e contribuições de seus sócios, pelas

subvenções e doações oficiais ou particulares, e pela remuneração dos serviços técnicos que prestar a terceiros (ESTATUTO DO CEBRAP, 1969, p.8).

O apoio financeiro local foi inicialmente obtido sob a forma de doação, sendo o orçamento completado com funções de assessoria desempenhadas pelo *staff*. Já, nesse ponto, podemos apontar um dos dilemas iniciais do Centro, pois “esta assessoria, se tem a desvantagem de desviar parte do tempo do *staff* para atividades distintas da pesquisa, traz o benefício de um contato direto com problemas práticos da comunidade” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1969-1970). Não obstante, o fato é que no relatório de 1971, mais uma vez seria mencionado que tais tarefas – de consultoria e assessoria – estariam consumindo “energias de alguns de nossos pesquisadores e colaboradores”. Diante deste contexto, observe que:

... a proporção de recursos gerados pelo CEBRAP, independente da doação da Fundação Ford, para o custeio de seu orçamento girou por volta de 30%. Estes recursos resultaram da utilização de cerca de 20% do tempo de pessoal em atividades de assessoria ou de pesquisas contratadas por terceiros (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1971).

Com isso, desde o ano de sua fundação, em 1969, o CEBRAP desenvolve trabalho de assessoria e consultoria para diversas entidades públicas e privadas, conforme ficara estabelecido no estatuto do Centro, sobre seus objetivos e finalidades:

Art. 2 – III. Prestar serviços de consultoria e assistência técnica direta, mediante contrato, a instituições públicas e privadas, inclusive através da realização de pesquisas e da elaboração, avaliação e implementação de projetos e planos de interesse das organizações contratantes, sempre que tais serviços não prejudiquem, por sua natureza, a realização dos fins e objetivos e das atividades técnico-científicas do CEBRAP (ESTATUTO DO CEBRAP, 1969, p.1).

De acordo com uma relação que consta em um dos relatórios de atividades do Centro, citamos alguns desses trabalhos, juntamente com seus contratantes e tempo de duração, para termos certa ciência da abrangência dos mesmos, lembrando que existiam no CEBRAP dois tipos de atividades de consultoria, um referente às pesquisas para o planejamento e outro à assessoria econômica ou social:



- *Plano Metropolitano de Desenvolvimento da Grande São Paulo* / Contratante: Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAN) / Duração: 1 ano (1969-1970).
- *Análises de Dados sobre o Mercado de Fascículos* / Contratante: Abril S.A. Cultural e Industrial/ Duração: 6 meses (1970).
- *Estudos de Problemas de Emprego na Colômbia* / Contratante: Organização Internacional do Trabalho / Duração: 40 dias (1970). Publicação Resultante: *Employment in Colômbia* (Seers, Juarez B. Lopes e outros)
- *Emprego e Força de Trabalho na América Latina* / Contratante: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) / Duração: 3 meses (1970-1971). Publicação Resultante: *Emprego e força de trabalho na América Latina* (Francisco de Oliveira et all).
- *Recursos Existentes em São Paulo para Programa de Pós-Graduação* / Contratante: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) / Duração: 6 meses (1971).
- *Problemas Quantitativos e Qualitativos da Educação no Estado de São Paulo* / Contratante: Interconsult – Consultoria e Projetos Ltda. / Duração: 3 meses (1971).
- *A Marginalização do Menor em São Paulo* / Contratante: Tribunal de Justiça de São Paulo / Duração: 1 ano (1971-1972) / Publicação resultante: *A criança, o adolescente, a cidade* (Octávio Ianni).
- *Pesquisa Domiciliar Habitacional II* / Contratantes: Grupo Executivo da Grande São Paulo (GEGRAN) e Planasa S.A. / Duração: 1 mês (1972).
- *Assessoria em Pesquisa de Mercado* / Contratante: Quaker S.A./ Duração: 1 mês (1972).
- *Avaliação Estatística de Métodos de Ensino* / Contratante: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências / Duração: 2 meses (1973).
- *Tabulações de Dados dos Questionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)* / Contratante: Serviço de Processamento de Dados do Ministério da Fazenda (SERPRO) / Duração: 3 meses (1973).
- *Análise da Localização do Porto para Exportação dos Minérios da Serra dos Carajás* / Contratante: Joaquim Guedes e Associados / Duração: 1 mês (1973).
- *Assessoria a Empresa Metropolitana de Urbanização* / Contratante: EMURB / Duração: 1 mês (1974).
- *Situação da Física no Brasil* / Contratante: Sociedade Brasileira de Física / Duração: 2 meses (1973-1974).

Entre os anos de 1973 e 1975 estavam em andamento outros três importantes trabalhos de assessoria contratados pela cúria metropolitana:

- *Mudanças nas Funções Sociais do Cristianismo em São Paulo* / Duração prevista: 3 anos (1972 – 1974)
- *Igreja e Poder Político: 1940-1973* / Duração prevista: 6 meses (1974)



- *Igreja e Contestação / Duração prevista: 1 ano (1974-1975)*

Entretanto, conforme indicam os relatórios, essas atividades não desconfigurariam a vocação acadêmica do Centro, fundamentalmente elas seriam necessárias e essenciais, dada a incerteza da disponibilidade de obtenção futura de recursos.

É visível dentro do CEBRAP, nos anos 1970, a constante preocupação com questões relativas ao seu financiamento e, por isso, o meio fio em que seus pesquisadores se encontravam, pois caso o auxílio não viesse, por exemplo, da Fundação Ford, a opção seria “encerrar as atividades institucionais” ou se dedicar exclusivamente às atividades técnico-profissionais. Essa preocupação se exaspera em 1974 quando a Fundação Ford se depara com “algumas escolhas fundamentais”, conforme descrição de Franklin Thomas, presidente da Fundação Ford na década de noventa:

Por quase dezesseis anos, ela vinha gastando uma soma de aproximadamente o dobro de sua receita, e financiou o déficit vendendo seus ativos financeiros... Em 1974, a Fundação foi abatida pela realidade. Seu capital despencara de 3,5 bilhões de dólares para 1,6. [Assim, foram obrigados a realizar]... uma drástica redução de gastos (THOMAS, 1993, p.18/19).

Cogitava-se, inclusive a possibilidade de buscar em outros países o financiamento das atividades de pesquisas científicas e de crítica cultural e política e, com isso, a manutenção da instituição, o que viria ocorrer, justamente, na segunda metade dos anos 1970.

Pensar em sua sobrevivência e no prosseguimento das atividades do Centro como “entidade independente e responsável no cenário científico do Brasil”, num momento político e cultural, particularmente difícil, fez com que esta *intelligentsia* assumisse uma agenda de pesquisas voltada para estudos empíricos considerados proeminentes, uma vez que, como explicita Werneck Vianna (1997, p.203): “obter financiamento pressupunha persuadir os tomadores de decisão nas agências de fomento de que seus problemas eram relevantes e tinham destinação social”. E, desse modo, a institucionalização das Ciências Sociais sob o regime militar se daria, em certa medida, fora das Universidades, nos centros isolados criados a partir das dotações da Fundação Ford. Os anos transcorridos sob a Ditadura estavam marcados por tempos difíceis, inclusive para a Universidade que em 1968-1969 fora atingida duramente pela

repressão. Entretanto, até 1969, como bem coloca Roberto Schwarz, em larga medida a cultura de esquerda ficou enclausurada dentro das Universidades, único lugar onde conseguiu ser hegemônica (SCHWARZ, 1978).

Principalmente, nos dois primeiros anos do CEBRAP, seu funcionamento se deveu ao auxílio da Fundação Ford, possibilitando a reunião de um grupo heterogêneo de pesquisadores que se disponibilizaram a colaborar para o “fortalecimento da Instituição nos moldes inovadores a que ela se propunha”, segundo relatório de 1974:

Assim, os dois primeiros anos poderiam caracterizar-se como tendo sido de decantação interna de experiência, de definição de linhas de pesquisa e de tentativas de balizamento das possibilidades oferecidas pelo meio nacional para a sobrevivência da Instituição.

Ademais, o CEBRAP, como afirma Bernardo Sorj (2001, p.91), “será precursor institucional dos dramas de uma pesquisa acadêmica cuja agenda é definida pelas agências financiadoras”. E nesse ponto, especificamente, surge uma questão que se refere ao fato do Centro assumir uma agenda americana de pesquisa, com um *approach* institucional. Assim, ao valorizar questões do cotidiano, os pesquisadores do CEBRAP contrapunham-se à tradição das Ciências Sociais predominante nos anos 1950 e 1960, quando se faziam análises de cunho teórico-reflexivo sobre a realidade nacional, com estudos voltados para grandes temas estruturais, como por exemplo: o nacional-desenvolvimentismo, a questão da Dependência, da Revolução Socialista, do Imperialismo. Nas palavras de Maria Hermínia Tavares de Almeida:

A maior flexibilidade organizativa permitiu a alguns centros privados e núcleos universitários, no contexto da montagem de projetos de grande escala... a reunião de profissionais de formação acadêmica diversificada e a exploração de temáticas multidisciplinares, que dificilmente encontram abrigo nos departamentos estruturados ao redor de disciplinas. Na direção oposta, esta mesma flexibilidade possibilitou a reunião, em uma única instituição, de um número significativo de pesquisadores dedicados a uma linha de pesquisa determinada – estudos eleitorais, políticas sociais, movimento operário e sindicalismo etc. -, dando origem a projetos de maior fôlego, em termos de pessoal, recursos e escopo da investigação (ALMEIDA *apud*, FORJAZ, 1997).

Constata-se, no entanto, que o exercício de atividades de pesquisas empíricas permitiu ao Centro prosseguir em sua cadência de trabalho e, com isso, propagar-se para



além do campo intelectual estrito das ciências sociais brasileiras. Grande parte das pesquisas desenvolvidas nesse período, como resultado dos trabalhos de assessoria representavam quase 50% do total de pesquisas realizadas, com temas referentes à imigração, demografia e urbanismo. Os pesquisadores encontravam nesses temas a possibilidade não só de justificar seu financiamento, pois estas eram áreas de investigação consideradas prioritárias pela Fundação, como também de sobreviver durante a fase mais dura do Regime militar, no governo de Ernesto Garrastazu Médici. Ademais, estas pesquisas, geralmente feitas sob encomenda, refletiam o próprio contexto social da época: do “milagre econômico” e do medo da repressão (SORJ, 2001). Estes trabalhos voltados para pesquisas demográficas, principalmente, passam a definir os rumos do CEBRAP originando certos impasses conceituais, no que tange à tensão entre produção teórica e pesquisa empírica. Contudo, conforme Sorj, citando o depoimento de um dos membros seniores do CEBRAP sobre a relativa importância do desenvolvimento das pesquisas empíricas para o Centro:

“Apesar da constante frustração que elas geravam, no contexto do relativo isolamento em que o Cebrap viu-se obrigado a funcionar na fase dura do regime, as pesquisas por encomenda representavam uma via de aproximação com a realidade social e econômica, fazendo com que se tomasse consciência do quanto ela tinha mudado e da necessidade de elaborar novos instrumentos conceituais para apreendê-la” (SORJ, 2001, p.48).

O CEBRAP também contará com a boa vontade de certos nomes ligados ao Regime militar, como por exemplo, o governador de São Paulo: Paulo Egydio e o Ministro da Agricultura: Severo Gomes, bem como de setores liberais da elite de orientação intelectual, como José Mindlin, Celso Lafer, Oswaldo Gusmão e P. Farkas, que faziam parte do grupo de fundação da Instituição.

É importante considerar que a realidade desse grupo de intelectuais havia se transformado: se antes estavam respaldados pela Universidade e, pelo bem ou pelo mal, protegidos pelos muros acadêmicos, agora teriam que adaptar-se a um novo ambiente, que exigia uma incomum relação com outras instituições e, talvez, uma reformulação de seu *habitus*¹¹ intelectual, porquanto naquele momento as circunstâncias cobravam a

¹¹ No sentido atribuído por Bourdieu, o conceito de *habitus* representa um conjunto de disposições adquiridas e imprimidas nos indivíduos ao longo de sua vida, por meio da educação, da linguagem, da cultura, dos hábitos. É a interiorização da realidade externa; a relação ativa e criativa com o mundo; o conjunto de conhecimentos práticos adquiridos pelo homem, mas que transcende o indivíduo por que é



incorporação de temas diversificados em sua agenda de pesquisas, como condição de sua sobrevivência num momento de incertezas.

Diante desta situação, manifesta-se em seus membros a preocupação com o desvio da intenção inicial com a qual fora criado o Centro, de resistência à Ditadura, uma vez constatado que as pesquisas empíricas desenvolvidas ocupavam a maior parte do tempo de seus pesquisadores, que muitas vezes não tinham interesse pelos temas de pesquisa demográfica (fertilidade, população).

Todavia, estes trabalhos seriam, segundo Sorj (2001, p.47-91):

... seguidos a distância pelos estudos de colonização, estrutura agrária e agroindústria (13%), modelo econômico brasileiro (9%) e, finalmente, Estado e sistema político brasileiro (8%).
[...] Isso criou... certa esquizofrenia, onde os trabalhos de maior impacto intelectual foram escritos à margem dos trabalhos de pesquisa financiados.

Nesse sentido, no que tange à sobrevivência intelectual nesse período é importante enfatizar as relações entre a produção das elites intelectuais e “as estratégias coletivas adotadas para fazer valer seus interesses e sua contribuição como categoria social específica” (MICELI, 1999, p.116), que indicam para a existência de uma base material de produção, em que a produção de idéias ganha concreticidade e enriquecem a análise sociológica, dando subsídio para a compreensão das condições e das opções intelectuais em dado contexto histórico¹².

De qualquer forma, aglutinando cada vez mais intelectuais, cujos interesses coincidiam com os do Centro, este conseguiu estreitar seus vínculos e, com isso, promover sua institucionalização na comunidade acadêmica brasileira e latino-americana. Inclusive, neste último caso, o veículo para sua participação no debate intelectual seria o fato do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), além de instituições universitárias, como a Faculdade Latino-Americana de Ciências

historicamente constituído e, nesse sentido, pode-se considerar também que o *habitus* representa a história incorporada. Ademais, nas palavras de Bourdieu (1996, p.21/22): “Uma das funções da noção de *habitus* é dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes [...] O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas”.

¹² Registramos, neste aspecto, que Sérgio Miceli discorda da idéia de que, segundo ele, Pécaut teria sobre a possibilidade dos intelectuais serem mentores de suas racionalizações.



Sociais (FLACSO) e a Universidade Autônoma do México (UNAM), manifestarem interesse na contribuição dos intelectuais do CEBRAP em atividades docentes.

Os membros do CEBRAP também contavam com a participação e a contribuição intelectual de outras instituições nos fóruns que organizavam para o debate acadêmico. Entre estas instituições podemos citar: a USP, a PUC de São Paulo, a Fundação Getúlio Vargas, a UNICAMP e, certas vezes devido à distância, o IUPERJ, o Departamento de Ciência Política da Universidade de Minas Gerais (DCP-UFMG) e o Departamento de Economia da UnB. Além da participação de estudantes de pós-graduação que garantia, por sua vez, um modelo de Instituição aberta de pesquisa.

Nesse ponto, é importante lembrar que essa juventude universitária constituiria além de um público para as idéias dessa *intelligentsia* que se reúne em torno do CEBRAP, uma força conjunta na luta pela democratização, acompanhada pela concepção de fortalecimento da sociedade civil. De modo que, nesse cenário, Fernando Henrique Cardoso protagonizaria a análise que deu a tônica ao debate sobre a transição democrática durante os anos 1970. De acordo com Lahuerta (2001, p.64/5):

avulta a figura de Fernando Henrique Cardoso: a tal ponto, que o autor torna-se maior que a própria obra. A projeção obtida pelo Cebrap, a condição de “exilado”, a “aposentadoria” precoce, permitiram que se criasse uma aura mítica não só em torno do intelectual Fernando Henrique, mas também da figura do intelectual em geral. ... muitas atitudes tomadas para defender as condições necessárias ao trabalho intelectual foram interpretadas pela juventude universitária e pela oposição como expressivas da resistência de esquerda contra o obscurantismo cultural da ditadura.

Além dos dilemas encontrados, no que se refere às pesquisas desenvolvidas dentro do Centro, outro problema apontado seria o fato do crescimento da instituição acarretar numa sobrecarga administrativa, uma vez que as atividades burocráticas seriam efetuadas pelos próprios membros do *staff*, a fim não só de conter gastos com folha de pagamento, como também manter um sistema aparelhado de controle. Nesse sentido, os problemas do CEBRAP se estenderiam às esferas: institucional, financeira e intelectual, e a solução para cada uma delas seriam extraídas dos resultados obtidos por meio de uma “reflexão coletiva”, ou seja, numa reunião com todos os membros da instituição.

A partir dessas reuniões foram criadas, conforme indica o relatório de 1972, duas instâncias fundamentais: um Conselho Técnico-Administrativo, responsável pela

política institucional, “a fim de fixar uma política específica, obedecendo às diretrizes gerais emanadas do Conselho Diretor, em todos os aspectos: científico, orçamentário, de pessoal, de gastos, de bolsas, etc.” (ANEXO I, 1974, p.20); e uma Comissão de Assessoria Técnica à Pesquisa, com o intuito de elevar o padrão técnico das pesquisas, originada, inclusive, de uma das primeiras resoluções do Conselho Técnico-Científico. Esta Comissão terá como função básica:

... apreciar o conteúdo científico, especialmente os procedimentos técnico-metodológicos, de cada projeto de pesquisa científica do CEBRAP, discutindo com os interessados e/ ou autores, os projetos, suas conclusões parciais, o andamento da pesquisa, enfim, velando pelo rigor técnico-científico dos trabalhos do CEBRAP (ANEXO I, 1974, p.21/22).

Contudo, se no estatuto do Centro estavam estabelecidos os seguintes órgãos de organização: 1. a Assembléia Geral de Sócios; 2. o Conselho Consultivo; 3. o Conselho Fiscal; 4. a Diretoria Executiva; e 4. a Secretaria Administrativa, após alguns anos de funcionamento teremos a criação de outros órgãos como resultado da experiência adquirida no período entre 1969 e 1973. Assim, a estrutura organizacional do Centro ficaria definida da seguinte forma:

1. **Conselho Diretor**, que correspondia à Assembléia Geral dos Sócios, responsável, entre as atribuições já indicadas acima, pelo relacionamento externo do Centro com a Comunidade técnico-científica de São Paulo, sem caráter executivo;
2. **Coordenadoria Geral**, constituída em 1974, pelos professores: Candido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso e Juarez Rubens Brandão Lopes. Caberia a esta instância as decisões de caráter administrativo e técnico-científico, cujo mecanismo de funcionamento era informal e por isso, realizado por meio de consultas entre os membros;
3. O já referido **Conselho Técnico-Científico**, que reunindo-se quinzenalmente, era composto na época por dez pesquisadores: Procópio Ferreira, Fernando Henrique Cardoso, Juarez R. B. Lopes, Paulo Singer, Elza Berquó, J. A. Giannotti, O. Ianni, Chico de Oliveira, Vilmar Faria e Bolívar Lamounier;

4. **Comissão de Pesquisa**, cujas atribuições também já explicitamos, reunia-se dependendo do andamento de cada projeto de pesquisa, a fim de dialogar com os pesquisadores, contudo sem interferir na orientação teórica;
5. Os **níveis executivos**, responsáveis pela implementação das decisões tomadas, pelo Conselho Diretor, pela Coordenadoria Geral e pelo Conselho Técnico-Científico. Essa última instância era tida como uma “solução original”, para a preservação da natureza acadêmica do Centro e as tendências intelectuais de seus pesquisadores, num momento em que a carência de recursos conduzia a contenção de gastos.

Ademais, no período em que uma série de reuniões começa a ser realizada para a discussão e a reflexão crítica dos problemas enfrentados pelo CEBRAP, chega-se à conclusão dos “riscos de um estilo de crescimento que possa levar à burocratização”. O fato é que as atividades intelectuais desenvolvidas no CEBRAP acabam por gerar uma rotina de trabalho que leva os seus pesquisadores a aprenderem a conviver com os “aparelhos burocráticos públicos e privados, financiadores de suas pesquisas” (SILVA, 2003, p.46).

Nesse sentido, o nível executivo demonstraria sua originalidade com o objetivo, justamente, de não burocratizar as relações internas do Centro, bem como de não desequilibrar a relação: tarefa administrativa/ dedicação ao trabalho científico de cada pesquisador, trabalhando num esquema de rodízio entre os membros do Conselho Técnico-Científico. A responsabilidade dessa instância era sobre a condução da administração, que por sua vez estaria dividida em cinco instâncias: finanças, administração geral e pessoal, bolsa de estudo e biblioteca, publicações em geral e editora do CEBRAP, conforme indica o anexo I (1974, p.21):

Vale ressaltar que essa forma de implementar as decisões internas resulta numa enorme economia de meios para o Centro, buscando-se minimizar a perda de tempo que o trabalho dessas questões acarreta para os responsáveis designados; assim que o crescimento dessas funções executivas o aconselhe, o Conselho Técnico-Científico pode repartir ainda mais as responsabilidades e designar outros membros para responder pelas mesmas.

6. **Secretaria Executiva**, que correspondendo à gerência do CEBRAP, era a instância que tornava eficaz a máquina administrativa do Centro, descrita acima. Segundo o relatório de 1974, esta eficiência “resulta da feliz estratégia de

direção com a existência da Secretaria Executiva”, encarregada de responder às solicitações internas e de outros pesquisadores de São Paulo e centros do país, que utilizavam os serviços do CEBRAP para os seus trabalhos.

Todavia, adiantamos que nesse período há não apenas uma tendência à racionalização do trabalho intelectual e uma diversificação temática das análises, como também se verifica, ainda que se procure evitar, uma tendência à burocratização. De acordo com Otávio Guilherme Velho (1984, p.256):

Essa burocratização, por sua vez, articula-se com a própria defesa dos interesses corporativos de um grupo em fase mais avançada de profissionalização (em contraste com a auto-imagem anterior, mais próxima da de uma *intelligentzia*) através de suas associações e da busca de articulação com outros setores da “sociedade civil”, os quais então, num processo retroalimentador, passarão a construir expectativas de compromisso em relação ao comportamento dos cientistas sociais que influirão na sua prática.

Observamos que as exigências burocráticas do sistema também constituem um dos dilemas da Instituição, principalmente quando ela é atingida por momentos econômicos particularmente difíceis, como ocorreu no ano de 1977, que conduziu à diminuição do número de funcionários técnico e administrativo e a sobrecarga de tarefas para os demais, assegurando autonomamente apenas parte de sua manutenção.

Será somente no final deste mesmo ano que a situação, novamente, se abrandará com as negociações feitas com financiadores europeus e latino-americanos. Desse modo, conforme indica o relatório de 1977, o CEBRAP durante o ano de 1978 deveria prosseguir com suas “análises dos problemas relacionados com o processo de acumulação na economia brasileira, na análise sistemática de certas políticas econômicas e públicas e dos seus reflexos na estrutura social brasileira” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1977).

O ano de 1978 será tido como um dos mais promissores do Centro que, mais uma vez pode empreender novos projetos pluridisciplinares e dar continuidade e manutenção aos programas de pesquisa, devido à concessão de um *endowment* por parte da *Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries* (SAREC) e ao

financiamento da *Nederlanse Organisatie voor Internationale Ontwikkelingssamenwertig* (NOVIB) ¹³.

1.4 Aproximação com o público universitário e legitimação como entidade científica

[...] Queiramos ou não, sob o capitalismo e dentro de uma sociedade capitalista (“forte” ou “fraca”; “democrática ou autocrática”), os controles externos e a repressão da imaginação criadora corroem tanto a sociologia como a ciência, quanto os papéis construtivos do sociólogo. Seria essa uma saída fácil para eximir-me do que deixei de fazer? Parece-me que não. O que eu poderia fazer? Aceitar uma posição que consolidava meu “nível internacional” e pela qual me acomodaria à autodefesa internacional da ordem capitalista? Ou conduzir-me como uma espécie de “cruzado sem uma ordem monástica”? (Florestan Fernandes).

Na primeira metade dos anos 70, o CEBRAP já havia se tornado uma referência para a vida acadêmica na área de Ciências Sociais em todo país, com uma forte produção interna e com a organização de debates sobre temas diversificados, reunindo círculos intelectuais nacionais e internacionais. A dinâmica desses encontros, assim como sua profundidade teórica e inovação temática, tiveram forte impacto no desenvolvimento das Ciências Sociais durante a década de setenta. Os debates, os textos e as pesquisas produzidos no âmbito do CEBRAP chegam ao público de várias formas, ganham uma aura de resistência intelectual à ditadura militar e tornam-se sinônimo de ciência social inovadora e rigorosa.

¹³ Apenas a título de informação, nos anos de 1979/80 o CEBRAP passa novamente por uma crise de financiamento com a saída de importantes pesquisadores seniores. Em contrapartida, “com a saída de vários pesquisadores seniores com “cadeira cativa” e o poliemprego de todos os membros do Cebrap, a pressão financeira, no início dos anos 80, tendeu a diminuir” (SORJ, 2001, p. 49).



Nesse sentido, um aspecto marcante na história do CEBRAP foi a realização do chamado “Mesão”, crucial para manter a comunicação e incentivar o debate “franco e rigoroso”, entre pesquisadores de áreas distintas. O “Mesão”, que paulatinamente adquiriria prestígio na comunidade acadêmica, nada mais era do que uma mesa de debates, com a finalidade de última instância para a aprovação dos trabalhos desenvolvidos pelos membros do Centro. Todo trabalho em fase final deveria ser apresentado no “Mesão” para debate e seus expositores tinham a “obrigação moral” de considerar as críticas, sugestões e reparos feitos durante o debate. Sobre a dinâmica do Mesão:

O ‘Mesão’ reúne-se sempre que convocado pelo professor José Arthur Giannotti, a quem os pesquisadores interessados na apresentação dos seus trabalhos devem dirigir-se, distribuindo-se antecipadamente os textos e documentos objeto de discussão. “Sua mecânica de realização é informal, designando-se na hora um coordenador dos debates e, em alguns casos, relatores especiais, para enfocar as discussões sobre os aspectos mais fundamentais” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1974, p.22).

Os mesões que discutiram temas relativos à economia brasileira foram os que tiveram maior impacto sobre a comunidade intelectual, atraindo o maior número de participantes vindos de universidades e de outros centros de pesquisas ligados ao governo. Contudo, o CEBRAP elaborará importantes artigos com temas referentes à teoria social e metodologia, bem como os referentes à economia brasileira, ao imperialismo e à dependência, que também tiveram grande repercussão no debate intelectual, como veremos adiante.

Assim, constata-se que alguns dos temas concentraram maior atenção, de várias maneiras, dos intelectuais abrigados sob a instituição. Dentre os que tiveram mais incidência, destacam-se aqueles que formularam análises críticas às teorias estagnacionistas, ao dualismo estrutural e às teses que organizavam a cultura política hegemônica nos anos 1950 e 1960, como por exemplo, o populismo. O que cabe destacar, entre outros é o fato que, segundo Lahuerta (2001, p.72/73):

... o maior desafio que se apresentava à nova agenda de pesquisa era o de desvendar a natureza do regime autoritário. Principalmente, porque, em sua materialização, ele explicitara a impropriedade da contraposição dualista (atraso versus moderno), tornara sem sentido as formulações estagnacionistas, acelerara o processo de acumulação e ganhara um razoável apoio por suas realizações econômicas.



Nessas circunstâncias, seria freqüente entre os economistas e cientistas sociais a crítica de visões estagnacionistas sobre o desenvolvimento econômico adotado pelo Regime Militar – que estaria subordinado ao capital estrangeiro – a tentativa de desvendamento da natureza do regime autoritário e a crítica ao populismo e ao nacional-desenvolvimentismo. Dentro dessas temáticas, o artigo de Maria da Conceição Tavares e José Serra: *Além da Estagnação – Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil* (1971), discutido no CEBRAP, bem como os ensaios de Fernando Henrique Cardoso reunidos nos livros: *O Modelo Político Brasileiro* (1972) e *Autoritarismo e Democratização* (1975), foram representativos da crítica ao estagnacionismo. Estes escritos influenciariam, inclusive, a produção de textos importantes como: *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista* (1972), de Francisco de Oliveira e *As Contradições do Milagre* (1973), de Paul Singer. O texto de Francisco Weffort, *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)* (1973), a respeito da crítica ao sindicalismo populista, tornar-se-ia referência para a análise sobre a configuração da classe operária durante o período populista.

De acordo com Bernardo Sorj, o auge dos encontros do CEBRAP será entre 1972 e 1974, e só se voltará a reconstruir a vitalidade desse ambiente em 1981, pois em 1976 a mudança do Centro para o andar de um prédio, marca o fim dos “mesões”:

Até 1976 os “mesões” tiveram um papel catalisador na vida intelectual de pesquisadores de outras instituições, inclusive de fora de São Paulo. Neles cientistas sociais das universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e Minas Gerais (UFMG), da Universidade de Campinas (UNICAMP), IUPERJ, Fundação Getúlio Vargas e de muitos outros centros apresentaram seus trabalhos, vivendo, além da experiência intelectual, uma espécie de cerimônia de reconhecimento pela principal instituição intelectual da época, tudo isto envolvido num clima de resistência à ditadura (SORJ, 2001, p.55).

Não obstante, vale ressaltar que no intuito de evitarem as suspeitas do governo autoritário sobre suas atividades, atrelada à intenção de comunicarem ao público universitário seus estudos e pesquisas, os membros do CEBRAP começam, a partir de 1971, a dar regularidade à publicação de duas séries: a série *Estudos*, através da qual a instituição teve maior impacto sobre a comunidade acadêmica, publicando estudos e ensaios relacionados aos programas de pesquisa do *staff*, e a série *Cadernos*, que publicava trabalhos que poderiam se tornar artigos ou livros, os chamados *working papers*. No final do ano de 1972 esta série atingiria uma escala comercial de

distribuição através da Editora Brasiliense. Nestas revistas publicavam-se aqueles trabalhos discutidos, previamente, nos Mesões.

No primeiro número da série *Estudos*, Cândido Procópio Ferreira de Camargo (1971), na qualidade de presidente do Centro nesta época, reafirmaria os propósitos da Instituição, através dos quais notamos a perseverança na concretização de uma proposta inovadora do Centro, ao insistir sobre a presença de um caráter interdisciplinar nas análises formuladas, enquanto característica particular do CEBRAP. Segundo Camargo (1971, contracapa):

Publica o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento o seu primeiro volume de estudos. A par das análises empíricas, parte integrante de suas atividades de pesquisas, o CEBRAP inicia esta nova série, tratando de modo intencional, de método, de conceito e de teoria, buscando formulação independente e racional. Este volume não encerra unidade de temas; nem seus autores assumem perspectivas iguais. Pelo contrário, congrega um procedimento pluralista e polêmico. Sua coerência decorre de três circunstâncias: relevância dos assuntos para a teoria e a prática das sociedades dependentes; procura a liberdade criadora; consciência da responsabilidade intelectual dos autores.

Em linhas gerais, as publicações do CEBRAP não possuem uma vertente editorial, por meio da qual poderíamos definir melhor os temas tratados pelo Centro. Pelo contrário, notamos uma gama diversificada de temas e abordagens, onde segundo Sorj (2001, p.54):

Publicavam-se trabalhos de seus pesquisadores, de cientistas sociais brasileiros e estrangeiros com os quais se tinha afinidade intelectual e/ou institucional, dentro de critérios de qualidade acadêmica e de um sentimento de relevância que dependiam bastante dos relacionamentos do comitê de publicações.

Paulatinamente, o CEBRAP obteria os resultados da sua política de pesquisa por meio da organização de certas linhas básicas de investigação, que originaram diversos Programas de Pesquisa, pautados por uma determinada temática e, algumas vezes, se desdobravam em subprogramas mais específicos, dentre os quais podemos citar os seguintes:

1. Programa de População; Subprogramas: Reprodução da População, Estudos de População, Política de População, Assessoria em Demografia.
2. Programa de Economia; Subprogramas: Emprego e Força de Trabalho, Estudos de Economia Brasileira.
3. Programa de Marginalidade e Participação Social.
4. Programa de Estado e Sociedade Civil.
5. Programa de Movimentos Coletivos.
6. Programa de Filosofia e Metodologia das Ciências Sociais.
7. Programa de Estudos Rurais e Urbanos. Subprogramas: Estudos Rurais; Estudos Urbanos.
8. Programa de Sociologia da Religião.
9. Programa de Educação.

A partir de 1972, surge a oportunidade do diálogo com um público mais amplo, assinalando a colaboração de alguns investigadores do Centro em meios de comunicação de massa. Assim, além do trabalho no CEBRAP, seus pesquisadores começam a escrever, por exemplo, para o Jornal *Opinião* – dirigido por Fernando Gasparian – que surge também como alternativa à participação dos acadêmicos cassados que, como diria Almeida, “são impelidos para a atividade pública”, entre eles: Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e outros. Os artigos giravam em torno de temas referentes à discussão sobre: o modelo político brasileiro, a redistribuição de renda, o crescimento populacional, as interpretações estagnacionistas do modelo de desenvolvimento brasileiro, a questão democrática, a questão da dependência, o Estado burocrático, etc. temas estes também analisados no CEBRAP.

Os dirigentes do CEBRAP procuram justificar essa participação de seus intelectuais em meios de comunicação de massa, recorrendo ao fundamento teórico e empírico que seria padrão no trabalho desenvolvido na instituição:

Por certo, as opiniões emitidas o foram em caráter estritamente pessoal. [...] A tônica, nestes casos, foi sempre a de que nossos investigadores, embora falassem por si e segundo a visão própria que têm sobre aqueles temas, estão de qualquer maneira respaldados pela seriedade do seu trabalho e pelas informações que o CEBRAP procura juntar e analisar (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1972, p.3).

Nesse sentido, a atuação deles no jornal *Opinião* foi muito importante ao possibilitar a comunicação entre a *intelligentsia* e os partidos políticos, como por



consequente a passagem de determinados intelectuais para a esfera política. Seria com esse aporte em um semanário oposicionista que muitos desses intelectuais nos anos 1970 embarcariam, definitivamente, na vida política reduzindo em muito suas atividades acadêmicas (ALMEIDA, 1992). Mannheim, em registro clássico sobre o problema, assinala que: “a discussão política possui um caráter fundamentalmente diferente da discussão acadêmica”, assim “quanto mais os intelectuais se tornam funcionários de partido, tanto mais perdem a virtude de receptividade e de elasticidade que trouxeram consigo de sua flexível situação anterior” (MANNHEIM, 1968 (p.64/65).

Sobre este aspecto de nossa intelectualidade durante o regime militar, Francisco de Oliveira considera que, neste contexto, ocorre uma metamorfose das forças sociais em forças políticas, cujos representantes seriam os intelectuais que passam a mediar os interesses tanto de setores burgueses quanto das camadas populares. Chico de Oliveira denominará esse processo, impulsionado inclusive pela mudança de foco temático durante os anos setenta, de “ventriloquismo” (OLIVEIRA, 1985). Pécaut, simplesmente, qualifica estes intelectuais como “protagonistas na luta pela liberalização”, ao assumirem a representação no conjunto da sociedade civil e acrescenta:

... embora desistam de inventar grandes mitos unificadores para garantir a consolidação da nação, elaboram uma nova simbologia política à medida que vão reabilitando a democracia. Sua coesão e evidência, adquiridas muitas vezes com apoio no Estado, passam a ser mantidas contra o Estado, mas ainda com frequência em contato com ele (PECAUT, 1990, 196).

Essa “nova era do intelectual como ator político” explicita-se mais abertamente a partir de 1974, quando o intelectual, em meio à ditadura militar, começa a inserir-se no conjunto das manifestações da sociedade civil, ressaltando que é nesse período que iniciam os primeiros contatos entre membros do CEBRAP com o MDB. Da mesma forma, a Igreja também estabelece parceria com o Centro quando lhe solicita, por meio da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, uma pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores paulistanos, cujo relatório final resultou no livro: *São Paulo, 1975: Crescimento e Pobreza*. A intenção foi estudar as formas encontradas pelo paulistano para enfrentar determinadas dificuldades, no que tange à organização dos trabalhadores nos sindicatos, nas comunidades de bairro, nos movimentos de

mulheres e negros e nos partidos políticos e a partir destas pesquisas compreenderem em que conjuntura e sobre que base despontou os movimentos populares recentes. No registro do próprio Centro, os relatores lembram esta parceria com a Igreja como um indicativo das formas renovadas de relacionamento institucional do CEBRAP, cuja pesquisa acabaria por se desdobrar numa subvenção para a programação da Pastoral da Arquidiocese. É da mesma época a aproximação com a SBPC, cujos encontros se revelariam de fundamental importância para o Centro.

Em 1975, o Centro prosseguiria na consolidação de seu reconhecimento como entidade científica de alto nível nacional e internacional, passando a contar com o apoio financeiro de outras instituições para suas pesquisas, como: a Fundação *Dag Hammarskjöld*, a *Interamerican Foundation*, o CELADE (Centro Latino-Americano de Demografia) e o ILPES (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social). Com isso, constata-se que: “Está se colhendo agora frutos de um trabalho que não apenas partiu de colocações inovadoras, mas soube persistir até cumprir o que se havia proposto” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1975, p.2).

Enquanto Instituição, em 1977 consta que o CEBRAP é membro do: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e da International Sociological Association (I.S.A.). Individualmente, seus pesquisadores tornar-se-iam membros de outras entidades nacionais e internacionais, sendo cerca de 26 instituições, entre as quais citamos algumas: Associação Brasileira de Ciência Política, Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), Sociedade Brasileira de Sociologia (Diretoria), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Association des Economistes du Tiers Monde (Argélia), Comitê de Assessoria em Estudos Populacionais da Fundação Ford, Comitê Consultor da Swedish Agency for Research and Cooperation with Developing Counties (SAREC/ Suécia), Conselho Diretor da Corporación de Investigaciones Económicas para Latinoamérica (CIEPLAN/ Chile), Conselho Diretor do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES/ Argentina), etc.

É importante apontar que, como reflexo de sua política institucional de fazer prevalecer o aprimoramento da carreira acadêmica, bem como a existência de um centro pluralista, o CEBRAP apoiou: a formação de pesquisadores por meio de estágios para estudantes pós-graduados estrangeiros, orientados formalmente por professores do Centro; e a orientação, embora informal, para estudantes pós-graduados nacionais

fornecendo, quando possível, bolsas de estudos, bem como as “condições culturais e de organização” que permitem aos pesquisadores completar o doutorado ou o mestrado:

A orientação, embora não formal, de dezenas de candidatos a teses de mestrado e doutoramento nas Universidades de São Paulo e de Campinas, bem como da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo constitui outro aspecto importante da atividade docente do nosso Centro (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1974).

Nesse sentido, alguns casos são apontados como exemplo da preocupação da Instituição em ajudar os pesquisadores em diversas etapas de sua carreira acadêmica. No relatório de atividades de 1972, consta que Juarez Brandão Lopes, diretor de programas do CEBRAP, chega a professor titular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). Francisco Weffort termina sua tese de livre docência para o Departamento de Ciências Sociais da USP, sendo que sua pesquisa fora realizada integralmente no CEBRAP, que lhe forneceu os meios disponíveis para a conclusão do trabalho e, posteriormente, Weffort torna-se professor encarregado de Ciência Política. Nestes dois casos o CEBRAP nada teve haver, formalmente, com a realização da carreira destes intelectuais, pois se tratava “da última etapa de uma trajetória intelectual cujo ímpeto vinha de antes do CEBRAP” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1972).

O encaminhamento dos “pesquisadores mais jovens para a carreira universitária”, via CEBRAP, aparece com maior evidência nos casos de Lúcio Felix Frederico Kowarick e de Arakcy Martins Rodrigues, cujas teses apresentadas à USP originaram-se de trabalhos de investigação ou de análise teórica propiciados pelo clima de trabalho intelectual desenvolvido no CEBRAP:

A tese de Lúcio Kowarick – “Marginalidade Urbana e Desenvolvimento: Aspectos teóricos do Fenômeno na América Latina” – está diretamente ligada às preocupações teóricas de um de nossos programas de pesquisa, enquanto a tese de Arakcy Martins Rodrigues – “Estudo sobre as Mulheres que geraram um Nascido Vivo durante o Levantamento Prospectivo” – é parte integrante das investigações sobre a reprodução humana, que o CEBRAP vem analisando (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1972).

Bolívar Lamounier redigiu parte de sua tese: *Autoritarismo e Ideologia: um estudo do caso brasileiro*, na Universidade de Yale onde passou um ano com uma bolsa de estudos concedida pelo Centro, bem como Carlos Estevam Martins que recebendo o



apoio da instituição redigiu a maior parte de sua tese: *Tecnocracia e Capitalismo: A Política do Técnico no Brasil*, apresentada à Universidade de Essex. Podemos citar ainda, como bolsistas e estagiários do Centro: Boris Fausto (pesquisador associado), Beatriz Muniz de Souza (Vice-Coordenadora do Programa de Pós Graduação na PUC de São Paulo), Regis Stephan de Castro Andrade (bolsa parcial), Fábio Antônio Munhoz (bolsa parcial), Maria Hermínia Tavares de Almeida (bolsa parcial), Luiz Jorge Werneck Vianna (bolsa parcial), Renata Raffaelli Nascimento, Maria do Carmo Azevedo Dória, Antônio Flávio de Oliveira Pierucci (estagiário), Arthur Shaker Fauzi Eid (estagiário), Clara Ant Trajber (estagiária), Carlos Roberto Monteiro de Andrade (estagiário), Ana Lúcia Barreto de Lucena (estagiária), Sônia Lemos (estagiária) e Maria D’Alva Gil Kinzo (estagiária).

De qualquer forma, o objetivo principal do CEBRAP sempre foi ampliar a participação na vida intelectual do país, trazendo para o debate problemáticas referentes à economia, política e sociedade, que somadas com a constante preocupação teórica e metodológica, acabariam por se constituir no “eixo central da vocação cultural” propugnada por seus membros. É significativo lembrar que a ênfase do Centro dirigia-se para a renovação cultural por meio de “um trabalho interdisciplinar novo e estimulante”.

Entre as diversas dimensões presentes no Centro, consideramos ser representativo de sua originalidade, enquanto instituição de pesquisa, o fato de ter agregado diversos intelectuais com formações distintas, todavia com uma preocupação comum, conforme o relatório da Fundação Ford (1974, p.4):

Estos problemas que son parte de la historia misma del CEBRAP llevaron a que un grupo de sociólogos, economistas, antropólogos, demógrafos, historiadores y filósofos coincidieran en una preocupación común que era en principio buscar respuesta a una pregunta muy general: qué es el Brasil, qué es lo que pasa a nivel de la sociedad, su economía y su política.

Desse modo, o Centro se tornaria um ponto de encontro para discussões entre: economistas, antropólogos, sociólogos e dirigentes empresariais, contribuindo para a formulação de uma “ciência social polivalente”, como considera Pécaut, ao mesclar os aspectos econômicos, políticos e sociais, adotando estratégias políticas que permitem aos seus membros certa coesão e asseguram a “convergência entre as diversas tendências”, como forma de esquivar-se, ainda que minimamente, da repressão instaurada pelo Regime. “Mais uma vez é essencial a função de Cardoso no meio

intelectual: como um tradutor, fala alternadamente a linguagem marxista e a linguagem não marxista” (PÉCAUT, 1990, p.298).

Ademais, é fundamental acrescentar a preocupação do Centro em evitar o isolamento meramente acadêmico, a fim de aproximar-se cada vez mais da vida política e cultural do Brasil, conforme relatório de atividades (1978, s/p):

Seja através de seu programa de publicações, seja através da participação em congressos e atividades docentes, seja mesmo através de certa presença na imprensa sempre que relevantes temas do debate público entrecruzam-se com suas atividades de pesquisa, o CEBRAP tem participado, na medida do possível, da vida cultural e política do país.

As estratégias intelectuais do CEBRAP estarão norteadas por três aspectos centrais: a mediação entre as diversas correntes marxistas e entre as correntes marxistas e não marxistas; a teorização em relação direta com a conjuntura, aproximando-se da realidade política e social do Brasil; e a projeção de um pensamento oposicionista e crítico sobre o país. Afastando-se da formulação de um conhecimento científico subordinado a alguma linha partidária ou ideológica, o CEBRAP terá uma produção diversificada resultante não só das prioridades temáticas da própria Fundação que o financiava, mas também do interesse acadêmico de seus pesquisadores definindo, assim, seu programa de pesquisas. Além disso, motivada por outros estímulos intelectuais e profissionais, a instituição passaria a questionar o modelo do intelectual-professor que, paulatinamente, deveria ser substituído pelo cientista social especializado (VIANNA, 1997). Giannotti (1974) tratava do tema à época quando destacava que a especialização estava criando um profissional desprovido de “visões gerais e de capacidade crítica”, corroborando o processo de massificação do conhecimento e tendo como resultado uma universidade que deixa de pensar na universalidade do saber para converter-se “num fantástico aglomerado de cursinhos”.

Em 1918, Weber dedicaria páginas clássicas a esse tema. Em sua formulação sintetiza a questão:

Atualmente e naquilo que se refere à organização científica, essa vocação [científica] é determinada, antes de tudo, pelo fato de que a ciência atingiu um patamar de especialização que ela não conhecia nos velhos tempos e no qual, segundo podemos julgar, se manterá ao longo do tempo. Essa afirmação tem sentido não somente em relação

às condições externas do trabalho científico como também em relação às disposições interiores do próprio cientista, tendo em vista que jamais um indivíduo poderá ter certeza de alcançar qualquer coisa de valor real no domínio da ciência, sem possuir uma rigorosa especialização. [...] Nos dias de hoje, obra verdadeiramente definitiva e importante é sempre obra de especialista. [...] Na atualidade, a ciência é uma “vocação” alicerçada na especialização e posta a serviço de uma tomada de consciência de nós mesmos e do conhecimento das relações objetivas (WEBER, 2002, p. 31-32/ 54).

Igualmente, temos também que considerar o fato de que neste momento a ciência e a tecnologia seriam imprescindíveis para compor uma política de desenvolvimento, com isso a profissionalização se converte num instrumento de organização dos intelectuais enquanto ator político que em sua tarefa de produção do conhecimento, opor-se-ia a uma tecnocracia que pretende confiscar o uso da ciência em proveito de seus próprios projetos. Bobbio esclarece o aumento da necessidade de conhecimentos técnicos na sociedade moderna:

... a partir do momento em que o Estado passou a intervir em todas as esferas da vida, particularmente na das relações econômicas e das relações sociais: é evidente que um Estado não pode tomar providências contra a inflação sem o parecer de economistas ou realizar uma reforma sanitária sem o parecer dos médicos. Os Estados sempre tiveram os seus expertos basta pensar nos legistas e nos militares (BOBBIO, 1997, p.73).

O fato é que, paulatinamente, constata-se uma simbiose entre o campo intelectual e o campo político, que se dá mediante três condições: a primeira é teórica, no sentido da revalorização da esfera política; a segunda refere-se à organização do meio intelectual, que deve manter-se coesa numa frente comum de oposição ao poder e ter capacidade de fazer política (Inclusive as estruturas institucionais e a ideologia profissionalizante são componentes importantes para a composição dessa coesão, passando a considerar, até mesmo, o meio intelectual como um “semipartido político”); e a terceira condição diz respeito à participação do intelectual na sociedade civil, por meio de eleições, alianças com partidos e seu comportamento diante das incertezas e mudanças nas regras do jogo (PÉCAUT, 1990). No caso dos intelectuais do CEBRAP, podemos constatar que essa simbiose entre as esferas intelectual e política se evidencia por meio da relação com o MDB, com a participação em eleições, com a ampliação dos

movimentos sociais, com a participação em meios de comunicação de massa alternativos e em sua aproximação da Igreja.

1.5 Plataforma para uma nova interpretação sobre o Brasil

Existem momentos nos quais, quase à revelia da consciência, o pensamento social registra uma mutação. Parece que isto ocorreu no Brasil. De repente, depois de anos de crítica ao autoritarismo, à exclusão social e à exploração econômica da maioria da população, os textos dos cientistas sociais começam a falar do “novo” (CARDOSO, 1984, p.09).

O fato é que após o golpe de 1964 o recrudescimento da repressão e a intensa modernização econômica, promovida sob a ditadura, colocaram à intelectualidade brasileira a necessidade de realizar novas investigações, como também de rever, criticamente, os marcos teóricos com os quais até então havia trabalhado, a fim de produzir interpretações teóricas distintas sobre os fenômenos e os processos que ocorriam na sociedade brasileira, em especial com relação às teorias do desenvolvimento que haviam vicejado nos anos anteriores. Não é a esmo que Bernardo Sorj, sociólogo que apresenta um dos primeiros estudos sistematizados sobre o Centro, a partir de um primeiro projeto de pesquisa elaborado conjuntamente com Antonio Mitre, aponta que: “A caracterização das ciências sociais no Brasil no período pós-64 é fundamental para compreender o impacto do CEBRAP, seja pelo público alvo ao qual dirigiu sua produção, seja pelas tendências gerais que perpassaram a produção das ciências sociais no país” (SORJ, 2001, p. 63).

Nesse sentido, podemos observar de acordo com Celina Peixoto (1993, p.109) que:

Com as dificuldades institucionais do final da década de 1960, decorrentes da quebra do modelo político até então vigente, as Ciências Sociais se voltaram, com o objetivo de explicar o presente e entender o processo histórico, para uma procura dos erros e acertos cometidos no passado.



Nota-se que, enquanto herdeiros da tradição uspiana incorporada por Florestan Fernandes, esse grupo de intelectuais traria consigo a idéia da “superação dos obstáculos estruturais à emergência da ordem social competitiva” de Fernandes, atrelando-a à necessidade de implantação da democracia como contrapartida ao Estado autoritário-burocrático. E o CEBRAP surge numa conjuntura em que o Brasil vive um florescimento das ciências sociais, ainda que a universidade encontre-se isolada do restante da sociedade, o regime indiretamente, aumenta sua coesão interna devido à repressão e lhe dá o sentido necessário para que a produção intelectual não decline até a paralisia. Em outras palavras: lhe dá um alvo de crítica – a ditadura – e um objetivo – a democracia (SORJ, 2001).

Constata-se que desde o momento em que surge o Centro, há um empenho entre seus membros em distanciar-se tanto das tradições isebiana quanto das leninistas, fossem elas mais ou menos identificadas com a esquerda revolucionária ou nacionalista. Pretende-se com isso não só realizar a crítica do nacionalismo e do varguismo, mas também se distanciar das vertentes esquerdistas que haviam optado pela luta armada. Dessa forma, os intelectuais do CEBRAP, ao se afastarem do tradicional papel de porta-voz da nação, acreditavam estar assumindo uma postura ‘moderna’ e voltada para os estudos sobre a realidade político-social brasileira. Buscava-se, assim, construir uma nova “interpretação do Brasil”. Como ressalta Milton Lahuerta (1999, p.135 e p.149; 2001, p.69):

... esses estudos personificaram o início da ruptura com a cultura política dos anos 60 e a incorporação de novos temas à agenda pública. [...] Aos poucos caíram em desuso várias das posições presentes entre políticos e intelectuais, demonstrando que uma nova ‘interpretação do Brasil’ estava se impondo, relegando muitas das elaborações teóricas dos anos 50 e 60 e pretendendo uma revisão do pensamento político no país [a fim de] superar [seu] viés terceiro-mundista, a idéia de Estado paternalista, o revolucionarismo (bravo, mas ineficiente). [...] assumindo a participação nas instituições da “sociedade civil” como o caminho para se democratizar e substituir a forma de Estado autoritária.

Observar -se que nos anos que se seguiram após o Golpe a sociedade brasileira passa por um processo de modernização conservadora colocada em prática pelo Regime Militar e que, conforme Arantes (1992), “inscrevia o atraso do país na atualidade internacional”, apoiando-se num desenvolvimento econômico que desvinculava-se de qualquer contexto democrático, “pondo fim a uma experiência de democracia populista

considerada intolerável para as classes dominantes brasileiras” (TOLEDO, 1997). Diante dessa conjuntura, surgem novas interpretações sobre a sociedade no meio intelectual, a fim de se compreender a “essência” do regime, uma vez que se abandonava a estratégia de capitalismo nacional, tendo como contrapartida o capitalismo dependente ou associado. Além disso, adverte-se a contribuição do Centro para a análise sobre “o papel que as novas camadas sociais produzidas pela modernização autoritária passariam a jogar, no sentido da democratização do país” (LAHUERTA, 2001, p.71).

As Ciências Sociais passam a ser o alvo propício para investimento, como instrumento de uma “engenharia social”, que deveria prover análises sobre a conjuntura do país, fosse na área de estudos empíricos ou teóricos voltados para a política e a economia, cujos resultados refletiriam na formulação de políticas governamentais, de modo que, segundo Miceli (1993, p.61):

Não dispondo ainda do apoio governamental considerável de que vieram a desfrutar com a expansão dos órgãos públicos de fomento na área de ciência e tecnologia (FINEP, CNPq e CAPES, em especial) já na década de 1970, os cientistas sociais pareciam talhados para lograr a repercussão pública necessária em arenas políticas cruciais para o desenvolvimento econômico e social, habilitando pois uma elite cultural a produzir impactos fora e mesmo longe de sua esfera estrita de competência.

Nesse momento, eram constantes os questionamentos e as reflexões sobre as possibilidades de estratégias que a sociedade poderia buscar para superar o atual regime. “Haverá a contrapartida de um pensamento político capaz de devolver sentido e limite à presença militar na sociedade?” (CARDOSO, 1984).

Todavia, não podemos nos esquecer que os temas de investigação propostos a princípio pelos pesquisadores do CEBRAP constituíam a continuidade de indagações anteriores formuladas nas universidades e nos centros de pesquisas a que foram vinculados. Com isso, definem-se as pesquisas em torno dos problemas de população e emprego, marginalidade urbana, desenvolvimento econômico, formação das classes populares e dos movimentos urbanos, cujas pesquisas desencadeariam as principais linhas de pesquisa do Centro.

De qualquer forma, o mote das análises dos cientistas sociais nessa conjuntura parece ser inspirado pelo caráter do próprio Regime, conforme descrevem Cruz e Martins (1984, p.13):

O movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart demonstrou possuir aquela qualidade que Maquiavel punha acima de tudo: a capacidade de conservar o poder conquistado e ampliá-lo. Por outro lado, porém, registra-se o fenômeno da mutabilidade. Longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta.

Nesse intento de construção de novas interpretações sobre o Brasil, verifica-se a presença de temas referentes à sociedade civil e à democracia por meio de uma abordagem metodológica marxista que deu combustível para a crítica feita, por exemplo, ao populismo e ao partido revolucionário, como contraponto ao método estrutural funcionalista presente nas décadas anteriores. Criticava-se ainda a existência de um Estado que era autoritário e burocrático, indo para além da interpretação funcionalista¹⁴ dos intelectuais da esquerda, que viam no estado um aparelho repressivo das classes dominantes. De modo que, “a erosão da sociedade civil ‘legítima’ através dos métodos do regime militar não pode ser dissociada da reconstituição contínua de uma sociedade civil autônoma, transcendendo os limites da dominação de classe” (DREIFUSS&DULCI, 1984, p.97).

Observa-se que a década de 1970 faz emergir na cena política a ação do intelectual, tendo como palavra chave de seu discurso a “democracia”. Com isso, se expressava não apenas a hostilidade à Ditadura, como também o descobrimento de uma “idéia nova”, que será difundida juntamente com a expressão de sociedade civil:

O fenômeno mais importante que caracteriza a evolução política dos intelectuais – a descoberta da sociedade civil e da democracia política – enraíza-se talvez na crise de referências que serviam antes para garantir sua identidade: o nacionalismo, o populismo, a configuração da sociedade pela via estatal. Esse fenômeno, porém, remete sobretudo à necessidade de levarem em conta o contexto no qual intervêm, à adoção forçada de estratégias de racionalidade limitada e à adaptação forçada às condições de incerteza (PÉCAUT, 1990, p.281/282).

¹⁴ A título de nota, a respeito do funcionalismo Mannheim irá elucidar: “A teoria mecanicista e funcionalista é altamente valiosa como uma corrente na pesquisa psicológica. Falha, entretanto, quando se refere ao contexto total da experiência vital, porque nada diz sobre o fim significativo da conduta... o modo mecanicista de pensamento somente é útil quando o objetivo ou o valor são indicados por outra fonte e somente os “meio” são considerados (MANNHEIM, 1968, p.47).



É importante salientar que, de acordo com Lahuerta, de 1974 a 1979, vivenciávamos um contexto em que a sociedade civil se afirma enquanto conceito e realidade, contrapondo-se ao Estado ditatorial. O Estado passa a ser projetado como o grande vilão, cujos poderes de intervenção na economia precisam ser minimizados e, em contrapartida, projeta-se a possibilidade de uma sociedade civil fortalecida e em oposição ao Estado. Ao referir-se à sociedade civil, Cardoso observa:

O tema da sociedade chamada civil ficou na moda, e então se usava quase como um modo de dizer, porque não se podia falar de luta de classes, não se podia falar de classe, então se usava sociedade civil contra o Estado. Sociedade civil, de acordo com quem sabe a origem desse termo, simplesmente são as classes. Não é o lado bom da sociedade, é o lado da sociedade em que o setor econômico e o setor social se organizam e não incluem o Estado. A descrição técnica é: sociedade civil, por um lado, e o Estado pelo outro (CARDOSO, 1981, p. 26).

Constata-se, num primeiro momento, uma cisão entre Estado e Sociedade Civil, jogando às sombras um movimento muito mais complexo de dialética entre esses dois níveis. Essa resultante advém de um processo que se inicia nesse contexto, quando o debate intelectual começa a se pautar no fortalecimento e reorganização da sociedade civil como o combustível necessário e inevitável para a abertura do Regime.

Contudo, este tipo de análise, bem como outras que se criam sobre o papel da sociedade civil, muitas inspiradas em Gramsci¹⁵, acabam por gerar uma ambigüidade conceitual, ainda que, segundo Lahuerta (2001, p.76):

... não teriam maiores conseqüências político-práticas durante os anos 70. Afinal, nessa hora tratava-se de somar todas as forças para combater, isolar e derrotar o regime militar, também visto como personificação extremada de todas as taras do Estado burocrático-autoritário. No entanto, as divergências de avaliação teriam um forte papel na cisão do movimento democrático ao longo dos anos 80.

¹⁵ Tendo por base a teoria Gramsciana, equivocadamente, empregava-se os conceitos de Sociedade Civil e Estado como sendo pólos opostos e antitéticos, numa interpretação dicotômica, compartimentando Estado e Sociedade Civil em duas ordens justapostas sem dialética. Esse tipo de dicotomia, na verdade, ofuscava um nexos interno banindo, assim, a dialética. Não há em Gramsci nenhuma separação ou distinção entre sociedade civil e sociedade política. Estrutura e superestrutura formam uma unidade dialética que compõem um mesmo “bloco histórico”. A sociedade civil figura-se, então, como o cenário onde se tornam possíveis a concretização das hegemonias, dos consensos. Sobre esse assunto consultar: Nogueira, M.A. “Gramsci Desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil”, In *Educ. Foco*, Juiz de Fora, V. 5, nº2, p. 115-130 - set./fev., 2000/2001.



Observa-se que após 1978, o papel do intelectual se tornaria mais claro com relação aos enfoques profissional-institucional e político, inclusive pela participação das ciências humanas na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) (Lahuerta, 1999). É importante lembrar que desde 1975 a SBPC concede um espaço considerável às Ciências Sociais, matando, segundo Pécaut (1990, p.274), “dois coelhos numa cajadada só: no que toca às ciências sociais, torna-se a garantia de sua legitimidade científica; no que diz respeito a si própria, é a prova de que a ciência não pode ignorar a política”. Em 1976, a SBPC assume abertamente a luta pela democratização, tornando-se uma de suas preocupações a liberalização do regime. Com isso, as Ciências Sociais passam a ter presença marcante nos Encontros, quando em 1977 declara sua oposição aos “atos e procedimentos que contrariam os direitos do homem”. Nesse contexto, os intelectuais: “Em nome da ciência e da profissionalização, erguem-se diante do Estado como uma verdadeira comunidade com vocação eminente para falar dos ‘direitos do cidadão’ (PÉCAUT, 1990, p.277)”.

É significativo dizer que a SBPC representará, enfim, uma referência institucional e profissional que permite aos intelectuais articularem-se com o Estado, que por sua vez libera financiamento tanto para o campo da cultura quanto para o da ciência.

Além do CEBRAP, o Jornal *Opinião*, a SBPC e o MDB tornam-se veículos que potencializam a *intelligentsia* brasileira a comprometer-se com o campo político, no que diz respeito aos seus esforços para a democratização do país. Segundo Milton Lahuerta, teríamos, a partir da articulação entre estas instituições, a constituição de uma espécie de “partido” difuso, um “partido informal” composto por filósofos, artistas, economistas, estudantes, cientistas sociais ou, para usar a expressão de Paulo Arantes, formava-se um “partido da inteligência” que assume um inédito protagonismo político durante os anos setenta e “se engajam numa luta de resistência democrática” (LAHUERTA, 2001).

Sobre este aspecto Pécaut (1990, p.280) afirma que:

De fato, essa *intelligentsia* de oposição redescobre para si, mais do que nunca, um destino de ator político que não se coloca “acima da sociedade”, nem se rende aos prazeres da ideologia: dessa vez, se instala dentro da sociedade e do sistema de relações de forças.

Nesse contexto da década de 1970, vislumbra-se a presença de concepções políticas e intelectuais diversas, no que diz respeito ao processo de transição da sociedade brasileira que, segundo o ideário intelectual da época, necessitava caminhar de um Estado Autoritário e de um regime militar para um Estado de Direito e um regime democrático que deveria resultar, entre outras coisas, do “protagonismo da sociedade civil”. Assim, surgem concepções distintas sobre as estratégias de ação política, os movimentos sociais, o Estado, o fortalecimento da sociedade civil, etc. Segundo Lahuerta, sobre este aspecto das análises distintas produzidas neste ambiente:

Basta notar que enquanto Cardoso centra o foco de sua análise na perspectiva de construção de um sistema partidário capaz de expressar o pluralismo dessa sociedade civil, amenizando a importância do tema das classes sociais e de sua identidade, Weffort radicaliza seu posicionamento quanto ao potencial de ruptura do movimento operário, valorizando os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, como o elemento mais dinâmico dessa sociedade civil emergente (LAHUERTA, 2001, p.77).

Todavia, estas diferenças analíticas terão, efetivamente, um impacto político a partir de 1979 com o processo da reformulação partidária, pois até então observa-se a existência de uma *intelligentsia* aparentemente unida em torno de objetivos intelectuais convergentes, ainda que, com resultados diferenciados.

No decorrer dessa década, visualizamos um desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, como já destacamos, que não encontra eco em outras realidades latino-americanas solapadas pela Ditadura Militar e que tiveram a intensidade de sua vida universitária reduzida. O que exemplifica esta condição frutífera das universidades no país é a constituição de um sistema de pós-graduação nacional, seguido por um processo de profissionalização e especialização que aceleram o crescimento das universidades no Brasil. Nesse momento entram em cena a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que ao fornecerem bolsas e recursos de apoio à pesquisa na pós-graduação, ampliam o sistema e impulsionam os recentes sistemas de pós-graduação, com uma formação sistemática de cientistas sociais neste nível.

Em síntese, ressaltamos que este grupo determinado de intelectuais, que se reuniu para dar existência a uma instituição autônoma no decorrer dos anos de 1970, já



revelaria indícios de sua tendência natural pelo campo político, na medida em que coloca explicitamente em questão a composição do meio intelectual como parte da arena política. Este modo de pensar seria impulsionado inclusive pela escolha dos temas dessa *intelligentsia*, que valorizava como nos indica Pécaut: o “concreto”, “o particular”, “a conjuntura”, a “prática”, concebendo assim uma política unida à prática e ao conhecimento como componentes da realidade.

Tendo por base o encadeamento das ações nesse período, teremos um:

Novo encontro com a palavra *intelligentsia*, reivindicada pelos pensadores dos anos 30 e pelos ideólogos de 1950. Mas é verdade que, após 1974, os intelectuais assumem o aspecto de um ator político, participando integralmente das interações com outros atores políticos, sem ignorar as reivindicações corporativistas, mas inserindo-as no conjunto das manifestações da sociedade civil (PÉCAUT, 1990, p.300).

O resultado, dentre outros, seria a construção de um debate intelectual em contato direto com a conjuntura e que, no limite, procurava interferir nas formulações políticas a respeito do país, no que tange à superação do Estado autoritário, à reativação da sociedade civil e à democratização necessária. Nesse contexto, conforme nos sugere Pécaut fazendo uma alusão aos anos 1930, os intelectuais satisfazem sua “vocaçãõ de elite dirigente” na medida em que os espaços públicos por onde circula o poder começam a aceitar, ainda que de forma velada, essa função intelectual. Isso ocorre, mais precisamente, a partir de 1974, quando adquirem um “espaço mínimo que lhes permite voltar à cena política” (PÉCAUT, 1990). Talvez, ao invés de “voltar” à cena política, no caso específico dos intelectuais do CEBRAP, o termo correto a ser utilizado seria “ingressar”, uma vez que estes intelectuais nunca haviam participado da cena política.

No que se refere à transição dos intelectuais para o cenário político, é importante não perdermos de vista que esta escolha está além de uma simples opção que ocorre em determinado momento e em determinadas circunstâncias factuais, como muitos poderiam concluir. O impulso que está por trás, ao darem este passo para o exercício de práticas políticas, ultrapassa os conflitos reais ou uma orientação particular de classe. Nessas condições, afirmaria Cardoso em 1975: “a política é o reino do novo”, o que se confirma pela escolha dos temas abordados pelos pesquisadores do CEBRAP, como também pela relação que mantinham com tais temas. De qualquer modo, acreditamos, como explicitou Karl Mannheim em seus estudos clássicos sobre o intelectual, que este:

“é motivado pelo fato de que seu treinamento o equipou para enfrentar os problemas da hora a partir de diversas perspectivas” (MANNHEIM, 1974).

E, assim, a partir de 1978, parte de seus intelectuais dirige-se definitivamente para o campo político: do mesmo modo que Cardoso se candidata a Senador por uma sublegenda do MDB, outros pesquisadores do CEBRAP ingressariam de alguma forma na esfera política, como foi o caso de Paul Singer (ocupou cargo executivo do Partido dos Trabalhadores da cidade de São Paulo), Francisco de Oliveira (militante do Partido dos Trabalhadores), Francisco Weffort (secretário geral do Partido dos Trabalhadores, ministro da cultura do governo Fernando Henrique Cardoso), Juarez Brandão Lopes (assessor de governo de Fernando Henrique Cardoso), José Serra (deputado federal, senador, ocupou cargos executivos do governo do estado de São Paulo e no governo federal, foi ministro da saúde do governo de Fernando Henrique Cardoso e atual governador de São Paulo), Vilmar Faria (assessor especial da Presidência de Fernando Henrique Cardoso), Bolívar Lamounier (consultor não-eleito a deputado federal) e Carlos Estevam Martins (ocupou vários cargos executivos no governo do estado de São Paulo), que acabaram por definir uma trajetória acadêmico-política (SORJ, 2001).

Inclusive, a candidatura de Cardoso teve grande impacto no Centro, traduzido positivamente pelo relatório de atividades daquele ano, ao discorrer sobre o aspecto da participação da Instituição na vida cultural e política do país, todavia, sem perder sua especificidade da pesquisa científica e da crítica à realidade brasileira:

Sob este último aspecto, o ano de 1978 teve como circunstância de especial relevo a candidatura de um de seus membros, Fernando Henrique Cardoso, ao Senado. Sua campanha, centrada no tema “Democracia para Mudar”, propôs-se como objetivo de expandir o debate em torno da redemocratização do país e da progressiva eliminação de desigualdades injustificáveis. A votação por ele obtida, geralmente reconhecida como significativa e talvez até surpreendente, merece ser aqui mencionada não somente como produto de seu esforço individual, mas possivelmente também como indicação de que muitos grupos sociais vêm nas atividades do CEBRAP um real esforço na direção dos objetivos corporificados em sua campanha. Mais importante, porém, é talvez o registro de que o CEBRAP tem sido capaz de encontrar o justo equilíbrio entre a participação na vida cultural e política do país, sem perder sua especificidade pelo envolvimento em lutas puramente partidárias e mantendo a continuidade de suas atividades de natureza científica e acadêmica (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1978).

Sublinhamos a convergência ideológica dos intelectuais cebrapianos – independentemente de terem ou não se negado a colaborar nos programas de campanha do partido – com os integrantes do MDB, quando colocavam em pauta a principal questão política candente: a bandeira da democracia, que viria seguida de outras, como por exemplo a organização dos trabalhadores em sindicatos autônomos, a preocupação com o “setor marginal” da sociedade, tanto no campo como na cidade, o Estado autoritário, controlado pela “direita”, como problema central à democratização da sociedade, autonomia dos movimentos sociais, etc. Sobre este aspecto da trajetória dos intelectuais vinculados ao Centro, Bernardo Sorj tece a seguinte consideração:

Foi essa tripla característica, de rigor científico, engajamento político e separação radical entre debate intelectual e posições ideológico-partidárias, que sinalizou um caminho e expressou o sentimento de “estar no mundo” de uma geração de cientistas sociais que se identificou com o Cebrap (SORJ, 2001, p.95).

Grosso modo, o que podemos vislumbrar entre os anos de 1969 e 1978, é não apenas a constituição de um importante centro de pesquisas como também a legitimação que este vem conferir às ciências sociais. Nesse sentido, acabamos por desembocar num campo que se refere à batalha das idéias respaldada pelas Instituições, através das quais as idéias tomam corpo, principalmente durante a década de setenta, dada a tarefa que o intelectual começa a se impor diante da conjuntura nacional sob a égide do Regime Militar.

Discorrer sobre a homogeneidade de um grupo de intelectuais tão diverso nos conduz à complexidade da sistematização da produção sociológica do CEBRAP. Todavia, nos capítulos subseqüentes destacamos alguns daqueles trabalhos, que reunidos em torno de determinadas temáticas, foram considerados de maior repercussão no Centro e, posteriormente, na comunidade acadêmica em geral. Todavia, antes de adentrarmos este campo de análise consideramos necessária a abordagem de determinados aspectos teóricos que orientam nossa pesquisa.

1.6 Um aporte teórico

“O difícil não era construir um sistema brilhante – mas sim não se afogar, sob o pretexto de amplidão de espírito, em um ecletismo abstrato e sem vigor. O difícil era ser historiador. Colocar-se inicialmente diante das realidades, das idéias preconcebidas. Olhá-las de frente”.

(L. Febvre)¹⁶

Nesse primeiro capítulo, muito falamos sobre o CEBRAP e seus objetivos, organização e dilemas e buscamos apontar alguns aspectos significativos para a compreensão de como essa geração de intelectuais adquire ao longo dos anos setenta um papel relevante para as Ciências Sociais brasileiras. Todavia, para além da limitação de descrevermos a respectiva posição dos agentes na sociedade, procuramos mais do que isso, salientar a possibilidade de consideração do sentido que os atores atribuem as suas próprias posições ou conduta. Todavia, nossa atenção pouco se voltou para as correntes analíticas que influenciaram estes intelectuais, ou seja, qual ou quais matrizes estes autores seguiram, com quem eles estavam dialogando, a fim de interpretá-los e de podermos comentar sua produção dentro do contexto em que se encontravam.

Como já constatamos, a primeira geração de intelectuais que funda e dá vida ao CEBRAP já possui um nível de maturidade intelectual refinado, ou seja, já está pronta e, nesse sentido, o Centro funcionará não como um espaço especializado para o aprendizado, mas como um *locus* de afirmação da consolidação da formação acadêmica de seus pesquisadores, que necessitam sobreviver durante o regime militar. Assim, o Centro irá constituir-se num ambiente de desenvolvimento da pesquisa, numa possibilidade de sua publicização para o público interessado, numa arena de debate, cuja prática intelectual irá abranger esferas voltadas para a ação técnica, institucional e política, por meio das quais seus atores encontraram as condições necessárias para produzirem algo em comum.

¹⁶ *Apud* MOTA, 1985, p.17.



Nesse sentido, nossa análise nos remete a uma conjuntura que antecede o surgimento do Centro e que se refere à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, de onde remanesecem os fundadores do CEBRAP.

Grande parte da formação intelectual dos futuros pesquisadores do Centro estará marcada pela figura imperativa de Florestan Fernandes que, em 1954 com a volta de Roger Bastide para a França, assume a cadeira de Sociologia I. Trabalharão ao seu lado, como assistentes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A preocupação principal de Florestan será a de criar uma Ciência Social Brasileira, procurando diferenciá-la do ensaísmo sociológico. No contexto FFCL, é Florestan quem inicia a discussão sobre a participação dos intelectuais na vida pública e, desse modo, busca “no rigor metodológico e nas pesquisas empíricas realizadas por seus alunos, as fontes que iriam respaldar a estrutura teórica que se forjava...” (ROMERO, 2000, p. 34).

Ademais, Florestan preocupado com o papel do intelectual e seus compromissos com a sociedade, com a ciência e com a política, bem como com os padrões de trabalho legitimamente científico torna-se referência para os jovens intelectuais, não apenas estimulando pesquisas e debates interdisciplinares, mas também buscando recursos teóricos em autores como Karl Mannheim, conforme nos recorda Mota (1985).

Assim, a USP foi, paulatinamente, se radicalizando e se politizando assumindo ao longo dos anos tendências de esquerda e abrindo espaço aos “homens com interesses intelectuais”, principalmente entre as décadas de sessenta e setenta. Essa nova atmosfera do debate acadêmico começa a se instaurar em 1958 quando se institui na FFCL um grupo de estudos sobre *O Capital*, de Karl Marx, por iniciativa de alguns professores de diversas áreas. Dentre eles podemos citar: José Arthur Giannotti, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Paul Singer, Fernando Novais e outros.

O grupo realizava suas discussões pautando-se por três contrapontos teóricos: primeiro pela análise marxista do ISEB que se pautava pelo nacional-desenvolvimentismo; segundo, pelas análises cepalinas influenciadas pelo estrutural-funcionalismo; e terceiro pelo ecletismo metodológico de Florestan Fernandes. Especificamente sobre este último aspecto da crítica é importante ressaltar que, segundo Sorj (2001, p.107):

A geração que constituirá o Cebap, ainda que mantendo um enorme respeito pelo mestre, procurou no seminário de leitura do *Capital*, e em geral na obra de Marx, a base de uma filiação própria. Sem dúvida, esse deslocamento tem a ver com as características da época e as afinidades políticas da nova geração, mas essa nova filiação, marxista,

se constrói à margem das tradições anteriores do pensamento social brasileiro.

Não só os seminários sobre *O Capital*, mas também a participação desses intelectuais no CESIT seria marcante e significativa em suas trajetórias, no que tange à elaboração de interpretações a respeito da realidade brasileira que terão repercussão no campo político ao exercerem influência nas práticas políticas dos anos setenta, quando alguns integrantes do Centro se dirigem para este domínio de atuação. Nota-se que a ida dos intelectuais, em geral, para o mundo da política configura um movimento, ou um comportamento quase que natural. Todavia, é necessário tomar cuidado ao fazer este tipo de afirmação, uma vez que a naturalização das explicações ou dos fenômenos sociais desconsidera o ponto de vista histórico desse fenômeno, cujas transformações ou continuidades decorrem de decisões, que por sua vez originam-se de interesses, de razões objetivas e não simplesmente de tendências naturais.

Estamos caracterizando, assim, atores sociais que tinham como responsabilidade acadêmica a produção de um pensamento sobre a realidade, sobre a história, sobre a formação do Brasil e o impacto disso, ou melhor, o alcance político foi inevitável devido às condições históricas daquele momento. Sobre a geração de intelectuais procedentes da USP que acaba por criar o CEBRAP, Giannotti recorda a vocação científica desse grupo cuja trajetória conduz muitos deles ao campo da política, como componente de um processo, que consideramos ser histórico, mas não natural. Nesse sentido, considera Giannotti:

A esta ênfase no conhecimento científico não faltava projeto ideológico. Tanto se contrapunha ao irracionalismo da direita (lembramos que Vicente Ferreira da Silva¹⁷ condenava em bloco a sociologia como técnica de intervenção da ONU) quanto ao cientificismo da própria esquerda. Naquela época, a esquerda comunista, defensora intransigente do socialismo científico, misturava na prática ciência com ideologia. Ora, para nós, diferenciar esses dois vetores era questão de sobrevivência, pois só assim encontraríamos a brecha para intervir na universidade e na própria política, de maneira a nos permitir uma ação transformadora eficaz e desalienante. É sintomático que, em 1969, depois de termos sido expulsos da universidade e tratávamos de criar o Cebrap, Paul Singer me tenha dito que passava a considerar a produção de conhecimento na nova

¹⁷ Vicente Ferreira da Silva (1916-1963), filósofo pertencente ao primeiro ciclo do existencialismo no Brasil, bem como seria pioneiro ao ter como referência Heidegger (1889-1976), já que a tendência era a aproximação com os pensadores franceses e não com os alemães.



instituição como sua atividade política primordial (GIANNOTTI, 1998, p. 118).

Nesse ínterim, notamos a presença de conceitos fundamentais de Gramsci nos debates intelectuais da época, seja dentro da Universidade, em revistas acadêmicas, na grande imprensa, na imprensa alternativa, quando inicia-se o debate sobre conceitos e categorias que passam a compor uma agenda de pesquisa e de prática política, como por exemplo: o Estado, a sociedade civil, o bloco histórico, a questão da hegemonia, da “revolução passiva”, as conseqüências da modernização conservadora, a compreensão de nosso passado, a elaboração de uma estratégia política para a transição democrática, a “socialização da política” e a conseqüente superação do determinismo econômico que caracterizou um período marcado pela leitura de textos marxistas-leninistas. Acreditamos que, como explicita Carlos Nelson Coutinho (1980, p.57): “as reflexões gramscianas nos interessam não enquanto somos um país “atrasado”, mas enquanto somos um país que se modernizou e que põe na ordem do dia a superação efetiva do “atraso”.

Entretanto, é necessário ressaltar que durante o regime de exceção e, mais precisamente, após a decretação do AI-5, o pensamento gramsciano encontrará certos obstáculos diante do endurecimento do Regime, mas que começam a ser superados a partir da segunda metade dos anos setenta, quando os intelectuais se propõem a discutir mais abertamente o processo de transição democrática. De acordo com José Antonio Segatto, a inteligência brasileira ao incorporar as concepções de Gramsci a partir de 1975-1976¹⁸, vive um momento de “boom gramsciano” que duraria pouco, mas que acaba por exercer grande fascínio: “Algumas de suas categorias (como por exemplo, sociedade civil) passaram a servir para explicar tudo, prestando a todos os gostos, usos e

¹⁸ Segatto assinala que alguns elementos das formulações teórico-políticas de Gramsci já estavam presentes no Brasil, ainda que “por vias indiretas” e alguns documentos e textos foram publicados na época no semanário *Voz Operária* e pela imprensa do PCB e influenciaram na renovação do Partido nos anos 1958-1960, ainda que “por vias tortas e muitas dubiedades”. Assim, lembra o autor (1998, p.182): “Categorias, noções, análises, concepções presentes na obra de Gramsci são incorporadas aos documentos do PCB”. O conceito de hegemonia, embora empregado com muitas impropriedades passa a fazer parte, definitivamente, do vocabulário pecebista; constata-se que a democracia (ainda que numa visão instrumental) seria fundamental na luta pelo socialismo; passa-se a admitir que o Estado burguês não é um simples comitê executivo da classe dominante e não é impermeável à ação e aos interesses das classes dominadas, sendo passível de transformação ainda nos marcos do regime vigente, sem que, necessária e obrigatoriamente, se promovesse o seu ‘assalto’”. Sobre o assunto consulte: NOGUEIRA, M. A. (Org.). **PCB: Vinte Anos de Política, 1958-1979 (Documentos)**. S.P.: LECH – Livraria Editora Ciências Humana, 1980 e SEGATTO, J. A. **Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

abusos” (SEGATTO, 1998, p. 180). Nesse sentido, Nogueira complementa considerando que:

Quase todos os tipos de malabarismo teórico foram com ele justificados, especialmente nos ambientes de esquerda, nos setores da oposição democrática e na universidade. Ao mesmo tempo, em sua incorporação iriam se espelhar o modo de ser e as características da intelectualidade brasileira, sua disposição e seu fascínio pelas ‘últimas modas’ européias, sua instabilidade e o caráter fragmentário de sua produção... (apud SEGATTO, 1998, p. 180).

Ademais, o Centro veria se realizar sua aposta de que a presença da produção intelectual ampla e plural era imprescindível e insubstituível para o restabelecimento da democracia. Gramsci e suas formulações a respeito do intelectual orgânico e da hegemonia cultural contribuiriam para que este grupo de intelectuais estabelecesse determinadas metas, inclusive no que diz respeito à instituição de uma elite esclarecida na condução da sociedade. É interessante notar que na Itália Gramsci tratava da idéia de criação de um novo mundo salientando que para tal seria preciso a formação de homens que, simultaneamente, deveriam ser produtores e dirigentes. De acordo com Gramsci (2001, p. 52/3):

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o homo faber do homo sapiens. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 2001, p. 52-53).

Desse modo, verificamos que o conceito de intelectual em Gramsci refere-se não somente à esfera cultural, mas se desdobra em funções que privilegiam as iniciativas desse agente na esfera política. Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho (1991, p.5):

[...] A primeira leitura de Gramsci no Brasil foi determinantemente política, procedida no calor da hora da resistência ao autoritarismo, e suscitou na jovem *intelligentzia* o sentido de uma verdadeira fundamentação da política de principalidade democrática, que então defendia como base de uma ampla frente contra o regime autoritário.

No caso do CEBRAP notamos que parte de seus pesquisadores comporiam as fileiras de luta pelas “conquistas democrática”, ou seja, a pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa e dos organismos da sociedade civil em relação ao Estado, à liberdade de organização, à legitimação da hegemonia por meio da obtenção permanente do consenso majoritário. Segundo Gramsci (2001, p.53), “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’” (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Assim, temos a emergência de um ator social que participa das práticas políticas mediante um processo de criação e sintetização e sistematização das idéias que acaba por conduzir este personagem à construção de projetos de ação. Com isso, temos a elaboração de uma nova vertente explicativa a respeito da sociedade e a implementação de uma dinâmica diferenciada visando à mudança social que a realidade requer. Os contornos da *intelligentsia* neste momento apontam para a organização da vida prática intervindo diretamente sobre uma sociedade que podemos denominar de *real*, em contraposição a uma sociedade ideal e utópica. Gramsci discorre sobre uma possível “revolução cultural”, cujo fio condutor seria a “reforma intelectual e moral”, a fim de dar cabo na alienação política que implica na cisão entre Estado e Sociedade Civil.

Nesse sentido, podemos constatar que o papel dos intelectuais vinculados ao CEBRAP foi o de criar, além de sintetizar e sistematizar idéias a respeito de uma sociedade dependente sob o regime autoritário e participar da mesma por meio de intervenções interpretativas que os levaram à proposição de alternativas para a emancipação dessa sociedade, que deveria se pretender democrática, propondo a reativação da sociedade civil nessa direção.

Síntese, este é o elemento que nos leva a fazer a ponte com Mannheim: o intelectual enquanto o sujeito capaz de fazer a síntese das diversas perspectivas como problema da sociologia e da política, capaz de dotar determinada sociedade de uma nova interpretação do mundo, a assim chamada *intelligentsia*, cuja competência conduz à emergência de uma concepção de mundo (*weltanschauung*) crítica e ao comprometimento com uma verdade relacional, mas não relativa, num caminho que nos conduz a pensar numa política científica, refletindo sobre a vinculação entre contextos sociais e históricos. Daí a pertinência de falarmos em Sociologia do Conhecimento¹⁹

¹⁹ Apenas para indicar um aspecto crítico referente às limitações da sociologia do conhecimento, que não comporta espaço em nosso trabalho, contata-se, segundo José Murilo de Carvalho, que nessa vertente de análise o “contexto determina o pensamento”. Para explicitar melhor as limitações deste estilo de análise



enquanto método que nos impele a trabalhar conjuntamente com os “modos de pensamento concretamente existentes” e o “contexto de ação coletiva”. Segundo Mannheim (1968, p. 31):

... a Sociologia do Conhecimento não parte do indivíduo isolado e de seu pensar... [ela] busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum.

De acordo com o autor, ao refletir sobre o mundo em que vive, o homem reunido em grupos participa e se acrescenta num pensar que o antecede e, conforme o caráter e a posição do grupo que se insere, se comprometerá em transformar ou apenas manter uma determinada situação. Dessa forquedura surge o “fio orientador” da manifestação de seus problemas, conceitos e formas de pensamento, delineado pelo ambiente específico da atividade coletiva, uma vez que se deve considerar que a análise do objeto “ocorre num contexto permeado por valores e impulsos volitivos do inconsciente coletivo” (MANNHEIM, 1968). Nesse sentido, o autor aponta a possibilidade de orientação científica, ou seja, da intervenção intelectual para a organização da vida pública, no que se refere a sua transformação ou manutenção, dependendo de uma série de condicionantes que dão os contornos específicos de cada contexto social.

Assim, o caráter da mudança é demonstrado quando estratos da sociedade, que se encontravam até determinado momento isolados, começam a se comunicar revelando

sociológica o autor nos remete ao debate travado nos anos 1970 entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco, ainda que ambos estejam no mesmo campo de análise, a teoria do conhecimento e com ela a valoração do contexto social: “Simplificadamente, Schwarz afirmou que as idéias, sobretudo o liberalismo, no Brasil do século XIX e pelo menos até 1930, estariam fora do lugar. O liberalismo teria surgido na Europa como produto ideológico do capitalismo triunfante. Importado para um país em que predominava o modo de produção escravista, ele deixava de ser até mesmo uma ideologia ocultadora da exploração do trabalho, como era na Europa. Tornava-se comédia ideológica, um divertimento das elites vazio de sentido, reduzido a um verbalismo ornamental. Franco respondeu que o Brasil, embora escravista, era parte integrante do sistema capitalista mundial. Não haveria nenhuma distinção essencial entre as partes do sistema, todo ele voltado para o lucro. As idéias importadas estariam assim no Brasil perfeitamente em seus lugares. Sua produção e circulação seriam determinadas internacionalmente pelo sistema capitalista global. A autora, ao final, acusou Schwarz de retrocesso ideológico por separar a condição brasileira do capitalismo internacional, arrefecendo assim a radicalidade da crítica ao sistema capitalista” (CARVALHO, 1998, p. 150/151). Cf. SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas. **Estudos CEBRAP 3**, 1973; FRANCO, M. S. C. As idéias estão no lugar. In: **Cadernos de Debate 1**, 1976. P. 61-64.



um novo momento do desenvolvimento histórico, caracterizando então um estágio de democratização geral.

Salientamos ainda que não é arbitrário considerar o grupo de pesquisadores vinculados ao CEBRAP como constituintes de uma *intelligentsia*, enquanto característica dos tempos modernos, ao compreendermos nos termos de Mannheim (1968, p. 38) que: “Em cada sociedade, há grupos sociais cuja tarefa específica consiste em dotar aquela sociedade de uma interpretação do mundo. Chamamos tais grupos de *intelligentsia*”.

Todavia, é importante ressaltar que o intelectual, nesse caso não possui nenhuma relação com a idéia de um *deus ex-machina* que estaria visualizando todo o movimento social, prescrevendo-lhe soluções. Simultaneamente, há outros grupos refletindo e emitindo opiniões a respeito da sociedade em que vivem, uma vez que seria uma “ilusão do intelectual” a existência de um modo único de pensar e interpretar o mundo, como ocorria, por exemplo, na Idade Média sob o poder eclesiástico. Nas próprias palavras de Karl Mannheim (1974, p. 137/138):

(...) Os deterministas sociais poderão perguntar-se se intelectuais que refletem a corrente podem também influenciá-la. Afinal de contas, o intelectual é ou não meramente uma crista de onda? Pode-se esperar que o cata-vento controle o próprio vento? É verdade que, enquanto grupo, eles não controlam nem o poder nem os recursos materiais. Eles nem mesmo se filiam aos mesmos partidos, tanto que os encontramos em grupos de pressão opostos e em classes em conflito; mas eles deixam suas marcas sobre a interpretação pública dos problemas, e já houve ocasiões em que desempenharam um papel no momento da escolha, quando havia escolhas.

Nesse sentido, constata-se que, muito mais do que impulsionada por determinismos históricos, essa *intelligentsia* que emerge com o CEBRAP e que terá grande influência nas Ciências Sociais como um todo ao longo dos anos setenta, se move como sujeito social e político desvinculado da Academia e engajado em “centros de reflexão”. Adotará paixões políticas que acaba por conduzir à tentativa de interpretação das sociedades dependentes e, conseqüentemente, a uma reflexão que pudesse propor caminhos para a superação do contexto político, econômico e social que marca o Estado Autoritário no Brasil. Nesse contexto, também é possível vislumbrar a “intenção” de um processo de “ida ao povo”, contudo, é necessário reconhecer que estes intelectuais continuarão diferenciando-se do “povo”, pela posição que ocupam na

sociedade como cientistas sociais. Conforme indica Mannheim, a *intelligentsia* muito além de influenciar o contexto histórico, que em nossa pesquisa tem como marca o pós-64, deixa registrada na história sua posição, e nesse caso nossa ênfase recai na interpretação pública sobre os efeitos do capitalismo numa sociedade periférica e sua “transformação” por meio da instauração de um processo que conduzisse à transição democrática e, por fim, à Democracia.

Diante dessa abordagem apontamos, conforme Mannheim, que as crises e as exigências da vida social fornecem a: “matéria empírica, as interpretações sociais e políticas e as hipóteses por meio das quais os acontecimentos se tornaram analisáveis”. Esta não é uma característica específica do exercício intelectual dos anos 1970, podendo ser identificada facilmente em outros momentos históricos, conforme nos exemplifica a afirmação de Cepêda (2008, p.02):

Neste sentido, a primeira metade do século XX é caracterizada por grandes transformações no horizonte intelectual marcadas pelas grandes mudanças nas relações geopolíticas, pelas crises econômicas recorrentes da economia mundial e pelo reexame do pensamento liberal, tanto na percepção econômica quanto política.

Assim, ao considerarmos que é o contexto que atribui significado aos fatos e às idéias produzidas a respeito deles, verificaremos que a implantação de Estados Autoritários, no Brasil e em toda América Latina apresenta-se, ao lado dos problemas já existentes nas diversas esferas sociais, como um agravante de uma crise que sempre rondou as reflexões intelectuais: a preocupação com a emergência da justiça social. O corolário desse enredo histórico, especificamente nos anos 1970 no Brasil, seria o questionamento do pensamento hegemônico estabelecido pelas Ciências Sociais em anos anteriores. Reaímos neste momento na reflexão a respeito da conduta política, ou melhor, de um espaço que necessita de uma orientação política a fim de superar alguns obstáculos estruturais característicos de contextos autoritários e que implicam no irracionalismo de sua estrutura social: “a competição sem controle e a dominação pela força”, apontados por Mannheim como as duas principais fontes de irracionalismo.

Reafirmamos aqui o fato de que os intelectuais vinculados ao CEBRAP, em especial Fernando Henrique Cardoso, assinalam a importância dos aspectos políticos na análise sociológica, bem como, em conformidade com Mannheim assinalam a precisão da ciência no auxílio da construção de projetos de modernidade em contextos de

dependência e a sua relevância para a emergência da racionalidade, enquanto orientadora da vida pública. Essencialmente, estes intelectuais estão pleiteando a superação do Estado Autoritário e com ele de todos os “obstáculos estruturais à emergência da ordem social competitiva”, conforme diria Florestan.

Ao discorrer sobre o contexto e os intelectuais nos anos 1970 Giannotti tece algumas considerações marcantes sobre o papel do intelectual, enquanto ideólogo em meio a ditadura militar no Brasil e sobre o compromisso desses intelectuais diante da realidade onde procuravam sobreviver, ainda que no esforço de interpretação e de alternativas para esta realidade falassem aos seus próprios pares e que, em linhas gerais, nos remete a Mannheim, bem como alude à Sociologia crítica proposta por Florestan Fernandes, no que tange a um modo de pensar a realidade social a partir da raiz:

Uma representação não paira no ar, de um ou outro modo visa a verdade, se põe como tal, de sorte que, nessa posição, se defronta com outras verdades e se insere no fluxo do pensamento objetivo. Assim sendo, o trabalho do ideólogo contém em si mesmo uma semente que cabe despertar, é um passo que tropeça, se nega e estaca. O ideólogo nada mais é portanto do que o sábio, que, coibido por suas condições de existência, esbarrando em obstáculos objetivos e subjetivos, adormece no meio do caminho. Isto vale para qualquer tipo de representação, seja qual for sua coloração política. No que nos diz respeito mais de perto, sem dúvida foi um momento importante, quando os horizontes se fecharam e se tentou conservar uma forma e uma possibilidade de pensar. Formou-se uma espécie de solidariedade muda, feita na base de sinais cifrados, dizendo que estávamos ali e continuávamos a acreditar. Mas essa posição não avança, não vai além do público já capacitado a receber a mensagem cifrada e sofre o risco imediato de retirar das significações sua eficácia, transformando-as em invólucros vazios. Cumpre retomar nossa função crítica e retomar o caminho que a oposição perdeu, desde há muitos anos, de pensar os problemas pela raiz (GIANNOTTI, 1974, p.58).

Desse modo, afirma Mannheim (1968, p. 73): “Para trabalhar em Ciências Sociais é preciso participar do processo social... no contexto da vida social... [como] pressuposto para a compreensão da natureza interna deste contexto de vida”. O contexto da vida social acompanhado pela crise faz surgir um complexo de problemas referentes à questão da ideologia e da utopia, como um campo de interesse da Sociologia do Conhecimento. Nesse sentido, o autor valoriza a formulação marxista de ideologia que, por sua vez possibilita a passagem para a Sociologia do Conhecimento com uma concepção não valorativa de ideologia. O intelectual deve atingir, enquanto critérios de cientificidade, a neutralidade e a objetividade. Sua intenção, com isso, é procurar

garantir que não haja um vínculo com uma concepção exclusiva de mundo, mas com as várias existentes, sem um juízo de valor histórico absoluto que deve ser extrapolado, já que a verdade é relacional e não relativa. Mannheim elucida o que seria um procedimento relacional, por meio do seguinte exemplo:

Quando o menino camponês urbanizado caracteriza como “rústicas” certas opiniões sociais, filosóficas ou políticas encontradas entre seus parentes, ele não mais questiona tais opiniões como um participante homogêneo, isto é, lidando diretamente com o conteúdo específico do que é dito. Antes, as relaciona a um certo modo de interpretar o mundo que, por sua vez, está, em última análise, relacionado a uma certa estrutura social que constitui a sua situação (MANNHEIM, 1968, p.303).

Inclusive para o autor essa nova epistemologia que nos remete à Sociologia do Conhecimento parece nascer do problema colocado pelo relativismo. Além disso, acompanhando o uso feito por Mannheim do conceito de ideologia marxista encontra-se a idéia fundamental de que o produto do pensamento não pode ser separado do mundo material em que está inserido. Apenas para efeito de nota, é necessário apontar que não obstante Mannheim reconhecer que Marx estabeleceu um dos pressupostos da Sociologia do Conhecimento, ao romper com o idealismo de vertente hegeliana, o autor irá assinalar a limitação presente no conceito de ideologia cunhado por Marx. De acordo com Cepêda e Deffacci (2008, p.9):

... a crítica ao posicionamento marxiano frente à questão da ideologia é retomada por Mannheim, tendo em vista que ao atribuir a ideologia a uma classe em específico e, ao mesmo tempo, carregá-la de um aspecto moral, construiu-se um obstáculo para sua abordagem de um modo compreensivo. A passagem do nível particular para o nível total foi interrompida no instante em que apenas uma classe pôde ser a portadora da “verdadeira” visão de mundo.

A discussão de Mannheim sobre o papel do intelectual aponta para a sua relação entre pensamento e existência (interesses, significados, recortes, valorações – o que está inclusive muito próximo às relações causais de Weber), a busca pela síntese, o fato dos intelectuais terem uma ação politicamente direcionada e de assumirem um papel específico nos tempos modernos enquanto mediadores entre os diversos grupos a fim de planejarem a reconstrução da sociedade mediante formas de controle racional, advindas

do que Mannheim chamou de técnicas sociais, que deveriam ser colocadas em prática por meio da educação, objetivando um planejamento social eficaz. Esse processo leva o autor a se referir à necessidade do trabalho intelectual num plano imanente, ou seja, seu trânsito de um plano teórico das Ciências Sociais para a realidade social, compreendendo a realidade a partir de sua concepção de mundo e relacioná-las com as demais perspectivas, com isso, colocando em prática o chamado relacionismo, proposto pelo autor.

Mannheim irá propor três passos metodológicos complementares de análise:

Primeiro passo – As expressões documentadas de pensamentos, sentimento ou gosto são examinadas para que se revele seu sentido inerente ou pretendido, enquanto as indagações sobre sua validade ou veracidade intrínsecas ficam adiadas até o terceiro passo.

Segundo passo – Toda a gama de relações sociais nas quais essas expressões são concebidas e realizadas é delineada e estabelecida. Especial atenção deve ser dada às escolhas e à ordem de preferências implicitamente manifestadas pelas ações dos participantes de uma dada situação.

Terceiro passo – A análise de conteúdo das manifestações é retomada no contexto restaurado da interação original, reconstruindo-se por completo seu significado situacional (MANNHEIM, 1974, p. 36).

Nesse sentido, o autor estabelece como propósito conceber o que denominou de “dimensão social da mente”, contrapondo-se ao exercício escolástico da filosofia medieval e sua busca pelo equilíbrio entre a fé e a razão, a fim de desvendar as estruturas de grupo e suas escolhas que refletem “expressões de sentido” e, então, fazer prevalecer a relação entre sociedade e pensamento: “Tijolos e cimento sem a intervenção do pedreiro e do arquiteto não constituem um edifício, assim como uma estrutura histórica não pode ser reconstruída em seus elementos sem um projeto que harmonize as peças numa configuração significativa” (MANNHEIM, 1974, p. 36). Desse modo, o autor conceberá a Sociologia do conhecimento como uma tarefa sociológica que procura definir as aspirações que envolvem um estrato social, como o intelectual, por exemplo, e sua visão de mundo sobre a realidade num determinado contexto, tendo por base idéias e métodos já existentes e sujeitando-os “a uma mudança de função”.

Essas considerações nos permitem constatar a participação política dos intelectuais no sentido mannheimiano, no que se refere à capacidade desse grupo de prover meios de interpretação e explicação do mundo para o processo de mudança

social. E seria juntamente este o problema da *intelligentsia* para Mannheim, ou seja, sua “pretensão intervencionista”. O que legitima a existência de um intelectual público é sua capacidade de intervenção na realidade social e de intérprete dessa mesma realidade e, por conseguinte, portador de percepção histórica, portador da síntese, com o propósito de superar os dilemas que se apresentam numa realidade social específica. Síntese, que por sua vez, não é necessariamente verdadeira, porque não é absoluta, mas que deve privilegiar as diversas perspectivas, refutando as visões unilaterais de pensamento, a fim de expressar o espírito da época e, assim, requerer uma unidade do todo social. Nessa perspectiva, reconhecendo a dinâmica social e histórica, “cujos problemas crescem diariamente em número e dificuldade”, afirma Mannheim (1968, p.177): “Numa esfera em que tudo se acha em processo de transformação, a única síntese adequada seria uma síntese dinâmica, reformulada de tempos em tempos”.

Contudo, o intelectual proposto por Mannheim, para ser capaz de fazer a síntese, não está vinculado a interesses de um grupo específico, uma vez que seu comportamento deve se voltar para interesses gerais que congreguem “elementos comuns” de percepções diversas de mundo. Desse modo, Mannheim irá referir-se à *intelligentsia* como um ator social da modernidade, que constitui uma camada intersticial na sociedade, devido a sua postura crítica que contribui para estabelecer uma visão de mundo que pode corresponder em algum momento aos interesses de um grupo específico, bem como da sociedade como um todo e assinala:

Um dos fatos mais marcantes da vida moderna é que, nela, diversamente do que acontecia nas culturas precedentes, a atividade intelectual não é exercida de modo exclusivo por uma classe social rigidamente definida, como a dos sacerdotes, mas por um estrato social em grande parte desvinculado de qualquer classe social e recrutado em uma área mais extensa da vida social (MANNHEIM, 1968, p. 181).

Em alguma medida, podemos verificar que as abordagens de Gramsci e Mannheim estão presentes nesse grupo de intelectuais dos anos 1970, quando empregam determinadas concepções de mundo, bem como determinadas teorias e metodologias sociológicas, que marcaram a experiência de uma *intelligentsia* que se propõe analisar a realidade brasileira e encontrar formas de superação para o Regime Autoritário, almejando inclusive a modernização da pesquisa em Ciências Sociais. Em síntese, Gramsci e Mannheim conquistaram um espaço importante na cultura brasileira



constituindo referências obrigatórias para a reflexão sobre a *intelligentsia* e sobre nossos dilemas e projeção de futuro. Ao mesmo tempo, o espaço conquistado por eles, assim como a maneira como foram incorporados nos anos 1970, entre outras coisas, se deveu de algum modo ao grupo do CEBRAP, seja por meio de sua produção ou por meio do sentido em que seus pesquisadores acabam atribuindo as suas trajetórias, enquanto intelectuais com determinadas responsabilidades e compromissos.



CAPÍTULO II – ESTAGNAÇÃO X SITUAÇÕES CONCRETAS DE DEPENDÊNCIA: A ANÁLISE SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO

Considerações Preliminares

Reportando-nos ao contexto latino-americano, finda a 2ª Grande Guerra, a década de 1950 emerge com uma promessa de superação do subdesenvolvimento levada adiante pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão criado pela ONU em 1949, em Santiago do Chile, dirigida pelo economista argentino Raúl Prebisch e tendo como um dos pilares de seu pensamento o economista brasileiro, Celso Monteiro Furtado (1920-2004), que ocuparia no período de 1949-1957 a função de diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL.

A CEPAL²⁰ inaugura uma nova linhagem teórica sobre o desenvolvimento econômico na América Latina com uma visão otimista sobre o futuro destes países, acreditando que através de uma política correta de industrialização impulsionada pela ação estatal em aliança com a burguesia e o proletariado, a periferia seria capaz de superar sua condição progredindo tecnicamente, a fim de alcançar um desenvolvimento capitalista “autônomo”, em contraposição ao imperialismo das economias hegemônicas.

Entretanto, constatamos que esse “otimismo” que marca a intelectualidade dos anos cinquenta se desconstrói nos anos sessenta. E, a partir de então, assistiremos a emergência de novas interpretações sobre a condição dependente e de uma *intelligentsia* caracterizada por uma atitude crítica e, no limite, pessimista frente à produção científica sobre o modelo de desenvolvimento formulado pela CEPAL. Um pessimismo que surge da constatação de uma suposta estagnação econômica e do fracasso das políticas de desenvolvimento propostas. Ocorre que vários intelectuais ligados a CEPAL ficaram sob a influência de teses estagnacionistas²¹ com referência ao

²⁰ É importante ressaltar que o pensamento cepalino irá modificar-se ao longo das décadas que se seguem, mediante não somente às mudanças de seus quadros intelectuais, mas também diante das conjunturas históricas e políticas dos países latino-americanos, principalmente nos anos oitenta e noventa, com o advento do neoliberalismo na América Latina.

²¹ Por um lado, o início dos anos sessenta revelava uma sociedade cada vez mais politizada, estimulada pelo que parecia ser uma possibilidade de transformação concreta da realidade e impulsionada por uma grande atividade teórica e intelectual. De acordo com Paulo Arantes, antes de 1964 prevalece uma sociologia que “se interessava pelos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no intuito, sobretudo, de remover essas barreiras em nosso caminho para o moderno” (Arantes, 1992, p. 15). A

destino dos países periféricos, inclusive do Brasil, que seriam incapazes de superar o subdesenvolvimento.

Assim, logo após o Golpe Militar de 64 surgem novas linhas de interpretação sobre o desenvolvimento capitalista em sociedades periféricas dentro e fora da CEPAL, como afirma Gabriel Palma (1987, p.59): “como resultado de esta perda de influencia de las análisis de la CEPAL se realizaron varios intentos de reformulación de sus postulados”.

Werner Baer, ao analisar as políticas pós-1964, indica a presença de um pensamento entre os economistas da época que atribuía os desdobramentos históricos do momento ao contexto anterior dos anos cinqüenta, o que inclusive se constituirá num dos pontos de crítica da análise de Paul Singer sobre as causas da crise de 1962-1967 que antecede o período do “milagre econômico”, como veremos no próximo capítulo. Assim, segundo Baer (1977, p. 8):

Os economistas que configuraram a política do Brasil depois da alteração de regime em 1964 pertenciam àquela escola de pensamento que imputava o declínio econômico à maneira desequilibrada como ele cresceu durante os anos de ISI [industrialização para substituição de importações] e às distorções na alocação de recursos, que resultaram da combinação de inflação e controle de preços.

Diante desse contexto, até mesmo Celso Furtado de alguma maneira se envereda por uma visão estagnacionista sobre a realidade brasileira e latino-americana, construindo uma “teoria do subdesenvolvimento²²”, segundo a qual este não seria meramente uma fase a ser superada dentro do processo de desenvolvimento, pois o sistema econômico que se formou no Brasil e em toda a América Latina seria incapaz de gerar um sistema autônomo que conduzisse ao crescimento, acarretando, com isso,

efervescência cultural que aflora nessa época reflete o cenário nacional a partir de 1945 com o advento da democracia, consolidando a classe operária como ator social e desembocando numa forte movimentação das camadas médias urbanas. Nesse contexto, emergem vários círculos de esquerda que abordam os problemas do desenvolvimento econômico capitalista na América Latina. Dentre eles, encontra-se a POLOP (Política Operária/1961), que teve Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos como dois de seus principais fundadores. Coerentes com a organização que ajudaram a fundar, os esforços de Marini e Santos nesse período voltavam-se para a análise do caráter da burguesia nacional, do desenvolvimento nacional e da estagnação social, defendendo a idéia de que a Revolução Socialista seria o caminho fundamental para se superar a situação de dependência (BAPTISTA, 2004).

²² De acordo com Cepêda (2008, p. 03): “O período entre as duas guerras mundiais foi o ponto de partida para as teorias que engendraram o tema do subdesenvolvimento e que assinalaram uma nova relação entre economia e política com a sobrevalorização do Estado não como corretor de desequilíbrios, mas como promotor de desenvolvimento”



uma estagnação. Esta situação seria referendada pelas próprias economias desenvolvidas que impediam o progresso técnico da periferia e, por conseguinte, colocavam-se como um obstáculo ao seu desenvolvimento. Furtado, por volta de 1966, chega a falar em *pastorização* para caracterizar o Brasil após o Golpe de 1964 (FURTADO, 1977).

Entretanto, Cepêda chama a atenção para o fato de que esta discussão já estava presente no debate intelectual, ou seja, a descoberta do atraso econômico e suas resultantes é antiga, porém somente no final dos anos 1940 adquire sua expressividade temática, talvez como reflexo do fim da 2ª. Guerra, tornando-se “o fio condutor do pensamento social no debate intelectual entre os anos 40 e 70 do século passado”:

A consciência desse processo não é originária deste período específico, mas é nesse momento que se converte numa teoria de ampla aceitação. As concepções de List (*Sistema de economia nacional*) e os conceitos de pré-capitalismo e imperialismo que surgem do campo marxista já enunciavam o problema (CEPEDA, 2008, P. 3).

Com seus direitos políticos cassados em 1964, Celso Furtado viveria uma profunda modificação em sua trajetória de homem público, de “político não-partidário” na expressão de Francisco de Oliveira. Num contexto estigmatizado pela ditadura militar, Furtado dirige-se à universidade e aos “ares do mundo”, concentrando forças na vida acadêmica e a partir de então seus trabalhos voltar-se-iam não para propostas de interpretação a respeito da realidade que o cercava (OLIVEIRA, 1983 e BRANDÃO, 2003). Nesse sentido, Furtado afirma que:

A experiência brasileira põe em evidência a necessidade de estudos aprofundados do processo de industrialização nas condições do subdesenvolvimento. A tese, que prevaleceu imediatamente após a guerra, de que a industrialização constitui razão suficiente para a absorção do subdesenvolvimento, está certamente desacreditada (FURTADO, 1972, p.8).

Será sob esta atmosfera que Furtado desenvolverá suas análises, num clima tenso e pessimista, alentado pela comprovação de que a industrialização, ao contrário do que haviam prescrito as teorias desenvolvimentistas, não solucionaria o problema do subdesenvolvimento na periferia. Esta postura o conduz à conclusão de que a

estagnação é um elemento próprio, inerente ao sistema econômico de países subdesenvolvidos.

Contudo, em meados dos anos 1960, a discussão do tema sobre a “teoria” da dependência, articulando as esferas política e econômica, se fortalece, sobretudo por meio das análises de Fernando Henrique Cardoso que terão repercussão nacional e internacional. Com isso, surgem vários estudos que, assim como os de Cardoso, centrarão foco na negação às teses da estagnação. Porém, de acordo com Pécaut, a conclusão de que a economia não estava essencialmente marcada pelas teses estagnacionistas: “foi uma descoberta lenta, difícil e polêmica, pois rompia o dogma da estagnação” (PÉCAUT, 1990).

Na verdade, a partir de 1964 o debate intelectual, em linhas gerais, produzirá análises críticas sobre a produção teórica elaborada, principalmente, durante a década de cinquenta e início dos sessenta, onde encontramos a figura de Celso Furtado. Como indica Lahuerta (1999, p.75):

O embate intelectual que se trava nos anos imediatamente posteriores ao golpe militar é extremamente positivo, anunciando fortes elementos de crítica à cultura política do período anterior. O primeiro grande debate é econômico e envolve Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, entre outros, e gira em torno dos “entraves estruturais”.

A ênfase temática outrora direcionada à discussão sobre o modelo desenvolvimentista transitará, paulatinamente, para a Dependência, uma vez observada as limitações do primeiro e a necessidade de construir interpretações sobre a realidade que fossem além do debate que fundamentava o desenvolvimentismo na periferia. Nesse contexto, o conceito de dependência adquire um *status* científico que predominará nos debates acadêmicos, se tornando o cerne dos estudos de vários autores durante os anos sessenta e setenta.

Esse conjunto de preocupações, essa agenda temática, tem forte relação com os estudos de Cardoso repercutindo durante a década de 1970, causando “grande impacto entre a intelectualidade e as forças de oposição, além de revelar o eixo da mudança de repertório conceitual que viria a se efetivar na cultura política da oposição” (LAHUERTA, 1999, p.130). Os ensaios e artigos escritos por Cardoso são representativos de um novo modelo de interpretação sobre as possibilidades de ação

política no Brasil; modelo de interpretação que se repercute nos trabalhos de grande parte dos intelectuais vinculados ao CEBRAP.

Entretanto, desde já afirmamos que os teóricos da dependência procedentes da turbulência social que caracteriza os anos anteriores ao golpe militar de 1964, inclusive Celso Furtado, fizeram uma importante contribuição aos estudos posteriores sobre o tema. Talvez, tenha sido justamente a possibilidade de criticá-los, inclusive na forma como construíram suas análises, que propiciou se pensar a questão da dependência por outros ângulos, ampliando assim o debate.

Na esteira dessa contenda, encontra-se o artigo de Maria da Conceição Tavares e José Serra: *Mais além da Estagnação – Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil*, pela *Revista Latino Americana de Sociologia* (1971), com grande repercussão desde 1969 quando discutido pela primeira vez no Mesão e, desde então, sendo recorrente nos debates organizados dentro do CEBRAP, no início dos anos 1970, sobre a crítica das análises e interpretações que haviam sido feitas até então a respeito da economia brasileira.

Todavia, não se pode negar que Cardoso seria o grande precursor desse debate ao lançar a hipótese do empresário industrial brasileiro, em 1963, quando conclui sua tese de livre docência: *Empresário Industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Suas análises do início dos anos sessenta voltam-se às possibilidades de realização de uma burguesia progressista, bem como de um projeto nacional por ela proposto. Cardoso explicitará a fragilidade da política populista, de onde se desdobrará o golpe militar e, ao negar a existência de uma burguesia nacional “capaz de transformar a sociedade por ela própria, segundo seus interesses, contra as empresas estrangeiras e em benefício do povo” apresenta em seu lugar o empresário industrial – como uma classe que não acreditava na política nacionalista e nem possuía um projeto político próprio, vinculada seja às multinacionais, seja ao estado.

Nota-se que os diagnósticos de Cardoso sobre a realidade brasileira o acompanharão por toda sua trajetória intelectual. Exemplo disso é quando, em 1975, ao discorrer sobre o tema, considera:

[...] Vou repetir o argumento que tenho usado várias vezes. A existência de um empresariado local é um dado da realidade. [...] Aqui também existe um setor agrário, um setor financeiro e o setor, hoje, talvez, mais expressivo do empresariado local: os contratistas de obras. Se alguém quiser analisar a burguesia nacional, de hoje, tem

que estudar os contratistas de obras, porque grande parte da acumulação privada local, até certo ponto, está localizada aí. [...] Mas, politicamente, o importante não é saber se o industrial é brasileiro, se o capital teve origem aqui, e sim como esses grupos se articulam e funcionam no conjunto da economia (CARDOSO, 1975i, p. 107).

Nesse sentido, no desenvolvimento de suas análises sobre o empresário nacional, podem-se identificar alguns dos fundamentos daquilo que, posteriormente, se constituiria na crítica às teses estagnacionistas predominantes, segundo Cardoso, no pensamento de autores como: Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank. Com isso, na segunda metade dos anos sessenta, após o Golpe Militar, ele introduzirá no debate as suas análises sobre a questão da Dependência.

É em meados dos anos sessenta que Cardoso se lançará de fato nesse debate contrapondo-se à visão pessimista da estagnação ao propor, juntamente com Enzo Faletto, o que denominaram de “um ensaio de interpretação sociológica” sobre a questão da Dependência, com o livro: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1975) ²³.

Diferentemente, não só da concepção cepalina, mas também de outros autores partidários das teses da estagnação, que se tornam seus interlocutores, Cardoso reivindicava a análise da situação concreta de dependência de cada país da América Latina.

A nova visão introduzida por Cardoso, segundo ele mesmo:

... rompia com a tradição de análise que via a questão do desenvolvimento como um processo de reposicionamento entre países na divisão internacional de trabalho²⁴ [...] a ênfase que antes era posta globalmente na relação entre o externo (o imperialismo) e o interno (a Nação) passou a ser mediatizada, nas análises sobre a dependência, pelo processo de luta entre as classes. Dessa forma, a questão do desenvolvimento deixou de ser uma questão econômica para ser uma questão política (CARDOSO, 1993, P.19).

Ao inovar teórica e metodologicamente os estudos sobre a dependência, introduzindo o aspecto político da questão, Cardoso se torna um ator político que finca fortes raízes enquanto componente fundamental da *intelligentsia* brasileira. Nesse

²³ Este livro teve sua primeira edição por volta de 1967 no Chile.

²⁴ De acordo com Paul Singer (1976), a divisão internacional do trabalho, enquanto um conceito derivado da Divisão Social do Trabalho, designa a especialização da produção de determinadas mercadorias destinadas ao mercado internacional, bem como o intercâmbio entre países ou nações.



sentido, ele pode ser identificado com uma geração de intelectuais cujos estudos “personificaram momentos importantes da ruptura com a cultura política dos anos sessenta e da incorporação de novos temas à agenda pública” (LAHUERTA, 2001). Como dizia Cardoso à época:

... esta revalorização da dimensão política na história dos povos dependentes e a redescoberta do caráter fundamental da situação de dependência... constituem... o contexto dos novos desafios intelectuais postos pela situação latino-americana (CARDOSO, 1969, p.16).

Formalmente, não cabem dúvidas sobre o fato de que o prestígio e o reconhecimento intelectuais adquiridos por Cardoso o tornaram um “intelectual que dirige intelectuais”, numa dinâmica em que tanto o CEBRAP se nutre da legitimidade intelectual de Fernando Henrique Cardoso quanto este se sustenta no CEBRAP, enquanto um espaço para o debate intelectual que lhe concede o amparo institucional que aspira:

Por seu cosmopolitismo *gauche* Cardoso estará sempre na vanguarda das discussões, beneficiando-se de toda uma rede de contatos e de interlocutores internacionais e contando, para dar respaldo a suas formulações, com a estrutura intelectual que o CEBRAP lhe proporcionava (LAHUERTA, 1999, p. 211).

O vulto que adquire Cardoso nos anos setenta, como nos diz Lahuerta: “a tal ponto que, o autor torna-se maior que a própria obra”, parece também lhe ter dado o “poder” de colocar na penumbra, os modelos interpretativos que predominam no pré-64, que, no limite, formavam as fileiras da luta contra o capitalismo que se desenvolvia nos países subdesenvolvidos da América Latina chegando ao ponto de se colocarem à esquerda da própria Esquerda.

2.1 – Notas sobre a crítica do “modelo” brasileiro de Celso Furtado

O significado da produção sociológica dos pesquisadores do CEBRAP repercute presentemente não apenas na agenda de análises sobre o pensamento social brasileiro, como também nos debates que buscam uma compreensão sobre a realidade político-social brasileira. É, justamente, nos artigos e ensaios publicados pelo Centro que encontramos um profuso material que permite nos inscrevermos no debate.

Desse modo, além do já citado artigo de Serra e Tavares, haviam também os artigos de Fernando Henrique Cardoso, reunidos posteriormente em dois livros: *O Modelo Político Brasileiro* (1972) e *Autoritarismo e Democratização* (1975), representativos da crítica a respeito da estagnação econômica, bem como os artigos: de Francisco Weffort: *Notas sobre a “Teoria da Dependência”: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional?* (1971)²⁵; de Francisco de Oliveira: *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista* (1972); Luiz C. Bresser Pereira: *A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado* (1975); e de José Serra e Fernando Henrique Cardoso: *As Desventuras da Dialética da Dependência* (1978).

De antemão, para nos situarmos nesse debate, retomamos uma passagem da resenha de Carlos E. da Silveira, *A “Análise do Modelo Brasileiro” de Celso Furtado* (1972), que nos auxilia na compreensão da percepção de como o tema sobre a estagnação, bem como um de seus mais destacados representantes no Brasil, eram abordados:

“Modelo Brasileiro”, “Milagre Brasileiro” ou “Desenvolvimento Recente”, como quer que se denomine, a verdade é que o debate em torno desse tema tem predominado entre aqueles que se interessam pelos destinos do país, e este interesse se redobra quando um intelectual do porte de Celso Furtado se propõe a analisá-lo, indo às raízes, aos fundamentos e ao futuro da economia e da sociedade nacional (SILVEIRA, 1972, p.165).

Nessa direção, afora os trabalhos de Cardoso produzidos na década de 1960, uma das primeiras versões críticas sobre o tema da Estagnação se explicitará no artigo

²⁵ Este texto constitui uma versão modificada de uma comunicação apresentada no 2. Seminário Latino-americano para el Desarrollo, promovido pela Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales (FLACSO), sob patrocínio da UNESCO, em novembro de 1970. O comentário sobre a comunicação de Weffort seria na ocasião feito por Fernando Henrique, publicado também na Revista *Estudos CEBRAP I*, sob o seguinte título: “Teoria da Dependência” ou *Análises Concretas de Situações de Dependência*.

de Tavares e Serra, onde os autores retomam, de acordo com Francisco de Oliveira (1972, p.7): “um estilo e um método de interpretação que estiveram ausentes da literatura econômica latino-americana durante muito tempo, sepultados sob a avalanche cepalina e inscreve-se como um marco e um roteiro para novas indagações”.

Em *Mais além da Estagnação – Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil*, Serra e Tavares criticam essencialmente as conclusões de Celso Furtado expressas em seu texto: *Fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento*²⁶, onde o autor justifica sua hipótese sobre a estagnação econômica do Brasil tendo, em geral, como uma de suas bases explicativas o fato da maioria da população latino-americana não compartilhar dos benefícios do crescimento econômico, mantendo-se subempregada.

Esta constatação, para Furtado, confirmaria a insuficiência de dinamismo do capitalismo, como conseqüência da perda de dinamismo do processo de industrialização no período da substituição de importações. Nesse contexto, comenta Furtado (1972, p.27/28): “... de um lado está a massa da população, cujo poder de compra médio permanece praticamente estagnado, de outro está a minoria privilegiada com altos padrões de consumo em rápida diversificação”. O resultado desse modelo de industrialização se expressaria no aumento da dependência, na concentração de renda, na marginalização de grande parte da população, no controle autoritário da sociedade por uma tecnoburocracia, enfim no “subdesenvolvimento industrializado”.

Diante destas constatações, é necessário esclarecer que Furtado procede de uma conjuntura, na qual a experiência para alavancar a economia brasileira e com ela nosso desenvolvimento havia sido um fracasso, o que acaba por originar determinadas formulações a respeito da realidade brasileira que, no limite não apresentavam observações positivas em relação à mesma. Segundo Cepêda (2008, p. 09): “Sendo assim, o problema passa a desdobrar-se no conteúdo do projeto de desenvolvimento: qual o projeto de futuro e quais os elementos que permitiriam uma escolha acertada para o salto do desenvolvimento?”.

Furtado considera que um dos problemas da dinâmica econômica seria a distribuição desigual de renda, apontando para a irracionalidade do capital. Nesse sentido, por exemplo, Furtado ao construir sua crítica sobre o modelo brasileiro aborda o problema da concentração de renda e levanta o fato de que os investimentos cada vez

²⁶ Este artigo fora publicado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina: uma abordagem estruturalista* (1964), de Celso Furtado.



mais crescentes em sociedades de renda concentrada afastam a possibilidade de afirmação de um contexto mais igualitário. Segundo Baer (1977, p. 19/ 20):

Ele argumenta que o perfil da estrutura produtiva que se desenvolveu nas últimas décadas, no Brasil, reflete o perfil da demanda da população. Este último, por outro lado, é influenciado pela distribuição da renda. Como as indústrias tecnologicamente mais avançadas estão supostamente em setores fornecedores aos grupos de renda mais alta, seu contínuo dinamismo depende do crescimento da procura por seus produtos. Conseqüentemente, surge a necessidade de manter ou mesmo aumentar a concentração da renda.

A tese da estagnação econômica nasce em Furtado, como já assinalamos, influenciado pelo pessimismo que, igualmente, contaminara a CEPAL e outros autores. No Brasil, o projeto cepalino inspiraria as ideologias isebianas, pretendendo realizar um processo de industrialização acelerada através das “forças progressistas” identificadas, com o Estado, a burguesia industrial e o proletariado. Além disso, o nacional-desenvolvimentismo tinha como objetivo lançar mão não apenas, como esclarece Paul Singer (1977), de um desenvolvimento que trouxesse como conseqüência para o futuro uma rápida urbanização, com estruturas urbanas baseadas no transporte individual – o automóvel – daí o investimento nas indústrias automobilísticas, como também de um desenvolvimento que possibilitasse, conforme Sintoni (1999, p.129): “o resgate do ‘ser’ nacional da condição alienante, originada pela situação de dependência de um país subdesenvolvido como o Brasil”.

Entretanto, verificou-se que a modernização que se pretendeu instaurar no país agravou as contradições sociais já existentes e, simultaneamente, gerou contradições que acabaram por estreitar a relação entre Centro e Periferia. Diante desse contexto, Furtado será um dos autores que constatará a inexistência de um projeto nacional brasileiro, que necessitava ser elaborado e construído. É, mais ou menos, nesse clima que apresentará o projeto de “pastorização”²⁷ no Brasil, uma vez constatada a falta de dinamismo do processo de industrialização e as contradições decorrentes da aceleração do desenvolvimento nos anos cinqüenta.

²⁷ A pastorização designava um modelo de *solução para uma nação-problema*. Historicamente falando, tal modelo fora criado pelos E.U.A após a 2ª Guerra Mundial e direcionado para a Alemanha, onde ficou comprovada sua inviabilidade. Segundo Furtado, ao contrário do Brasil, a Alemanha não possuía uma fração proporcional entre terra e população. Nesse sentido, afirmará: “Entretanto, esse projeto é teoricamente viável com respeito a um País com abundância de terras ainda não utilizadas, como é o caso do Brasil” (Furtado, 1977, p.16).



Em linhas gerais, o projeto incentivava a migração da população subempregada e marginalizada da cidade para o campo, com a redução dos investimentos tanto público quanto privado no setor industrial, fazendo enfraquecer com isso o mercado urbano e provocando, em contrapartida, o fortalecimento do setor rural que tenderia a crescer concentrando excedente de mão-de-obra. Assim, o corolário do modelo de pastorização apresentado por Furtado seria o decréscimo das tensões sociais, que antecederam o ano de 1964, bem como a “expansão horizontal da economia”, sendo possível a absorção de mão-de-obra, sem que para isso fosse preciso recorrer à utilização da tecnologia moderna.

Nesse sentido, constata-se ainda, frente à análise furtadiana, a presença de um aspecto importante com relação à existência de um dualismo estrutural inerente às sociedades subdesenvolvidas, nas quais se contrapõem um “setor atrasado” e um “setor moderno”, numa perspectiva estática e mecânica sobre o comportamento e as possibilidades de ação de economias subdesenvolvidas. Essa visão dual-estruturalista da realidade estava presente não só em Celso Furtado, como também nos trabalhos desenvolvidos pela CEPAL, cujo tipo de abordagem também se tornou objeto de crítica dos pesquisadores do CEBRAP, como veremos adiante na abordagem de Francisco de Oliveira.

Voltando-se para o problema dos padrões de consumo, Furtado verifica que o mesmo se diversificava apenas para uma minoria, não se difundindo para o conjunto do sistema econômico, como ocorre nos países desenvolvidos, ou seja, haveria relativa “diversificação sem difusão”. Nesse sentido, mais uma vez Furtado insiste no fato de que a industrialização apoiada nos mecanismos de substituição de importações não alterou o caráter do subdesenvolvimento. Conforme Silveira, ao esboçar uma síntese do pensamento de Furtado:

Tanto pelo lado do consumo – imitativo e altamente influenciado pelo chamado “efeito-demonstração” – como pelo controle do capital, a “dependência” permanece, e este é meramente um outro aspecto do mesmo fenômeno, qual seja o subdesenvolvimento (SILVEIRA, 1972, p.165).

Procurando demonstrar as debilidades do mote da estagnação econômica, bem como o fato desta ser apresentada como uma tendência que atingiria as economias latino-americanas, Serra e Tavares argumentam: “... em nosso entendimento, a crença nessa estagnação tem prejudicado significativamente o progresso das interpretações



sobre o modo em que operam algumas economias como a do Brasil” (TAVARES; SERRA, 1971, 1).

As teses da estagnação se disseminaram no meio intelectual e político brasileiro e, até certo ponto, latino-americano com o fim do processo da “substituição de importações”, que origina uma crença entre determinados intelectuais de que tais economias encontravam-se numa situação de insuficiência dinâmica. Estagnação estrutural era o diagnóstico observado por meio de estudos empíricos e de “modelos teóricos, explicativos e preditivos”.

“Estagnação ou Crise?” é um dos subtítulos do artigo em que Serra e Tavares definem melhor sua posição nesse debate ao afirmarem que:

Nossa idéia é de que a crise que acompanha ao esgotamento do processo substitutivo representa no essencial, ao menos no caso de alguns países, uma situação de trânsito para um novo esquema de desenvolvimento capitalista, que pode apresentar características bastante dinâmicas, ao mesmo tempo em que reforça alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas: a exclusão social, a concentração espacial, assim como o atraso de certos subsetores econômicos quanto a níveis de produtividade (TAVARES; SERRA, 1971, p.2/3).

No que concerne à análise crítica de Serra e Tavares, observamos que, como Furtado, essa vertente também evidencia o fato da maior parte da população encontrar-se em “condições de grande privação econômica”, mas isso, segundo estes autores, ocorre em virtude do dinamismo do sistema e não pela falta dele, como defende Furtado. Com isso, a crítica à produção teórica, complementa-se com o apontamento de um problema metodológico da análise de Furtado: “A constatação, obviamente, é correta, mas sua utilização nos termos assinalados, passa por cima da diferença entre os interesses dos grupos dominantes na América Latina e o interesse nacional” (TAVARES; SERRA, 1971, p.3).

Para além da crítica à estagnação, como sugere o próprio título do artigo, Serra e Tavares procuram analisar as formas peculiares que revelam a operação de uma economia capitalista, somando a esse exame a reconcentração econômica e os processos do progresso técnico: a expansão, a difusão e a incorporação.

De modo geral, ressaltam que há particularidades no Brasil que o diferenciam do resto da América Latina. A principal delas seria a presença de uma maior “solidariedade orgânica entre o Estado e o capitalismo internacional” que possibilitou a “inversão e

produção dos chamados setores estratégicos: petroquímica, mineração, siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicações”, estabelecendo “um núcleo integrado de recente expansão”. Assim, Estado e capital estrangeiro passam a compor os principais agentes da expansão, que no caso brasileiro possibilita a continuidade e o aumento da acumulação primitiva de capital. Constata-se, a partir de então, um amplo e crescente envolvimento do Estado na economia, inclusive pelo fato das Empresas estatais controlarem os setores do aço, petroquímica e mineração.

É evidente que a burguesia também compõe esse quadro, onde o choque de interesses, como afirma Cardoso, é “secundário diante das necessidades principais de manutenção de uma certa ordem estatal, de uma certa ordem de dominação”, o que existe é uma disputa natural pelo mesmo espaço econômico: “choque, em política, não é necessariamente frontal”, uma vez que “as pessoas que entram em choque podem, também, em níveis diferentes, estar em aliança” (CARDOSO, 1975i, p.98). Serra e Tavares, citam como exemplo dessa “solidariedade” a abertura da rodovia Transamazônica, anunciada pelo Governo Médici em 1970: “Ela representa um caso a mais de estreita solidariedade entre os capitais internacionais e os capitais nacionais, públicos e privados, seja na etapa da construção da rodovia, seja na etapa de exploração (madeira, minerais e pecuária)” (TAVARES; SERRA, 1971, p.26).

Nesse sentido, é pertinente lembrarmos que Cardoso em 1969, no seu livro *Mudanças Sociais na América Latina*, já apresentava a idéia de um “desenvolvimento solidário com os monopólios externos” (CARDOSO, 1969, p.184). Este tipo de “solidariedade” em sua concepção contribuiria para a falta de ação hegemônica dos grupos nacionais, principalmente porque para ele os industriais não tinham uma consciência de classe e aproveitavam-se, em contrapartida, de sua posição economicamente dominante, para identificar seus interesses com os interesses da Nação. Em 1975, Cardoso considera:

[...] Se não se consegue ter uma mentalidade dialética, flexível, capaz de entender que as coisas mudam, que há inimigos principais e inimigos secundários, e que pode haver uma aliança entre inimigos para combater um inimigo mais forte ainda, então não se entende nada (CARDOSO, 1975i, p.104).

É fundamental compreender, ainda, que na visão de Serra e Tavares, os problemas de uma Nação, com um sistema capitalista dependente e subdesenvolvido,



relacionam-se com a realização do excedente e não com aqueles apontados pelas teses da estagnação. É preciso sim, afirmariam, reconhecer o crescimento e as distorções do sistema produtivo brasileiro, mas também apontarmos a importância da incorporação de novas tecnologias, bem como o desempenho dos setores de ponta. Com isso, para Serra e Tavares, conforme indica Pécaut (1990, p.230): “uma maior inserção na economia internacional não conduz necessariamente ao ‘subdesenvolvimento’”. Refletindo sobre a análise dos intelectuais do início dos anos sessenta a respeito da questão da dependência, Carlos Estevam Martins considera:

No fundo, a convicção de que, com a exceção do proletariado e seus aliados específicos, tudo o mais é dependente no país dependente, leva ao mesmo tipo de imobilismo perplexo que M. C. Tavares e J. Serra atribuíram à crença na tese da estagnação secular: assim como a persuasão sobre a inevitabilidade da dependência, “a convicção de que o capitalismo não caminha, ou logo deixará de caminhar, induz ao desinteresse pelas análises acerca de como ele opera e se expande” (MARTINS, 1975, p.5).

Nessa perspectiva, voltando-se para o exame da expansão capitalista os críticos das estratégias “anticapitalistas” e do nacional desenvolvimentismo, cujos temas preenchem a agenda de discussões dos intelectuais de anos anteriores, observam que o aumento da exclusão e da marginalização, em países periféricos, não decorre do excesso de modernização, mas sim, como salientam os autores, da forma que assume a modernização. Desse modo, observa-se que o processo de incorporação do progresso técnico gera dois efeitos contraditórios que se referem à exclusão e marginalização, de um lado e à incorporação, de outro. E acrescentam: “Raciocinando de uma perspectiva dinâmica, o problema não radica em que a tecnologia seja importada ou capital-intensiva, senão na maneira como se utiliza o maior excedente derivado de sua aplicação” (TAVARES; SERRA, 1971, p.34).

Do mesmo modo, a concentração de renda não é um processo linear, que cada vez mais se dirige para as mãos de uma minoria acarretando um estreitamento relativo do mercado. Conforme Serra e Tavares (1971, p.37/38):

É necessário qualificar esta formulação, pois envolve doses expressivas de simplificação e abstração, que prejudicam as interpretações sobre o desenvolvimento de nossas economias e, em particular, possibilitam equivocadas previsões de estagnação para algumas delas.



Temos que considerar que o processo de concentração de renda, segundo estes autores, está sempre acompanhado por outro de desconcentração e reconcentração, transformando as relações e conseqüentemente reorganizando o mercado e o funcionamento do sistema. Ademais, Paul Singer elucidaria essa questão ao apontar que a concentração de renda que se deu no decorrer da história do capitalismo em plano nacional não ocorreu de forma intencional: “ela simplesmente “aconteceu” como conseqüência inevitável de um tipo de desenvolvimento que apenas procurou antecipar e acelerar as tendências “naturais” da economia de mercado” (SINGER, 1977, p.66).

Todavia, Furtado avaliou que a política econômica adotada, principalmente no que se refere à contenção de gastos, reduzindo os investimentos industriais e com a inflação aumentando, provocava uma concentração de renda que favorecia os militares, mas não percebeu que muito mais do que a concentração de renda o que interessava eram os mecanismos de controle dos setores dinâmicos.

Desse modo, para Tavares e Serra, o que ocorre num país capitalista dependente como o Brasil e acaba por dar contornos a todos os seus problemas de marginalização, concentração de renda e riqueza, desemprego, etc. não é a estagnação estrutural, mas sim as contradições e crises que, por sua vez, se relacionam com o problema da realização do excedente presente em qualquer sistema capitalista. Estes problemas acabam por impingir no interior do sistema características particulares e dramáticas que se referem às mudanças na forma de alocação de recursos. Tais mudanças ocorrem devido às modificações de esquemas na divisão internacional do trabalho e geralmente conduzem as economias periféricas a queimar etapas necessárias para a expansão.

Apontadas suas conjecturas sobre o subdesenvolvimento brasileiro e a conseqüente anuência do que se considera ser uma situação sem saída, o próximo passo de Furtado será considerar a difícil realização de um projeto nacional, agravada pela presença do subdesenvolvimento, enquanto obstáculo, “entrave estrutural” ao desenvolvimento. Furtado, vê no modelo de *Pastorização*, a única possibilidade viável de desenvolvimento na sociedade brasileira, dada sua condição de dependência.

Ao analisar o Estado Militar, o autor afirma que ao assumirem o poder em 1964 os militares o fazem como “portadores de um programa próprio, como autêntico partido político” (FURTADO, 1977, p.19) e, já que integram o aparelho do Estado, passarão a desenvolver uma política autônoma realizada dentro dos moldes burocráticos, que limitava as possibilidades de êxito desse sistema de poder. Furtado irá apontar o caráter burocrático do Estado Militar no Brasil como uma de suas peculiaridades.

Sua análise inicial pressupunha como explicita Cardoso (1972, p.93):

... que o Estado Militar buscava a estabilização social e que a preservação do status quo pagaria o preço de um desenvolvimento mais ou menos lento. O modelo econômico adequado a este projeto seria o da diminuição do ritmo de investimento urbano-industrial em benefício da produção agrária.

Para Furtado, a gestão do ideário liberal e da democracia foi minada pelo grupo militar, que por sua vez, era incapaz de encontrar soluções para os problemas estruturais do país, devido ao fato de operar em função da base social sobre a qual se sustentava, ou seja, a oligarquia e setores da burguesia. Do mesmo modo, o que se notava entre os militares era um comportamento, no mínimo, modelado pelo imperialismo. Sobre este ponto dirá Furtado (1977, p.20):

[...] Para penetrar no comportamento desse grupo, seguramente nenhum teste é tão importante como o de suas reações em face do assédio das forças imperialistas visando a desacreditar a idéia de um projeto nacional brasileiro.

Desse modo, o projeto de desenvolvimento proposto por Furtado deveria estabelecer um conteúdo em termos do interesse coletivo, voltado para o que se denominou de uma via “autenticamente nacional”, que se fundamentaria na aposta de um Estado nacionalista com capacidade para refrear os excessos do capitalismo internacional, tendo a classe média como sua aliada. Nesse sentido, afirma Furtado (1975, p.105-110):

[...] Quando se debate, por exemplo, o problema da estatização, está-se discutindo quem vai administrar os recursos do povo. Trata-se em última instância, de saber quem vai utilizar a massa de recursos que o estado capta, por meios vários, e que põe à disposição da coletividade para a formação de capital, eu sou de opinião, sempre fui de que o Estado tem uma visão do interesse público maior do que os grupos privados. Como diretor do BNDE, em certa época, fui de opinião que os recursos do estado, sempre que possível, deveriam permanecer ligados ao estado, através de uma participação societária, sempre que isso fosse compatível com a administração independente e eficaz das empresas. Nesse ponto, a minha posição foi sempre muito clara: os recursos do povo devem ser utilizados com critério público e é de fundamental importância, num país como o Brasil em que há uma tendência estrutural à concentração não só da renda mas da riqueza,

que os recursos do estado não contribuam para acentuar essa tendência.

[...] O único poder, bem ou mal, legítimo, porque capaz de efetivamente representar a sociedade civil, é o poder do estado.

Ademais, Furtado indica a classe média como o ator privilegiado da cena política, que diante do sentimento de exclusão por se encontrar fora dos quadros de poder, bem como das contradições geradas pelo poder burocrático-militar, terá a possibilidade de conduzir uma mudança do processo político, impulsionada, segundo Furtado, por movimentos empreendidos pelas próprias classes médias. Estes movimentos poderiam desencadear três tipos de tendências:

A primeira versaria sobre a luta pela retomada da democracia formal e do liberalismo. A reliberalização do processo político ganharia forças, uma vez que a doutrina liberal é vista positivamente pelas classes médias urbanas; e, ainda, confundida com a retórica interna do imperialismo, ganha o apoio de certos setores militares, encontrando também a adesão de alguns líderes oligárquicos identificados com o populismo.

A segunda tendência pode-se traduzir como uma oposição à primeira. Formada pelos jovens da classe média que assumem uma postura crítica no que tange à possibilidade da classe atuar no poder político ao lado da oligarquia. Para esses jovens o grupo oligárquico, de postura tradicional, requeria para si a tutela militar utilizando do ideário liberal apenas os preceitos convenientes para a manutenção do *status quo*, provocando um retorno ao passado. Nesse sentido, imbuídos pelo sentimento revolucionário, estes jovens crêem que apenas as classes excluídas do poder, especialmente a massa rural, seriam capazes de desenvolver técnicas necessárias para a reabertura do sistema, contrapondo-se ao Estado Militar.

A terceira tendência, digamos, que seja de “natureza endógena”, ainda que Furtado não utilize esse termo. Ou seja, as classes médias tenderiam a pensar sobre as possibilidades de abertura do regime a partir dos conflitos e contradições gerados dentro do próprio grupo militar, que paralelamente seria pressionado por um movimento da classe média buscando organizar-se em torno de um projeto nacional autêntico. Argumentará Furtado (1977, p.22):

Os militares, pressionados pelas lutas internas e cada vez mais conscientes da esterilidade de todo poder de conteúdo estritamente burocrático, serão arrastados a dialogar com o povo e esse diálogo engendrará modificações na própria natureza do regime político.

Seja como for, para Furtado qualquer que seja a alternativa encontrada para a abertura do processo político, esta decisão partirá da classe média, dado o seu confinamento fora desse processo empreendido pelo burocratismo militar.

Este modelo político de Furtado lhe concederia, como vimos, o papel de alvo de críticas por parte de determinados intelectuais. Entre eles Fernando Henrique Cardoso, que em 1972 questionaria: “Que significa entretanto o nacionalismo na presente situação brasileira?”

Cardoso, refletindo sobre a visão de Celso Furtado a respeito da sociedade brasileira com relação a sua tendência à pastorização e à estagnação, considera que as formulações do autor advêm de sua percepção sobre a falta de dinamismo no modelo econômico adotado pelo regime e chega à conclusão que esse tipo de avaliação possibilita pensar em duas conseqüências: a primeira seria o fato de os militares empregarem uma política de estabilização que implicaria a médio e longo prazo, numa estagnação econômica; e a segunda refere-se à solução para a superação do subdesenvolvimento exigiria o retorno a um “padrão de desenvolvimento autenticamente nacional”, já que é o caráter dependente do sistema que gera sua falta de dinamismo.

As críticas às formulações de Furtado abrangem uma dimensão generalizada em relação ao que Cardoso chamou de falácia metodológica e, com isso, referindo-se às duas vertentes de modalidade interpretativa: econômica e política, o autor considera que: “a explicação das mudanças sociais ocorridas se faz por intermédio de uma espécie de falácia metodológica que trata intenções subjetivas como se fossem forças sociais reais” (CARDOSO, 1972, p.92). Este me parece um dos pontos chaves não apenas para a compreensão do debate, bem como para avaliar os marcos teóricos que colocam Celso Furtado na berlinda dessa corrente renovadora do pensamento nos anos setenta. Encontramos vários pontos convergentes da crítica à forma como Furtado organiza suas análises e que Silveira sintetiza, comentando, primeiramente, sobre os esforços intelectuais em se buscar pontos considerados relevantes de análise, para depois inferir sobre os aspectos gerais dos trabalhos de Furtado, considerando que:

Reconhecer as categorias essenciais para o entendimento do processo histórico e enquadrá-las na realidade brasileira, pensando paralelamente nas opções concretas que se apresentam, como alternativas capazes de serem conduzidas socialmente, tal tem sido, nos parece o caminho a ser trilhado.

Não podemos deixar de notar em sua análise [de Furtado] a utilização de conceitos extremamente imprecisos e carregados por vezes de subjetivismo. A análise econômica é freqüentemente dissociada da análise política e social, num momento em que os fenômenos políticos se encontram imersos na maré dos fatos econômicos (SILVEIRA, 1972, p.168).

A dissociação entre a análise política e econômica nos remete às críticas de Cardoso aos seus interlocutores da estagnação. Observa-se que em 1973, ao escrever os artigos: *Os Mitos da Oposição I e II*²⁸, no jornal Opinião, Fernando Henrique além de censurar o nacionalismo e o desenvolvimento como ideologia do Estado, critica também os defensores de teses estagnacionistas. Nesse sentido, afirmará:

a cara da realidade foi se desenhando por trás dos mitos. Em vez de estagnação, desenvolvimento. Em vez de predomínio do setor público, associação crescente entre o Estado, as empresas multinacionais (os velhos trustes mudaram de nome e, às vezes, até de política) e o empresariado local. Em vez de imobilismo social, uma “sociedade aberta”, onde a mobilidade social se não é o pão nosso de cada dia é o credo das aspirações de muitos. Tudo isso, naturalmente, num quadro de repressão política e de discriminação de amplos setores sociais... (CARDOSO, 1973a).

Com isso, Cardoso retoma a sua idéia de que o que resta a um país subdesenvolvido, inserido num mundo de economias internacionalizadas é a construção de um capitalismo dependente que, entretanto, tende para uma espécie de “simulacro da sociedade de consumo de massas”. Tendência esta que apesar de contraditória não deixa de ser real gerando não só “fome de consumo”, como também a “esperança da realização pessoal pela via da mobilidade”.

Nesse contexto, as análises de Cardoso mostram como as oposições ainda estão presas a uma realidade permeada pelo mito da revolução, necessitando libertar-se do mito da estagnação econômica e do imobilismo social. O que se tinha era uma alternativa utópica de um socialismo, segundo Giannotti (1974, p.55): “abstrato porque não encara a crítica das atuais estruturas de poder e os caminhos de sua superação”.

²⁸De acordo com Maria Hermínia este artigo representa o melhor exemplo de transformação da discussão acadêmica em matéria jornalística. Cf. ALMEIDA (1992).

Ademais, a crítica ao tema da estagnação formulada por Cardoso, tendo como ponto culminante da análise o campo político, irá fazer oposição diante da proposta revolucionarista sugerida por autores (Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos) que acreditavam ser a Revolução Socialista a única alternativa redentora do Capitalismo Dependente.

Assim, Cardoso argumenta sobre a necessidade de indicar as novas teses equivocadas sobre a dependência e o imperialismo na América Latina. Desde já trazemos à tona o ponto de vista do autor sobre tais teses:

... em qualquer hipótese, é preciso afastar a tese simplista de que existe uma relação linear entre o interesse direto do grande capital monopolista internacional, a estreiteza do mercado interno, a exportação de manufaturados e o expansionismo político dos estados nacionais. As peças do quebra-cabeças são as mesmas, mas a maneira de montá-las...é outra (CARDOSO, 1974, p.57).

A primeira tese indicada é: “o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável”. Cardoso refere-se nesta tese ao equívoco do diagnóstico sobre a tendência à estagnação na América Latina, cujos adeptos em sua maioria integram a esquerda latino-americana. Para estes teóricos, entre eles Marini, Santos, Frank e Furtado, a estagnação em nações subdesenvolvidas é decorrente, em primeiro lugar, da falta de dinamismo no mercado interno, devido a obstáculos estruturais não superados, como a estrutura da propriedade fundiária e a crescente concentração de renda, a marginalização crescente da população urbana e rural, que não contribuem para a ampliação do mercado. Em segundo lugar, conforme Cardoso, a estagnação prevalece nas análises de determinados autores, por detectarem a falta de dinamismo do capital, uma vez que a capacidade de poupança interna é pequena. Por fim, comenta o autor:

... não é correto generalizar para todos os países da periferia a estagnação eventual de alguns deles (e a forma distinta de dependência a que podem estar submetidos, segundo o grau de avanço da industrialização baseada na internacionalização do mercado...), seria equivocado não ter presente que os ciclos de auge também levam ao recesso (CARDOSO, 1974, p.47).

Ao mesmo tempo, para este autor o que ocorreu entre os adeptos das teses da estagnação foi o fato de terem confundido o esgotamento da industrialização substitutiva de importações com a inviabilidade do capitalismo na periferia.



Segunda tese: “o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho”. Este engano, segundo Cardoso, é atrelado ao anterior e sustenta, grosso modo, a idéia de que é próprio do capitalismo explorar mão de obra abundante, como fica explícito nas análises de Frank e Marini.

Para Marini, o mecanismo que leva à queda dos índices de relações de troca (IRT) é, justamente, o próprio movimento contraditório da dependência que se reafirma com a referida superexploração do trabalho. Nessa perspectiva, a teoria da superexploração ultrapassaria o objetivo do imperialismo de transferência de uma parcela considerável da mais valia produzida na América Latina para os países capitalistas centrais. O problema principal da superexploração se originaria do intercâmbio desigual que levaria as classes dominantes locais a compensarem essa perda de mais valia no plano da própria produção, uma vez que não possuem capacidade para impedi-la no plano das relações de mercado.

Além disso, o consumo individual é restrito justamente em virtude da contradição essencial da dependência: uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. Neste ponto de sua discussão Marini enfatiza a contradição existente entre consumo produtivo e consumo individual, como elemento explicativo da superexploração; e, ao construir uma análise tendencialmente econômica, o autor visualiza a industrialização latino-americana como reflexo de um projeto desenvolvimentista que fracassou. Estas contradições identificadas por Marini no contexto latino-americano constituem seu objeto de análise da dependência, contradições estas identificadas a partir de uma inserção particular da América Latina na economia mundial, cujo desenvolvimento capitalista produziria, simultaneamente, desenvolvimento e subdesenvolvimento. Essa fórmula seria difundida por Gunder Frank, mas como lembra Pécaut (1991): “diversos autores lhe acrescentaram comentários e refinamentos”.

Para Cardoso a falha nestas interpretações não está em considerar a estreiteza do mercado ou a estrutura distorcida da propriedade fundiária, mas sim em afirmar que esses fatores tornam o desenvolvimento inviável em sociedades capitalistas dependentes. “Eu sustento que eles constituem *condições* que dão forma à especificidade desta modalidade de capitalismo e que acentuam as contradições da economia capitalista no seu desenvolvimento na periferia” (CARDOSO, 1974, p.49).

Terceira tese: “as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa”. De acordo com esta tese as burguesias locais não cumprem nenhum papel histórico e tornam-se “*lumpen*, incapazes de acumular racionalmente, dilapidadoras no consumismo, cegas a seu ‘real interesse’” (CARDOSO, 1974). Segundo Cardoso, o equívoco está em se distinguir um processo real e um processo ideológico, uma vez que as burguesias locais cumprem uma função, em detrimento, da “ideologia do desenvolvimento nacional burguês”, que não possui mais nenhuma força ideológica. “Afirmar que existe acumulação capitalista e negar importância às burguesias é uma contradição formal” (CARDOSO, 1974, p.51).

Desse modo, observa-se que a burguesia local, mesmo não sendo portadora de um projeto de edificação nacional, também não é um mero epifenômeno dos monopólios externos. Ou seja, ainda que num contexto de dependência estrutural haja uma maior ou menor margem para sua atuação, na exata medida em que ela redefine seu relacionamento com outras classes no jogo do poder.

Quarta tese: “a penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista”. Segundo Cardoso, a internacionalização do mercado interno é o eixo em torno do qual se configura a dinâmica das sociedades periféricas, onde as multinacionais se instalam para atender as exigências da acumulação capitalista, acarretando numa redefinição do espaço político, econômico e social para a expansão do capitalismo dependente, o que torna compreensível a política expansionista adotada nos contextos periféricos. Assim, afirma o autor:

Tão pouco neste caso a noção de “sub-imperialismo” ajuda muito: não se trata da ação das multinacionais com a mão de gato do Brasil, mas sim, diretamente, dos interesses das empresas estatais brasileiras na expansão da economia nacional (embora, como disse tantas vezes, aceitando formas de associação com os capitais privados) (CARDOSO, 1974, p.70).

No artigo “As Multinacionais e a Democratização” (1975d), reforça a argumentação sobre o modelo de dependência predominante no país e aponta sua fragilidade ao discorrer sobre a desarticulação econômica do Estado. Este, por sua vez, influencia suas empresas a importar equipamentos e incentiva a penetração das multinacionais, que asseguram o oligopólio da produção de bens de capital. Estes dois pontos seriam agravantes de um estilo de desenvolvimento econômico dependente e

acentuador de desigualdades. Todavia, prevalece seu ponto de vista sobre a forma de estruturação interna de um sistema produtivo “controlado de forma associada, mas com especialização de funções pelas multinacionais, pelo Estado e pelo capital local”, o que o leva a perceber que “convém não atribuir a alguns dos participantes as intenções e os interesses de outros” (CARDOSO, 1974).

Quinta tese: “o caminho político do Continente está frente a uma encruzilhada – ‘socialismo ou fascismo’”. Diante da situação da estagnação e a inviabilidade do capitalismo na periferia, determinados autores apresentam duas hipóteses sobre o futuro das sociedades dependentes: ou caminham para uma revolução vitoriosa, rumo ao socialismo, ou do contrário, encontrarão o fascismo, com suas formas políticas de organização. Cardoso observa a inconsistência de tais reflexões e argumenta:

Não há saída histórica possível se não no Dia do Juízo Final quando, *em bloco*, a revolução triunfante substituirá o *Capital* por... e não se sabe pelo que, posto que esta tendência tem uma tradição tão economicista que os aspectos ético-políticos ficam relegados a um segundo plano. Como, por outro lado, quando se analisa em bloco o capital e o Estado as contradições internas e as fraturas tendem a ser minimizadas, tampouco se pode enfatizar as chances de alternativa e transformação. Com isto se reforça a impressão de que a história se move graças à força “acima dos homens” do Capital (CARDOSO, 1977, p. 20).

Desse modo, Fernando Henrique Cardoso dirigindo sua crítica às teses estagnacionistas e à impossibilidade histórica de realização da Revolução Socialista, apresenta uma alternativa para a superação do Estado autoritário através da paulatina emergência da democracia, que descarta a concretização de uma Revolução Socialista, mas que se refere à ampliação da participação política. Participação política esta que não significa adesão e sim legitimação do conflito, num clima de reconhecimento da diversidade dos interesses, possibilitando a discussão no âmbito do processo político. “A visão do processo político em termos de um fascismo clássico e da mobilização da classe média em favor do grande capital mais obscurece do que amplia o conhecimento e a caracterização do processo social latino-americano” (CARDOSO, 1974, p.56).

A repressão instaurada pelo regime talvez seja a principal causa que atenua a distância entre a elite política e a intelectualidade e entre estas e as camadas populares. Mostra-se, com isso, uma das faces do Estado que seria dada, justamente, pela opressão exercida sobre a população. Além disso, a organização estatal parece estar voltada para

o contentamento de uma clientela de modo sempre a ceder às pressões da classe dominante. Nesse sentido, o Estado exerce uma política além de repressiva, patrimonialista.

Acrescenta-se a tudo isso a política do Estado, cujo modelo conforma certos padrões de comportamento econômico que indicam a persistência de uma ‘dependência estrutural’. Além de se basear na dependência estrutural tal modelo se baseia num processo excludente, no sentido de que o desenvolvimento capitalista desencadeado permite gerar altos níveis de concentração de renda suficientes para dar continuidade ao dinamismo econômico, no entanto, reduzido em relação ao montante global da população. Nesses termos, tem-se a possibilidade de um desenvolvimento capitalista sem que seja necessário reduzir a desigualdade social.

Na percepção de Cardoso, o que é novo neste contexto é a modalidade adotada pela exploração econômico-internacional, ainda incipiente nos anos 1950, como a industrialização, a transferência de grandes consórcios, que provocou uma série de transformações: “A oposição que podia ser vista com muita simplicidade no passado, entre um setor empresarial nacional e um setor estrangeiro, hoje em dia passa por matizes muito grandes em que os interesses estão profundamente entrelaçados” (CARDOSO, 1975i, p. 97). Ademais, para o autor o fato de encontrarmos nos países que se industrializaram (graças aos investimentos de empresas internacionais instaladas em fronteiras nacionais) uma conjuntura que apóia o imperialismo tecnocrático do poder, não representa, como afirmava nos anos 1970, uma “impossibilidade histórica de uma alternativa política” (Cardoso, 1993). Essa idéia fica evidente não só em seu livro “O Modelo Político Brasileiro”, como também em “Autoritarismo e Democratização”.

Justamente no ano de 1975, quando são publicados os artigos de Cardoso escritos no CEBRAP e reunidos no livro “Autoritarismo e Democratização”, Cardoso e Furtado participam no Rio de Janeiro de uma mesma mesa de debate para discorrerem sobre “A crise econômica mundial e o modelo político brasileiro”, tendo como mediador o senador Roberto Saturnino Braga. As idéias expostas por ocasião deste debate, e dispersas ao longo deste trabalho, mostram o respeito de Cardoso pelo “mestre e amigo” Celso Furtado: “que ajudou toda uma geração de brasileiros a pensar e a formar os quadros de pensamento e que volta com este vigor magnífico que, em 15 minutos, fez um quadro quase que *spengleriano*²⁹ sobre o mundo”. Mas é evidente que

²⁹ Oswald Spengler (1880-1936), autor do livro “A decadência do Ocidente” (1918), retrata em sua época um mundo sombrio, reflexo do pessimismo presente na intelectualidade alemã após a guerra, fazendo eco ao “coro dos vencidos”. Para Spengler a história acompanharia um ciclo orgânico, bem como a vida, em

as críticas permanecem e Cardoso ainda que não se dirija textualmente à análise de Furtado nota-se que a crítica se refere também a ela e às análises daqueles intelectuais revolucionaristas, também adeptos de teses estagnacionistas e adverte:

... eu não acredito que nas ciências sociais se deva discutir as questões da transformação social abstratamente. Pouco vale saber, me parece, se alguém é isto ou aquilo; fascista, nazista, comunista, socialista em abstrato; isso é um ato puramente de consciência, que os que são católicos devem fazer junto ao padre.

[...] E temos também que escapar de algo que é muito próprio do círculo dos letrados, aos quais nós pertencemos, que é uma discussão vaga e que trata sobre ideais que não são concretizáveis porque são completamente desligados da base da nossa sociedade.

Então, é só por essa razão que não entro na discussão de alternativas e tipos que não estão postos pela vida política.

Finalmente, eu acredito que, por mais simples que sejam as idéias que têm sido apresentadas nos últimos tempos, nas ciências sociais, aqui e fora daqui, elas são suficientemente, pelo menos, atraentes, para que a gente entenda que nós temos que fazer um tremendo esforço de rever o modo tradicional pelo qual nós encaramos a nossa sociedade, as sociedades, as nossas práticas nessa sociedade (CARDOSO, 1975, p.103).

No plano do debate intelectual Cardoso, adquire grande notoriedade ao traçar uma espécie de substituição da teoria estagnacionista, por análises de situações concretas de dependência, demonstrando que para os países periféricos da América Latina havia a possibilidade de um desenvolvimento capitalista dependente e associado.

Furtado, construiria uma trajetória de produção de idéias que expressavam seu interesse e compromisso em desvendar os novos aspectos da realidade brasileira e internacional. Nesse sentido, concluiria posteriormente as limitações do projeto de pastorização para o Brasil, reconhecendo o fato de que “o grau de diferenciação

termos de nascimento, juventude-maturidade, envelhecimento e morte. Assim, para ele quando determinada sociedade atingisse o grau de civilização, iniciaria um processo de decadência que culminaria em sua derrocada. Ademais, às fases do ciclo vital em analogia com a sociedade corresponderia também as quatro estações do ano: Na primavera, assiste-se a seu despontar, com o predomínio de um pensamento mítico e de uma organização social agrária e feudal. No verão, surgem as cidades, as artes individualizadas e a os primórdios de uma consideração filosófica. No outono, começam a exaurir-se seus recursos espirituais; constroem-se as grandes cidades, o comércio cresce em importância e o princípio de racionalidade solapa o pensamento religioso e filosófico. O inverno traz a morte da cultura, com a emergência da civilização em prol de uma homogeneização industrial. O percurso histórico, nesta concepção, equivale ao processo de cada cultura rumo à decadência e aniquilação. Esta tese leva Spengler a antever a decadência para a qual ruma, inevitavelmente, o Ocidente.

econômica e social do país daria maior probabilidade de êxito a modelos mais dinâmicos economicamente e mais flexíveis politicamente”, conforme aponta Cardoso (1972, p.94).

Desse modo, em 1975, Furtado pondera que há uma nova problemática surgindo ao redor das opções que se abrem para os países do Terceiro Mundo, que se refere à emergência de uma “nova ordem econômica mundial”. Nas palavras de Furtado (1975, p.92): “Minha tese se resume no seguinte: as verdadeiras conseqüências da II Guerra Mundial, somente agora são plenamente percebíveis no plano estritamente econômico”. Diante desse contexto, o autor adverte sobre a necessidade de compreensão da natureza estrutural, das mudanças fundamentais que ocorreram e geraram um impacto sobre a periferia, onde a expansão capitalista engendra “distorções ou tensões de um novo tipo” e acabam por refletir numa modificação fundamental na instituição do próprio Estado e sua forma tradicional. Sua burguesia agrilhoadada à exportação vai perecendo, originando assim um novo tipo de Estado dirigido por grupos técnico-burocráticos. Evidencia-se, então, segundo Furtado, um “novo centro de condensação de poder”, de grande importância internacional que contribui para a perversidade econômica ao “concentrar a renda em benefício dos países ricos e concentrar a renda dos países pobres em benefício das camadas ricas”. O autor aponta novamente o problema da apropriação do excedente e da concentração crescente de renda. Frente a essa realidade, Furtado questiona: “que tipo de economia devemos criar para que a distribuição desses frutos não seja perversa, como hoje em dia e, para que as águas não corram somente para o mar” (FURTADO, 1975, p. 95).

Nota-se ainda a preocupação de Furtado com a sua geração de economistas que, segundo ele, “contribuíram para criar uma série de falsos problemas, que serviram de base a falsos debates”, no que se refere, por exemplo, à importância da acumulação de capital, do crescimento e do investimento econômicos. Perante este tipo de constatação, Furtado será um dos autores que repensarão os instrumentos metodológicos e esquemas analíticos propostos pelos economistas até então e chegará à conclusão de que: “o desenvolvimento econômico em si não pode ser um objetivo, pois neste ele se transforma numa ideologia”. Segundo o autor, “o essencial é o conteúdo do desenvolvimento, que só se pode estabelecer em termos do interesse coletivo”, tendo no interesse público o ponto de partida para uma nova reflexão que desloque o debate econômico do “plano das falsas soluções ou das chamadas soluções econômicas” para a esfera política e para o plano da responsabilidade (FURTADO, 1975, p.110).

Não podemos deixar de assinalar a expressividade de Celso Furtado para as Ciências Sociais, ao traçar um caminho que culminaria na esfera política. Assim, podemos apontar a importância de Furtado enquanto integrante da CEPAL, da diretoria do BNDE, criador da SUDENE³⁰ (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), nomeado Ministro do Planejamento no início dos anos sessenta, quando elabora o plano Trienal, professor de *Yale*, de *Cambridge*, da *Sorbonne*, da Universidade Católica de São Paulo e diretor de pesquisas da *Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales*. No contexto de transição democrática, Furtado, em 1981, filia-se ao PMDB sendo nomeado por Tancredo Neves embaixador do Brasil, junto à Comunidade Econômica Européia e de 1986 a 1988 seria Ministro da Cultura no Governo José Sarney. Retomaria, então, a vida acadêmica e em 2003 seu nome seria indicado ao prêmio Nobel de Economia, em 1997 tornar-se-ia membro da Academia Brasileira de Letras.

Para finalizar, ressaltamos, para além das críticas, a importância da contribuição das análises de Celso Furtado sobre a economia brasileira e suas possibilidades de desenvolvimento, como um dos poucos intelectuais que preservaram a valorização de uma estratégia para a superação dos problemas engendrados pelo subdesenvolvimento, a partir da construção de um projeto nacional, cujo objetivo a ser alcançado é o contexto de uma nação autônoma, tanto no plano econômico quanto político. Nota-se que o autor, em alguma medida, dedica um espaço de reflexão para a relação existente entre as esferas econômica e política, não lhe cabendo por isso, de acordo com alguns autores, a antiga crítica referente ao fato de que não atentou para a especificidade da ciência política na análise sobre a realidade brasileira. Nesse sentido, Vera Alves Cepêda: “chama a atenção para a importância da democracia, para a centralidade analítica das instituições e para a necessidade das reformas políticas para a superação do subdesenvolvimento na construção intelectual de nosso autor” (*apud* BRANDÃO, 2001).

Além disso, vale esclarecer que os estudos de Furtado concentram-se nas décadas de 1950 e 1960, período em que predominava uma visão economicista a respeito dos problemas das nações periféricas, mas que também se enfatizava a necessidade do fortalecimento e da modernização do Estado, apontando para um desenvolvimento eminentemente nacional. Enquanto que as análises de Cardoso abarcam meados dos

³⁰ A SUDENE criada em 1959, no contexto de sistematização do Plano de Metas, terá como um de seus objetivos atrair investidores para a região nordeste, a fim de amenizar os problemas econômicos e políticos que se agravavam de modo crescente na mais importante “região-problema” do país. Grosso modo, a SUDENE foi o resultado de um conjunto de estudos para um plano de desenvolvimento para o Nordeste desenvolvido pelo BNDE e coordenado por Celso Furtado.



sessenta e os anos 1970, quando tais exames já haviam mostrado sinais de seu fracasso e os estudos começam a gravitar em torno de condicionantes políticos. Com isso, é importante observar que:

... as mudanças encontradas variam da diversidade de diagnóstico com relação à interpretação da dinâmica do capitalismo mundial, das limitações estruturais que condicionam o atraso e do lugar atribuído aos condicionantes econômicos e/ou políticos e, em especial, a alteração da ênfase que vai do viés econômico em Simonsen para a preponderância do viés político em Cardoso (CEPÊDA, 2008, p. 5).

Cronologicamente, segundo a autora, Furtado encontra-se num plano intermediário entre Simonsen e Cardoso, mas todos discutem o problema do atraso econômico, as conseqüências advindas do subdesenvolvimento e refletem sobre estratégias para o futuro, cujos prognósticos revelam a distância entre eles. Contudo, não obstante, Furtado haver contribuído em muito para a colocação do problema, o significado de sua análise assume um plano secundário no debate intelectual dos anos 1970. Ainda nas palavras de Cepêda (2008, p. 14):

Em oposição a Furtado, a dúvida sobre a capacidade do salto de desenvolvimento e de controle através de estratégias políticas sobre as forças do capital aponta para o enfraquecimento do ‘sonho nacionalista’ e do projeto de desenvolvimento democrático e distributivista ao mesmo tempo em que assinala a arena do confronto político enquanto *locus* fundamental para análise do problema.

O debate intelectual sobre essa questão se acirra, principalmente, quando Cardoso introduz na discussão o argumento acerca da falta de hegemonia presente em nossa burguesia, que por si só não existiria, lançando assim a hipótese do empresário industrial e com ela formulando novos significados sobre a realidade brasileira, entre eles o peso de uma estrutura de interesses, articulando o plano interno e externo, bem como a importância dos atores políticos nesse jogo de poder. Cardoso constrói uma nova perspectiva para as sociedades em contextos de dependência, ou seja, ao formular suas concepções a respeito da existência de um desenvolvimento dependente e associado, o autor traz à tona um novo diagnóstico: o de que não há obstáculos absolutos para o desenvolvimento industrial nessas conjunturas de dependência, nem no que diz respeito à própria situação de dependência, nem face à presença de contextos autoritários. Desse modo, vemos emergir, ao contrário do que propunha Furtado, uma

envergadura analítica em que “o tema da Nação perde peso e norte explicativo” e a idéia de autonomia nacional acaba se pulverizando diante do novo contexto que se instalava como o resultado histórico de um processo que levou ao surgimento de uma burguesia financeira internacionalizada que transcendeu as fronteiras nacionais, nesse momento sem a ajuda do Estado, uma vez que não precisava mais de suporte político.

2.2 – Uma discussão metodológica para a análise da dependência

Definidas as intenções da crítica às teses da estagnação, observam-se as opções teórico-metodológicas que passam a dominar o debate sobre a questão da dependência e que terão um ponto convergente no que diz respeito, em primeiro lugar, à preocupação com as condições, possibilidades e formas de desenvolvimento econômico em países periféricos da América Latina, considerando-se seus condicionamentos políticos e sociais; em segundo lugar, à realização de uma análise do processo econômico, que considere as diferenças histórico-estruturais de cada uma das realidades analisadas, a fim de evitar “equivocos teóricos de conseqüências práticas perigosas” (CARDOSO, 1993). Essa dupla intenção crítica nos estudos sobre a dependência, que orienta em boa medida os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do CEBRAP, havia sido incorporada por Cardoso e Faletto nos anos sessenta e acaba por gerar dentro do Centro um debate fértil e rigoroso, especialmente, entre Cardoso e Weffort, por conseqüência do *2. Seminário Latinoamericano para el Desarrollo*, promovido pela FLACSO e patrocinado pela UNESCO, em 1970.

No intuito de propor estudos inovadores sobre a dependência, no geral, observa-se a ênfase na idéia de se conceber o tema como uma problemática e não como uma teoria. Nesse sentido, as situações de dependência constituiriam um problema que ultrapassava as estruturas econômicas e, por isso mesmo, seus estudos nos anos 1970 surgiriam da crítica às teorias do desenvolvimento apresentadas nas décadas anteriores, emergindo como um problema que diz respeito muito mais ao plano político.

Francisco Weffort, discute em seu artigo: *Notas sobre a “Teoria da Dependência”: Teoria de Classe ou ideologia Nacional?* (1971), a imprecisão e a

ambigüidade a que nos remete a noção de dependência. Com isso, nos chama a atenção para um problema, segundo ele, já mencionado por Aníbal Quijano:

... o conceito de dependência “corre el riesgo de ser manipulado em función de constucciones ideológicas y no científicas, o de ocupar el sitio de um *deus-ex-machina* que da todo por explicado quando precisamente se hace necesaria la explicación concreta” (WEFFORT, 1971, p.04).

Assim, para Weffort a noção de dependência ao apontar a existência de problemas reais, simultaneamente pode nos confundir ao parecer como “um princípio de explicação científica” dos mesmos, ou seja, como um *deus-ex-machina* que resolveria tais problemas inscritos na realidade. Parte daí sua crítica à noção de dependência nos indicando alguns pontos para discussão.

O primeiro que sugere diz respeito às dificuldades suscitadas por esta noção. Refiro-me às relações econômicas e políticas entre Nação e classe, de onde nasceria sua ambigüidade teórica, resolvida por determinados autores por meio da elaboração de dois conceitos diferenciados: **dependência externa**, adotado pelos economistas, para os quais a dependência tem como expressão diretrizes meramente econômicas, como por exemplo, a relação entre o coeficiente de importação e o PNB; e **dependência estrutural**, conceito mais abrangente e complexo, que alude à esfera econômica de forma integrada às esferas social e política, com vistas a avaliar o desenvolvimento enquanto processo que abranja a sociedade como um todo.

No primeiro grupo encontram-se, basicamente, os autores vinculados à CEPAL³¹. No segundo grupo da dependência encontram-se não apenas Aníbal Quijano, mas também Cardoso e Faletto. Entretanto, para Weffort ambos os pontos de vista sobre a dependência representam apenas “dois pólos de variação de uma mesma idéia”, por não resolverem o problema da ambigüidade da noção de dependência.

Tal imprecisão se daria pela sua oscilação, do ponto de vista teórico, entre um *approach* nacional e um *approach* de classe, que fundamentavam, ora um, ora outro a discussão sobre a questão da dependência. O debate sobre o tema no decorrer dos anos 1950, 1960 e 1970 passaria a ilustrar a trajetória de estudos sobre a dependência e sua

³¹Para efeito de compreensão salientamos que as análises da CEPAL se pautavam por uma visão-mecanicista da determinação das estruturas internas pelas externas, ou seja, a dependência seria caracterizada como uma variável externa, atrelada estritamente à esfera econômica. A instituição utilizava-se de uma metodologia estruturalista, baseada num modelo mecânico-formal que, na verdade, consistia num conjunto de equações que desconsiderava o processo histórico de cada país da América Latina, reduzindo a situação de dependência das nações periféricas ao problema do excedente absorvido pelas nações centrais.

relação com o desenvolvimento, comportando nesse caminho desde autores radicais (André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini), os menos radicais (Theotônio dos Santos) e aqueles que encontram-se numa extremidade adversa (Fernando Henrique Cardoso) e que, por sua vez, avançaram no debate sobre o tema e colocaram em dúvida certas concepções sobre o imperialismo e o subdesenvolvimento.

Inclusive, Weffort cita como exemplo do primeiro *approach*: a CEPAL, grande parte dos marxistas e os teóricos do desenvolvimento, que partiam da “suposição de que a Nação circunscreve o espaço das relações econômicas e sociais de tal modo que a observação dos ‘países avançados’ permitiria prever o caminho a ser seguido em seu desenvolvimento pelos ‘países atrasados’”³² (WEFFORT, 1980, p.170). Contudo, como já apontamos, segundo Lahuerta (1999, p. 174): “a crise brasileira e latino-americana do início dos anos sessenta tornava explícito o quanto havia de ingenuidade na expectativa que considerava que o país estava a um passo de conquistar sua autonomia econômica e de encontrar um lugar entre os países desenvolvidos”.

Dada por concluída a crítica em se tomar o conceito de Nação como determinante da análise sobre o desenvolvimento, Weffort parte para a crítica ao segundo *approach*, enquadrando nele Cardoso e Faletto. Sobre este *approach* de classe o autor observa que é a dinâmica das relações de classe e as de produção, que deve ser levada em conta para se compreender o caráter do problema nacional. Todavia, afirma:

Os teóricos da dependência, segundo me parece, tendem para o segundo *approach*, mas partem do primeiro. Tratam de criticar este segundo *approach* por dentro, ou seja, a partir das premissas que ele apresenta. O mérito de seus trabalhos como críticos não nos deve fazer esquecer que são muitas vezes presa das premissas que querem destruir (WEFFORT, 1971, p.10/11).

³² Nesse sentido, a CEPAL traça algumas metas para os países periféricos da América Latina, como por exemplo: o esfacelamento das oligarquias tradicionais, que tinham sua produção voltada para o comércio exterior; o fortalecimento da classe média e dos setores populares mediante uma redistribuição do poder nacional a fim de se atingir a democracia política; a instauração de um “desenvolvimento para dentro” que deveria acarretar certa independência do comércio exterior advinda de um processo de industrialização substitutiva de importações (como elemento fundamental da ideologia desenvolvimentista) com o propósito de não mais depender da importação de produtos manufaturados fabricando os principais produtos em âmbito nacional. Enfim, esperava-se pela emergência de uma sociedade independente que superasse seu atraso científico, tecnológico e cultural. Segundo Dos Santos (1970, p.161): “Basicamente, se esperaba que desaparecerían las bases de la llamada ‘alienación’ cultural de América Latina”, uma vez que, dentre outras coisas este modelo de desenvolvimento surge também com o objetivo de criar uma consciência crítica latino-americana unida aos interesses nacionais para a formação de uma sociedade autônoma, inclusive em seu aspecto cultural.

Quando Cardoso e Faletto refletem sobre o conceito de dependência aludem, essencialmente, à relação entre a economia e a política, bem como aos movimentos sociais e ao funcionamento de todo o sistema de articulações dos grupos, no que tange ao plano interno e externo. O que eles verificam em cada país é que o modo pelo qual a economia se integrará ao mercado internacional ocorre de forma bastante distinta no que se refere à relação entre os próprios grupos sociais internos e destes com os grupos externos.

Em 1971, durante a conferência no Chile, Cardoso voltaria a afirmar que ele e Faletto tinham como um de seus objetivos:

... evitar [uma] espécie de dialética formal, que vê na história o desdobramento de contradições unívocas. Substituímos este tipo de dialética pelo que na linguagem da moda, se diria uma concepção das contradições como “complexamente – estruturalmente – desigualmente determinadas” ou “sobredeterminadas”. Por isso, insistimos em que a contradição entre as classes sociais nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a Nação (o Estado) e o Imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e seu caráter internacionalizante (CARDOSO, 1971, p.33).

Com isso, para estes autores o conceito de dependência designa, de antemão, uma relação de caráter econômico-estrutural que encontra-se intrinsecamente ligada a um tipo específico de relação entre as classes, a nível nacional e internacional, garantindo a vinculação econômica com o exterior. Relação econômica esta que se estreitou com a expansão do mercado mundial originando o que denominaram de situação de dependência, não enquanto “consequência interna de um antecedente externo”, mas como resultante histórico-estrutural que vem a tona com a constituição do mercado internacional.

De modo que, tendo como ponto de partida de suas análises o conceito de *dependência estrutural*, Cardoso e Faletto consideram que: “a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como no externo” (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 27). Na verdade, o que estava por trás dessa nova visão sobre a questão da dependência era a ruptura, de acordo com Cardoso (1993, p.19):

... com a tradição de análise que via a questão do desenvolvimento como um processo de reposicionamento entre países na divisão internacional de trabalho [...] a ênfase que antes era posta globalmente na relação entre o externo (o imperialismo) e o interno (a Nação) passou a ser mediatizada, nas análises sobre a dependência, pelo processo de luta entre as classes. Dessa forma, a questão do desenvolvimento deixou de ser uma questão econômica para ser uma questão política.

Portanto, de acordo com Cardoso e Faletto, a dependência não deve ser considerada como uma “variável externa” e muito menos como um mero reflexo das nações hegemônicas, uma vez que a condição histórica de cada país imprime neles características distintas, produzindo um determinado arranjo entre as classes, que não é estático, mas, ao contrário, possui um caráter dinâmico: “... a relação entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência” (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p.36).

Assim, estes autores definem como componente da situação de dependência: a ambigüidade “interno-externo” e a presença simultânea de uma premissa nacional e de classe, cuja contradição deve ser colocada em primeiro plano para análise. Contudo, para Weffort, a problemática histórica enfatizada por Cardoso e Faletto só existe enquanto problemática teórica:

Em realidade, não creio que a referência ao conceito de Estado-Nação seja premissa segura para a caracterização de um conceito que nos daria o princípio de entendimento da sociedade, como conjunto. Pretendo sugerir que se faz necessária uma opção para um *approach* que, ao contrário de desconsiderar a “questão nacional”, trate de equacioná-la em termos rigorosos. Na minha opinião, a ambigüidade Classe Nação, presente na “teoria da dependência”, deverá resolver-se em “termos de uma perspectiva de classe” para a qual nem existe uma “questão nacional” em geral (ou dependência em geral) no sistema capitalista, nem a Nação é concebida como um “princípio teórico explicativo” (WEFFORT, 1971, p.13/14).

Nesse sentido, Weffort qualifica como parciais as críticas desencadeadas a partir da “teoria da dependência”, no que diz respeito à “transposição mecânica de modelos europeus ou americanos”, ao dualismo estrutural, à existência de uma burguesia nacional. A maior dificuldade das análises sobre a dependência que se propunham inovadoras seria “indicar uma perspectiva global para a articulação do conjunto das críticas parciais” (WEFFORT, 1971).



Aceitar a idéia dos “modelos clássicos europeus” teria conduzido parte dos teóricos da dependência a uma importante desmistificação ideológica, porém com precariedade nos resultados científicos, com exceção, segundo Weffort, de Cardoso e Faletto. O autor está se referindo às análises sobre as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo em que prevalece a premissa nacional, como também a possibilidade de revolução socialista como alternativa. E, com isso, sugere um retorno à dependência externa, “onde de fato a ‘teoria da dependência’ gira em torno de algum tipo de *teoria do imperialismo*”.

Partindo do pressuposto de que não há como negar que existe um aproveitamento maior do excedente produzido internamente pelas economias imperialistas, pois do contrário não dariam continuidade a sua expansão capitalista a fim de alavancar seu desenvolvimento, Weffort questionaria:

Contudo, é primeiro saber se esse mesmo excedente teria sido gerado naquele país na ausência da expansão imperialista; segundo, na hipótese positiva, se este excedente teria tido, nas condições sociais e econômicas reais da sociedade hindu [conforme exemplo de Paul Baran citado por Weffort], aplicação como investimento em prol do desenvolvimento “industrial e nacional” (WEFFORT, 1971, p.21/22).

Weffort, por conseguinte, refere-se à teoria do imperialismo de Lênin, onde o imperialismo se define como uma fase particular do desenvolvimento capitalista e reconhece nela a presença de uma tendência à estagnação econômica, porém a utiliza para sustentar a idéia de que a Nação, ou seja, o espaço político, por si só, não circunscreve o desenvolvimento capitalista como muitos autores querem fazer crer por meio de análises que têm como cerne da questão as relações de produção, acabando por confundir classe e Nação.

Todavia, é necessário lembrar que Lênin, como também nos indica Cardoso, não era um teórico economicista que desconsiderava a esfera política, mas, ao contrário, ele valorizava as mediações políticas como parte do todo. Ademais, “... não existe uma teoria da dependência independente da teoria do imperialismo. O confronto é artificioso. As situações de dependência decorrem da existência de algum tipo de expansão de capitalismo” (CARDOSO, 1971b, p. 37/8). Ademais, Cardoso acrescentaria que a Teoria do Imperialismo de Lênin é insuficiente para explicar o que ocorre com as situações de dependência, onde o capital financeiro internacional é que controla a industrialização.

Podemos notar que Weffort e Cardoso possuem enfoques divergentes a respeito da questão da dependência. Weffort, por seu lado, afirma que:

A noção de “dependência” tem um caráter global na medida em que, ... é concebida como uma relação ou, alternativamente, como um atributo que afetaria a cada sociedade latino-americana concebida, de alguma forma, como um conjunto. Isto não significa, é importante assinalar, que se trata de uma noção totalizante de caráter dialético (WEFFORT, 1971, p.4).

Por outro lado, Cardoso ao comentar a comunicação de Weffort, dirá em determinados momentos que:

Está claro que seria ingênuo pretender transformar a noção de dependência num conceito totalizante. [...] Entretanto, Weffort em sua crítica – apesar de haver chamado a atenção para implicações teóricas importantes das análises de dependência – caiu numa espécie de armadilha... Assim, voltou a conceber estaticamente a relação interno/externo e a recorrer a uma dialética abstrata de contradições gerais e indeterminadas. [...] Weffort crê que o advérbio de sua frase sobre o conceito de dependência, que oscila *irremediavelmente* entre a classe e a Nação, revela uma disjuntiva teórica da qual não escapamos, Faletto e eu (CARDOSO, 1971b, p.31/32/33).

Entretanto, Weffort conclui sua argumentação apontando o fato dos teóricos da dependência estrutural aceitarem como pressuposto da análise a correlação entre a idéia de Nação e o conceito de classe; descartarem a presença de uma premissa nacional para explicar o desenvolvimento diante da existência de uma teoria de classe; mas ao partir da premissa nacional a “teoria da dependência” perde seu caráter global para tornar-se uma problemática, conforme indicamos no início desta exposição. Finalmente, Weffort fecha sua argumentação com um questionamento que parece ser dirigido a Cardoso e a sua idéia sobre a falta de hegemonia política no Brasil: “que significações deverão ter os valores nacionais e a ‘cultura nacional’ para as diferentes classes que hoje se confrontam na América Latina e para suas diferentes estratégias de transformação (ou preservação) do poder e do sistema econômico-social vigentes?” (WEFFORT, 1971, p.24).

O embate teórico-metodológico entre Weffort e Cardoso repercutiu nas discussões posteriores sobre o tema dentro do CEBRAP. Nesse sentido, em meados dos anos 1970, Carlos Estevam Martins, ao discutir a relação entre o Brasil e os Estados

Unidos nos anos sessenta e setenta, comenta, ainda que rapidamente, sobre as interpretações de Cardoso e Weffort, demonstrando sua preocupação no que diz respeito a possibilidade de uma análise equivocada “dos efeitos do desenvolvimento sobre a dependência”. Martins parte da consideração de que grande parte das concepções em voga sobre o tema admitem um desenvolvimento dependente e associado que não propõe “um fim distinto de si mesmo”, se reproduzindo “indefinidamente como dependente”. Entretanto, Martins irá ponderar:

Nos termos genéricos em que costuma ser apresentado, o argumento parece ser bastante convincente. Não obstante, certas questões permanecem de pé. Uma delas é a de saber se a validade do argumento não se limita ao caso dos países que são, por um lado, economicamente inviáveis e, por outro, incapazes de se lançar de algum tipo de expansão imperialista por conta própria. Outra questão, mais radical que a anterior, consiste em indagar se o argumento em apreço fundamenta-se mais nas convicções socialistas daqueles que o sustentam do que nas determinações estruturais do sistema centro-periferia (MARTINS, 1975, p. 04/05).

Nesse sentido, conforme Martins, Weffort estaria com a razão quando aponta o fato de que, ao considerarmos que não há possibilidade de independência para um país economicamente inviável senão a luta pelo socialismo, estamos certificando nossa limitação teórica em encontrar outras estratégias para a “emancipação nacional de uma perspectiva estritamente capitalista”.

Por sua vez, Cardoso inicia discorrendo a respeito da intenção crítica de seus estudos sobre a dependência que, segundo ele, se constrói procurando mostrar que o “desenvolvimento que ocorre é *capitalista*” e, portanto, está estreitamente vinculado ao processo de expansão capitalista internacional e às “condições políticas em que este opera”. Grosso modo, a finalidade de Cardoso está em recuperar a significação política dos processos econômicos, insistindo na “possibilidade de explicar os processos sociais políticos e econômicos a partir das situações concretas e particulares em que eles se dão nas situações de dependência” (CARDOSO, 1971b). Salientando seu ponto de vista, o autor utiliza um trecho de seu livro com Faletto para mostrar como, em sua concepção, a pretensão da utilização do termo dependência, por meio do qual se almeja atribuir significado aos fatos e situações que emergem em circunstâncias históricas peculiares, ao procurar esclarecer como se configuram as articulações entre o interno e o externo:

... o conceito de dependência [...] pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e se busca estabelecer por seu intermédio as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa também como um modo particular de relações entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas (*apud* CARDOSO, 1971b, p.28).

Cardoso tem como propósito a construção de uma análise que recobre os diversos interesses que dão contornos à forma em que o capitalismo se desenvolve em situações concretas de dependência, onde se encontram as mediações políticas e sociais que compreendem, respectivamente, o Estado e as classes sociais, ambos com suas peculiaridades históricas. No que se refere às relações historicamente constituídas, o autor irá se aprofundar no tema num de seus artigos escrito em 1971, onde tece uma crítica ao althusserianismo de Poulantzas. Nesse ponto, vale lembrar que a crítica de Cardoso à Poulantzas reflete, conforme Lahuerta (1999): “Uma postura intelectual que mesmo entre os cientistas sociais da USP era marca recorrente, pautada que estava pela pretensão de ‘corrigir’ as deficiências teóricas vigentes e de dar ‘aula de dialética’”.

Permitindo-nos fazer uma breve digressão sobre este artigo, procuramos trazer a tona elementos que auxiliem na compreensão do que constitui a relação dialética na análise de Cardoso, bem como sua posição ao afirmar que não é possível desenvolvermos uma teoria da dependência, mas simplesmente análises de situações concretas de dependência. Assim, ao criticar o ponto de partida da compreensão do marxismo aceito por Poulantzas, Cardoso argumenta que o autor recai na dificuldade metodológica de marxistas que, como Althusser, procurou diferenciar o materialismo histórico do dialético. A crítica mais geral se refere à distinção acatada por Poulantzas, entre “objeto de pensamento e “objeto real”, que fundamenta a distinção althusseriana entre “prática teórica”, em que de um lado temos a teoria e de outro o processo real. Entretanto, um dos objetivos de Marx foi recusar todo tipo de separação entre teorias gerais e instâncias particulares e o isolamento das instâncias particulares entre si, bem como a separação metafísica entre teoria e prática social ou entre sujeito e objeto, o que conduziria a um idealismo ingênuo: “Isso não passa de um jogo formal baseado em distinções da metafísica idealista” (CARDOSO, 1993). O marxismo, como se sabe, volta-se para a reconstrução de “totalidades concretas”.

De acordo com Cardoso, esta separação entre “objeto de conhecimento” e “objeto real”, que constitui o “ponto de partida da análise althusseriana é também o



ponto mais débil” em Poulantzas, pelo fato do autor recusar a interpretação de que o método marxista ao construir suas categorias retém teoricamente o movimento (história) que vai do abstrato ao concreto, reproduzindo um “processo de abstração do real”, ou seja, que ocorre na prática social como um universal concreto (CARDOSO, 1993). O autor prossegue sua crítica afirmando:

Minimizando-se o papel dos universais concretos, confere-se à teoria uma espessura que ela não possui, de nenhum modo, salvo no seio do positivismo. Apoiando-se sobre o fato histórico de que a ciência inaugura sempre seu trabalho com o auxílio de instrumentos elaborados por doutrinas anteriores, Althusser desenha uma epistemologia onde a ciência não trabalha sobre um dado puramente objetivo, que seria o dos “fatos” puros e absolutos. Seu trabalho peculiar consiste, ao contrário, em elaborar seus próprios fatos científicos por intermédio de uma crítica dos “fatos ideológicos, elaborados pela prática teórica ideológica anterior” (*Pour Marx*, p. 187). Ora isto leva a conferir à teoria a opacidade do fato... (CARDOSO, 1993, p. 108/9).

Com isso, considera Cardoso que a “conseqüência metodológica imediata da aceitação por Poulantzas da diferença radical entre “objeto teórico” e “objeto real” é a elaboração das “teorias particulares” das várias “instâncias regionais”, em que se diversificam a realidade e o pensamento” (CARDOSO, 1993, p.111). A problemática de Poulantzas se encontra na visão estática dos processos: econômico, político e ideológico. E assim como Althusser, Poulantzas também refere-se ao papel dos “aparelhos ideológicos do Estado” (igreja, partidos políticos, associações) enfatizando a pluralidade dos mesmos, por sua vez proveniente da diversidade de práticas mediadoras do Estado. Uma visão mecânica, sem dialética, sem considerar de fato a luta de classes, ou melhor, uma análise que desconsidera o problema do campo político com relação ao Estado e às classes, herdada de Althusser, cuja crítica Cardoso sintetiza na seguinte citação:

A luta de classes, nestes termos, voa como um besouro, mal ajeitado, caindo sempre de perna para o ar no vazio da alienação. Esta última está assegurada implacavelmente pela capacidade reprodutora dos Aparelhos Ideológicos Estatais e pela força unificada do Aparelho Repressor do Estado. Não há dialética e sobretudo não há superação (nem história) que sobreviva ao peso de tanto mecanicismo (CARDOSO, 1977, p. 18).

Em seu livro *Pouvoir Politique Et Classes Sociales*, Poulantzas, segundo Cardoso, afirma que as classes sociais para a teoria marxista são como grupos de homens definidos por seu lugar no processo de produção, que dizer, na esfera econômica. De acordo com Cardoso, Poulantzas ressalta aí um falso problema de “autonomia ou autonomia relativa do econômico frente ao político”. Na realidade constata-se que Marx critica a idéia de uma economia como algo à parte do social e do político, uma vez que se trata de níveis de complexidade do real que se articulam em totalidades complexas de pensamento (CARDOSO, 1993).

Cardoso observa que Poulantzas, ao utilizar-se da dialética marxista, enquanto metodologia para determinar teoricamente os conceitos explicativos em cada “instância regional” acaba por realizar a “formalização do marxismo”. Contudo, conclui que Poulantzas necessita revisar suas análises, a fim de romper com o formalismo marxista althusseriano e então compreender o método marxista para a análise das classes sociais, redefinindo seus estudos a respeito da metodologia marxista.

Cardoso, ao criticar Poulantzas, está procurando trazer lucidez histórica à metodologia marxista, utilizando-se de sua análise a respeito do conceito de classes sociais e é esta mesma essência, que se refere à relação dialética e à luta de classes, que Cardoso procura elucidar em seu debate com Weffort:

[...] Por história se entende nela o movimento que deriva da tensão entre forças que objetivamente se contrapõem. O movimento (a “história”) é, dessa forma, inseparável da estrutura: o próprio relacionamento entre as partes que mantém a unidade da diversidade (o todo), é uma relação dialética, ou seja, de *negação* que se abre para uma superação (*negação da negação*) (CARDOSO, 1993, p.107).

Nesse sentido, podemos considerar que os interesses locais, tanto do Estado quanto das classes também condicionam a forma como o modo de produção capitalista se expressa concretamente nos países dependentes, o que representa a existência de uma dinâmica particular em cada um desses países. Ou seja, Cardoso apresentava uma análise dialética de situações concretas de dependência e não da dependência em geral, baseando-se nos pressupostos metodológicos de Marx:

Justamente porque o marxismo *não elabora* categorias gerais (o econômico em geral, o político em geral, as classes em geral etc.) não existe o fantasma do economicismo na compreensão das classes sociais como categorias economicamente determinadas: elas, como conceito, só se aplicam a situações nas quais a distribuição social dos homens na produção é o critério fundamental – desta situação ou

modo de produção *particular* – para a estruturação das camadas da população (CARDOSO, 1993, p. 120).

Desse modo, Cardoso construirá, especificamente em seu debate com Weffort, uma argumentação a fim de mostrar que a análise do autor em questão insiste apenas nas contradições gerais entre relações de produção e relações de classe, sem mostrar que elas se articulam através do Estado e da Nação. Todavia, de modo geral, as críticas dirigem-se àqueles intelectuais que Cardoso denomina de “pseudomarxistas”, por terem uma crença no Imperialismo ou por fazerem um uso às avessas da metodologia marxista enquanto entelêquia, onde o processo histórico dos países dependentes é moldado a partir de fatores externos, e daí chegarem à conclusão sobre a falta de dinamismo dos mesmos.

[...] Substitui-se um estilo de análise baseado em determinações gerais e abstratas (que insistem no Imperialismo, na Luta de Classes, na Burguesia e na Revolução como conceitos gerais ou, no melhor dos casos, como contradições indeterminadas) por outro que procura situar concretamente cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional, mostrando como se dá a rearticulação das classes sociais, da economia e do Estado em situações particulares (CARDOSO, 1971b, p.31).

De qualquer modo, é importante reconhecer, segundo Arantes (1992, p. 49): “Se há um ponto em que até mesmo os críticos da Teoria da Dependência concordam, é que esta, juntamente com o mito da burguesia nacional, teria sepultado de vez os antigos modelos dualistas³³”. Assim, Cardoso assinala ao longo de sua trajetória intelectual a importância metodológica da análise sociológica e junto dela o papel do sociólogo, a fim de que se evite um caminho enigmático na construção de um objeto conferindo-lhe contornos e demarcando a direção da história. Nesse sentido, afirma o autor:

[...] Temos que analisar como se relacionam as classes umas com as outras, os grupos uns com os outros e como se movem os interesses. [...] não se pode analisar o papel das classes por seus atributos específicos, mas em função de como, no movimento da história, na luta por atingir certos objetivos, umas entram em relações com as outras e conseguem ou não impor certos caminhos. [...] Os conteúdos,

³³ Paulo Arantes aponta a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco, que é contrária à ideia do fim da dualidade, considerando que a Teoria da Dependência engendra um novo tipo de dualismo, que se revelaria onipresente “tributário da velha dicotomia cepalina entre sociedades hegemônicas e periféricas”: “trata-se pura e simplesmente, de uma habilíssima restauração da velha explicação *dualista* do Brasil” (apud ARANTES, 1992). Cf. FRANCO, M. S. C. As ideias estão no lugar, in **Cadernos de Debate**, nº 1, S. P., Brasiliense, 1976.



em ciências sociais, não estão dados na coisa, não estão dados pela definição da coisa em si, mas nas relações entre todos os grupos e classes na sociedade. Eu não posso tomar o problema estaticamente e afirmar: é assim. É e não é. Será o que as tensões entre os diversos grupos produzir como resultado (CARDOSO, 1975i, p.107).

De acordo com o autor, a dependência nada mais é do que a expressão política do modo de produção capitalista internacional na periferia, não constituindo, portanto, uma teoria ou um conceito totalizante, como é o caso do Capitalismo e das Classes. Do mesmo modo, Cardoso nega a idéia de Nação como princípio teórico explicativo, conforme lhe atribui Weffort, uma vez que o que se pretendeu mostrar foi que as contradições de classe em países dependentes *passam* por uma contradição nacional para se inserir novamente num “contexto mais geral de uma contradição de classes no plano internacional e pelas contradições que derivam da existência de Estados Nacionais” (CARDOSO, 1971b).

Para Cardoso, as conjeturas de Weffort sobre o que ele chamou de teoria formal das classes não são eficientes para se compreender as situações de dependência e muito menos, para recuperar a idéia de “uma teoria socialista da revolução na América Latina”, como também cogitou Weffort. Assim, Cardoso encerra seu comentário explicitando a necessidade de elaboração de uma teoria que, segundo afirma:

... permita orientar a prática, se for o caso, de uma revolução socialista, ou que permita mostrar as situações nas quais tal tipo de revolução se transforma mais num anseio enraizado em ideologias do que num caminho socialmente viável (CARDOSO, 1971, p.45).

Em síntese, no caso de Weffort, esta comunicação representaria sua contribuição a respeito da discussão sobre a dependência, passando a dedicar-se ao tema da classe operária, de onde surgem as análises que passam a criticar a herança do sindicalismo populista do Governo Vargas, bem como os trabalhos sobre as greves em Contagem e Osasco, que segundo Sorj (2001, p.127): “foram possivelmente os que mais contribuíram para a valorização da capacidade autônoma da classe operária de definir seus rumos e a construção de uma visão dos trabalhadores capaz de autogerir seu destino”. Weffort passa, então, a enfatizar mais abertamente uma vertente de estudos sobre a classe operária, enquanto Cardoso caminhará numa linha que não descarta o problema da dependência, mas que destaca a análise sobre os temas do autoritarismo e

da democratização. Todavia, ambos permaneceram no campo dos estudos políticos, tendo como referencial de suas análises as possibilidades da política, que posteriormente influenciariam na mudança de suas trajetórias da esfera intelectual para o exercício no âmbito da política.



CAPÍTULO 3 – ANÁLISES SOBRE A CONJUNTURA ECONÔMICA

Considerações Preliminares

O programa de Economia encerra os estudos sobre as transformações causadas pelo desenvolvimento capitalista na estrutura da força de trabalho e emprego no Brasil e as conseqüentes tendências econômicas, incluindo em suas pesquisas temas como o da marginalidade, distribuição de renda e transformações demográficas. Ressaltamos que os estudos econômicos realizados no Centro são, particularmente, expressivos do caráter interdisciplinar do CEBRAP, uma vez que encerram trabalhos de interpretação sociopolítica, como revelam os estudos de Paul Singer e Francisco de Oliveira.

Desse modo, o programa de Estudos de Economia Brasileira do CEBRAP desenvolve suas análises simultaneamente àquelas referentes ao Estado autoritário, e dá prosseguimento a este programa ao desenvolver estudos sobre a economia nacional, trabalhando numa linha próxima de questionamentos e indagações sobre o contexto que se abre após o golpe militar, em 1964. Será também de seu interesse a análise sobre a configuração da economia na primeira metade dos anos 1970, procurando construir uma discussão sobre as perspectivas da economia brasileira. É nesse momento que os avaliadores da Fundação Ford, em relatório sobre as atividades do Centro, de modo pertinente afirmariam:

The emergence of ever new orthodoxies has been particularly characteristic of thinking on economic development and is probably an indicator of the immaturity of this branch of knowledge. It is therefore quite an event to come upon a group of researchers who question much of the conventional wisdom of the day no matter where it comes from. In the papers already cited, as well as in others (e.g. by F.H. Cardoso and C.E. Martins) a number of sacred cows, such as dependency, dualism, population explosion, structuralist theory of inflation, parasitism of the tertiary sector, etc. are being slaughtered one by one, so sometimes with considerable relish (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ATIVIDADES DO CEBRAP, 1974).

[O advento de todas as novas ortodoxias tem sido particularmente característico do estudo do desenvolvimento econômico e é provavelmente um indicador da imaturidade desse ramo do conhecimento. É por essa razão que um evento inédito ocorre num grupo de pesquisadores que questionam muito da ciência em vigor,

não importa de onde venha. Nos trabalhos já mencionados, assim como em outros (Cardoso e Martins), um montante de “vacas sagradas” como dependência, dualismo, explosão populacional, teoria estruturalista da inflação, parasitismo do setor terciário, etc., estão sendo massacrados um após o outro, algumas vezes com considerável regozijo] (tradução nossa).

As atividades regulares do CEBRAP não estavam apenas organizadas em torno de trabalhos teóricos e ensaios que, conforme o relatório de 1974, “tinham por objetivo discutir os fundamentos explicativos das teorias que informam a definição analítica daqueles temas:... reavaliação da teoria da dependência, a questão das ideologias, o equacionamento do problema do Estado no Brasil...”. Na verdade, estes temas desenvolveram-se paralelamente às pesquisas empíricas e se beneficiavam dos estudos que vinham sendo desenvolvidos por alguns pesquisadores que passaram a integrar o CEBRAP em 1969. Este foi o caso, por exemplo, do Programa de População que daria continuidade a um estudo anterior sobre Reprodução Humana.

As múltiplas atividades de diferentes áreas temáticas, como os estudos populacionais revelam de acordo com Miceli (1993, p.82):

... um empenho em identificar nichos estratégicos para investimento onde se pudesse concentrar recursos capazes de alavancar uma área de estudos, pesquisas e treinamento que constituísse, ao mesmo tempo, uma frente de militância e de intervenção tecnicamente competentes nos domínios adequados de política pública. Em outras palavras, essas áreas de ciência social aplicada propiciam a conciliação entre metas “instrumentais” e objetivos “acadêmicos”, ampliando a própria margem de influência exercida pela Fundação Ford.

Simultaneamente, o Programa de Reprodução Humana fora criado com a intenção de abarcar a demanda cada vez maior de assessoramento na área de Demografia. Este programa se desdobraria em outros subprogramas, com estudos metodológicos, descritivos e analíticos sobre diversos aspectos da população, desde políticas populacionais, mediações psico-sociais até variáveis demográficas de fertilidade, nupcialidade, etc., bem como subprogramas de assessorias específicas em demografia. Estes estudos demográficos também estariam permeados por pesquisas sobre a pobreza, sobre a marginalidade social, sobre o comportamento reprodutivo das camadas populares urbanas, sobre a reprodução humana, etc.

O programa de marginalidade e participação social constituiu em um dos mais antigos do Centro, implementado inicialmente sob a forma de seminários no ano de 1970, onde eram discutidos as propostas teóricas e os resultados de pesquisas sobre o tema – que focalizavam apenas favelas. Será no segundo semestre deste mesmo ano que o programa entra na sua segunda fase de realização com a pesquisa sobre: *Marginalidade e Emprego em Salvador*. Desde esse momento as intenções dos pesquisadores já estavam bem definidas e objetivadas, conforme se apreende da seguinte passagem de um dos relatórios de atividades (1974, p.51):

A decisão de realizar esta pesquisa deveu-se, de um lado, à convicção de que não haveria progresso na discussão do tema sem um influxo significativo de dados empíricos; e, de outro, de que o enfoque puramente “ecológico” (estudos sobre favelas) dava lugar a graves impropriedades na compreensão do problema.

A primeira publicação sobre o tema na revista Estudos CEBRAP será uma discussão teórico-conceitual em torno dos conceitos de superpopulação relativa e marginalidade, feita por Fernando Henrique Cardoso, com o artigo *Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade* (1971).

Para descrever panoramicamente a questão da marginalidade, observa-se que as discussões ligadas a este tema estiveram, assim como a questão da dependência, presentes no debate intelectual internacional, durante os anos sessenta, cuja ênfase recaiu sobre as inovações teóricas nas análises sobre a industrialização e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento latino-americano. Nesse sentido, afirma Ruth C. L. Cardoso (1984, p.215):

A discussão do tema da marginalidade social, em suas várias vertentes, propunha a imagem de sociedades divididas, onde a ruptura entre os excluídos do moderno sistema capitalista e os nele integrados parecia indicar a presença de uma nova contradição estrutural, capaz de gerar um movimento transformador na periferia do mundo capitalista. A rebelião das massas marginais, que levaria de roldão as formas de dominação baseadas em um sistema produtivo excludente, passou a ser uma esperança alimentada (ainda que nem sempre explicitada) pelos cientistas sociais.

Todavia, o que se verificou foi o fato de que as “massas marginais”, não cumpriram com seu papel histórico e nem chegaram a assumi-lo: “Tal como o



proletariado, deixaram de cumprir sua esperada função” (CARDOSO, R., 1984). Este é um dos pontos fundamentais que levariam cientistas sociais a desacreditarem os modelos explicativos sobre a realidade brasileira vigentes nos anos cinquenta e sessenta.

Conforme, já afirmamos em capítulos anteriores, observa-se que no contexto ditatorial ocorre uma reorganização do Estado e da sociedade, com novas formas de participação política. Porém, com o recrudescimento do regime nos anos sessenta, será apenas nos anos setenta que assistimos a um revigoramento dos movimentos populares rurais e urbanos, que por sua vez passam a fazer parte da agenda de investigação dos cientistas sociais.

No que se refere ao programa de estudos rurais e urbanos, ele está subdividido em duas partes, uma sobre estudos rurais e outra sobre estudos urbanos. A primeira parte aborda as transformações da estrutura agrária e sua relação com a acumulação de capital, compreendendo estudos de caso a fim de explicar, por exemplo, “a transição do latifúndio à empresa rural capitalista na zona açucareira do Nordeste”. Nesse sentido, este subprograma de estudos rurais comporta as seguintes pesquisas: *capitalização da agricultura, mudança nas relações de produção no setor agrícola do Nordeste, desenvolvimento e estrutura agrária no Brasil*. Já o subprograma de estudos urbanos, em contrapartida, tem como propósito a análise das “transformações do sistema urbano brasileiro” e da “estrutura sócio-econômica de cidades-tipo que compõem o sistema urbano”. Ademais, “este programa se vincula de forma estreita... ao programa de Marginalidade e Participação Social no Brasil, e, finalmente, ao programa de Demografia” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1974). Citamos como integrantes desse programa os estudos sobre *Tipologia Empírica das Cidades Brasileiras; e Sistema Urbano e Marginalidade no Brasil*.

Salientamos que o Grupo de Demografia que se organiza dentro do CEBRAP, além de ser um dos mais antigos, possui uma composição muito heterogênea entre seus membros. A concentração analítica desse grupo volta-se para a análise do levantamento de dados sobre fertilidade de 1965 em São Paulo. A projeção desta linha de pesquisa no Centro reflete a conjuntura da época em que o campo da demografia no Brasil e na América Latina fervilhava. Ademais, a importância deste grupo dentro do CEBRAP advém do fato dele ser visto como “canal de alimentação” de outros projetos no interior da Instituição: “To our knowledge no project in the social sciences, be it fertility or another topic, has been successful in developing an explanatory scheme that systematically includes so many levels of analysis” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

EXTERNA DAS ATIVIDADES DO CEBRAP, 1974). [Pelo que sabemos nenhum projeto nas Ciências Sociais, seja em fertilidade ou em outro tópico, foi bem sucedido em desenvolver um esquema explanatório que sistematicamente incluísse tantos níveis de análise] (tradução nossa).

Desse modo, destacaremos neste capítulo os estudos de pesquisadores da área de economia que por vezes contribuíram com análises voltadas para os debates do domínio da demografia, centrando suas pesquisas no Programa de População.

3.1 – Questionamentos sobre o Dualismo Estrutural

A crítica ao dualismo estrutural, sua impropriedade e confusão terminológica é de antemão formulada pela ciência social uspiana e começa a se delinear com vigor a partir do golpe de 1964, quando determinados autores passam a questionar a justaposição entre o capitalismo metropolitano e o escravismo colonial insistindo na contradição. Entre estes autores teremos Roberto Schwarz que por meio da análise literária das obras de Machado de Assis constrói seus estudos a respeito do tema. Paulo Eduardo Arantes, em seu livro: “Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira” (1992), abordará a temática do dualismo e da dialética, via Roberto Schwarz e Antônio Cândido, por meio de uma análise que explicita debate que se trava ao longo da história das idéias em torno do tema e assinala: “registro a fórmula que resume o ponto de vista em nome do qual se objeta: ‘colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial” (ARANTES, 1992, p. 48).

Nesse sentido, Arantes tece uma discussão a respeito do dualismo, em contraposição à dialética apontando que a concepção dual de realidade surge quando a ideologia do caráter nacional, pautada por elementos referentes ao meio físico, à mistura de raças e à tradição ibérica perde prestígio e emerge a concepção “de que na realidade existiam justapostos ‘dois Brasis’”, idéia que teria continuidade com a sociologia funcionalista. A partir de então vários autores começam a se tornar tributários do

raciocínio dualista, como: Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Ignácio Rangel. Este último traria a versão mais famosa a respeito de dualismo, sublinhando que:

... a fazenda de escravos brasileira estava sujeita a duas ordens de leis: às do escravismo e às do capitalismo... Assim não basta dizer que o latifúndio é uma economia mista, feudal-capitalista, mas é necessário compreender que é “internamente” feudal e “externamente” capitalista.

Numa palavra, o latifúndio escravista era pré-capitalista da porteira para dentro, capitalista da porteira para fora (*apud* ARANTES, 1992, p. 25).

Dado o instrumentalismo do modelo dualista – *a um só tempo, estava identificada a fonte da dualidade da fala volúvel e da correspondente dialética de norma e infração*, conforme a fórmula de Schwarz³⁴ – visualizava-se uma compartimentação que, segundo Arantes, ofuscava o nexos interno, ou seja, bania a dialética e com ela a dinâmica da qual faziam parte os fazendeiros e os camponeses e os empresários e as classes urbanas. Com isso, o “senso dos contrários” nasce numa experiência coletiva da qual o dualismo também fazia parte e diante da qual pode-se considerar que a matriz dual estruturalista: “antes de se tornar modelo econômico, tipologia sociológica ou chave de interpretação histórica, foi sobretudo expressão de uma experiência coletiva... foi transcrição ideológica bem fundada na aparência (ARANTES, 1992, p.22/3).

Em meados dos anos setenta o debate sobre a existência de uma sociedade dual, mas que se movimentava dialeticamente ganha combustível. Nesse momento teremos, nas palavras de Arantes, uma “grande equação entre ‘atraso’ passado a limpo e auto-crítica da cultura burguesa”. No contexto da década de 1970, a principal referência à crítica ao dualismo estrutural será o artigo de Francisco de Oliveira, *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista* (1972), uma das produções mais importantes sobre o tema.

³⁴ Esta fórmula de Schwarz, onde infração é norma e norma é infração, a fim de ilustrar a dualidade e a dialética presentes na realidade brasileira, pode ser entendida com a seguinte passagem de Arantes (1992, p. 74/5): “... quando nossos potentados oitocentistas arbitrariamente decidiam considerar o próximo de acordo com a fraseologia da igualdade civil alinhavam com a modernidade européia, igualmente aclimatada no país, mas se lhes convinha estreitar os laços morais do favor, era o país colonial que tomava a dianteira. Duas esferas sociais portanto, uma dimensão histórica própria, de um lado obrigação paternalista, de outro norma burguesa”.

Adiantamos de antemão que, em geral, formulações concebidas por outros autores vinculados ao Centro, direta ou indiretamente, a respeito do tema irão fazer a recusa do dual estruturalismo, enquanto chave interpretativa da realidade brasileira.

Nas palavras de Cepêda (2008, p. 03), este tipo de postura nasce de uma perspectiva que “aponta para a complexa e articulada combinação dos interesses internos na expansão mundial do capitalismo enquanto crescimento *desigual e combinado*”. Nessa perspectiva de análise, teríamos de levar em consideração as “características endógenas” de cada sociedade, construídas no decorrer dos processos históricos, a fim de termos uma possibilidade de compreensão, conforme Cepêda, do *futuro* das sociedades periféricas na dinâmica do capitalismo internacional condicionado por suas *assimetrias funcionais*. E, como dizia Joaquim Nabuco: “Na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; na Europa nos falta a pátria (...). De um lado sente-se a ausência do mundo, do outro a ausência do país (*apud*, ARANTES, 1992, p. 14).

Ao desenhar interpretações sobre a realidade brasileira, determinados autores negligenciaram a existência de uma articulação interna e externa originada com os processos históricos e, com isso, construíram uma análise interpretativa linear e unívoca sobre a realidade. Em contrapartida a essa perspectiva, Chico de Oliveira em seu artigo aborda o equívoco da contraposição atraso × moderno, tomando como exemplo dessa análise crítica o binômio: *sociedade moderna – sociedade tradicional*, que inspiraria o modelo dualista. Ademais, demonstra a tendência analítica que fazia prevalecer entre os cientistas sociais vinculados ao CEBRAP, não apenas um marxismo não dogmático, enquanto legado da Maria Antônia, mas a interdisciplinaridade das pesquisas desenvolvidas. Como salienta Schwarz (2003, p. 10):

No plano teórico, a “Crítica” aderiu à apropriação não-dogmática do marxismo que estivera em curso na Universidade de São Paulo desde antes de 1964 e que vinha adquirindo relevância política no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), onde se refugiou durante os anos de chumbo. Política, economia e classes sociais deveriam ser analisadas articuladamente, ao contrário do que pensavam os especialistas em cada uma dessas disciplinas.

Os esforços de Oliveira apontam para a compreensão da modernização capitalista nacional, a partir de transformações estruturais, ou seja, das “condições de expansão do sistema enquanto modo de reprodução capitalista”, levando em

consideração as condições políticas do sistema em oposição às análises economicistas, em especial, os economistas conservadores adeptos da “teoria do crescimento do bolo”; bem como à perspectiva ético-finalista, que se refere à “satisfação das necessidades da população”, adotada pelo modelo cepalino de desenvolvimento. Nesse sentido, Oliveira qualificará o economicismo como um vício metodológico que separa o nível econômico do político e que se nega em assumir o seu caráter ideológico. Sobre este aspecto da crítica aos economistas conservadores, Roberto Schwarz, ao escrever, em 2003, o prefácio do livro de Chico de Oliveira: *Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco*, anota:

De passagem, pois o adversário não merecia respeito, tratava-se também de refutar os economistas do regime, segundo os quais era preciso fazer o bolo crescer do setor adiantado, para só depois reparti-lo na área do atraso, tese cínica em que ninguém acreditava (SCHWARZ, 2003, p.10).

Sua intenção era “renovar a discussão sobre a economia brasileira” na tentativa de escapar do círculo vicioso que se formou desde os anos 1950, quando a intelectualidade latino-americana passa a dar ênfase às discussões que apontavam para os problemas da pobreza que atingiam grande parte da população e começa a traçar esquemas teóricos e analíticos para o desenvolvimento. Todavia, como afirma Oliveira, tais estudos conduziram esses intelectuais, “sem se darem conta, a construir o estranho mundo da dualidade”. É interessante notar que a dualidade, de acordo com Oliveira, ao ter como pano de fundo das discussões a ideologia da pobreza, simultaneamente “reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas” (OLIVEIRA, 1976, p.8). Roberto Schwarz (1987) também teria assinalado uma variante dessa dualidade, comentada por Paulo Arantes (1992, p. 15):

... a sensação de estar fora de eixo em relação a um mundo do qual entretanto somos parte – na sociologia que ainda vigorava antes de 64 e se interessava pelos obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no intuito sobretudo de remover estas barreiras em nosso caminho para o moderno, uma distância que por certo nos rebaixava: segundo essa teoria, “não éramos propriamente capitalistas, e o que éramos era uma diferença em relação ao que não éramos” [segundo Schwarz, 1987].

Teoricamente falando, a oposição formal entre um setor atrasado e outro moderno, para efeito de singularizar o subdesenvolvimento, constitui um equívoco metodológico dado o fato que, segundo Oliveira, esse tipo de dualidade está presente em quase todos os sistemas e períodos. Em linhas gerais, o autor dirá que esta oposição na maioria dos casos é apenas formal, uma vez que a realidade apresenta uma simbiose, uma unidade de contrários, onde o “moderno” emerge se alimentando da existência do “atrasado”, configurando uma dualidade apenas aparente, já que por detrás dela há uma integração dialética (OLIVEIRA, 1976). Ao discorrer sobre o tema, Arantes assinala a existência de um “processo dual de integração e diferenciação, de incorporação do geral para se alcançar a expressão do particular”.

Para Oliveira, quando os teóricos do subdesenvolvimento começaram a reconhecer o aspecto da dependência o enfoque de suas análises deslocou-se do âmbito interno para as relações externas e, conseqüentemente, para a oposição entre nações, desconsiderando-se que a oposição interna entre classes sociais antecede o problema do desenvolvimento. No entanto, ao reconhecer-se a dinâmica dos processos internos em sintonia com os externos, bem como a luta de classes, verifica-se em determinado momento, conforme Arantes (1992, p. 64), que onde o “quadro acomodatório da dualidade deixava entrever uma enigmática convivência há agora *contradição* pura e simples. E no entanto ela se movia”.

Ao discorrer sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil pós-anos 30, Chico de Oliveira observa que nesse contexto tudo parece girar em torno das leis da acumulação capitalista. Nesse sentido, o populismo, a legislação getulista do trabalho, a ação do Estado nos anos 1930, o crescimento do setor terciário, são vistos como funcionais ao processo de acumulação. Com isso, Oliveira apresenta a hipótese de o próprio dualismo ser utilizado em termos funcionais para o progresso da acumulação capitalista e aponta o fato do próprio Estado Autoritário ser um “mecanismo do processo de acumulação”.

Remetendo-nos à revolução de 30 o autor se refere às origens da estrutura produtiva urbano-industrial, uma vez que a hegemonia agrário-exportadora chegava ao seu fim. Todavia, este novo modo de produção dependeria de algumas realizações internas e entre elas encontrar-se-ia a legislação trabalhista, cuja principal tarefa seria reduzir o preço da força de trabalho, nivelando os trabalhadores que chegavam às cidades e se tornavam “exército de reserva”. Sobre o suposto aspecto dual que se formaria no mercado de força de trabalho, afirma Oliveira (1976, p.12):

Essa operação de igualar pela base reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados, e impedia – ao contrário do que pensam muitos – a formação precoce de um mercado dual de força de trabalho.

Além das leis trabalhistas³⁵, a intervenção do Estado na economia também seria um dos aspectos internos substanciais nesse novo processo de acumulação, exercendo funções que carregaria até o governo Kubitschek, como por exemplo, fixar os preços, distribuir ganhos e perdas entre grupos ou estratos capitalistas e na esfera da produção subsidiando atividades produtivas.

O papel da agricultura também aparece no texto de Oliveira como um terceiro aspecto, crucial para a construção nacional desse novo contexto capitalista, ao completar os imperativos “de bens de capital e intermediários de produção externa”, bem como atender às demandas da população urbana. Todavia, sem aumentar o custo da alimentação e das matérias-primas, de modo a “não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial” (OLIVEIRA, 1976).

Tendo por base a passagem da economia de base agrário-exportadora para a urbano-industrial, em que Oliveira assinala a necessidade da redefinição do conceito da “acumulação primitiva” de Karl Marx, no que tange ao processo de expropriação do campesinato, uma vez que: “em primeiro lugar trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade ... mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra” (Oliveira, 1976, p.16). Com isso, inscreve a solução do “problema agrário” como uma questão essencial para a incorporação das condições necessárias para o desenvolvimento capitalista no Brasil. De modo que, as novas relações de produção no setor agrário ressoam sobre os setores urbanos, não apenas no que se refere ao aumento do contingente populacional e, conseqüentemente, do “exército de reserva”, mas também ao fornecimento de excedentes alimentícios, resultando no crescimento industrial e dos serviços. Nesta perspectiva, como diria Fernando Novais, a respeito da passagem da Colônia para o Estado Nacional: “Aqui continuamos a respirar a dialética,

³⁵ Sobre a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, ressaltamos de acordo com Paul Singer (1972, p. 15): “Durante a década de 30 e a primeira metade da de 40 o Governo baixou abundante legislação do trabalho, estendendo os benefícios da previdência social ao conjunto dos trabalhadores urbanos, limitando e regulando a duração da jornada de trabalho, instituindo o salário mínimo etc. É sabido, no entanto que toda esta legislação foi inicialmente ignorada por grande parte dos empresários e assalariados”. E complementa com um comentário de Azis Simão, em artigo de 1966, intitulado *Sindicato e Estado*: “Direta e especialmente, influíram nesse processo a necessidade de mobilizar crescente número de mão-de-obra, a difusão do conhecimento dos direitos trabalhistas entre os assalariados, a ação do sindicato e a extensão dos quadros do Ministério da Justiça do Trabalho”.

desta vez a dialética viva que se manifesta no ponto de vista da totalidade” (NOVAIS *apud* ARANTES, 1992, p. 84).

Ademais, não podemos nos esquecer do intercâmbio econômico que existe entre o setor tradicional e o setor moderno, segundo a definição histórico-estrutural de José Serra, que atribui a ambos os setores um aspecto predominantemente capitalista; todavia, o primeiro ainda carregaria alguns traços pré-capitalistas de produção, enquanto o segundo apresentaria em suas relações de produção características tecnoburocráticas. Da mesma maneira, Bresser Pereira assinala a irracionalidade da distinção que se faz entre o setor tradicional e o setor moderno, levando em consideração que ambos são capitalistas, uns mais outros menos bem sucedidos:

[...] O potencial dinâmico do Setor Tradicional, que é seu excedente, é assim empregado na compra de bens no outro setor. E sua aplicação pode ser tanto feita no próprio Setor Tradicional quanto no Setor Moderno. Na verdade, não há nenhuma razão para distinguir socialmente os capitalistas de um e outro setor. São todos igualmente capitalistas. E muitos operam em ambos os setores. Os mais bem sucedidos no Setor Tradicional procuram transferir-se para o Setor Moderno (PEREIRA, 1975 p. 59).

Seja como for, Oliveira considerará um despropósito a oposição formal entre os setores moderno e atrasado, aplicada ao Brasil pela CEPAL e, notadamente, por Celso Furtado. Nesse sentido, para ele a agricultura desempenha uma tarefa fundamental para a expansão do sistema capitalista ao fornecer força de trabalho e alimentos, mas principalmente “na compatibilização do processo de acumulação global da economia”. O crescimento urbano-industrial imprime ao campo novas relações de produção possibilitando a constituição de um proletariado rural e confirmando assim a presença de relações estruturais entre ambos os setores.

Lúcio Kowarick, em seu estudo sobre dependência e marginalidade na América Latina, compartilha do mesmo ponto de vista de Oliveira, Serra e Bresser, no que se refere à crítica ao dualismo estrutural, concebendo as formas tradicionais de produção, bem como as “novas” como integrantes de um modo de produção capitalista que “as articula e delas se alimenta”:

Em outros termos, não se trata de duas estruturas, uma “moderna” e outra “tradicional”, “arcaica” ou “marginal”, mas de uma única lógica



estrutural, de tipo capitalista que ao mesmo tempo gera e mantém formas de inserção na divisão social do trabalho não tipicamente capitalistas que longe de serem um peso morto no processo de acumulação constituem partes integrantes deste processo (KOWARICK, 1974, p.80).

É pertinente notar que a pretensão do modelo cepalino seria a transição de uma sociedade atrasada, feudal ou tradicional para uma sociedade moderna, capitalista ou desenvolvida. Com isso, acreditava-se que a expansão do setor moderno, e com ele o desenvolvimento da periferia, teria como elemento chave: a industrialização, viabilizando a criação de um mercado interno – que deveria acarretar a criação de indústrias nacionais com o auxílio do capital estrangeiro – conjuntamente com o aumento da oferta de mão-de-obra, tendo a contribuição do Estado como mediador desse processo. Ademais, as distintas correntes desenvolvimentistas dos anos 1950 acreditavam que os problemas econômicos e sociais latino-americanos advinham da deficiência do desenvolvimento capitalista nesses países e que sua aceleração seria suficiente para que tais dificuldades fossem sanadas.

A crítica volta-se para as análises do grupo CEPAL-BNDE³⁶ que, alicerçando-se sobre a ideologia desenvolvimentista, onde as necessidades de consumo em detrimento das necessidades de produção/acumulação tinham privilégio, fundamentaram a implementação de uma política econômica no governo Juscelino Kubitschek, sistematizada no *Programa de Metas* (1956-1961). Assim, o nacional-desenvolvimentismo apoiado na sociologia funcionalista, ao reconhecer a existência de dois setores – um tradicional e outro moderno –, teria como propósito desfazer o “nexo atrasado entre imperialismo e latifúndio”, mediante a criação de um mercado interno que integrasse a massa marginalizada da população.

Oliveira, ao longo do texto, buscando esclarecer a pugna contra o subdesenvolvimento, insiste na coexistência entre o arcaico e o moderno, num processo de modernização no qual um acaba por se alimentar do outro e, assim, criticando nesse entremeio as análises desenvolvimentistas, observa:

A originalidade consistiria talvez em dizer-se que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global,

³⁶ O BNDE-CEPAL constituiu um grupo misto de estudos criado em 1953 a partir dos contatos realizados, inicialmente, por Roberto Campos, então diretor superintendente do BNDE, com a CEPAL.



em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para fins de expansão do próprio novo. [Assim] ... o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir (OLIVEIRA, 1976, p.28/29).

Tal reflexão impõe de saída o reconhecimento de que a expansão da economia capitalista nacional dita os rumos da história e o processo da economia no Brasil, todavia de modo peculiar. Seu perfil é traçado por uma “dialética interna” das forças sociais em luta, ou seja, são as perspectivas de transformação no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, que caracterizam esse processo.

Ainda nessa direção, Oliveira considera a emergência de uma Revolução Burguesa no Brasil em meio a duas tensões: a tendência à estagnação e a reversão à economia primário-exportadora e sua particularidade será sua forma política, o populismo. Este, por sua vez, seria o responsável pela articulação entre o arcaico e o moderno, uma vez que na realidade nacional não tivemos uma Revolução Burguesa nos moldes clássicos, isto é, a emergência de uma classe burguesa industrial não correspondeu a uma ruptura com a estrutura agrária tradicional. Pelo contrário, o que se configurou foi um ambiente político em que o capital, internacional e nacional, buscava apoio junto aos resíduos do poder oligárquico tradicional, criando assim “novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho”, cujas condições são engendradas pela legislação trabalhista.

Desse modo, Oliveira estava contrariando o senso comum da época, ao afirmar que os ditos elementos tradicionais, como por exemplo o padrão primitivo da agricultura brasileira, não eram “vestígios do passado”, mas, ao contrário disso, eram partes funcionais ao desenvolvimento moderno do país, conforme analisou Schwarz (2003, p.10):

O lance era dialético e de mestre, com repercussão em duas frentes. Por um lado, a responsabilidade pelo teor precário da vida popular era atribuída à dinâmica nova do capitalismo, ou seja, ao funcionamento contemporâneo da sociedade, e não à herança arcaica que arrastamos, mas que não nos diz respeito. Por outro, essa mesma precariedade era essencial à acumulação econômica, e nada mais errado que combatê-la

como uma praga estranha ao organismo. [...] *A pobreza e a sua superação eram a nossa chance histórica!*

É interessante notar que nesse ponto da análise de Francisco de Oliveira a legislação trabalhista adquire grande significado, primeiro por ser a responsável pela criação das condições de acumulação para a industrialização e, segundo, recordando Weffort (1973), a legislação também representará a “cumieira de um pacto de classes”.

“Resultado do tipo e do estilo da luta de classes interna”, este é o diagnóstico de Oliveira sobre a expansão capitalista no Brasil para fazer oposição aos teóricos do desenvolvimentismo, para os quais tanto as classes, quanto o Estado e outras instituições estariam sobredeterminadas por estruturas externas do capitalismo mundial. Crítico a este tipo de posicionamento, Oliveira não está querendo provar a inexistência da dualidade estrutural, mas sim desfazer a oposição mecânica entre externo e interno ou entre atraso e progresso: “a razão de nosso modo de ser dual está nos avanços do capital e não numa compartimentação local idiossincrática” (ARANTES, 1992). Uma vez constatada a existência de uma estrutura dual é necessário observar as contradições presentes nesta estrutura, no caso entre o tradicional e o moderno, que não se desenvolvem simplesmente um ao lado do outro, não estão justapostos, mas formam uma “unidade contraditória”, que conforme Arantes (1992, p. 73): “Podemos dizer também que o referente da unidade contraditória na qual nos reconhecemos é essa gangorra sem fim entre opostos que se revezam sem nunca se anularem num denominador mais alto”, a ordem capitalista mundial.

Reconhecemos que as críticas aos trabalhos que compartilhavam de uma abordagem metodológica que pressupunha uma concepção dualista da realidade está presente em diversos artigos publicados pelo CEBRAP, inclusive nos debates sobre a dependência. Sintoni, ao comentar sobre a abordagem do tema da dependência nos anos 1950, assinala que:

No caso específico, a dependência era entendida notadamente em função das relações externas da nação, pela sua posição periférica no mundo desenvolvido. No debate, opunha-se país subdesenvolvido *versus* países desenvolvidos, ou, dito de outro modo por alguns “isebianos”, colônia *versus* metrópole (SINTONI, 1999, p. 130).

Desse modo, verificamos que a crítica metodológica a este tipo de interpretação sobre a dependência encontra-se também presente nos escritos de Cardoso, quando o

autor nega a idéia de linearidade na articulação centro-periferia, cujo vínculo não pode ser compreendido tendo como ponto de partida o geral, uma vez que há na realidade, conforme o autor, uma constante interferência das condições particulares de cada sociedade. Particularidade que, por sua vez define um quadro singular de articulação entre a economia e a política, tanto no plano interno quanto externo, conforme indica a citação a seguir:

... a dinâmica interna dos países dependentes é um aspecto *particular* da dinâmica mais geral do mundo capitalista. [...] Essa “unidade dialética” é que leva a recusar a distinção metafísica (isto é, uma separação estática) entre fatores externos e efeitos internos, e por consequência leva a recusar todo tipo de análise da dependência que se baseia nessa perspectiva (CARDOSO, 1971b, p.30).

Cardoso também já havia explicitado, em seu livro sobre o empresário industrial, que a pressão nacional fora um dos condicionantes responsáveis pelo desenvolvimento econômico ao conseguir a instalação de empresas no país, como por exemplo, as indústrias automobilísticas, de construção naval e a siderurgia, além da construção de grandes usinas hidrelétricas. O objetivo era acelerar a industrialização, por meio de financiamentos de projetos decorrentes do Plano de Metas, cujo programa de desenvolvimento, dentre outras coisas, acaba por concretizar a mudança da capital para o Planalto Central. Porém, seu principal objetivo fora impulsionar os empréstimos e investimentos estrangeiros, que contribuíram para tornar mais forte o vínculo nacional com empresas estrangeiras e, simultaneamente, para subsidiar o crescimento da dívida externa, justamente devido à entrada magna de capital estrangeiro no país.

É preciso salientar que a necessidade de ampliação das importações de máquinas e equipamentos a fim de “crescer 50 anos em 5” – num “transformismo que se traduz em uma ‘fuga para frente’”, em que o ator luta contra o tempo, como constata Werneck Vianna (1998) – coincidiu com um período em que o Brasil sofria os impactos do fim da Guerra da Coréia, que acarretou no decréscimo no preço das matérias-primas³⁷. Some-se a isso o fato de que a conjuntura internacional estava favorável à obtenção de capital estrangeiro por meio de investimentos diretos. Constata-se, entretanto, que participamos de um ponderável grau de crescimento econômico, porém um crescimento que se caracterizava e se realizava por meio de um desenvolvimento dependente, que

³⁷ Salientamos que no início da Guerra da Coréia, segundo Paul Singer (1972, p.19): “Finalmente, a forte alta dos produtos que exportamos, principalmente a partir de 1950, foi consequência da Guerra da Coréia, que provocou forte demanda para aprovisionamento de matérias-primas nos EEUU e em outros países”.



engendrava um transformismo apoiado num programa que deveria conduzir a nação à superação do atraso e do subdesenvolvimento por meio de “avanços moleculares derivados da expansão do moderno”. A mudança social seria impelida pelos fatos, principalmente daqueles que nascem da vontade política, que comandava o ímpeto econômico, “em um tempo necessariamente acelerado”. Assim, pondera Werneck Vianna (1998, p. 195): “Sob esta chave a revolução passiva se constitui em um terreno comum às elites políticas, ao sindicalismo, à *intelligentzia* e à esquerda, especialmente o PCB”.

Assim, num trabalho intenso de desfazer o equívoco das interpretações sobre a realidade brasileira nos anos 1950 e 1960, Chico de Oliveira receberia o reconhecimento do alcance de suas análises em meados dos anos 1970. Conforme, Pécaut (1990, p. 284):

Poucos textos terão uma repercussão tão grande quanto o de Francisco de Oliveira: “La economía brasileña: crítica a la razón dualista”. Divulgado como texto básico na maioria das universidades, discutido e utilizado como texto básico em muitos artigos [...] Calcados no modelo desse texto, aliás singularmente brilhante e rico em hipóteses, outros se seguem, sucessivamente esmagando e triturando todo meio ambiente da acumulação.

Desse modo, retornando ao texto de Oliveira, verifica-se que, no mesmo sentido empregado por Cardoso sobre o desenvolvimento econômico nacional, ele afirmaria (1976, p.38): “O importante para a tese que aqui se esposou é que tais medidas foram concebidas internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira”.

Oliveira, bem como outros economistas da época, constata, no período pós 1964, a concentração de renda como um problema crítico que atingiu a economia capitalista do Brasil, mas deixa em aberto as possibilidades de superação das contradições sociais geradas pela mesma, uma vez que “nenhum determinismo ideológico pode prever o futuro”, que também escapa às mãos tanto da burguesia quanto dos trabalhadores. Para concluir sua argumentação assinala que:

... a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão. Essa dialética penetra hoje os mais recônditos lugares na vida nacional, em todas as suas



dimensões, em todos os seus níveis: qualquer lugar, qualquer atividade, é hoje um campo de batalha ... da oposição consentida ao partido situacionista, do pregão da bolsa à pregação do padre [...] Melancolicamente, até mesmo a frágil oposição armada que tentou erguer-se contra o regime foi esmagada como o último apelo romântico ao sistema para que se reformasse em nome da justiça social (OLIVEIRA, 1976, p.69).

Arantes aponta a importância do Golpe para se fazer reconhecer a redefinição das relações entre o interno e o externo, e com ela a emergência de uma “nova dependência”: “Por este prisma arquiva-se o vocabulário das dicotomias... e o subdesenvolvimento passava a ser visto como expressão do movimento internacional do capitalismo – em suma a herança do passado não era entrave à expansão do moderno, mas parte integrante do seu processo de reprodução” (ARANTES, 1992, p. 36).

Nessa perspectiva, nota-se que os argumentos de Chico de Oliveira apontam para inviabilidade das teses dualistas acerca da existência de dois pólos antagônicos, o tradicional e o moderno, o arcaico e o moderno, o novo e o antigo, a civilização e a barbárie, ou o atraso e o progresso. Para o autor, era necessário reconhecer a presença do velho no novo e vice-versa, a fim de se ter clareza sobre a realidade e, então, colocar em prática as políticas econômicas que a situação exigia, mediante o reconhecimento do dinamismo social. Todavia, ainda que pautando-se pelo “discurso da contradição”, observa-se que: “a tentação dualista continuava bem viva e animada pelas intenções reformistas de sempre” (Arantes 1992) apontando para a hipótese de que: “*Éramos e não éramos, ao mesmo tempo... Voltamos assim à terra natal da dualidade, agora passada a limpo na língua da contradição*: os termos que a compõem não se encontram mais justapostos porém “contraditoriamente relacionados”” (ARANTES, 1992, p. 66).

Schwarz assinala que na análise de Oliveira está presente a idéia de um futuro que deveria apontar para um “esquema moderno de viabilização nacional”:

[...] Em lugar do antagonismo assassino entre civilização e barbárie, que vê os pobres como lixo, entrava a idéia generosa de que o futuro dependia de uma milagrosa integração nacional, em que a consciência social-histórica levasse de vencida o imediatismo. Uma idéia que em seu momento deu qualidade transcendente aos escritos de Celso Furtado, às visões da miséria do cinema novo, bem como à “teoria da dependência” (SCHWARZ, 2003, p.10).

Oliveira refere-se a necessidade de emergência de consciência nacional inclusiva para uma autotransformação da sociedade brasileira, mas para além disso projeta a ideia de integração nacional como forma de superação do dualismo estrutural, superação da separação entre um setor tradicional e outro moderno, a fim de lograr a modernização da nação, por meio da transformação da consciência social e histórica. Entretanto, quais estratégias deveriam ser adotadas para que se efetivasse essa intervenção sobre a configuração da consciência histórica? Contudo, não se pode deixar de considerar que a necessidade de superação desta visão dicotômica da realidade apontada por Oliveira encontra sua dificuldade para se concretizar, menos metodológica do que teoricamente, em primeiro lugar, porque o contexto brasileiro possui raízes que guardam sua formação histórica e estrutural e, factualmente, em segundo lugar, está os interesses reais dos grupos dominantes e do próprio Regime, ambos se alinham à razão da dualidade estrutural. Assim, conforme Schwarz (2003, p.10): “presente em tudo, mas enfeitada pelo interesse econômico, esta [consciência] funciona *naturalmente* e sustenta o descalabro a que ela poderia se contrapor, caso crescesse e mutasse”.



3.2 – Política e Desenvolvimento sob a Ditadura Militar

Personagens que têm o maior interesse em preservar a imagem do sistema, a confiança dos empresários e da população em geral, lançam-se numa verdadeira competição de profecias sinistras. Torna-se moda evocar os anos 30, como se algo semelhante àquela trágica experiência estivesse por se repetir (Antonio Barros de Castro, 1975).

Nesse contexto de questionamentos sobre os postulados científicos dos anos cinquenta e sessenta, os artigos de Paul Israel Singer são representativos das análises desenvolvidas à época contendo formulações críticas a respeito do chamado “milagre econômico”, questionando o desenvolvimento econômico empreendido pelo regime militar tornando patente seu esteio: a ausência de liberdade política, a concentração de renda e o arrocho salarial.

Ressaltamos que Singer não seria o único autor a detectar a mitificação do período em questão, mas seria aquele que mais aprofundou os estudos nessa linha de pesquisa dentro do CEBRAP.

Podemos constatar por meio da revisão dos textos de Singer ao longo dos anos 1970 a necessidade metodológica de retrocesso às décadas anteriores para a compreensão do movimento que a economia brasileira começa a adotar. Seus atores percorrem um caminho que implicará no “milagre econômico” no início dos anos setenta. Nesse contexto, os estudos críticos de Singer ganham notoriedade ao desvendarem as apreciações positivas tecidas a respeito da economia brasileira e que acabam, nas mãos do autor, por serem desmistificados. Como diria o próprio autor no contexto dos anos 1970:

Para tanto há que se examinar de que modo evoluiu o processo de acumulação de capital no país, para verificar que fatores levaram o surto anterior de crescimento a uma crise inflacionária e de que maneira estes fatores (ou outros com efeitos análogos) estão sendo neutralizados atualmente (SINGER, 1972, p.14).

Desse modo, as interpretações de Singer recorrem à explicação das origens da inflação brasileira nos anos de 1930, onde o autor aponta como possibilidade inicial do surto inflacionário, a “escassez de produtos importados e sua substituição por produtos nacionais a custos mais elevados”. Todavia, a continuidade desse movimento crescente

da inflação deve ter se dado por outros fatores, uma vez que o valor das importações aumenta na segunda metade de 30: “Provavelmente, o caráter monopolístico de muitas das novas indústrias surgidas para substituir importações tenha facilitado a imposição de preços elevados, o que deve ter intensificado a acumulação de capital nas empresas industriais, a partir da reinversão de lucros” (SINGER, 1972, p. 14).

Após a 2ª Guerra, a inflação se acentua em parte pela falta e pelo conseqüente racionamento de bens de consumo e, por outro lado, pelo crescente déficit da União com o aumento das despesas governamentais, ambos decorrentes da guerra. Ademais, temos ainda o início de investimentos públicos em obras de desenvolvimento: infraestrutura e indústria de base, financiadas por emissões com “efeitos inflacionários”, ao transferir recursos dos assalariados para os empresários e para o Estado.

A implantação da legislação trabalhista, em 1943, e a autonomia adquirida pelos sindicatos, a partir de 1945, contribuíram para a aplicação das leis trabalhistas, o que deve ter resultado num acréscimo do custo da força de trabalho. Segundo Singer (1972, p. 16):

Não há, portanto, que excluir a hipótese de que a forte aceleração do ritmo inflacionário entre 1945 e 1947 tenha tido entre suas causas um início de espiral preços-salários. Esta hipótese parece ainda mais plausível se se considerar que, durante a guerra, houve “a quase completa extinção dos direitos dos trabalhadores” [Dean Warren, 1971].

Verifica-se que entre 1945-1947 o custo da força de trabalho, em virtude das pressões sindicais, aumenta acarretando uma aceleração do aumento dos preços, que acaba por gerar uma “inflação de custos” em escala crescente, que seria freada em 1948 – por políticas antiinflacionárias colocadas em prática durante o governo Dutra, cujo propósito era atenuar a espiral preços-salários – e mantida até 1951, por meio da repressão, à atuação dos comunistas desde 47, quando o PCB é declarado um partido ilegal, bem como à intervenção do Ministério do Trabalho nos Sindicatos de São Paulo e do Rio de Janeiro: “A perda da autonomia sindical acarretou forte redução nos movimentos reivindicatórios, o que permitiu ao governo impor um semicongelamento dos salários, apesar do aumento representado pela concessão do descanso semanal remunerado em 1949” (SINGER, 1972, p. 17/18). Este semicongelamento, segundo o autor, seria reforçado pelo não reajuste do salário mínimo desde 1943.

Observa-se que a conjuntura internacional do pós-guerra apresenta um aspecto importante para a economia mundial: a liberalização do comércio que, por sua vez, não apenas possibilitava a existência de uma condição positiva para o Brasil no mercado internacional, como também contribuía para a presença de um processo de desaceleração da inflação no plano nacional acompanhado de uma aceleração do crescimento. O crescimento econômico ganhava vigor, entre outras coisas, pelo fim dos impedimentos bélicos ao comércio mundial, instaurando a procura por “bens civis”. Nesse sentido, Paul Singer esclarece alguns pontos sobre este curto período de tempo que, segundo ele, poderia também ser proclamado como sendo o do “milagre brasileiro”, uma vez que a situação demonstrava certa “proeza”: a redução do processo inflacionário sem a interrupção do ritmo de crescimento, mas que resultou apenas num “ensaio geral do milagre brasileiro, que não teve seus méritos reconhecidos pelo eleitorado”. Nesse contexto, o eleitorado em oposição ao PSD e à UDN acaba por eleger, em 1950, Getúlio Vargas para presidente da República. De qualquer forma:

Mais importante, todavia, foi o fato de que, na época, o que interessava às forças que dominam os meios de comunicação era exaltar as virtudes do liberalismo, sob cuja bandeira se processava então o “milagre alemão”. A nossa proeza tinha a manchá-la o feio pecado do intervencionismo no mercado cambial: a alocação dos recursos para importações, em vez de ser deixada às forças (sempre sábias porque cegas) do mercado, era decidida por burocratas do Banco do Brasil, de acordo com critérios deliberados de prioridades, em flagrante violação dos princípios liberais incorporados à constituição do Fundo Monetário Internacional e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Muito em breve, a política cambial brasileira seria alvo de ataques dos dirigentes daqueles órgãos (SINGER, 1972, p.20).

A partir de 1951, Vargas acaba com a política econômica do governo anterior. Entre as medidas tomadas teremos a mais impactante: a decretação do aumento do salário mínimo, que, grosso modo, por si só, seria a derrocada das políticas até então aplicadas e, por conseguinte, resultaria na volta da inflação, mas também implicaria numa série de desajustes salariais. Além disso, como recorda Martins (1975), constata-se que nessa conjuntura os “setores latifundistas” voltados para o mercado interno, as novas camadas da classe média e os setores urbanos da população inseridos no processo de industrialização compunham uma espécie de coalizão dominante, com uma marginalização relativa do setor agro-exportador, de parcelas tradicionais da classe

média e a exclusão das camadas urbanas não ligadas à indústria ou ao aparelho de Estado e dos trabalhadores rurais em geral.

A luta de classes ganha relevo com a multiplicação das greves que marcam este período, principalmente em 1953 com os trabalhadores das indústrias em São Paulo. Paul Singer, salienta o caráter populista do governo em questão, com Getúlio atuando no plano nacional e Jânio Quadros em São Paulo. Colocava-se em prática um populismo que “não incorporava, porém, um projeto próprio de como reestruturar a sociedade e desenvolver a economia”, o que oportunamente seria feito por alguns grupos dominantes, que passam a encampar as reivindicações econômicas da camada operária como sendo suas.

Ademais, o novo surto inflacionário também teria como causa o fato de que Getúlio tinha que enfrentar outra etapa da substituição de importações: a substituição de meios de produção, que exigia além de “formas mais concentradas de acumulação”, a “alteração do modo como o excedente era transformado em novo capital” e esta última exigência era a mais delicada, pois “exigia uma tomada de posição política” (SINGER, 1972).

É nesse período que surgem as indústrias siderúrgicas e a Petrobrás, que a princípio deveria constituir uma empresa de economia mista, porém a última lei sancionada por Vargas, em 1953, aprovaria a criação de uma empresa de propriedade e controle rigidamente nacionais e participação majoritária da União, seguindo a risca o *slogan*: “O Petróleo é nosso”. Assim, o monopólio estatal de extração e refinamento do petróleo teria como consequência a redução do investimento de capital estrangeiro na indústria de base e serviços de infra-estrutura nacionais até 1955. As estratégias adotadas diante de tal situação foram duas: o Estado passou a exercer a função de acumulador do capital, fundando em 1952 o BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), como autarquia federal³⁸ que capitalizava a maior parte de seus fundos por meio do imposto de renda de pessoas físicas, além de possuir linhas de financiamentos que conferiam empréstimos de longo prazo com custos menores, desenvolvendo projetos de investimentos e a comercialização de máquinas e equipamentos nacionais; e uma política distributivista seria colocada em prática, elevando o salário mínimo, que acaba por acarretar, por exemplo, no aumento do salário de trabalhadores qualificados e no já mencionado desajuste salarial.

³⁸ Posteriormente o BNDE, que teve como um de seus criadores Roberto Campos, foi enquadrado pela Lei n. 5.662, de junho de 1971, como uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.



Em contrapartida à política econômica de Vargas, Café Filho, ao assumir a presidência³⁹, terá como estratégia principal de combate à inflação a restrição ao crédito, todavia constata-se que nesse período as decisões sobre as políticas econômicas seriam fortemente influenciadas por uma coligação de interesses formada pelos chamados “desenvolvimentistas”, entre eles banqueiros, industriais e comerciantes, que acabam por suspender as medidas de restrição ao crédito. É necessário lembrar que o Estado Desenvolvimentista, que surge nos anos 1930, não possui a função de resguardar as indústrias nacionais, mas sim de atrair para o mercado interno o capital das multinacionais. Assim, as relações do Brasil com o capital internacional adquirem novos contornos favoráveis à entrada deste no país e, com isso a economia brasileira tornar-se-ia cada vez mais solidária com o movimento deste capital, participando tanto de sua expansão, quanto sofrendo as conseqüências de suas contrações, sem contar o fato de que terá que lidar com a perda de controle sobre as indústrias nacionais. Entretanto:

A política de abertura ao capital estrangeiro alcançou bastante êxito fundamentalmente porque ela foi lançada numa época em que o término da reconstrução das economias devastadas pela Guerra permitia que um volume ponderável de recursos pudesse ser encaminhado às novas economias que se industrializavam. Não foi por acaso que, a partir desta época, o capital monopolista internacional começa, pela *primeira* vez, a penetrar no setor secundário de certo número de países da América Latina (SINGER, 1972, 26).

A aceleração do desenvolvimento, iniciada em 1950 e intensificada, mais precisamente, durante os anos 1956 – 1961, desencadeia uma crise na economia brasileira, como conseqüência das políticas econômicas adotadas no Plano de Metas implementado por Juscelino Kubitschek, a fim de intensificar o ritmo da industrialização, investir na construção de estradas e de hidrelétricas e fazer crescer a extração de petróleo. A substituição de importações de bens de consumo duráveis e de bens intermediários seria uma das medidas essenciais adotadas – mediante “vultosos investimentos estatais em energia elétrica e transportes” – com o propósito de alavancar a economia: “Em suma era preciso dedicar um volume crescente de trabalho para: a)

³⁹ João Fernandes Campos Café Filho (1899-1970), vice de Vargas assume a presidência após a morte do mesmo, onde permanece entre 24 de agosto de 1954 e 08 de novembro de 1955, quando foi deposto. Nesta ocasião, diante dos indicativos de que não defenderia a posse do novo candidato eleito à Presidência, Juscelino Kubitschek, Café Filho foi afastado, a princípio temporariamente e depois definitivamente, da Presidência por um movimento político-militar liderado pelo general Teixeira Lott, culminando no Movimento de 11 de Novembro.



produzir mais bens de produção; b) produzir mais artigos de exportação; c) construir Brasília e a rede de transporte que a interliga com os principais centros urbanos do país” (SINGER, 1972, p. 29). Privilegiavam-se nesse contexto determinados setores da economia brasileira como as indústrias de base e de bens de consumo duráveis, o transporte, a energia e a alimentação.

Werner Baer, em artigo publicado pelo CEBRAP em fins dos anos setenta a respeito da economia brasileira, discorre sobre as contradições da política econômica para a substituição de importações engendradas nesse período, não apenas no que se refere à desigualdade econômica entre as classes, mas também à desigualdade de “distribuição regional de renda” no país, o que nos recorda inclusive a análise feita por Francisco de Oliveira e Reichstul sobre o dualismo estrutural e o estudo comparativo do nordeste com outras regiões também citado neste trabalho:

[...] O resultado líquido destes esforços foi que a economia brasileira experimentou índices de crescimento real relativamente altos no período 1950-61 – o PNB real expandiu-se a taxas anuais de mais de 6% e a produção industrial a taxas anuais de 10%. Os desequilíbrios e as distorções que este intenso processo de ISI [industrialização para substituição de importações] trouxe consigo foram bem documentados na literatura. A industrialização acentuou a desigual distribuição regional da renda no Brasil – a maioria das novas indústrias estavam localizadas na região Centro-sul (principalmente nas áreas de São Paulo, Rio e Belo Horizonte); poucos investimentos foram aplicados na modernização da agricultura; a natureza capital-intensiva das novas indústrias contribuiu para aumentar a concentração na distribuição de renda (BAER, 1977, p.8).

Em realidade, as políticas colocadas em prática para atenuar os problemas de desequilíbrio regional no Brasil, no pós-1964, não tiveram resultados satisfatórios, mesmo com os programas de incentivos fiscais da SUDENE, que levou para a região um crescimento industrial que se concentrou em Recife e Salvador, mas não realizou o desenvolvimento almejado. Exemplo disso é o caso da eletricidade e da rede de esgotos, em que, conforme os dados comparativos apresentados por Baer, 85% da população de São Paulo tinham acesso à eletricidade e no Nordeste 25% dispunham da mesma, quanto à rede de esgotos, em São Paulo 73% dos domicílios estavam ligados à rede, enquanto no Nordeste apenas 15% tinham acesso a este serviço.

A aceleração da taxa de acumulação conduziu a uma redução da taxa de crescimento do consumo e para estabilizar a situação era complicado impor e manter

uma restrição de gastos de consumo, principalmente entre os grupos sociais de maior poder aquisitivo. Uma das alternativas seria fazê-lo com os assalariados limitando o salário real urbano, uma vez que o nível de vida dos trabalhadores rurais já era o de sobrevivência, porém esta medida implicaria em dificuldades políticas, pois a maior parte do eleitorado era composta por assalariados urbanos. Assim, a solução colocada em prática para não descompensar nenhuma das partes – a taxa de acumulação e as ambições do eleitorado – foi dar continuidade ao processo inflacionário, o que inclusive corroboraria para a derrocada do “desenvolvimentismo”: “a contradição básica que acabou por liquidar o “desenvolvimentismo” de antes de 1964 foi a forma inflacionária utilizada para reajustar estruturalmente a economia de modo a tornar possível a acumulação” (SINGER, 1972, p. 39).

Ao examinar este contexto, constata-se a combinação de uma política financeira inflacionária e controles seletivos dos preços, que conduzirá à concentração de renda. Singer assinala que uma das causas que tornam a redistribuição de renda “duvidosa” é a inflação, que privilegia os empresários que podem reajustar os preços, a não ser quando há tabulação de preços ou tarifas de serviços públicos, sendo os assalariados os principais prejudicados, já que seu pagamento está preso a contratos de trabalho dependendo de outros artifícios, como a greve, para a regulação do preço de sua força de trabalho. Com isso, a inflação contribui para que a renda sempre seja distribuída a favor do governo e dos empresários, pois diante de uma crise inflacionária a resolução só pode vir à custa de uma das classes sociais envolvidas, constatada a inviabilidade de uma justa distribuição de renda.

O fato é que, desde a aliança desenvolvimentista, há um fluxo intenso de capital estrangeiro entrando no país, por meio de uma política de capitalização que investia diretamente no processo de industrialização gerando uma conjuntura favorável, no que tange à demanda salarial dos setores urbanos modernos. Nesse momento surge, nas palavras de Cardoso e Faletto, uma “coincidência transitória de interesses políticos e econômicos”, contemplando os setores protecionistas, a pressão das camadas médias e os setores estrangeiros de investimentos. Se do ponto de vista econômico essa aliança trouxe benefícios para determinados setores da sociedade, como a burguesia, a classe média e a burocracia estatal, “politicamente esta seria uma opção suicida”. Esse processo provocaria crises decorrentes, justamente, da “contradição entre os ditames da economia associada e os ditados da política econômica nacional-populista” (MARTINS, 1975).



Com Jânio Quadros na presidência, em janeiro de 1961, podemos já observar alguns indícios de comportamento que incomodavam a elite política e econômica brasileiras, uma vez que sua estratégia de governabilidade apresentava diversos “elementos aparentemente desconexos”. Por exemplo, quando o então Presidente condecora um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul; a discussão sobre a participação da China comunista na ONU; e sua proposta de reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética. Em um de seus discursos Jânio diria:

(...) Certos pontos são básicos à política externa do meu governo. Um destes é o reconhecimento da legitimidade da luta pela liberdade econômica e política. O desenvolvimento é um objetivo comum ao Brasil e às nações com as quais tentamos estreitar nossas relações e a rejeição do colonialismo é o corolário inevitável e imperativo para a obtenção daquele objetivo. Defendendo com intransigência a soberania de Cuba (...) acreditamos estar ajudando a despertar o continente para a verdadeira consciência de suas responsabilidades (*apud*, MARTINS, 1975, p. 14/5).

É interessante neste momento resgatar a figura de Quadros, pois será a partir de sua renúncia, em 25 de agosto de 1961, que começará a surgir com grande efervescência um conturbado cenário de lutas políticas que se findará apenas com o golpe de 1964 e o fim do regime democrático brasileiro.

Nos últimos anos desse período democrático, em particular depois da renúncia de Jânio Quadros, começam a surgir formas de ação popular que vão, em alguns casos, muito além dos esquemas tradicionais. As freqüentes greves de trabalhadores, a crescente importância dos grupos nacionalistas, a mobilização da opinião pública em torno da temática das reformas de estrutura (em particular a reforma agrária), a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo, a mobilização dos camponeses para a organização sindical ou para as “ligas camponesas” de Francisco Julião – são alguns dos fatos que estavam a anunciar a emergência de um movimento popular de novo tipo (WEFFORT, 1980, p. 77).

Parte da intelectualidade brasileira adere a esse processo de lutas tendo o marxismo como a mola propulsora que a conduz a um pensamento crítico permeado pelo anticapitalismo e em direção ao socialismo. De certa maneira, os que assim pensavam pretendiam resgatar as propostas originais de Marx e de posse dessa leitura vão justificar a luta armada como a alternativa para a superação da crise desencadeada

pelo capitalismo. Posteriormente, essa posição será corroborada pelas ditaduras que se espalham por toda a América Latina nos anos setenta.

Desse modo, como fruto das medidas políticas e econômicas tomadas em prol do desenvolvimentismo, conforme Singer, um ciclo de lutas políticas começa a desencadear-se acompanhando um período de lutas econômicas intensificado pela inflação, cuja crise irá manifestar-se abertamente em 1961 gerando até 1967 depressões econômicas com curtos períodos de expansão e sucessivas recessões. Esses períodos de recessão seriam agravados pela diminuição da entrada de capital estrangeiro no país e pela implementação, em 1963, do Plano Trienal de Desenvolvimento proposto pelo ministro do Planejamento Celso Furtado, que objetivava a contenção de crédito, a retomada do crescimento do PIB e o início de um plano de distribuição de renda. Porém tal Plano, formulado em apenas três meses, acabaria por se revelar objetivamente contraditório ao propor: o aumento dos impostos e tarifas, ignorando o efeito sobre os investimentos privados; a redução do desperdício público, acompanhado do aumento de salários; a captação do dinheiro do mercado de capitais sem nenhuma regra regulatória para isso e; uma tentativa de se obter recursos externos mesmo com a crescente hostilidade ao capital estrangeiro. Em resumo, conforme Gildo Marçal Brandão (2003), o Plano Trienal configurou uma tentativa fracassada de conter a inflação, assegurar o crescimento e criar condições políticas para a sobrevivência do regime democrático.

As conseqüências advindas das falhas do Plano Trienal geraram uma séria crise institucional, que levaria João Goulart a lançar, numa atitude de desespero diante da situação caótica que se instaurava, diversos decretos-lei, tentando nacionalizar empresas privadas de petróleo e desapropriar algumas áreas para a realização de uma suposta reforma agrária. Um dos resultados fora a indignação da classe média e alta, que já se encontravam desgastadas pela má condução econômica, o que eventualmente incitou a derrubada do governo. Todavia, não podemos perder de vista que o Plano Trienal fora uma experiência muito importante para o país, no sentido de melhorar os esforços de planejamento nacional.

Segundo Paul Singer (1977, p.69): “É fácil de ver que as tensões políticas e sociais, que estão na raiz desta fase de baixa conjuntural da economia brasileira, são em essência resultantes das contradições que o “grande salto adiante” jusciliano produziu”. Apenas para elucidar esta questão, torna-se necessário ressaltar que Singer considera um erro supor que o simples aquecimento da economia no governo Kubistchek gerou a

crise inflacionária dos anos sessenta. O autor, então, irá considerar que a genealogia da crise encontrava-se no propósito com que os atores que transitavam pela esfera econômica nacional utilizavam os mecanismos financeiros para mobilizar recursos: “mascarar a redistribuição de renda”. Nesse sentido, Singer aponta que:

[...] Provocava-se poupança forçada na medida em que os que sendo forçados – agricultores, exportadores, assalariados – eram vítimas da chamada ilusão monetária, ou seja, não percebiam que no meio da elevação geral de preços, suas receitas perdiam terreno em relação às dos demais. Quando houve a tomada de consciência deste processo e a inevitável reação a ela, a inflação se acelerou e seu resultado líquido, em termos de poupança forçada passou a cair para zero (SINGER, 1977, p.72).

Dessa perspectiva, denota-se que a forma como se delineou a economia brasileira, com seus momentos de desenvolvimento e inflexão, fez parte de uma lógica adotada pelos empreendedores capitalistas nacionais, que no afã de auferirem suas taxas de lucro adotaram mecanismos que contribuíram para o aumento da inflação e da dívida externa e, também, para a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores assalariados, decorrente da baixa salarial e, por fim, uma “redistribuição regressiva da renda”. Conforme os preços subiam, a participação popular no plano político também se intensificava e se tornava cada vez mais difícil para o governo aplicar uma política de contenção inflacionária, pois nenhum grupo social desejava arcar com o ônus de tal política, embora desejassem o seu fim.

Panoramicamente, no decorrer de todos esses anos, vemos ser desenhada as contradições engendradas pelo capitalismo, principalmente, no que se refere à “injustiça distributivista despertada, sobretudo pela inflação”, colocando em questão a viabilidade do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos sob o domínio do modo de produção capitalista. Verifica-se que nesse momento, conforme assinala Singer, as massas começam a adquirir certa “conscientização” com um comportamento eleitoral com características de “classe”, bem como grupos da classe média começam a assumir “atitudes análogas, sentindo-se e comportando-se como *assalariados*” (SINGER, 1972).

Contudo, foram várias as tentativas fracassadas de se conter a inflação. O Governo encontrava-se com uma reduzida margem de ação e diante de qualquer medida tomada poderia se esperar uma reação não muito positiva da massa. Nesse sentido, considera Singer (1972, p. 31):

Para qualquer lado que o Governo se voltasse, com o objetivo de estancar a corrida inflacionária, ele se defrontava com grupos de interesse, cuja agressividade na defesa do “seu” era exacerbada pela experiência inflacionária anterior: os industriais clamavam por mais crédito, os agricultores exigiam preços mínimos maiores e enfrentavam o tabelamento dos gêneros com boicotes, os assalariados reivindicavam aumentos de salário a intervalos cada vez menores, chegando no limite à escala móvel de salários, os assalariados agrícolas pediam o salário mínimo e as donas de casa o congelamento dos preços.

Não é por acaso que nos anos que antecedem o golpe se acirra a discussão sobre as alternativas ao desenvolvimento capitalista na periferia tendo na Revolução o tema que sintetizaria todas as discussões, inclusive devido ao impacto da Revolução Cubana sobre a esquerda latino-americana.

A esquerda, desse modo, posicionava-se contra o imperialismo, a miséria e o latifúndio, em prol da emancipação política e econômica dos setores subdesenvolvidos. A repercussão desses debates desencadearia diferentes marcos de posição política de diversos grupos – reformistas, revisionistas e revolucionários⁴⁰.

Passava-se por um momento de fortes contradições e, ao mesmo tempo, de grande afirmação nacional, no que se refere à expressão que os movimentos populares vinham assumindo no início dos anos sessenta. O contexto de 1961-1964 será caracterizado por uma evolução contraditória, já que diferentes classes e categorias sociais participam dela em clima de tensão. Uma tensão advinda das divergências existentes em relação às opções políticas de desenvolvimento, o que repercute muitas vezes nos temas a serem discutidos pelos intelectuais nos anos 60, dentre eles a questão da Dependência.

Nas palavras de Denis de Moraes (1989, p. 54):

⁴⁰ Utilizamos tal caracterização para os grupos políticos com o seguinte referencial: **Reformistas:** movimento que visa reformar e aperfeiçoar, talvez até radicalmente, mas nunca destruir o ordenamento existente, ou seja: a democracia, a liberdade individual e o bem-estar de todos, tidos nesta linhagem como valores fundamentais que congrega com a sociedade burguesa capitalista; **Revisionistas:** no socialismo de Marx existe, como base, um princípio metodológico segundo o qual o projeto político deve libertar-se da sujeição aos sentimentos, aos impulsos, às fantasias e às aspirações, por muito justificados e humanos que sejam, e basear-se, ao invés, numa séria análise científica da realidade econômico-social, que estabelece uma clara definição entre o possível e o impossível. (...) O Revisionismo apela, em suma, para o Marx do caráter científico da política contra o Marx do desmoronamento do capitalismo. Assim, o socialismo se converte aqui de projeto racional em tentativa irracional; **Revolucionários:** aqueles que aderem a um ordenamento social declaradamente antitético em todos os campos, político, econômico, social, cultural, em relação ao ordenamento capitalista democrático, sendo indispensável o recurso à violência (Norberto Bobbio, Dicionário de Política, por Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino, tradução de João Ferreira, Carmen C. Varriale e outros. Brasília: Editora UnB, 1986).



O clima de engajamento e de radicalização na sociedade brasileira tinha sido impulsionado pelas contradições do próprio processo de industrialização, com conflitos entre as demandas de duas forças sociais fundamentais... os interesses sócio-econômicos multinacionais associados e as classes trabalhadoras, lideradas, a partir da posse de João Goulart na presidência da República, por um executivo nacional-reformista.

Além disso, o debate intelectual nesse período estava permeado por perspectivas que procuram reorientar a relação entre as decisões políticas e a esfera econômica e equacionar, de certo modo, os dilemas criados pelo progresso da industrialização acelerada – incentivada durante o governo de Juscelino Kubitschek através de sua política econômica sistematizada no *Programa de Metas*. Nesse contexto, discutiam-se pelo menos três opções políticas que consubstanciavam alguns desses dilemas: a) uma política econômica governamental, no sentido de emancipar as decisões sobre a economia do país; b) uma política econômica governamental destinada a acentuar as relações de interdependência e complementaridade da economia brasileira com a economia internacional; c) uma política econômica governamental destinada a fortalecer e ampliar o setor estatal da economia brasileira, com a finalidade de acelerar a transição para o socialismo (IANNI, 1991).

Paul Singer irá considerar que este momento conturbado do pré-1964, marcado pela efervescência de ideologias que defendiam a idéia de que o desenvolvimento econômico brasileiro não tinha que ser necessariamente capitalista, fora interrompido subitamente pelo movimento militar e considera: “A partir deste momento a “correção das distorções” do processo consistiu, essencialmente, na tentativa de criar outras formas de mobilizar recursos para a acumulação que não as de caráter inflacionário, até então utilizadas” (SINGER, 1977, p.73). Ademais, Singer aprofunda a reflexão sobre o início do *boom* na economia brasileira ao sugerir o seguinte questionamento: “em que medida a relativa depressão em que caiu a economia entre 1962 e 1967 era “necessária”, como consequência de sua aceleração anterior” (SINGER, 1977, p.72). Este período de “estagnação” conduziu ao questionamento crítico das políticas de industrialização adotadas na década anterior, como por exemplo a substituição de importações, desencadeando debates a respeito das causas da crise desse intervalo de tempo, bem como sobre o desempenho e a viabilidade da economia brasileira como um todo. Essas discussões se desenrolariam inclusive no período do “milagre” econômico, em que de

um lado estariam os defensores do regime e de outro os seus críticos e giravam também em torno do antigo dilema crescimento/ desenvolvimento.

Questiona-se também o fato dessa crise ter persistido mesmo após a troca de regime, ou seja, até 1967/8 e, nesse caso, Baer indica como hipótese que esta situação pode ter resultado de uma combinação de fatores: 1) As conseqüências das medidas de estabilização aplicadas neste entrementes; 2) O intervalo de tempo dissipado antes que não somente se pudessem sentir os resultados das reformas institucionais do sistema financeiro como também antes que os planos para a expansão da infra-estrutura e da indústria pesada nacionais conduzissem à realização das atividades de construção; e 3. O tempo utilizado para convencer aos investidores privados internos e externos e os oficiais sobre a estabilidade do novo regime e seu controle sobre a economia (BAER, 1977).

Com efeito, observa-se que a recessão de 1962-1967 provocará no Departamento I da economia (setores ocupados pela produção de bens de capital) uma queda de demanda por seus produtos, devido à baixa do valor dos investimentos e voltará a se expandir no final deste período, ao contrário do Departamento II (bens de consumo individual), cuja queda de demanda fora menor.

É importante ressaltar, de antemão, que de acordo com Paul Singer (1972, p. 44/45):

Em economia não há milagres, embora o capitalismo apresente de vez em quando aspectos inesperados. O paradoxo do ciclo de conjuntura – um crescimento que se sufoca devido à sua própria aceleração – parecia uma contradição insolúvel. Com o advento da moeda “administrada”, no entanto, o ciclo mudou de caráter, passando a ser resultado direto e perceptível da luta entre classes pela apropriação do produto. Adquiriu, desta maneira, o ciclo de conjuntura acentuado caráter político, já que a disputa no campo econômico só permanece apolítica à medida que não interfere com a acumulação do capital.

Nesse sentido, com a centralização do poder nas mãos das Forças Armadas, inicia-se um processo de enfrentamento da crise inflacionária, com a política econômica colocada em prática por Roberto Campos (Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica) e Otávio Bulhões (Ministro da Fazenda), entre 1964 e 1967 no Governo Castelo Branco. É quando teremos os cortes de reajustes salariais que deveriam ser concedidos pelo Governo Federal e não mais pela Justiça do Trabalho implicando: numa limitação das taxas de pagamento; no arrocho salarial; na perda de autonomia dos sindicatos; na proibição de greves; na compressão do crédito; na

eliminação do déficit das empresas estatais por meio da elevação da receita pública com o aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária e à criação de novos fundos como, por exemplo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS).

Conseqüentemente, com as novas medidas do sistema de arrecadação implantadas nota-se o aumento dos rendimentos provenientes de impostos, mediante os encargos transferidos para as classes populares que, desprovida de força política, simplesmente assiste a diminuição de seu nível de vida. Ademais, será a política de “contenção de demanda” de Campos que desencadeará uma “violenta restrição creditícia”, asfixiando parte das pequenas e médias empresas, que faliram ou foram absorvidas pelas empresas de maior porte com acesso ao mercado financeiro externo e com a preferência das financiadoras locais (MANTEGA, 1976).

Além disso, ressaltamos que Roberto Campos durante a sua gestão sempre se referiu, conforme a escola monetarista⁴¹, à necessidade de uma racionalidade econômica de colocar um fim nos obstáculos provocados pela estatização, todavia nesse período observa-se a redução da entrada líquida de capitais estrangeiros e o Estado continuando a exercer papel fundamental para a economia nacional, inclusive, ao lançar mão de estratégias para fazer crescer a poupança nacional, por meio de fundos da segurança nacional e de aposentadoria. De acordo com Cardoso (1975i, p.98):

... os capitais, naturalmente, não obedecem à decisão dos políticos locais, mas a uma dinâmica mais complexa e, naquele momento, essa dinâmica mais complexa não havia transformado o Brasil em nação mais favorecida, como se diz.

E, em conseqüência, viu-se a formação de um sistema bastante diferente daquele tipo de sociedade que estava proposta nos programas ou nos discursos. É uma coisa fascinante o que se dizia em 63, em 64, em 65 e, depois, ver o milagre como foi... Entretanto, e provavelmente por conseqüência, existem fatores bastante mais profundos, que se definem ao nível das estruturas e que atuaram no sentido de redefinir o modo pelo qual a economia brasileira foi-se desenvolvendo: o modo pelo qual os agentes sociais se foram caracterizando na economia do país. O resultado foi... que, apesar de tudo, o setor estatal da economia brasileira continuou tendo um papel bastante importante. Cerca de 65% do capital adicional novo de cada ano vem do setor estatal; e metade disso, de empresas estatais.

⁴¹ Os monetaristas eram críticos dos desenvolvimentistas dos anos juscelinistas e sustentavam a possibilidade de manutenção da estabilidade econômica, por meio de medidas monetárias que baseavam-se na espontaneidade do mercado para controlar o volume de moedas e outros meios de pagamento no mercado financeiro.



Com isso, observa-se que a partir de 1965 o PIB começou a subir, atingindo seu auge em 1968, por meio da elevação da receita fiscal desde 1964 somente, pois, segundo Singer (1977, p.73): “os inúmeros obstáculos políticos que se opunham a um aumento significativo da carga fiscal antes de 1964 foram eliminados pela centralização do poder de decisão do Executivo Federal, que se verificou a partir daquele ano”. Em suma, com a utilização de instrumentos tributários, creditícios e monetários clássicos foi possível reprimir a inflação que atingiu seu auge em 1964.

Com a política de combate à “inflação de demanda”, nota-se que embora a mesma não tenha sido eliminada, ela fora “controlada e estabilizada” e seus índices começaram a “regredir daí em diante e, a partir de 1967, estabilizou-se ao redor de 20 a 25% ao ano” (SINGER, 1972), conforme o quadro I.

Quadro I – TAXAS DE INFLAÇÃO – 1961/74

ANO	INFLAÇÃO EM %
1961	39, 9
1962	50, 6
1963	76, 0
1964	82, 2
1965	52, 7
1966	42, 4
1967	25, 3
1968	24, 0
1969	20, 2
1970	22, 1
1971	20, 5
1972	18, 4
1973	16, 1
1974	29, 5

Fonte: “International Financial Statistics,” (apud MANTEGA, 1976, 38).

Nesse contexto, ao assumir o ministério da Fazenda, Delfim Neto – identificado como desenvolvimentista, que durante a ditadura significava a prática de determinadas políticas econômicas, como intensificação de gastos, aumento da dívida e acentuação



dos investimentos produtivos – encontrará caminho aberto para empreender um novo momento de expansão econômica, com a inflação sob controle pode colocar em prática o liberalismo creditício com o apoio interno e externo e, em substituição ao combate da “demanda de inflação”, Delfim implementa uma política de combate à “inflação de custos”, o que lhe permitiu a “ampla liberalização e multiplicação dos ativos monetários”. Mantega assinala que nessas circunstâncias o Brasil passa a obter créditos no mercado internacional com juros mais atraentes que os financiamentos locais devido ao fato de que:

... os países europeus passaram a exercer um rígido controle sobre o influxo de dólares que engrossavam suas reservas oficiais. Foi assim que uma massa cada vez maior de papel-moeda norte-americano passou a procurar tomadores de empréstimos fora de suas fronteiras nacionais e da própria Europa, dirigindo-se para os países “menos seguros” do Terceiro Mundo. Isso ocasionou um aumento dos prazos de empréstimos para estes últimos, ao lado da redução das taxas de juros e do próprio *spread* (MANTEGA, 1976, p. 38).

Em 1972, as análises de Singer também apontam que neste contexto que antecede e conduz ao “milagre”, reinstala-se no país um liberalismo econômico que em troca exige uma compressão do liberalismo político e simultaneamente elimina a associação dos trabalhadores e, por conseguinte, a possibilidade de reivindicações coletivas fazendo minar o movimento sindicalista:

Uma das ironias desta situação é que a reinstauração do liberalismo econômico no mercado de trabalho só foi possível à custa da redução drástica do liberalismo político. Em outros termos, as notórias restrições às liberdades políticas, desde 1964, foram essenciais à exclusão dos sindicatos da barganha salarial coletiva, que simplesmente foi abolida, restando apenas a barganha individual entre vendedor e comprador de força de trabalho (SINGER, 1972, 34).

O resultado destas medidas econômicas – combate à inflação e aceleração do crescimento – somado às condições favoráveis para o crescimento econômico proporcionadas pela conjuntura internacional, principalmente desde a criação do FMI⁴²

⁴² Juntamente com o BIRD (Banco Mundial), o FMI emergiu das Conferências de Bretton Woods como um dos pilares da ordem econômica internacional do pós-Guerra. O propósito do Fundo é evitar que desequilíbrios na balança de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros prejudiquem a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais. Desse modo, o FMI tem por base os seguintes objetivos: promover a cooperação monetária internacional, fornecendo um mecanismo de consulta e colaboração dos problemas financeiros; favorecer a expansão equilibrada do comércio, proporcionando níveis elevados de emprego, trazendo desenvolvimento dos recursos produtivos; oferecer ajuda financeira aos países membros em dificuldades econômicas, emprestando recursos com prazos limitados; contribuir para a instituição de um sistema multilateral de pagamentos e promover a



(Fundo Monetário Internacional) e do GATT⁴³ (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) – ambas as instituições, segundo Celso Furtado (1975), “prepararam a transformação, uma adaptação do sistema capitalista à nova realidade política do mundo” – corroboram para a realidade que se verifica em 1968, início do famigerado “milagre econômico”. O crescimento das exportações acompanhado da capacidade de importação nacional se afinou com a disponibilidade política de centros financeiros internacionais em endossar o Golpe de 64, facilitando empréstimos e financiamentos.

A retomada do crescimento decorre do fato de que, com Costa e Silva na presidência da república em 1967, decide-se que não seria mais necessário provocar novas recessões para a contenção da inflação e inicia-se uma política liberal de crédito que conduz ao início do “milagre” em 1968, ao encontrar na conjuntura econômica e social brasileira condições propícias para a expansão do crescimento. Grosso modo, temos que após o *boom* da industrialização para substituição de importações e um intervalo de aproximadamente sete anos de crise econômica, a economia brasileira entra num período de estabilidade no qual as taxas anuais do PNB saltam de 3,7% para 9%:

O “boom” iniciado em 1968 teve por causa básica uma política liberal de crédito que encontrou a economia, após vários anos de recessões, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido da mão-de-obra de pouca qualificação. A isto deve ser aduzido uma elevada propensão a consumir das camadas de renda elevadas. O crescimento bastante rápido que se verificou foi a resposta natural da economia a estas condições (SINGER, 1972, p. 36).

Nesse sentido, a inflação pôde ser controlada por meio de determinados dispositivos de regulação utilizados pelo governo, como por exemplo, o sistema de controle sobre os preços de determinados produtos industriais aplicado pela CIP (Comissão Interministerial de Preços), além do controle sobre o preço da força de trabalho e sobre o sistema de crédito. A aceleração do crescimento econômico encontraria seu impulso na indústria automobilística e nos produtores de outros bens

estabilidade dos câmbios.

⁴³ O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade*, GATT), foi estabelecido em 1947, tendo em vista harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados signatários, por meio de um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater práticas protecionistas adotadas desde os anos 1930.



duráveis de consumo, além dos créditos maciços do Banco Nacional de Habitação (BNH)⁴⁴ destinados à construção civil.

Todavia, a concentração de renda apresentava índices elevados, constatando-se um grande abismo entre a renda *per capita* da classe baixa urbana e rural e as classes média e alta. Além disso, a dívida externa já ultrapassava seis bilhões de dólares, em consequência do “grau de comprometimento crescente do processo de acumulação com a entrada de recursos externos”, pois o capital estrangeiro é que nutre as taxas de crescimento estimulando a acumulação interna (SINGER, 1972).

Em meados dos anos 1970, começa-se a constatar, como veremos adiante, o final do milagre, e é justamente na atmosfera de ascensão e queda do milagre que Paul Singer redige seus primeiros artigos sobre o tema.

Tratando mais especificamente do tema do “milagre econômico”, Singer recorda que após a 2ª Grande Guerra, em 1950, na Alemanha Ocidental será a primeira vez que se ouve falar na conjuntura de um “milagre econômico” e depois nos anos 1960, quando surge o “milagre japonês”⁴⁵. Nos dois casos, observa-se o caráter instrumental do “milagre”, utilizados com fins propagandísticos: no primeiro para sustentar uma economia social de mercado; e no segundo caso para fundamentar uma nova política desenvolvimentista de exportações.

No caso do Brasil “o milagre econômico” seria proclamado quando o Produto Interno Bruto atingiu a marca dos 9% pela terceira ou quarta vez, marchando rumo ao pleno desenvolvimento, entre os anos de 1968 e 1971/2⁴⁶. Sobre este período, Sebastião Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins, consideram que:

Na cadência vertiginosa das cifras, um clima de incontida euforia toma conta do país oficial e o regime chega a acalentar o sonho de se legitimar com base na excelência de seu desempenho, nos números indicativos de seus reiterados sucessos. [...] O Brasil, que numa explosão de alegria havia conquistado o título de tricampeão mundial

⁴⁴ Sobre o programa do BNH, criado por Roberto Campos, Singer salienta as vantagens que o mesmo trouxe para a classe média, em detrimento dos “assalariados pobres”, devido a sua contradição com a política salarial, que apregoava reajustes anuais acarretando na impossibilidade do pagamento das prestações e no despejo de muitos trabalhadores que ingressaram no programa: “Mas, o programa foi um sucesso com a nova classe média, cujos ganhos tendiam a aumentar mais que a inflação, e representou... estímulo às atividades imobiliárias... [e] às atividades cujo mercado é a própria Construção, tais como a Indústria de Minerais não-metálicos, a Metalúrgica, de Material Elétrico etc.” (SINGER, 1977, p.75).

⁴⁵ Cf. CASTRO, Antonio Barros de. A crise atual à luz da evolução capitalista do pós-guerra – Notas para discussão. In: **Estudos CEBRAP 11**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1975.

⁴⁶ Digamos que esta delimitação temporal ocorre por ser neste período que as cifras, os dados colhidos em torno do desenvolvimento econômico do Brasil aparecem estampadas nos índices estatísticos e, por isso, mostram-se acentuados neste período, o que nos permite considerar, conforme Cardoso (1975), que o “milagre”, portanto é antigo.



de futebol na Copa do México, estava ganhando igualmente o troféu do desenvolvimento. “São 90 milhões em ação, pra frente Brasil, salve a seleção...” (CRUZ&MARTINS, 1984, p.41/42).

Do mesmo modo, Singer prossegue sua argumentação de maneira irônica, ao exclamar: “Eis aí uma economia nacional – e ainda mais, de um país subdesenvolvido!, que deveria repetir o extraordinário desempenho econômico da Alemanha e do Japão no após guerra” (SINGER, 1973, p.59). O autor, ao referir-se aos “milagres” alemão e japonês aponta aspectos em comum da conjuntura destes dois países no pós-guerra, quando ambos, devastados inclusive no que se refere às esferas política e econômica, conseguiram manter parte de sua infra-estrutura produtiva, como equipamentos e mão-de-obra qualificada, apresentando a partir de 1948 elevados índices de exportação, dinamizando a economia, seguidos de uma baixa relativa dos salários, permitindo uma “expansão contínua de acumulação de capital”.

No contexto dos anos setenta, o “milagre” na Alemanha – impulsionado, entre outras coisas, pelo fluxo constante de imigrantes da Alemanha Oriental antes da construção do muro de Berlim e que resultou no estreitamento dos salários e aumento da produtividade – já havia chegado ao fim com uma rigorosa e demorada recessão, entre 1966 e 1967, que acaba por gerar outras conseqüências que desequilibraram a economia alemã, estreitando a margem entre os salários reais e a produtividade.

Porém, no Japão onde uma das causas do “milagre” foi a reserva de mão-de-obra para a economia urbana, que adveio da exploração da pequena propriedade familiar, as taxas de crescimento econômico ainda proliferavam por meio da manutenção do “desnível entre custo e produtividade da força de trabalho”. Devido à transferência de força de trabalho e, conseqüentemente, pela abundância de mão-de-obra, diferentemente da Alemanha, o Japão se encaixaria numa modalidade teorizada por Arthur Lewis, que se refere a uma “economia com oferta ilimitada de trabalho”. Em síntese, o que aproxima a experiência destes dois países é o fato de que:

Ambos os países tiveram sua reconstrução algo atrasada devido a fatores políticos (cisão entre os aliados, início da guerra fria), passando a contar, a partir dos fins dos anos 40, com vários fatores que favoreceram um crescimento intenso de suas economias: 1. Fortes injeções de capital estrangeiro (americano), o que permitiu reativar o aparelho produtivo; 2. Disponibilidade de uma força de trabalho abundante e tecnologicamente capacitada; 3. Condições favoráveis de integração na divisão internacional do trabalho, que se estava

aprofundando graças a uma crescente liberalização do comércio internacional (SINGER, 1972, p. 9).

No Brasil, a repercussão do “milagre econômico” gerou momentos de exaltação nacional que contribuíram para sua mitificação e, sobretudo, para sua instrumentalização para as práticas políticas que procuravam incutir no imaginário popular a idéia de uma Nação homogênea e disciplinada, que apresentava altas taxas de crescimento e baixa dos índices inflacionários, a exemplo da Alemanha e do Japão. Nesse sentido, no início de suas análises Singer afirmaria que:

É bastante claro que os “milagres econômicos” têm, sobretudo, caráter político. Eles são promovidos mediante os meios de comunicação de massa para popularizar determinados aspectos da política econômica, aos quais se atribui grande eficácia na promoção do crescimento. Não obstante, é inegável que as economias “milagrosas” de fato apresentam ou apresentaram elevadas taxas de crescimento e por períodos relativamente longos. É este último aspecto que torna o desempenho destas economias excepcional, no quadro atual e histórico do capitalismo (SINGER, 1972, p.5).

Singer refere-se à mitificação ideológica do período reconhecido como sendo o do “milagre” e pretende criticá-la partindo de uma análise rigorosa sobre a realidade brasileira, no que diz respeito as suas condições de realização e às conseqüências desse contexto, ao mesmo tempo em que parece questionar o chamado *efeito demonstração*, ainda que ele não utilize este termo, mas é o que fica claro diante da menção que faz à Alemanha e ao Japão.

Igualmente, Fernando Henrique Cardoso chamará a atenção para as repetidas referências apologéticas ao “milagre brasileiro” como, anteriormente, se fizera sobre o “milagre alemão e japonês” e, nesse sentido afirma, em 1972, num estudo sobre o “modelo brasileiro” de desenvolvimento apresentado em Bonn, que:

Não deixa de ser curiosa a comparação entre a percepção do Brasil que se refletia na imprensa e nos meios de divulgação intelectual há 10 anos e hoje em dia. A nuvem negra do subdesenvolvimento e da miséria, simbolizadas pelo Nordeste, parece ter-se dissipado com uma rapidez que só mesmo um milagre explicaria... Ou então, muita distorção na análise e boa dose de propaganda (CARDOSO, 1975, p.63).



Inicialmente, observa-se que durante a primeira metade dos anos setenta a expansão econômica do país conduziu a sua estabilidade, bem como à superação do “ciclo da conjuntura” tida até a 2ª. Grande Guerra como inerente ao capitalismo, possibilitando a expansão das exportações industriais brasileiras. De acordo com Paul Singer, essa nova fase do capitalismo traz a percepção de que o ciclo de conjuntura não fora abolido, mas que simplesmente teria mudado “de forma, perdendo intensidade e podendo ser politicamente manipulado”:

Embora as tentativas de política anticíclica, postas em prática antes da 2ª. Guerra, não tenham dado resultados muito brilhantes na maioria dos países, o importante é que, após o conflito, o controle da oferta de meios de pagamento pelo Estado estava firmemente implantado, inaugurando-se assim uma nova fase da evolução do capitalismo, em que o ciclo “clássico” (durante o qual a reprodução passa de simples a ampliada e depois a contraída) não mais aparece (SINGER, 1972, p. 6).

Desse modo, veremos nascer uma nova conjuntura que favoreceria a esfera econômica no mercado mundial, conduzindo a uma “integração econômica do mundo capitalista”, que se somaria a um condicionante interno: “uma generosa política de isenções e subvenções fiscais por parte do governo”. A expansão do comércio mundial refletiu positivamente nas companhias multinacionais, cujo capital internacionalmente móvel facilitaria a alocação de recursos e investimentos em países com “fatores de produção” mais baratos, como o Brasil na segunda metade dos anos cinquenta.

Com isso, as multinacionais se expandiriam por vários ramos de atividades – com exceção do ramo de petróleo, transportes e mineração, administrados por empresas estatais, onde as multinacionais poderiam se associar ao capital público ou privado nacional – o que acentuaria ainda mais a dependência de capital externo. Essa situação seria agenciada, como já mencionamos, com o surgimento do GATT, que agilizaria o ritmo das trocas entre os países industrializados. Nesse sentido, nas palavras de Singer (1977, p.76):

A situação mudou a partir dos anos 60 e não só para o Brasil. Desta época em diante, o grande capital internacional, vendo se esgotar as reservas de mão-de-obra na Europa, passa a procurar em países não-desenvolvidos ou semidesenvolvidos, condições propícias para expandir a produção industrial, sem incorrer em custos que lhe parecem proibitivos.

Após o golpe de 1964, o Brasil começa a enxergar a possibilidade de um processo de industrialização voltado para fora, provavelmente devido à mudança de conjuntura desencadeada tanto no plano internacional quanto no nacional, e nesse caso pelo agravamento da inflação que desemboca na crise do poder em 1964. Nesse caso, as políticas econômicas colocadas em prática pelo novo Regime abririam a economia nacional para o comércio exterior.

A nova estratégia de desenvolvimento, que resultaria no *boom* de 1968, baseava-se, resumidamente, em três elementos apontados por Singer: 1) demanda interna por bens duráveis de consumo; 2) demanda externa em expansão, devido à liberalização do comércio internacional e à subvenção das exportações; e 3) forte injeção de recursos do exterior, com o aumento da capacidade elástica de importação que conseqüentemente complementaria a poupança interna e eliminaria focos inflacionários. Contudo, complementa Singer (1977, p.78): “O que não se tinha tornado visível é que, nesta constelação, faltava um quarto elemento: uma *crescente* taxa de inversões”.

Durante esse período a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência, da República (AERP) difundiria permanentemente a propaganda governamental sobre a “mística do Brasil Grande”:

Um país forte, dinâmico, seguro, em paz consigo mesmo. Essa a fachada que o regime procurava exhibir, sobretudo para efeito de consumo interno. No exterior, ao mesmo tempo que combatia as sucessivas “campanhas de difamação levadas a efeito pela subversão internacional”, avançava argumentos de outra natureza, incomparavelmente mais sólidos, mais persuasivos: “a ordem interna está garantida e melhores condições de lucratividade não há” (CRUZ&MARTINS, 1984, p.42).

Note-se que a referência aos sucessos econômicos é estendida de forma homogênea à Nação, à coletividade, ao povo, numa visão abstrata e totalizadora da realidade, refletindo a intenção do discurso ideológico do regime que apregoava a necessidade de sobrevivência de todos, descartando a possibilidade do interesse racional do indivíduo. Entretanto, de acordo com Cardoso, não é possível pensar num estado sem seus dois elementos constitutivos, ou seja, um estado que se “represente como norma igualitária e com soberania”, ainda que, contraditoriamente, ele se constitua num “*locus* de afirmação de *interesses particulares articulados*” e “apresentados como se correspondessem aos interesses de todos”. Esse tipo de afirmação se dá porque o

Estado, em si, não pode ser considerado como um bloco homogêneo, unificado, sem fissuras, uma vez que ele também é constituído de tensões e lutas permanentes de uma classe, uma fração ou um grupo. Ademais, o Estado, não obstante ser gerador de ideologias, não comporta uma Ideologia Geral da Classe Dominante, no sentido althusseriano, devendo constituir-se como harmonizador de interesses contraditórios (CARDOSO, 1977). As estratégias que usará para isso dependem de características peculiares referentes, por exemplo, a qual é o regime político estabelecido, a que tipo de estado estamos nos referindo, quais as condições sociais de sua manutenção, ou seja, que alianças de classe prevalecem no pacto de dominação – que por sua vez, se assenta na sociedade civil e se manifesta no estado – e qual o espaço de movimentação que interessa a esta composição abrir para a sociedade civil. Nesse sentido, pondera o autor:

Como o estado é, simultaneamente, a expressão dos setores empresariais que estão dentro dele, e de interesses da sociedade civil, acaba tendo que gerar, necessariamente, uma idéia de unidade. Não se pode pensar em estado sem a idéia de soberania e sem a idéia de que existe uma ideologia gerada pelo estado, que tende a ver o conjunto como se ele fosse homogêneo. Qualquer forma estatal significa uma aspiração à soberania e uma visão ideológica; capaz de homogeneizar [interesses] (CARDOSO, 1975i, p.101).

Abrindo um breve parêntese para exemplificar a situação exposta acima, salientamos que a crítica a essa visão totalizadora que se projetava sobre a realidade faz eco às análises de Chico de Oliveira e Henri-Philippe Reichstul, quando constatam, nesse contexto, que as diferentes regiões do país, apesar de integradas ao Estado, enfrentavam um processo de mudanças na divisão inter-regional do trabalho. Esse processo seria impulsionado por transformações estruturais da economia brasileira em geral, cujo epicentro se encontrava no intenso crescimento industrial da região sudeste, mais especificamente São Paulo, conforme destacam os autores.

Desse modo, apresenta-se um estudo comparativo, especificamente, entre a região Sudeste, ou Centro-Sul e Nordeste, tendo como hipótese o fato de que o surto industrial de São Paulo afetou as regiões Nordeste e Sul, intensificando nelas a exportação de produtos agrícolas e a importação de produtos industrializados do Sudeste. Sem adentrarmos muito na questão, o fato é que, diante de um cenário de retração do Nordeste, provocado, entre outras coisas, pelo seu atraso tecnológico relativo, vemos surgir “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, acarretando

na emergência de um mecanismo para a industrialização da região, conhecido como 34/18: “isto é, o conhecido dispositivo de dedução do imposto de renda para aplicação em empreendimentos prioritários no Nordeste”. A partir deste dispositivo nasce uma vinculação institucional que, ao privilegiar os empresários industriais, possibilitava a “transferência de classes dominantes de uma para outra região”, como reflexo de “uma necessidade estrutural da expansão capitalista no Brasil” (OLIVEIRA; REICHSTUL, s/d).

Porém, esta situação – com a presença de estruturas oligo-monopolísticas – desencadeou conseqüências econômicas e políticas expressas na concentração de renda e de poder, como ocorre em qualquer economia capitalista que necessita “homogeneizar o espaço econômico nacional”. Paul Singer (1977) também discorre um pouco sobre “a opulência gerada pela industrialização acelerada de São Paulo e adjacências – o coração industrial do Brasil – e a miséria agravada nas regiões periféricas, marginalizadas do processo”.

Oliveira e Reichstul concluem a discussão explicitando a tendência ao esgotamento dessas políticas de investimento no Nordeste, que por sua vez, coincidem com o período do “milagre” e com as análises sobre o mesmo, fazendo-nos recordar da inferência de Cardoso, anteriormente citada, sobre a dissipação da nuvem negra do subdesenvolvimento sobre o Nordeste, que só poderia explicar-se por um milagre:

Do ponto de vista da expansão capitalista no Brasil, a saída para o Nordeste representou, sem dúvida, um elemento de reforço numa década que começou por uma grave recessão. Mas, no fundo, o mecanismo que pôs em funcionamento o processo não foi nem a recessão, nem a falta de mercado: é uma razão estrutural do capitalismo no Brasil, a busca de taxas de lucro elevadas, numa estrutura já claramente oligo-monopolística. Neste sentido, a saída para o Nordeste não somente tende a esgotar-se, como soma pressões às que já são inerentes ao sistema. Também neste sentido, – e somente neste, pois os níveis de vida da população do Nordeste continuam, *167s pour cause*, tão baixos para a grande maioria da população, como sempre foram – deixa de existir um “problema Nordeste” (OLIVEIRA; REICHSTUL, s/d, p.166).

De qualquer forma, retomando o cenário geral da análise, percebia-se desde 1973 os sintomas que levariam ao fim do “milagre”, a partir de então o “desenvolvimento das forças produtivas começa a se chocar com uma série de barreiras “físicas””, entre elas Singer apresenta: a inflação reprimida, mediante a redução da

oferta da carne, por parte dos frigoríficos, pecuaristas e açougueiros em protesto aos preços oficiais tidos como insuficientes. Além disso, ter-se-ia a presença da escassez de matérias-primas (aço, metais, por exemplo) para a fabricação de refrigeradores e motoniveladoras e a falta de insumos (material de embalagem, fertilizantes), no mercado interno e externo; a falta de automóveis; a falta de celulose, que prejudica a produção do papel; a aceleração do ritmo inflacionário etc. Os condicionantes que pareciam conduzir ao final do “milagre” não se configuram apenas nesses indicativos de escassez para o mercado, abarcando também a esfera da produção, no que se refere à falta de mão de obra qualificada para o trabalho na construção civil.

Sobre a crise conjuntural da economia, Singer considera a complexidade da análise que resiste ao plano teórico, mas se comprova no plano empírico, assinalando:

A correlação entre crescimento econômico e inflação pode ser empiricamente comprovada em grande número de países. A inter-relação entre os dois fenômenos resiste, no entanto, à análise teórica, à medida que ela se compõe de um complexo de reforços e causas cumulativas que assumem forma e peso específico a cada momento e lugar (SINGER, 1972, p.7).

A partir de 1973, com a crise mundial do Petróleo e o embargo da OPEP, a realidade político-econômica passou a configurar-se de outro modo e o que até então havia se travestido de “milagre econômico” passava a expressar o desarranjo do sistema, com a emergência de contradições. De acordo com o quadro II de Baer, que ilustra a taxa anual de crescimento do PIB, da indústria, da agricultura e do PIB *per capita*, notamos claramente os diversos momentos da economia desde 1956 até 1975.

Grosso modo, observam-se os três momentos da economia: a conjuntura desenvolvimentista, com taxas razoáveis de crescimento, mas com um visível crescimento da indústria; o período de crise da economia nacional, com taxas baixíssimas, que irão se aproximar e algumas vezes se igualar aos índices de 1975, ano em que se evidencia categoricamente o fim do “milagre”; e nesse entrementes de declínios econômicos podemos verificar a conjuntura do “milagre”, apresentando, por sua vez, índices altíssimos de crescimento. O que é comum para todos os momentos são as taxas do PIB *per capita* e da Agricultura, que sempre apresentam índices baixos, o que revela inclusive, mais uma vez, o caráter espoliador do regime.

**QUADRO II – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB, PIB PER CAPITA,
INDÚSTRIA E AGRICULTURA**

<i>Anos</i>	<i>PIB real</i>	<i>PIB real per capita</i>	<i>Indústria</i>	<i>Agricultura</i>
1956-62	7,8	4,0	10,3	5,7
1962-67	3,7	1,3	3,9	4,0
1968	9,3	6,3	15,0	1,5
1969	9,0	5,9	11,0	6,0
1970	9,5	6,4	11,1	5,6
1971	11,3	8,2	11,2	12,2
1972	10,4	7,3	13,8	4,1
1973	11,4	8,3	15,0	3,5
1974	9,6	6,5	8,2	8,5
1975	4,0	1,3	4,2	3,4

Fonte: Calculado a partir do Centro de Contas Nacionais, Fundação Getúlio Vargas. Publicado em *Conjuntura Econômica* (vários números), média anual. (*apud* BAER, 1977, p.11).

E se, antes disso, apresentavam-se índices de segurança da dívida externa, “garbosamente exibidos em documentos e discursos oficiais”, desde então eles começariam a se romper em passo acelerado, juntamente com a desaceleração do crescimento do PIB, e chegava-se à conclusão de que: “a dívida externa passa a ser o gargalo pelo qual o capitalismo internacional controla as possibilidades de expansão do País”. Observa-se nesse período que: “o aumento do valor dos juros pagos (295 milhões de dólares em média entre 1968/72 e 1355 milhões em 1974) e do custo dos fretes (3336 para 1281 milhões no mesmo período) mostra outros aspectos do gargalo financeiro da dependência” (CARDOSO, 1976, p.9).

Entretanto, segundo Ulysses Guimarães, ex-ministro da Indústria e Comércio no governo João Goulart, o governo utilizava-se de falsos argumentos para mascarar os desarranjos econômicos que começam vir à tona em 1973, a fim de não terem que arcar com o ônus originado pela crise, sugerindo que mesmo num regime democrático as dificuldades econômicas e sociais não seriam solucionadas:

Devido sua incompetência em impedir a angustiante deterioração da situação econômica as autoridades governamentais invocam reiteradamente a crise do petróleo, como sendo a causa fundamental de todos os transtornos de nossa economia desde 1973. Procuram, ainda, com insistência, convencer o País de que a oposição brasileira, além de críticas que reputam improcedentes, não tem sido capaz de

propor alternativas válidas para superar a crise econômica (GUIMARÃES, 1981, p.17).

Constatava-se nesse momento que as estratégias de crescimento adotadas – exportação de manufaturados, importação de bens de capital e insumos industriais, financiamento externo abundante – não foram suficientemente capazes de sustentar o ritmo da expansão econômica, tendo como consequência uma situação crítica de contradições do “desenvolvimento associado dependente”. Sobre os diversos rumos que a economia brasileira começa a tomar nos anos setenta, evidenciando os “êxitos enganosos da política de exportações subsidiadas, Cardoso esclarece:

Com esta reserva e chamando a atenção para o caráter estrutural da vinculação de dependência da economia brasileira para com o capitalismo internacional, não quero obscurecer o fato de que o estilo de desenvolvimento capitalista aberto na segunda metade dos anos 50 e acelerado no período 1968-1973 esgotou-se, tendo atingido os objetivos passíveis de serem alcançados por uma economia que se lançou à produção de bens duráveis de consumo – tendo à frente a indústria automobiliz – e baseou seu mercado na concentração de rendas (CARDOSO, 1976, p. 9).

Entretanto, segundo Cardoso, após o auge econômico, o mito do crescimento continuou sendo cultivado pelo governo para garantir sua legitimidade continuamente, por meio da ideologia e da propaganda, com a deturpação de informações sobre os índices estatísticos de controle da inflação, a fim de manter os salários baixos e, com isso, atenuar os “efeitos negativos que a dívida externa acarretaria sobre a opinião pública”.

Nesse sentido, segundo Singer, é importante um exame sobre o significado da teoria das crises no modo de produção capitalista para compreendermos o ciclo da economia brasileira. Assim, o autor discorre sobre o fato de que no capitalismo a “anarquia da produção” é a responsável pelas crises, sendo desencadeada pela separação das tomadas de decisão entre certos níveis de produção e de consumo, que somente *a posteriori* são compatibilizadas pelos mecanismos de mercado. Ao discorrer sobre a necessidade das crises, Singer aponta que ela decorre da investida na acumulação e afirma:

Desta maneira, o crescimento da produção tende a se acelerar até que sejam encontradas as barreiras físicas à expansão, contra as quais o



impulso a acumular se choca, o que ocasiona a crise, a partir da qual os indicadores de mercado invertem seu sentido, levando ao decréscimo da acumulação, o que produz a depressão ou, quando moderada a recessão (SINGER, 1973, p.62).

Desse modo, observa-se que em detrimento dos aspectos problemáticos que as crises imprimem à sociedade, principalmente, para o mercado e para o consumidor, não se pode deixar de notar que há acumulação, cujos beneficiários, ainda que diminutos, encontram-se na esfera da produção. Mas, é justamente pelo fato de querer crescer para além dos limites de seus recursos reais que as crises se originam. Mantega (1976), por sua vez, observa o fato dos períodos recessivos serem legítimos sucessores dos expansivos, ambos com variada duração e intensidade. Uma das causas desses ciclos é o problema do mercado ao demorar em se ajustar ao sistema produtivo, já que seus mecanismos “demandam tempo para cumprir sua função compatibilizadora”, tornando-se necessário reduzir a expansão de determinados ramos. Por exemplo, se no intervalo da crise há demora da produção suplementar de borracha no mercado, é necessário reduzir a expansão de todos os ramos que se utilizam dela como insumo, ou seja, que exijam a borracha para a produção. Conforme Singer (1973, p.64): “O problema no capitalismo é que a economia tende gradativamente a ultrapassar o seu ritmo máximo de expansão, começando a girar em vazio até ser acolhida num vendaval inflacionário”.

Além do mais, como esclarece Cardoso, não foi por falta de planos ou pelo esgotamento de um “pacote de investimentos” que a economia brasileira começou a apresentar, mais abertamente, contradições. Há outros condicionantes que contribuem para esta turbulência, uma vez que os projetos de investimento, segundo o autor:

Dependem de um tempo de maturação, da disponibilidade de recursos financeiros e, *last but not least*, de serem remunerativos em *condições dadas*, frente a oportunidades alternativas de mercado para os interesses capitalistas, os quais a curto prazo, obedecem mais à lógica de rentabilidade para cada grupo empresarial (estrangeiros e nacionais) do que aos Planos de Desenvolvimento (CARDOSO, 1976, p.12).

Contudo, no caso do ciclo brasileiro, a economia nacional adentra, em fins dos sessenta e começo dos setenta, em uma conjuntura favorável à exportação no mercado mundial, bem como à complementação da produção interna com importações. Nesse sentido, verifica-se que o crescimento industrial, segundo Singer, se daria de “forma desigual num duplo sentido”, em primeiro lugar porque há um maior crescimento das

indústrias que produzem bens duráveis, em detrimento às de bens não-duráveis de consumo; e, em segundo lugar, porque estas indústrias de bens não-duráveis voltaram-se para fora, enquanto a primeira expandiu-se devido ao aumento da demanda interna.

No que se refere à exportação, nota-se que o seu crescimento está ligado à diversidade de produtos primários, como soja e carnes; e, principalmente, de produtos industrializados, como sucos de fruta, café solúvel, mentol e calçados. Com isso, a dinâmica do mercado brasileiro também seria beneficiada, com o estímulo do Departamento II (produtor de bens de consumo), uma vez que segundo Singer a possibilidade de exportação, ou seja, a abertura para fora, desestimula e substitui em nossa economia a capacidade de produção do Departamento I (produtor de bens de capital). Passa-se, então, a importar bens de produção “em vez de implantar ou expandir sua produção interna”, pois do ponto de vista conjuntural a vantagem seria obtê-los com maior rapidez. O ônus é uma situação cada vez maior de dependência tecnológica do exterior, no que tange a computadores, aviões, equipamentos industriais. Sobre este aspecto da economia, em 1977, Singer consideraria que:

Volta-se, assim, ao critério das “Vantagens Comparativas” na alocação das inversões, o que significa que, em lugar de se expandir a indústria de equipamentos tecnologicamente sofisticados, que podem mais “facilmente” ser adquiridos no exterior, o Brasil expande ramos como a indústria de calçados, a tecelagem ou mesmo a indústria de máquinas de escritório, cujos produtos competem mais “facilmente” no exterior (SINGER, 1977, p.78).

Assim, a expansão econômica e as altas taxas de crescimento do produto interno bruto se deveram “ao rápido crescimento de nossa capacidade para importar, proporcionada pela grande expansão das exportações e a forte elevação das entradas de capital estrangeiro” (SINGER, 1973, p.70/1). Além disso, nota-se que durante esse período de magnetismo da economia brasileira a demanda efetiva de bens industriais, em que se destacam também a indústria de material de transporte e de material elétrico, resultou, como assinala o autor, de “um processo de concentração da renda que privilegiava as necessidades de uma elite relativamente reduzida” (SINGER, 1977, p.75). Ao passo que a produção de bens não-duráveis de consumo adquiridos por toda a população teve um ritmo de crescimento defasado, quando comparado com a produção de bens duráveis de consumo obtidos, sobretudo, por grupos de renda elevada. Como foi apontado inicialmente, o crescimento das importações teve importante influência

neste contexto, uma vez que, conforme Singer (1977, p. 75): “A unilateralidade deste crescimento ainda foi maior pois o crescimento da produção de bens não-duráveis de consumo atendeu, em boa medida, à demanda externa”. O fato é que o milagre econômico se fortalecia, não somente porque naquele momento estava em curso no Brasil um crescimento industrial que se desdobrava de forma desigual, mas também em virtude dos efeitos da inevitável participação das multinacionais nesse processo de busca pelo crescimento econômico nos países não-desenvolvidos e de dependência tecnológica. De acordo com Singer (1976, 73/4):

Se os dados indicavam que até 1968 o fosso que separa os países não-desenvolvidos dos desenvolvidos tendia a aumentar – e é o que se tem proclamado quase sem discrepância – de 1968 em diante é a tendência oposta que passa a predominar. Combinando-se os dados de produção industrial com os de exportação de produtos industriais, pode-se chegar à conclusão que, se não todos, pelo menos uma parcela significativa dos países não-desenvolvidos está superando seu atraso histórico, tornando-se aos poucos desenvolvidos. Essa conclusão é errônea, no entanto, e só parece verossímil à medida que não se considera o papel das multinacionais neste processo (SINGER, 1976, p. 73/4).

O programa de exportações implementado neste período, como reação à remessa de lucros para o exterior, foi bem sucedido, pelo menos até 1973, devido à demanda dos produtos exportados que coincidiam com os produtos primários de exportação brasileiros (açúcar, soja, café e minério de ferro) e à subvenção e isenção fiscal concedidas pelo governo aos exportadores, conduzindo a uma maior competição dos produtos brasileiros no mercado internacional. Nesse momento, com o incentivo do governo, observa-se a mecanização da agricultura, intencionando o aumento da produtividade de gêneros agrícolas de exportação. Sobre a nova estratégia do desenvolvimento, baseada na abertura da economia para fora, em detrimento da substituição de importações, o autor assinala o seu significado para o contexto brasileiro:

[...] as prioridades no processo de industrialização deixam de ser as necessidades do mercado interno apenas, mas passam a ser também as necessidades do mercado mundial. Como os recursos disponíveis para investimento a cada momento são limitados... sua utilização está sendo condicionada cada vez mais pelo objetivo da integração da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, não mais como mero fornecedor de matérias-primas, é certo, mas como fornecedor também de bens industriais (SINGER, 1977, p.77).



Todavia, como já citamos, a partir de 1973 a situação começa a se modificar e, com isso, “o ponto de inflexão da fase expansiva coincide com a cessação, quando não com a reversão de boa parte dos eventos que, no período anterior, contribuíram para o aumento da lucratividade” (MANTEGA, 1976). Desse modo, constata-se que a exportação de bens de consumo e a importação de bens de produção, como uma das estratégias para o desenvolvimento econômico, já não eram mais viáveis, dada a crise do petróleo que retira do mercado internacional boa parte dos eurodólares, reduzindo a liquidez financeira dos países exportadores de petróleo, o que leva ao aumento dos custos financeiros do Brasil.

Observa-se também a presença de uma recessão mundial que se apresenta em 1974, tornando complicada a estratégia de desenvolvimento “para fora”. Nesse período haverá um crescimento da dívida externa superior ao do PIB, que já vinha se mostrando desde 1971. A conseqüente conjuntura de recessão interna que se instaura é fruto do grande fluxo de divisas para o exterior, da diminuição do ritmo de investimentos internos e da conseqüente diminuição da taxa de lucros para cada unidade produtiva, mediante o crescente endividamento externo, resultando na evolução do processo inflacionário. Esse endividamento, juntamente com a ampliação da capitalização nas economias dependentes, constitui um dos aspectos do caráter contraditório da acumulação capitalista no Brasil. No que tange à crise do petróleo, que vem agravar a situação, Mantega tece algumas considerações a respeito das conseqüências internas provocadas por ela:

Para um país como o Brasil que importa cerca de 80% do petróleo que consome, a quadruplicação dos preços do “ouro negro” exerceu um efeito altista considerável nos custos internos, desde que o petróleo é um *input* importante para diversos setores industriais como plásticos, química etc. Além disso, como mais de 80% do transporte do país é rodoviário e portanto movido a gasolina, a elevação do preço desta última vai incidir praticamente sobre todas as mercadorias (MANTEGA, 1976, p. 43).

Diante desse contexto de instabilidade econômica, segundo Singer, para que a economia continuasse crescendo a 10% ao ano seria necessário adotar o governo determinadas estratégias, entre elas: a transferência de força de trabalho do Departamento II para o Departamento I, ou seja, dever-se-ia passar a se investir menos na produção de meios de consumo e mais na produção de meios de produção; expandir

as exportações, a fim de que o Brasil se inserisse na *divisão internacional do trabalho* como fornecedor de matérias-primas e bens industrializados de consumo e como importador de máquinas e equipamentos: “pois deste modo o circuito de metamorfose do capital (mercadorias-moeda-meios de produção) estende-se cada vez mais ao mercado externo” (SINGER, 1972, p.44).

Além das análises sobre o desenvolvimento econômico, tendo como enfoque a dinâmica da economia nacional, a ênfase recai também nos estudos referentes à esfera política, focalizando o comportamento e as tomadas de decisão dos atores em cena, para uma caracterização mais abrangente da sociedade brasileira nos anos 1970. É nesse sentido que ganham significado as análises de Fernando Henrique Cardoso acerca da idéia de que a intervenção militar ocorre com o propósito de legitimar-se como um movimento restaurador da economia, cujo padrão de desenvolvimento deveria basear-se na livre empresa, contra o estatismo econômico dos anos anteriores. Contudo, sobre este aspecto da estatização, já adiantamos que durante a vigência da ditadura a crença no autoritarismo, num Estado forte como do governo Médici, fará emergir com maior razão de ser os defensores do estatismo que, conforme Cardoso (1976, p. 24), “procuram fazer ver, no plano ideológico, que o Estado, e especialmente o setor produtivo estatal, é um “aliado potencial” das massas, numa reminiscência do populismo pré-64”.

Independentemente de que lado se esteja, no plano interno ou externo, a intenção das políticas econômicas colocadas em prática era dispor de uma alternativa para dar continuidade ao desenvolvimento das estruturas capitalistas, fosse por meio da liberal-democracia ou de um autoritarismo esclarecido.

No que diz respeito ao papel do Estado, observa-se que este, em 1955 sob o comando de Juscelino, tornar-se-ia um redistribuidor de recursos. Singer salienta a função do Estado nesse contexto e a utilização da inflação para a criação de uma poupança forçada, com a elevação do custo de vida, acarretando na desvalorização dos salários. Os salários “só eram reajustados uma vez por ano, de modo que os trabalhadores eram obrigados a restringir seus gastos de consumo, realizando assim poupança forçada” (SINGER, 1977, p. 67).

No decorrer dos anos subseqüentes, mais especificamente a partir de 1969, o Estado se projeta como um grande financiador de setores capitalistas distribuindo subsídios, incentivos fiscais, proteção de mercado, etc. dando suporte aos setores atrasados e auferindo lucros aos setores mais dinâmicos, referentes à produção de bens

de consumo que contribuíam para o crescimento do PIB. Entretanto, no período que antecede a crise – mesmo sendo evidente o fato de que a tônica do desenvolvimento deveria voltar-se para a expansão do setor de bens de produção e para a produção de matérias-primas industriais – o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), prossegue na aprovação de projetos voltados para a produção de bens de consumo e para a exportação, bem como às inversões estatais para a iniciativa privada, que se demonstraram eficazes para estimular o desenvolvimento do país. Um desenvolvimento industrial-exportador, porém dependente, cujo caráter desordenado de seu crescimento capitalista nunca desaparecera, seja no período do milagre ou nos momentos de agravamento da instabilidade econômica. Havia uma lista de áreas prioritárias para investimentos projetada pelo CDI – entre elas os “projetos marcados por uma utilidade social mais destacada e mais reprodutiva” – que, nos anos setenta, quando a fonte secou, passou a funcionar como “válvula reguladora” dos benefícios fiscais, atuando de acordo com as circunstâncias impostas pela estrutura vigente da economia. Todavia, na época do auge este Conselho aprovaria todos os projetos a ele enviados e concederia isenções fiscais sem critério algum, a fim de incitar a produção de bens de consumo e a exportação. Segundo Cardoso (1976, p.10):

... as condições de financiamento externo eram tão favoráveis que, ao invés de um programa de reconversão do “modelo” de desenvolvimento... continuou-se a acelerar o crescimento do PIB... até chegar-se à barreira da inflação de 1973/74 e aos limites críticos da dívida externa, que outra coisa não significam senão a forma pela qual se deu o “desenvolvimento associado”.

O Estado aparece, então, como uma força empreendedora, ainda que ilusória, pois distribuirá os recursos sem nenhuma disciplina, recursos esses obtidos, vale lembrar, por meio de financiamento externo, já que as empresas estatais não auferiam lucros suficientes e os impostos arrecadados não cobriam as inversões que se faziam, ou seja, o governo gastava mais do que arrecadava por via fiscal, causando *déficits* no orçamento da União. Sobre este aspecto das políticas econômicas adotadas, Singer considera:

Seja como for, no entanto, é preciso registrar que a entrada maciça de capital estrangeiro permitiu que as importações crescessem, nestes últimos anos, a um ritmo ainda maior que as exportações e, deste modo, foi possível prolongar por mais algum tempo a expansão da

economia, sem que surgissem pressões inflacionárias demasiado fortes (SINGER, 1973, p.72).

Guardadas as limitações desse período “promissor” para a economia brasileira, é importante notar, como indica Singer, que houve uma “coincidência das fases de *boom* em quase todo mundo capitalista, inclusive no Brasil”. Assim, o autor traça uma discussão sobre Estado, política econômica e a necessidade da distribuição de renda, “contrariando o discurso vigente (que insistia na necessidade de crescer para depois dividir o ‘bolo’)” (LAHUERTA, 2001).

As análises feitas por Cardoso indicam que entre as décadas de 1950-1960, a sociedade brasileira teve um relativo crescimento industrial que vinha ocorrendo desde 1935, como diria Paul Singer, sem muita “solução de continuidade”, mas a partir da segunda metade de 1950 sofre um forte processo de aceleração.

Com a economia atingindo altos índices de desenvolvimento, a distribuição de renda passou a ser o grande tema abordado na década de 1970. Segundo Baer, a questão central que esta “situação distribucional” levanta entre os defensores e críticos do regime refere-se, justamente, àquela já abordada neste trabalho, ou seja, o fato do crescimento econômico conduzir à estagnação, devido à falta de dinamismo do mercado interno, uma vez que as camadas de renda alta, que comportam uma pequena parcela da população, não seriam suficientes para formar um mercado eficaz que suportasse uma alta taxa de crescimento econômico. Contudo, Baer pondera que tal argumento talvez não se aplique ao Brasil por duas razões:

Primeiro, há o tamanho do setor governamental, que, se corretamente administrado, pode sustentar o crescimento. Segundo, há o tamanho absoluto da população brasileira. Mesmo se 20% da população recebesse mais de 63% da renda do país, isto representaria 22 milhões de pessoas, o que é um grande mercado. Resta saber, no entanto, como poderia expandir-se rapidamente, fora do período da ISI (BAER, 1977, p. 16/17).

Nesse contexto, há a predominância de grupos conservadores defendendo a necessidade de esperar o “bolo crescer para depois reparti-lo” e justificando a concentração de renda pelo fato de que “os grupos de altas rendas possuem maior propensão a poupar do que os de rendas mais baixas”. Inclusive, Simonsen e Campos assinalariam que: “o chamado ‘Milagre Brasileiro’ deve ser creditado aos sacrifícios

que foram suportados durante a administração Castelo Branco. [...]: o primeiro requisito para um rápido e sólido crescimento é uma alta taxa de poupança...” (*apud* BAER, 1977, p. 18). Todavia, Baer desconsidera tal afirmação ao observar que os grupos com renda alta mais consumiam que pouparam e eram os grupos de baixa renda que contribuíam para os números da poupança, por meio de um esquema chamado “poupança forçada”, que referia-se à captação de recursos através dos fundos de programas sociais (PIS, PASEP e FGTS). De acordo com Baer (1977, p. 19):

Um estudo recente sugere que uma grande parcela do crédito reajustável do Banco Nacional de Habitação, cujos fundos eram retirados dos fundos acima mencionados, foram usados para financiar habitações das camadas de renda média e superior, outras construções e infra-estrutura urbana, mais do que para financiar habitação para os pobres. Este seria mais um exemplo de poupança forçada pelos grupos de baixa renda, financiando projetos para as classes com renda mais favorecida.

Este é mais um dos aspectos que reforçam os argumentos referentes ao mito do “milagre” e ilustram as contradições do contexto abordado. Não foi à toa que no governo Médici a “busca de legitimidade deslocou-se do plano político para o econômico”, com a ênfase de um modelo voltado para as exportações, acabando por intensificar a idéia do Brasil enquanto potência industrial ao lançar, por exemplo, o Plano Siderúrgico, os projetos de Carajás e de Itaipu e a construção da rodovia Transamazônica, como reflexo da nova política regional. Para Cardoso (1976, p.11):

[O Plano Siderúrgico] provocou uma corrida altista instantânea nas bolsas de valores, servindo de alimento ao apetite do capital especulativo, então em plena maré alta. Os projetos de Carajás, os de aproveitamento do cobre, o de Itaipu, os de expansão do pólo petroquímico continuaram, também, a excitar a imaginação dos setores desenvolvimentistas.

Nesses termos, o Brasil do “milagre econômico” era mostrado como um país de desenvolvimento próprio, à medida que, simultaneamente, constatavam-se as distorções na distribuição de renda. Nas palavras de Cardoso: “a maioria paga o preço de um crescimento que beneficiava a poucos e passaram a ser submetidos a um caminho de industrialização que era absorvida por setores restritos da sociedade” (CARDOSO, 1975h). Ou seja, o regime militar estava transformando a sociedade, ainda que

parcialmente, ao praticar uma política de “fuga para frente”, através da aceleração do processo de acumulação capitalista.

A intenção do governo militar com tal política era amortecer os conflitos internos, uma vez que não possuía capacidade para arbitrá-los: “Sob a aparência de liderança forte encontrava-se um Estado preso a interesses internos e externos que limitavam e dirigiam sua atuação” (GOLDENSTEIN, 1992, p.65).

O ponto fundamental para entender esta forma de agir do Estado está relacionado à questão das escolhas, ou seja, à questão política. Para Cardoso, o que se tinha nesse momento é uma conjuntura onde: “em lugar de partidos na realidade funcionam anéis burocráticos que ligam e solidarizam os interesses de grupos privados e de setores de empresas do Estado” (CARDOSO, 1973).

Em 1974, o autor não só afirmaria, numa perspectiva global de análise, que o desenvolvimento dependente no Brasil passava por uma transformação, como também explanaria sua hipótese para a configuração futura do desenvolvimento dependente no país:

... [O desenvolvimento dependente] se redefine agora para intensificar o papel que a associação direta entre Estado e multinacionais vai desempenhar na produção típica da fase atual de industrialização da periferia. É possível mesmo que o dinamismo futuro do sistema econômico deixe de estar assentado apenas nos setores de produção de bens de consumo durável (controlados pelas multinacionais) para deslocar-se na direção da grande siderurgia, da exportação de produtos semi-industrializados e dos minérios. Isso não significará a carta de alforria da dependência, que alentaria expansões de mercado a serem incentivadas pelos estados nacionais, mas sim que na nova divisão internacional da produção o país busca obter vantagens relativas (e as está conseguindo) sob o guarda-chuva protetor da associação com as multinacionais de distintos países (CARDOSO, 1974, p.71).

A conclusão de Singer sobre o período do milagre (1968-1974) é a de que este intervalo, às avessas, representou um período de recuperação da recessão de 1962-1967. Nesse contexto, no que se refere à questão do aprofundamento da dependência, tanto financeira quanto tecnológica, como resultado de um conjunto de medidas econômicas adotadas pelo Regime Militar, Paul Singer aponta o disparate do governo brasileiro em barganhar o desenvolvimento econômico interno por meio de investimentos externos na produção de bens duráveis de consumo, com vistas a sua inserção no mercado internacional, quando na verdade dever-se-ia ter destinado os recursos que entravam no

país na expansão da indústria de equipamentos tecnologicamente sofisticados. No entanto, irá considerar Singer (1977, p.78):

[...] o país vendeu por um prato de lentilhas – a “ajuda” externa – o seu direito de primogenitura no sentido de procurar alcançar a fronteira tecnológica e, um dia, tornar-se uma nação plenamente desenvolvida. Pois que outra coisa significa uma estratégia que leva a expandir a produção e exportação de calçados ou mesmo componentes de sistemas de processamento de dados e a importar as máquinas de fabricar calçados e os computadores? Não há dúvida que uma divisão de trabalho à base das “Vantagens Comparativas” – cada um se especializa no que pode produzir a custo mais baixo – entre países adiantados e países atrasados só pode ter por resultado a consolidação do desnível e o aprofundamento da dependência dos últimos em relação aos primeiros.

Em 1975, observa-se que o declínio da taxa de crescimento nacional desencadeará uma rigorosa crise da balança de pagamentos, assinalando o período do fim do milagre, muitas vezes atribuído pelos defensores do regime às forças externas (crise do petróleo e a recessão mundial dos países industrializados), outras vezes, os críticos do regime delegarão tal crise às contradições internas geradas pelo próprio modelo adotado durante o pós-64.

Há que se assinalar o aumento da dívida externa, devido à necessidade de empréstimos estrangeiros, resultando no final desse mesmo ano numa dívida de 22 bilhões de dólares contra os 10 bilhões de 1972. “A drástica redução das importações, onde só uma parte das quais era de bens de consumo acabados, contribuiu para um declínio nas atividades de investimento e conseqüentemente no índice de crescimento” (BAER, 1977, p.23).

Fernando Henrique Cardoso seria um dos autores que, neste contexto, ao tecer considerações sobre o tipo de desenvolvimento engendrado no país, com sua tendência crescente à dependência tecnológica e, por vezes, financeira, questiona a vantagem desta modalidade capitalista que organiza nossa sociedade e que parece se guiar por taxas de crescimento que nem sempre representam desenvolvimento. Com isso, colocaria em pauta a tarefa dos cientistas sociais diante deste contexto:

Não estou propondo, aqui, que nos deixemos ficar jogados ao atraso, enquanto os outros se desenvolvem; ninguém é irracional, estou dizendo que nós temos uma opção real, para as transformações da sociedade brasileira, uma opção que me parece ser muito mais

importante do que ficarmos medindo, a cada ano, se crescemos sete ou oito por cento; o que nós precisamos saber é **crescer para quê; crescer de que maneira, e em benefício de quem** [grifos do autor]. Eu acho que essas são as grandes questões que devem interessar aos cientistas sociais mais e mais (CARDOSO, 1975i, p.103).

Para além dessas considerações, constata-se que ao assumir o controle do país, o governo Geisel terá a responsabilidade de realizar a “reconversão do modelo”, tendo de enfrentar um novo arranjo de alianças a fim de reorientar a política econômica governamental, proclamando, então, um reforço das “políticas sociais”, a revisão das políticas de distribuição de rendas, a “distensão gradual”, entre outros objetivos. Nas palavras de Cardoso (1976, p.22): “o governo Geisel entrou em zona de turbulência. O céu azul da retomada do crescimento não está à vista e a tormenta tropical das pressões políticas, alimentada pelo descontentamento econômico, desfere raios incessantemente na augusta nave espacial do Estado”.

Interessa situar que a questão do desenvolvimento nos anos setenta passa a ser analisada tendo em conta os aspectos do sistema capitalista e como estes forjaram uma sociedade no contexto periférico com determinadas modalidades de articulação entre as diferentes atividades econômicas, como também foram delineando a articulação política entre Estado, empresas locais e multinacionais no jogo do poder.

Esse contexto trouxe a perspectiva aos intelectuais do CEBRAP de conduzirem um inovador debate sociopolítico sobre a economia brasileira e latino-americana. A avaliação da Fundação Ford aponta:

(...) It is possible that CEBRAP is in a privileged position to act as critic of prevailing Latin American orthodoxies: several aspects of Brazil's recent economic history make revisionist thinking imperative, and CEBRAP's general sympathies are so well known that its critique of, say, CEPAL doctrine cannot be misunderstood as some sort of desertion of the Latin American cause (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ATIVIDADES DO CEBRAP, 1974).

[É possível que o CEBRAP esteja em uma posição privilegiada para agir como crítica às ortodoxias latino-americanas em voga: muitos aspectos da história econômica brasileira recente torna o pensamento revisionista imperativo, e as afinidades gerais do CEBRAP são tão conhecidas que as suas críticas, digamos, à doutrina da CEPAL não podem ser erroneamente interpretadas como algum tipo de deserção da causa latino-americana] (tradução nossa).

O resultado seria, mais uma vez, a construção de um debate que possui um forte componente político, como também uma instância crítica de ortodoxias predominantes. Desse modo, o caminho da construção analítica, por meio da análise concreta da realidade brasileira, aponta para a crítica e, por conseguinte, a superação das políticas econômicas postas em prática durante o Estado Autoritário, a fim de compatibilizá-las com um novo contexto que deveria se instaurar paulatinamente com a luta pela transição democrática. Porém, esse processo de transformações sociais deveria ocorrer dentro dos limites de um modo de produção capitalista, contemporizando o interesse de grupos envolvidos na arena de disputas do mercado nacional e internacional, sejam estes grupos de empresários ou trabalhadores em geral.

Assim, o novo cenário que se instauraria deveria afinar-se com um contexto de mudança de conjuntura, que já se projetava no cenário mundial em meados dos anos 1970. Nesse período, começa a emergir o neoliberalismo, em contraposição ao Estado desenvolvimentista e ao Estado Autoritário, propondo a vigência de um Estado mínimo, enquanto estratégia de superação da crise econômica instaurada nos anos 1970 com a crise do petróleo e o conseqüente endividamento externo dos países subdesenvolvidos.



3.3 – ECONOMIA e DEMOGRAFIA: O resultado de análises sobre dinâmica populacional

Conforme, já afirmamos em capítulos anteriores, observa-se que no contexto ditatorial ocorre uma reorganização do Estado e da sociedade. Com o recrudescimento do regime nos anos sessenta, será apenas nos anos setenta que assistimos a um suave revigoramento dos movimentos populares rurais e urbanos, que por sua vez passam a fazer parte da agenda de investigação dos cientistas sociais.

De acordo com a leitura sobre o contexto dos anos 1970, constata-se, não obstante, em termos econômicos, um avanço do modo de produção capitalista, cujos resultados passam a ser expressos pela ideologia do Regime como “princípio de equidade” para o desenvolvimento nacional.

De qualquer modo, a dinâmica econômica, ainda que induzida de fora para dentro, produz uma série de transformações na composição da população urbana e rural, entre elas as transformações demográficas, resultantes de migrações internas, enquanto reflexo não somente das transformações estruturais do desenvolvimento vindas de fora, como também da dinâmica interna dos processos histórico-sociais. Estes aspectos, por sua vez, acabam por influenciar o processo de produção do conhecimento que, em nesse caso específico, revela que, nos termos de Paul Singer “boa parte dos movimentos populacionais foram “produzidos” tendo em vista objetivos econômicos explícitos”, desde os tempos da colonização.

À parte esta constatação teórica, observa-se que, como consequência de uma série de eventos da época (inclusive o fato da Fundação Ford privilegiar determinados temas em detrimento de outros), realiza-se, por parte de alguns intelectuais cujas pesquisas não se concentravam exatamente no campo da demografia, estudos voltados para esta área de investigação.

Como já foi apontado, os projetos de pesquisa demográfica gerou uma espécie de “psicodrama catalisador” dos conflitos internos entre os pesquisadores do CEBRAP, em torno do dilema a respeito da harmonização entre a pesquisa empírica e a reflexão teórica. Todavia, como lembra Sorj (2001), o clima que se instaura no início dos anos 1970, na época do milagre e do medo da repressão, explica em parte as causas a respeito da ênfase sobre certos temas, como fertilidade e população. Nesse sentido, nota-se que: “Os impasses conceituais, associados a uma visão bastante estreita do que seriam modos

de produção, geraram algumas notas interessantes, inclusive por pesquisadores não orientados para a demografia, como Francisco de Oliveira...” (SORJ, 2001, p.47).

O tema da demografia se projeta no debate teórico e político durante os regimes autoritários da América Latina, por ser tido como politicamente neutro pelo *establishment*. Soma-se a isso o fato de que os recursos destinados a este tipo de pesquisa arregimentavam facilmente financiamentos nacionais e internacionais, simetricamente ao oposto do que ocorria com estudos sobre temas sociais ou politicamente relevantes para os cientistas sociais. Entretanto, como vimos, contraditoriamente, as pesquisas demográficas, muitas vezes, limitavam o desenvolvimento da produção teórica, ao mesmo tempo em que acabavam por aproximar os intelectuais da realidade social, fazendo com que constatassem com maior veemência as transformações pelas quais a sociedade passava. Nesse sentido, é pertinente considerarmos que uma gama de fatores contribuiria para que muitos cientistas sociais e economistas se enveredassem pelo caminho das pesquisas demográficas:

Primeiro, as possibilidades de financiamento para a pesquisa demográfica e o ambiente político autoritário combinaram-se em provocar a cooptação tanto de cientistas maduros como de estudantes de pós-graduação para o campo da população. Segundo – e relacionada à primeira –, abordagens teóricas e metodologias de pesquisa já em uso em outras áreas das ciências sociais foram incorporadas ao campo dos estudos de população. A combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, por exemplo, foi uma das características da pesquisa em população no período, especialmente no Brasil, apesar da reação de alguns (OLIVEIRA; TAVARES, 2005, p.248/249).

Ressalta-se, nessa conjuntura, que o processo de marxistização dos anos setenta refletirá na construção e nas formas de abordagem dos temas referentes à demografia. Isso fica evidente nos artigos de Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, etc. onde discutem e questionam o fato de existir uma teoria marxista acabada sobre a população. Ainda que com propósitos diferenciados, em geral nota-se a projeção de uma abordagem histórico-estrutural de tradição marxista entre os pesquisadores de população, que procuram traçar um estudo crítico a respeito das investigações e dos *surveys* sobre fertilidade humana das últimas décadas, que estariam pautadas por um padrão de estudos denominado KAP (*Knowledge, Attitude and Practice*), acompanhados de pressupostos ideológicos que

vislumbravam as “conseqüências econômicas do inédito crescimento populacional”, corroboradas pela situação de dependência e pela manutenção do *status quo*. Diante desse contexto, a estratégia encontrada compartilhava de uma “solução de natureza demográfica para uma contradição igualmente demográfica: controle de natalidade e planejamento familiar” (CAMARGO, 1973).

Os estudos sobre fertilidade, daí por diante, ficaram marcados pela intensificação de pesquisas visando o aprimoramento nesta área de conhecimento (*knowledge*) no que diz respeito, por exemplo, aos métodos anticoncepcionais, a atitude (*attitude*) que as mulheres teriam diante da redução de seus padrões de fertilidade e a prática (*practice*) de controle do tamanho da família, tudo em prol de uma percepção de mundo “modernizante”.

Para além deste debate, o tema da demografia respira novos ares com a geração de cientistas sociais dos anos setenta, também em decorrência da falência dos projetos de desenvolvimento das décadas anteriores e, por conseguinte, do desafio em superar os obstáculos estruturais para a mudança social. Camargo, ao discorrer sobre os objetivos das pesquisas de fertilidade através do exame de trabalhos realizados anteriormente, considera suas limitações por meio das quais consegue precisar a finalidade dos estudos sobre o tema naquele contexto de 1970:

Não limitar as indagações à problemática “KAP”... enfocada como recurso operacional à implantação do planejamento familiar. 2. Considerar a reprodução humana associando interpretações biológicas, econômicas, sociais, culturais e psicológicas de modo a compreender a integração dos determinantes de conduta e sua atuação dinâmica na vida futura dos casais. 3. Procurar compreender os processos de mudança do tamanho da família, levando em consideração: as alterações dos níveis de mortalidade na infância; os graus de desenvolvimento da economia nacional e local; a estratégia de emprego das famílias conforme a situação de classe, os papéis econômicos e sociais atribuídos aos filhos; e a influência das instituições que forjam e legitimam padrões de conduta (CAMARGO, 1971, p. 179).

Assim, é mais ou menos nesta atmosfera que vemos surgir trabalhos que emplacam duras críticas aos modelos de desenvolvimento econômico e social de décadas anteriores. Os estudos de população emergem nesse período censurando a idéia de que o crescimento populacional desvairado acarretaria num obstáculo ao desenvolvimento e a conseqüente modernização da sociedade. Nesse sentido, enquanto

prática científica a demografia nesse período ficaria “profundamente marcada por uma perspectiva crítica” (OLIVEIRA; TAVARES, 2005).

Nessa perspectiva, encontra-se o artigo de Chico de Oliveira (1976a) que se envereda pela análise sobre o tema da população nas obras de Marx e seu suposto inacabamento que, segundo ele, se explicaria pelo fato de que a preocupação analítica do autor era com o *capital* e, com isso, seus estudos nessa área procedem da determinação do que era a população para o capital, a partir da transformação do trabalho em força de trabalho.

Marx recusando as “leis de população” no sentido malthusiano divulgaria o seu próprio sentido, ou seja, o “de que a reprodução da população está indissolúvelmente ligada ao modo de produção social”, desenvolvendo leis específicas, mas não gerais, de população para cada modo de produção social e nessa especificidade de cada modo de produção é que, segundo Oliveira, residiria a dificuldade da abordagem marxista. Ademais, inversamente à proposta de Malthus, para Marx os salários não expressam a relação predominante do capitalismo, mas sim a acumulação, suas leis e movimentos.

Nesse mesmo sentido Cardoso, ao criticar J. Nun⁴⁷, em virtude da distinção que este autor faz entre superpopulação relativa e exército de reserva, afirma a importância da idéia de que estas categorias acabam sendo de fato determinadas e adquirindo significado no modo de produção capitalista e não nas formas antigas de produção. Cardoso aponta que Nun, ao analisar os escritos de Marx sobre superpopulação relativa, cometerá um erro semelhante ao que Marx atribuía a Malthus na pesquisa histórica que utilizou para justificar a “teoria de superpopulação como um dado uniforme da história”:

[...] superpopulação no MPC, para Marx é equivalente de exército de reserva e guarda relação direta com o pauperismo; “população adequada” ou “superpopulação relativa” podem existir como lei de outro modo de produção concreto, mas neste caso devem ser especificados. [...] Assim, as interpretações que restringem o conceito de superpopulação, para Marx, a certos e determinados modos de produção não são indevidas, como pensa Nun (CARDOSO, 1971, p. 108/ 109).

Com isso, a especificidade do capitalismo está dada: a mais-valia, que é a “sua forma de gerar valor a partir da apropriação do trabalho não retribuído”, que presume a existência e a reprodução ampliada de uma população para o capital, uma população

⁴⁷ Texto de Nun analisado por Cardoso para a construção de sua crítica: NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva e masa marginal. In: *Revista Latinoamericana de Sociología*, 1969.



que é a sua força de trabalho. Nessa constatação reside a diferença entre a teoria marxista e toda a demografia moderna, inclusive o malthusianismo⁴⁸, pois a teoria marxista em seus estudos não parte da população como um todo, mas sim do capital como um todo e, especialmente, do capital variável (Oliveira, 1976, p.8).

É interessante notar que, nesse primeiro momento, ponderamos que Oliveira percorre por uma discussão marxista da população tendo por objetivo criticar a demografia moderna, por meio do confronto teórico entre duas vertentes distintas de pensamento: o malthusianismo e o marxismo, a fim de reanimar a teoria e a pesquisa sobre a população. Porventura, Oliveira estivesse censurando os trabalhos empíricos desenvolvidos naquele contexto dos anos setenta, cuja teoria aplicada se referia ao que ficou conhecido como neomalthusianismo⁴⁹, inclusive fazendo eco aos escritos desse período, quando no Brasil e na América Latina atribuía-se à demografia um caráter crítico de prática científica. Oliveira considera que:

[...] seria anticientífico não reconhecer o *status* teórico de Malthus: ... sua “lei de população”... é, em síntese, uma elaboração que se fundamenta sobre a natureza e o caráter de *relações sociais*, distinguindo atores e agentes sociais específicos. E é sobre essa fundamentação teórica que Marx dirige seu ataque a Malthus. Que a teoria malthusiana tenha sido transformada numa mera e vulgar “aritmética dos coelhos” é uma responsabilidade que se deve imputar aos próprios seguidores de Malthus, velhos e novos, não a seus críticos (OLIVEIRA, 1976a, p.8).

Já o afastamento entre o marxismo e a demografia é mais radical em termos científicos, uma vez que a demografia não trabalha com relações sociais e nem possui uma *teoria*, tomando a população por uma abstração e, com isso, estudando-a como se faz com qualquer outra espécie animal, pouco importando a sofisticação instrumental empregada. Assim, conforme Oliveira (1976, p.8): “A demografia, nestes termos, não

⁴⁸Grosso modo, Tomas Robert Malthus, em fins do século XVIII desenvolvera uma teoria sobre população em que afirmava que a pobreza e enfermidades sociais decorriam de um descompasso entre a capacidade de produção de alimentos em relação ao crescimento populacional, pois o primeiro se daria sob a forma de progressão aritmética (1, 2, 3, 4...), enquanto o segundo sob a forma de progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16...).

⁴⁹ Denomina-se neomalthusianismo a nova corrente de adeptos de Malthus, que surge no pós 2ª Guerra Mundial, que mais uma vez viriam afirmar que a pobreza e o subdesenvolvimento decorriam do crescimento populacional e a solução seria o controle de natalidade por meio de um “planejamento familiar”. Na década de setenta teremos a Fundação Ford, por exemplo, desenvolvendo programas junto ao governo brasileiro, que visavam o controle de natalidade.

passa de uma genética aplicada ao social, mas não consegue chegar a ser uma *genética do social*". Nesse sentido, a contribuição do marxismo advém do fato dele recuperar os contornos históricos de uma população e conseqüentemente sua mutabilidade, cuja produção e exploração "se fazem e se dão pela produção das coisas", ou mais especificamente no capitalismo, pela produção das mercadorias e "como a sua produção produz a população". Por esse caminho evitou-se que a ciência social terminasse fazendo história natural. "A população não é natural, em nenhum sentido, a não ser remotamente no sentido biológico, mas esta última constatação não faz avançar em nada o conhecimento da natureza social da população" (OLIVEIRA, 1976a, p.9).

Oliveira reconhece o perigo de se pisar no campo da demografia, principalmente para ele que se diz ser um não-especialista na área e aponta dois conceitos recuperados pelo marxismo importantes para se refletir sobre a reprodução humana: a mortalidade e a fertilidade que, segundo o autor, Marx os teria unificado dialeticamente sob o conceito de "gasto de trabalho", a fim de lhes conceder *especificidade humana*.

Iniciando pela discussão sobre a mortalidade observa-se que esta é conceituada como sendo um "gasto de trabalho", no sentido de que a produção de mercadorias e, conseqüentemente, da mais-valia consome "força de trabalho", o que é irreparável por dois fatores: 1º) na medida em que ambas – produção de mercadoria e mais-valia – *assentam-se na apropriação de trabalho não retribuído*; 2º) na medida em que o salário estiver menor que o custo da reprodução, constituindo uma contradição do modo de produção capitalista, que conforme Oliveira, é insanável.

Se o que determina as taxas de mortalidade é o "consumo" da força de trabalho que depende, por exemplo, dos seus níveis de exploração, poder-se-ia questionar, segundo Oliveira, como ficam as classes não trabalhadoras nessa análise, uma vez que as mesmas não são imortais. O autor argumenta que a mortalidade da classe não trabalhadora é a negação da negação, ou seja, "ela é geralmente o inverso da mortalidade das classes trabalhadoras *porque* não há "consumo" de forças de trabalho dessas classes" (OLIVEIRA, 1976a, p. 10). Emerge neste ponto o que o autor considerou "a base propriamente biológica *do conjunto da população humana*", que se apresenta diferenciada pelo "consumo" ou "não consumo" da força de trabalho.

Nessa perspectiva, notaremos que as transformações da estrutura social vinculam-se à dinâmica populacional, uma vez que o processo de industrialização engendra uma "nova" classe média (administradores, técnicos), cuja posição peculiar no mercado de trabalho lhe proporciona uma vida opulenta, que a leva a formar, como diria

Cardoso, uma “sociedade opulenta de consumo” que a diferencia dos demais trabalhadores. Estes não possuem capacidade para se organizarem de modo apropriado, a fim de proteger e lutar pelos seus interesses, o que acaba contribuindo para a desigualdade social (SINGER, 1974).

Inversamente ao “consumo” da força de trabalho, isto é, à mortalidade, a fertilidade é a “reposição de *uma* das reservas das forças de trabalho” que se refere à reprodução da população – ainda que no capitalismo, como lembra Oliveira, o “exército industrial de reserva” esteja mais próximo desta reposição, pois ele é definido a partir do movimento de acumulação de capital e não dos movimentos demográficos. No entanto, a fertilidade também compõe um dos aspectos do “gasto de trabalho”, uma vez que ela nada mais é do que um “componente do custo de reprodução da força de trabalho”, estando assim subordinada à mortalidade, onde teremos um conjunto dialético (mortalidade-fertilidade) sobredeterminado pela mortalidade. Sendo assim, afirma Oliveira (1976a, p.11): “Mais explicitamente: o trabalhador, na sua submissão formal e real ao capital, *não é dono sequer dos meios de consumo que consome, nem sequer de sua família*”. Em realidade o autor, como outros pesquisadores do Cebrap, está criticando os métodos de análise demográfica utilizados pelas teorizações econômicas da fertilidade, que se pautavam pela idéia do planejamento familiar como necessário para o controle do crescimento populacional, ou seja, “o trabalhador planeja sua prole e sua produção de filhos” e é, justamente, esta idéia de *autonomia* que Oliveira, via Marx, está refutando, pois para ambos no capitalismo o trabalhador não possui vontade própria. Chico de Oliveira aponta duas vertentes que ilustram sua crítica: uma marxista vulgar, onde “o trabalhador contribui para reproduzir o capital reproduzindo sua classe através da própria família”; e outra neoclássica e marginalista, onde o trabalhador por meio do planejamento familiar “otimiza sua função-consumo”. Na verdade, tudo isso não passa de uma espécie de mitificação do imaginário social do homem, uma vez que a partir do momento em que surge, o capital separa o trabalhador dos seus meios de produção.

Sobre este aspecto do tema, Candido Procópio Ferreira de Camargo, em trabalho apresentado, em 1972, na XXIV Reunião Anual da SBPC, num simpósio coordenado pela professora Elza Berquó, questionaria a “racionalidade” e as ideologias sobre a modernização com seus padrões “modernos de vida” defendidos por aqueles que apóiam a redução da família e inquiria:

Não parece ocasional que categorias sociais exploradas sejam as mais capazes de sentir o engodo de um modelo de “modernização” e planejamento familiar com o qual se pretende integrar demográfica e culturalmente os que na verdade se acham excluídos das oportunidades e benefícios próprios a outras camadas sociais (CAMARGO, 1973, p. 176)

Tanto é assim que as idéias sobre o conceito de reprodução humana, a partir da vertente marxista, leva Oliveira a ponderar que: “*O trabalhador contribui para a reprodução do capital entregando a este o trabalho não-retribuído, produto de ação de sua força de trabalho sobre os meios de produção*” (OLIVEIRA, 1976a, p. 11).

A fertilidade aparece como um dado genético e no capitalismo adquire um formato *natural* que se constrói inversamente ao valor pago pela força de trabalho despendida, isto é, quanto menos se *ganha*, mais se *reproduz* e isto se dá como uma espécie de defesa natural no mundo de produção da mais-valia e de sobrevivência à exploração. Assim, o casamento se encaixa como fator estratégico, a fim de somar a venda da força de trabalhado com a produção doméstica de valores de uso, tendo como resultado não planejado os filhos, pois estes não são de antemão pensados pelo trabalhador, já que sua fertilidade é determinada por sua *naturalidade social operária*: “ao modo dos leões, o casamento operário é uma forma de caçar, neste caso da própria caça. “Os filhos são um *resultado* dessa *naturalidade social operária e nunca um pressuposto*”, mesmo porque, conforme argumenta Oliveira (1976a, p.18): “Nem o trabalhador reproduz tendo em vista a criação de força de trabalho para o capital, nem este investe na reprodução humana, pois o ciclo de cada capital individual não pode coincidir senão por acaso com o ciclo de reprodução de cada família”. Esse procedimento seria inteligível, segundo o autor, num modo de produção escravista, onde o escravo é de fato uma mercadoria e sua procriação comparada a de qualquer animal.

Ademais, temos que considerar a predominância de uma “ideologia da procriação” entre as mulheres, por meio da qual atingem a realização pessoal, conferindo significado especial à maternidade. Esta última tida, dentre outras coisas, como sinônimo de saúde, de prosperidade, sem apresentar qualquer tipo de relação direta com as condições sociais.

Na perspectiva de Ianni, vários são os fatores que reforçam a “ideologia da procriação”. Em trabalho realizado sobre a história da população agrária e a reprodução

social da família operária do município de Sertãozinho, interior de São Paulo, o autor consideraria que:

Há valores culturais e padrões de comportamento, de cunho religioso, educacional, étnico-racial, político, econômico ou outro, que, ou propiciam aquela colagem, ou provocam o desencontro entre a prática sexual e a prática social, entendida esta como prática político-econômica. São múltiplas e heterogêneas as mediações que permeiam o percurso das pessoas entre a usina, o canavial e as manifestações da libido. As condições culturais que permeiam e organizam o trabalho e os dias das pessoas, na usina, no canavial, na casa, no descanso, estão elas próprias permeadas dos ideais e das influências de agências e agentes ideológicos os mais variados. Além do usineiro, fazendeiro, empreiteiro, capataz, fiscal, assistente social e outros agentes do processo produtivo, cotidianos no horizonte intelectual do trabalhador, há também outros agentes e agências. Há a igreja e o padre, o terreiro de umbanda e o chefe do terreiro, a medicina e o médico, a escola e o professor, a televisão e a telenovela. Em graus variáveis, todos estão inseridos nas relações sociais cotidianas dos trabalhadores, para ajudá-los a salvar o seu corpo e a sua alma dos seus desacertos e, às vezes, dos desacertos dos outros. Tudo isso entra na vida cotidiana do trabalhador, tornando complexas e heterogêneas as relações entre o sentido da sua prática sexual e o sentido da sua prática social (IANNI, (1975, p. 57/58).

Nesse contexto, observa-se que quanto maior a família maior a produção de valores de uso, ao mesmo tempo em que a elevação do nível das forças produtivas conduz à redução da produção doméstica de valores de uso, principalmente quando a mulher começa a se inserir no mercado de trabalho forçando a diminuição da família e, com isso, fazendo a fertilidade declinar. Em artigo escrito no fim dos anos 1970 sobre a reprodução humana no Brasil, tendo como ponto de partida para a análise a interferência dos meios de comunicação de massa (essencialmente revistas femininas⁵⁰) sobre as mulheres e seu antigo ideal de procriação, Camargo e Melanie Berezovsky consideram:

Além de os condicionantes para a família pequena estarem tão obviamente representados nas mensagens dos magazines, com que já

⁵⁰ Camargo e Berezovsky ilustram em seu trabalho a intenção das revistas femininas em focar a atenção da mulher em seu aspecto altivo e independente, em contraposição ao machismo impregnado numa sociedade marcada pelo patriarcalismo. Com isso, citam alguns trechos retirados da revista *Mais*, que retratam também uma visão de mundo capitalista sobre o comportamento feminino, em meio a um processo de mudanças sociais, em que para participar do mundo do consumo a mulher deve reduzir o número de sua prole, a fim de conquistar ascensão social para a família e os filhos. Citemos alguns dos trechos de textos publicados pela revista: “Como toda mulher que se preza, a leitora de *Mais* também gosta de homem. Mas isso não é a única razão de sua existência: homens na verdade é só uma parte da história”; “A leitora de *Mais* é o tipo da mulher que toda mãe gostaria de ter como nora. Mas para isso vai ter que dispor de um filho do mesmo nível: inteligente, sensível, atual e informado”; “Para ganhar uma discussão, dificilmente adota a velha fórmula de tirar a roupa e cair na cama. Antes de apelar, ela usa sua inteligência até esgotar. E olha que isso demora muito tempo”.



pressupondo a aceitação do limite do número de filhos e do estilo de vida que lhe é associado, as poucas referências ao projeto familiar explicitam o óbvio: recomendam a formação de uma família pequena que deverá ser próspera, elegante e, se não feliz, pelo menos ajustada (CAMARGO; BEREZOVSKY, 1978, p. 58).

Ademais, a *animalidade social* sob a qual a classe trabalhadora é submetida pode desaparecer com a emergência de um novo ator, oriundo da transformação da “*classe em si*” em “*classe para si*”. É a partir desse momento que, pela primeira vez, poderá se falar em: “comportamento reprodutivo” da classe operária, “transformando os termos de sua mortalidade e de sua fertilidade” (OLIVEIRA, 1976a, p.14).

Seja como for, o autor insiste na tese de que os fenômenos demográficos são determinados pela reprodução da força de trabalho, ou seja, é a dinâmica econômica que influencia a dinâmica populacional que, por sua vez, é “parte integrante do processo de constituição e transformação da estrutura social” (Singer, 1974). Inversamente ao que pressupunha a tradição das análises em demografia, Oliveira acrescenta:

Essa história demográfica não ruiu apenas com o apocalipse malthusiano do crescimento incontrolável do número de pobres; mais que isso, a história demográfica de países a Inglaterra, a França, a Alemanha, os próprios Estados Unidos e mais todos os países da Europa Ocidental, mostra que tanto as taxas de crescimento populacional quanto o tamanho absoluto das populações é uma resultante determinada, *em primeiro lugar*, pela mortalidade e fertilidade da força de trabalho consumida que determinam o próprio tamanho da população trabalhadora e do seu contrário demográfico, as populações não trabalhadoras (OLIVEIRA, 1976a, p.16).

Para tratar do tema da população no capitalismo não se pode perder de vista que o que interessa para o capital é a capacidade da força de trabalho dessa população, cujo exame carrega consigo, como já foi mencionado, uma relação dialética de mortalidade e fertilidade que se coadunam sob um único aspecto: o “gasto de trabalho”, determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e que, inclusive, irá refletir no padrão sanitário da população e, por fim, na taxa de mortalidade.

Nesse sentido, o aumento da produtividade do trabalho preserva a apropriação do trabalho não pago, bem como determina “novos padrões da mortalidade e fertilidade da força de trabalho”, na medida em que, ao transferir sua virtualidade técnica para a máquina, o trabalhador deixa de ser algo instrumentado, a ferramenta deixa de ser uma extensão de seu braço, dá-se um salto qualitativo, onde o consumo de sua força de

trabalho é reduzido: “no lugar de consumir a força de trabalho sob a forma elementar de energia muscular, a máquina consome agora energias mentais”. O trabalhador não homogeneiza mais o trabalho de um conjunto de partes, ele programa a máquina aumentando a sua – dele trabalhador – produtividade e, conseqüentemente, aumenta o trabalho excedente, o trabalho não remunerado.

Ao se produzir um novo tipo de trabalhador, no que tange a esta mudança do consumo de energia no processo produtivo, ocorre uma elevação da composição orgânica do capital e uma nova população para este capital, no entanto esse processo se constrói dialeticamente, ao preservar para poder gastar a força de trabalho e ao aumentar a produtividade do trabalho para poder, mais tarde, descartá-lo. Este crescimento para Marx não é absoluto, mas relativo, ou seja, não obedece a uma lei natural de população, mas varia conforme o avanço da acumulação (CARDOSO, 1971). Alguns fatores ligados a este processo, segundo Oliveira, serão a educação, o treinamento da classe trabalhadora e o seu nível de saúde, modificando a mortalidade da força de trabalho como também constituindo sua fertilidade, “pois é simultaneamente o aumento da exposição ou da permanência na força de trabalho e o aumento de produtividade desta que *criam e alimentam* o exército industrial de reserva” (OLIVEIRA, 1976a, p. 20).

No que se refere ao contexto nacional, em meados dos anos 1960, haverá um crescimento do exército industrial de reserva resultando em políticas de arrocho salarial, que objetivavam a elevação da lucratividade e o incentivo à expansão econômica. Um dos fatores que influenciaram o aumento desse “exército” foi não somente o volume de migrações que contribuíram para o crescimento populacional nos grandes centros urbanos, como também “as inovações tecnológicas *capital intensive* que tendem a liberar mão-de-obra” (MANTEGA, 1976).

É importante salientar que nessa perspectiva há uma distinção entre fertilidade da força de trabalho e da população operária e, nesse sentido, ocorre que, dialeticamente, o aumento da primeira, que corresponde ao exército industrial de reserva, determina a redução da segunda. Isso ocorre em virtude do fato de a mercantilização total do custo de reprodução da força de trabalho torna a produção doméstica inviável, comprometendo o crescimento da família. Segundo Cardoso (1971, p.118): “a magnitude do exército de reserva cresce em proporção com os progressos da acumulação social”. É nesse processo que se tem a emergência daquele novo ator: *a classe para si*: “A organização do operariado em seus sindicatos e a nível político são elementos *endógenos* dessa dialética, que influem na mortalidade e fertilidade da

população operária” (OLIVEIRA, 1976a, p. 21). Assim, a passagem da *classe em si* para a *classe para si* desencadeia também a passagem da animalidade social operária, citada anteriormente, para a personalidade social operária.

A organização da *classe para si* terá como consequência o aumento da fertilidade, mediante suas reivindicações pela redução da jornada de trabalho, sua oposição à exploração crescente da força de trabalho, além de elevar a composição orgânica do capital, influenciando diretamente na dinâmica da mortalidade e da fertilidade da força de trabalho, principalmente, neste último caso, no que se refere ao exército industrial de reserva e sua manutenção, que passa a dispor de determinados direitos trabalhistas. Sobre este aspecto da organização da classe para si, afirma Oliveira (1976a, p.21):

Afeta a mortalidade da força de trabalho na medida mesma em que se opõe ao seu consumo depredatório; afeta a fertilidade da força de trabalho na medida mesma em que impede que o capital *jogue impunemente* no exército industrial de reserva frações crescentes da população operária. Esse “jogue impunemente” significa dizer que a manutenção do exército industrial de reserva não caberá *apenas* à fração em funções da força de trabalho; terá que caber agora *também* à mais-valia, na forma transformada do imposto e do seguro social, os quais por sua vez implicam num crescimento dos gastos improdutivos do Estado, afetando as condições de reprodução do capital e particularmente a formação e os níveis da taxa de lucro.

A respeito da queda dos índices de reprodução humana, ocorre que o mundo social ao transformar-se numa realidade fundamentalmente urbana desencadeia um processo de “inversão cultural de cunho societário”, logrado pelas relações capitalistas de produção que leva os operários a organizarem suas vidas conforme as exigências do ciclo de reprodução do capital. Assim, o universo comunitário vai perdendo espaço para o “reino do contrato” e o “compadrio” é substituído pela carteira assinada, pela educação formal, pelo agente da burocracia estatal, pela profissão, pela mercantilização das relações sociais etc. e, com isso, a vida social passa a ser regida pela vida do capital. Nessa dinâmica, o campo é simultaneamente esvaziado e urbanizado, modificando a estrutura da classe operária. As novas relações sociais que passam a ditar os rumos da vida do operário levam-no a reduzir o número de sua prole, em virtude de uma série de fatores distintos desencadeados pelo movimento do capital, entre eles: o estresse provocado pelas relações de produção capitalista e a inserção da mulher no processo

produtivo. Além, evidentemente, do fato de que “poucos filhos libertam a mulher para o trabalho assalariado” e por um motivo de economia, pois os filhos geram custos. Ao tratar do tema em sua pesquisa a respeito da cidade de Sertãozinho, mas que poderia se estender a outras realidades nacionais, Ianni afirma:

Não foi o tamanho da família que se reduziu no Município de Sertãozinho. Foi a prática sexual que ganhou outra definição social, a prática sexual passou a produzir famílias de tamanho menor. Ao modificarem-se as condições da prática social (basicamente político-econômica), modificaram-se as condições da prática sexual, como intenção lúdica, exercício da liberdade ou reprodução (IANNI, 1976, p. 61).

É importante salientar que, nesse processo de mudanças na ordem social competitiva, surge ainda um elemento condicionante para a reprodução da população: a medicina preventiva, que muitas vezes tem sua origem vinculada ao “nível de desenvolvimento das forças produtivas *em geral*”, atingindo avanços na área da medicina que determinam intensas transformações, especialmente na periferia do sistema capitalista, com o controle de epidemias. Com isso, na visão de Oliveira, nesses países periféricos a medicina preventiva funciona como mecanismo de *criação/ampliação* do exército industrial de reserva: ao ocorrer uma baixa nos índices de mortalidade e a elevação da expectativa de vida tem-se como resultado o incremento da *fertilidade da força de trabalho*. No que diz respeito à emergência da medicina preventiva, Camargo nota que nos últimos quarenta anos procurou-se corrigir as limitações da política de saúde e observa:

Em conseqüência do crescimento urbano e do incipiente desenvolvimento industrial duas medidas convergentes contribuíram para encaminhar soluções mais racionais em relação ao tratamento da saúde. Por um lado, as “Faculdades de Higiene e Saúde Pública” começaram a valorizar uma estratégia preventiva em relação a medicina; por outro lado, instituições previdenciárias, ligadas à indústria, serviam a um sistema de produção que pressupõe certo interesse com o bem estar, a higidez e a mortalidade da mão-de-obra. Serviços Sociais da indústria e do comércio vieram posteriormente complementar os rudimentares serviços médico-hospitalares organizados pelo Estado, sob a forma de previdência social para populações urbanas (CAMARGO, 1974, p.42).

Ao procurar responder quais as repercussões do processo que levam ao incremento da fertilidade da força de trabalho sobre a reprodução da população, Oliveira observa que no campo, onde ainda não houve uma penetração muito grande de capital, a implicação será o crescimento da oferta de força de trabalho. Já onde existe um bloqueio rígido de acesso à terra, haverá um “excedente populacional”, uma vez que a força de trabalho disponível não é consumida e, devido à produção doméstica de valores de uso, a fertilidade continua crescendo. Esse excedente populacional é que sustenta o “exército industrial de reserva migratório”, que se movimenta em todas as direções: campo-campo, campo-cidade, cidade-cidade, cidade-campo. Nesse sentido, de acordo com Lopes e Patarra (1974, p.17): “a população, o seu tamanho e a sua distribuição no espaço, refletem, em boa medida, a organização econômica e as suas transformações”.

Além disso, observa-se que nos centros metropolitanos, com a maior facilidade ao acesso à medicina preventiva⁵¹ e a utilização dos serviços sanitários, a redução da mortalidade e o incremento da fertilidade tornam-se mais visíveis, principalmente pelos processos migratórios campo-cidade que acirram a competição no mercado de trabalho e com isso ampliam o exército industrial de reserva. Nessa perspectiva, temos também de considerar o fato que o decréscimo da mortalidade nos últimos trinta anos (aproximadamente, 1940-1970), como indica Camargo, foi um reflexo das decisões das camadas dominantes e do governo que condicionaram “maneiras de viver e expectativas de vida tão radicalmente diferentes, conforme a região e o estrato social considerado” (CAMARGO, 1974).

Retornando a formação do exército industrial de reserva, enquanto componente da dinâmica econômica, Oliveira observa que, ao contrário do campo, na cidade os mais velhos membros da força de trabalho são expulsos, dando lugar para os mais jovens, além, evidentemente, da ocorrência da redução dos salários reais. Conseqüentemente, haverá um retorno – se é que esta chegou a ser de fato superada – à *animalidade social operária*, uma vez que esses processos acompanham o grau de desenvolvimento produtivo da sociedade dinamizado, entre outras coisas, pela relação dialética: “consumo da força de trabalho – mudanças na composição orgânica do capital, com

⁵¹ Segundo Paul Singer, “tudo leva a crer que”, a redução da taxa de mortalidade começa a se acentuar a partir dos anos quarenta, com a introdução dos antibióticos no Brasil e aponta: “Para o período após 1940 os dados referentes às capitais dos estados indicam um descenso muito mais rápido da mortalidade, o qual atinge 50% em um quarto de século: a taxa bruta de mortalidade (TBM) cai de 19, 25 por mil em 1941 a 9, 87 por mil em 1965” (SINGER, 1974, p. 7).

incidências diretas sobre as taxas de mortalidade. Nesse sentido, conclui Oliveira (1976a, p.23/24):

Fica claro que, nestas condições, avanços da medicina preventiva que *imediatamente* estão deslocados do processo de consumo de força de trabalho têm um caráter meramente transitório, mas esta transitoriedade funciona como um alimentador/ ampliador do exército industrial de reserva. É evidente, portanto, que as modificações mais radicais e mais permanentes no estado sanitário da população, e particularmente da população operária, somente podem resultar de câmbios importantes no processo de consumo da força de trabalho, no “gasto de trabalho”, o qual por sua vez induzirá a transformações na mortalidade e fertilidade da população.

No contexto dos anos setenta, quando ocorrem diversas transformações estruturais, no que diz respeito, por exemplo, às conseqüências da legislação trabalhista de 1963, constata-se que a regularização da situação do trabalhador rural levou o patronato a dispensar de suas fazendas grande parte dessa categoria, por não aceitar o ônus que lhe acarretaria essa regularização empregatícia. O resultado foi uma intensificação da migração campo-cidade entre as décadas de sessenta e setenta, e com ela vemos crescer outra classe de “sub-proletariado”, composta pelos diaristas da agricultura e da construção civil, por aqueles que passam a exercer serviços domésticos e pelo serviço informal (ambulantes, lavadores de carro, vigilantes, costureiras). Tudo isso, juntamente com a rigidez da estrutura social, conduz à tenacidade da pobreza, num contexto em que o subproletariado passa a ser considerado uma “massa marginalizada”, porque diferenciada do restante da sociedade, no que diz respeito a sua ocupação no mercado de trabalho e às condições de manutenção material a que está entregue, para sua sobrevivência e a de sua família, sem estabilidade de emprego ou sem o amparo de uma assistência social eficaz. Assim, constata-se que esta população constituída, essencialmente, por migrantes acaba por encontrar dificuldades de integração no mercado de trabalho urbano, tendo seu poder de compra reduzido. Por fim, a adaptação à vida urbana provocaria diversas carências (habitação, alimentação, educação). A população urbana cresce e com ela observa-se a metrópole tornar-se um “depósito de população de pobres”.

Nessa conjuntura, devido à importação de diversas mercadorias que as indústrias necessitavam para suas atividades, a dívida externa começa a crescer gradualmente provocando, na segunda metade dos anos 1970, um grande *déficit* na economia do país, com uma desaceleração do crescimento industrial que será seqüenciada pela recessão

econômica que eclode na década de 1980. Entre 1979 e 1982, a política monetária e fiscal norte-americana, desencadeou grande alta de juros sobre a dívida de diversos países devedores, que por sua vez optaram pelos cortes no gasto público, pela aplicação de altos juros nas mercadorias circulantes no país e pelo arrocho salarial. Porém, a economia continuaria a indicar fortes traços de depressão, acompanhada por altos índices inflacionários, tornando o tema da marginalidade um dos focos de estudo desse contexto, devido à emergência de subempregos, desocupação e desemprego disfarçado.

De qualquer modo, segundo Singer, a emergência dessa camada de marginalizados nada tem haver com a “inchação urbana”, produzida pela estagnação econômica. A transformação social que se dá de forma frenética gera como condição um “efeito lateral” com esta “multidão de deslocados”, resultante do despojamento dos meios de produção. Uma quantidade considerável de pessoas que estavam integradas em outros modos de produção, sobretudo da agricultura são liberadas dirigindo-se para os centros urbanos:

Este hiato decorre do caráter não planejado do desenvolvimento capitalista e pode significar para muitos indivíduos a queda definitiva no sub-proletariado. Visto globalmente, no entanto, trata-se de um processo incessante de atração e repulsão em que o volume médio de força de trabalho absorvido pelo capital não pode deixar de crescer (SINGER, 1974, p.13).

Singer, ao tecer suas considerações, está simplesmente assinalando que a dinâmica populacional, por si só, não resulta em transformações sociais significativas; ela apenas produz “condições de possibilidade” para as mesmas. O que leva o autor a afirmar que não é o crescimento populacional que acarreta a pobreza dos trabalhadores, mas é a dinâmica econômica do movimento do capital que o faz, uma vez que os interesses da classe operária possuem pouco peso nas determinações que regem a dinâmica econômica e social do país. Todavia, é necessário ressaltar que a forte presença do capital estrangeiro em território nacional, interfere na definição dos respectivos interesses - “interesses alienígenas” como denominaria Singer, advindos primeiramente da Inglaterra e depois dos Estados Unidos e ganham projeção na estrutura de poder. Ademais, “os interesses do capital estrangeiro constituem uma parte da classe dominante brasileira e sua influência aumenta na medida em que a economia e a sociedade se tornam mais capitalistas” (SINGER, 1974).

Cândido Procópio Ferreira reflete, nessa mesma perspectiva, o problema do Estado brasileiro de nunca ter se preocupado em desenvolver e realizar uma política populacional. Com isso, desde a organização política colonial, Ferreira aponta que a legislação e as medidas administrativas sempre se pautaram pelos objetivos econômicos e político-militares, desencadeando conseqüências demográficas responsáveis pelo número, composição e distribuição da população nacional. Procópio Ferreira, considera que a “política populacional” advinda da controvérsia neomalthusiana, supracitada, refere-se na verdade a procedimentos antigos de natureza política, cuja influência recai sobre os fatores dinâmicos da população, segundo os interesses das classes dominantes.

Constata-se que, no campo dos estudos demográficos, há a preocupação em manter uma perspectiva histórico-estrutural que alinhava-se com as teorias sociais do desenvolvimento na América Latina, em especial à teoria da dependência, ao considerar as estruturas econômicas, sociais e políticas em que se dá o processo reprodutivo, acompanhada de uma análise contextual de situações concretas. Ademais, de acordo com Oliveira e Tavares, (2005, p. 251): “a idéia de uma explicação e de um conhecimento necessariamente situados decorre da sólida formação teórica daqueles que estiveram engajados no projeto intelectual responsável pela constituição do campo da demografia na América Latina dos anos 70”. O que se tem é a mobilização de determinados grupos de intelectuais brasileiros e latino-americanos que começam a despontar para a elaboração do que diziam ser uma demografia crítica, como conseqüência da reação à hegemonia de uma espécie de funcionalismo que teria marcado as ciências sociais nas décadas anteriores, cuja metodologia utilizada para os estudos de população se caracterizaria por seu aspecto mecanicista e ahistórico.

A maior força do argumento teórico estava na hipótese de que as intenções reprodutivas de diferentes grupos ou segmentos sociais refletiam, em grande medida e de alguma maneira, o modo de inserção de cada qual na sociedade, recusando o etnocentrismo envolvido no privilegiamento de mecanismos de difusão e imitação na explicação da mudança social (OLIVEIRA; TAVARES, 2005, p. 249/50).

O que se verificou foi o fato de que as “massas marginais”, não cumpriram com seu papel histórico e nem chegaram a assumí-lo: “Tal como o proletariado, deixaram de cumprir sua esperada função” (CARDOSO, R., 1984). Este é um dos pontos fundamentais que levariam cientistas sociais a desacreditarem os modelos explicativos



sobre a realidade brasileira vigentes nos anos cinquenta e sessenta e que forneceu combustível para as formulações de uma demografia crítica, nutrida por componentes da antropologia, da sociologia e da economia política, não apenas no Brasil, como também na América Latina.



CAPÍTULO 4 – ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

...as cousas não valem tanto pelo que dizem, como pelo modo, e teor, por que se dizem.

(Lopes Gama)

Considerações Preliminares

O Programa sobre Estado e Sociedade Civil, implantado a partir de 1972 abrangeu uma diversidade de temas, cuja coesão advinha de um eixo básico de preocupações em torno das “modalidades e transformações do Estado e dos regimes políticos e sua relação com os grupos sociais”. Já existiam pesquisas isoladas sobre o tema, mas a criação do programa deveu-se ao fato do Centro querer salientar o seu interesse no campo dos estudos políticos. Segundo o relatório de 1974:

Mais diretamente, faz-se agora um esforço para progredir na caracterização e na análise do autoritarismo contemporâneo e sua relação com a sociedade civil. Estuda-se, por isso, com interesse especial a relação entre o capitalismo de Estado, a tecnocracia, a ideologia dominante e o regime político.

Assim, nesse programa de pesquisa inserem-se os seguintes estudos: *O Populismo na América Latina; Estado e Planejamento Econômico no Brasil; Estado e Planejamento Social no Brasil; O Tecnocrata e o poder na Sociedade Capitalista; A Ideologia no Estado Autoritário; Modernização e Sociedade de Massas no Brasil; Arquivo sobre Transformações Político-Sociais Recente (1964-1972)*. Estes estudos resultaram nas publicações de autores como: Carlos Estevam Martins, Bolívar Lamounier, entre outros, mas principalmente, Fernando Henrique Cardoso.

Nesse capítulo incluímos também parte do programa de Movimentos Coletivos, essencialmente o movimento sindical, no que diz respeito às relações da classe operária com o Estado. Salientamos que os estudos sobre movimentos sociais procuram agrupar suas áreas de pesquisas a partir de situações específicas, das quais escolhemos uma para discutir neste capítulo: o movimento sindical a partir das relações de trabalho e os partidos políticos e as relações de poder que envolvem as classes populares e o conjunto da sociedade. Todavia, o fato desse tema em específico ser trabalhado no início da

década por Weffort e ter nele um referencial importante no meio intelectual sobre o tema, seu debate não teve continuidade e o grupo de discussão que se articulava em torno do tema se dissolveu, justamente devido ao contexto histórico social em que se vivia, bem como aos dilemas financeiros enfrentados pelo CEBRAP. Posteriormente, em 1976, diante desta situação, Francisco Weffort e outros intelectuais constituíram um novo grupo de pesquisas: o CEDEC. Será neste ano, com a saída de alguns membros, que o CEBRAP perde sua problemática unificadora em torno dos problemas de mudanças estruturais e da expansão do capitalismo. De acordo com Bernardo Sorj (2001, p.58):

Nos novos debates sobre democracia, Estado, partidos políticos e eleições, o instrumental analítico de uma nova geração que tinha se formado nos Estados Unidos, localizada nos novos centros de pós-graduação em ciência política, se apresentava em vários aspectos melhor apetrechado que o do grupo formado no Seminário de Marx.

Entretanto, nos anos 1970 observa-se que a particularidade do CEBRAP encontra-se na organização de seus pesquisadores, assim como nas propostas diversificadas de estudo que realizam, procurando indicar a “síntese de uma conjuntura histórica dada” e colocar em nova perspectiva a cultura política de esquerda que, segundo Vianna, passaria a “denunciar o reformismo populista” e a “sinalizar em direção a uma via de ruptura com o capitalismo autoritário brasileiro”. Desse modo, seja como for, veremos se cumprir durante os anos que seguem o *post* 1964 uma “oportunidade para a reforma liberal das estruturas do Estado e das suas relações com a sociedade, cumprindo-se uma americanização ‘por cima’ e o acerto de contas com a tradição ibérica” (VIANNA, 1998, p. 196). É nesse sentido que este capítulo, concentra uma das mais intensas discussões do Centro, isto é, o Programa sobre Estado e Sociedade Civil com destaque às obras de Fernando Henrique Cardoso, que tiveram grande impacto no debate intelectual.

4.1 – A Crítica à Herança Populista

Aqui, a fonte de poder é o líder e não a ideologia. Tanto assim que o líder pode variar os seus conteúdos com certa liberdade. O que importa para a legitimidade da ideologia, é que esta emane do líder, seja “sua criação” e não de outros ideólogos. Os líderes carismáticos na América Latina – da mesma forma que muitos africanos atualmente – são criadores de ideologia. Daí surgem o “varguismo”, o “peronismo, o “yrigoismo”, o “battismo”, como doutrinas (Jorge Graciarena).

Centramos nesse momento o foco num estudo isolado, realizado por Francisco Weffort sobre o sindicalismo brasileiro no período populista, do qual abstrai-se, como não poderia deixar de ser, a desconstrução do pensamento sociológico formulado no período que antecede a segunda metade dos anos sessenta, fazendo eco às análises desenvolvidas pelos intelectuais vinculados ao CEBRAP.

Nesse sentido, ao construir um debate a respeito do movimento operário brasileiro e a sua origem durante o populismo, Weffort reconstitui a discussão sobre a tentativa de construção do sindicalismo populista em 1945, a partir do compromisso estabelecido entre duas forças políticas: o governo Vargas e os comunistas.

Weffort seria um dos autores que mais radicalizaram a crítica à herança nacional popular, concentrando esforços para a formulação de uma “sociologia crítica”. Segundo Lahuerta, o autor ao apostar na: “descontinuidade histórica como principal critério de investigação da trajetória do país após 1930, elaboraria uma formulação à esquerda para completar a recusa ao nacionalismo, ao desenvolvimentismo e ao varguismo” (LAHUERTA, 2001, p.66). O artigo de Weffort, *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil* (a conjuntura do após-guerra) (1973), é representativo dessas posições teórico-metodológicas assumidas por ele ao longo dos anos setenta.

Independentemente das interpretações traçadas sobre o sindicalismo brasileiro, é importante não perdermos de vista que os sindicatos por tradição procuram estabelecer um modo peculiar de organização dos trabalhadores, que em determinados contextos lhes projeta a possibilidade de proteção e garantia de seus interesses nas relações de trabalho.

Assim, partindo para a análise de Weffort observa-se, inicialmente, a menção de certos aspectos que auxiliam na compreensão de como se configurou o movimento

sindical populista no Brasil. O autor qualificará o sindicalismo populista como um fenômeno de formação recente na história brasileira, cujas características se explicitam apenas em meados dos anos 1950, quando se mostrará não somente subordinado ao nacionalismo, às políticas reformistas e de alianças de classes, como também portador de uma estrutura dual, em que de um lado encontrariam-se as “organizações paralelas”⁵² formadas pela esquerda e, de outro, uma estrutura sindical oficial, que funcionaria como um apêndice do Estado.

O passo seguinte de Weffort será definir o seu campo teórico-metodológico, concebido como uma “tentativa de análise concreta do movimento operário numa conjuntura histórica determinada”, e sugere:

Parece-me inteiramente evidente que a análise histórica não pode ser reduzida ao jogo de determinados automatismos estruturais. Antes pelo contrário, a explicação histórica requer, em especial quando se trata de um movimento social, a análise das conjunturas nas quais o movimento social realiza suas opções. Não se trata de modo algum de uma tentativa de desqualificar a importância das condições estruturais, mas simplesmente de reconhecer que elas não se atualizam na história senão ao nível das conjunturas. É este portanto o único nível em que podem ser eficazes para a explicação histórica (WEFFORT, 1973, p.69).

De antemão, constatamos nos estudos de Weffort a importância das situações conjunturais, onde a dinâmica social assume um lugar de destaque enquanto instrumental analítico que procura evitar que as condições estruturais sejam aceitas como o fator determinante da análise, uma vez que:

a análise de conjuntura é relevante precisamente por trazer ao nível do conhecimento estas encruzilhadas da história em que as orientações ideológicas e a capacidade de ação assumem uma importância decisiva. São precisamente as situações em que os homens fazem a história (WEFFORT, 1973, p.70).

⁵² Weffort questiona essa designação “organizações paralelas”, sugerindo que talvez fosse melhor dizer “organizações complementares”. Seja como for nos esclarece que: “Embora proibidas pela legislação, foram toleradas pelos governos populistas desde Vargas até Goulart, os quais evidentemente tiravam vantagens políticas de suas atividades. Submetidas em geral ao controle dos comunistas, estas organizações começaram nos anos 50 ao nível dos sindicatos, passaram depois aos níveis superiores das federações e confederações e culminaram na formação do Comando Geral dos Trabalhadores em 1962. É a esta composição entre as organizações oficiais e as “organizações paralelas” que eu chamo de estrutura dual do sindicalismo populista. Para uma visão geral da expansão da organização oficial e das “organizações paralelas” ver RODRIGUES, Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968 (WEFFORT, 1972, p.7/8).

Nesse sentido, Weffort terá como ponto de partida a análise da conjuntura do pós-guerra, a fim de esclarecer a “tragédia do movimento operário brasileiro”, como consequência da orientação de seus dirigentes ao atribuir um suposto atraso à classe operária, o que poderia constituir apenas um reflexo histórico do modo de se pensar, tradicionalmente elitista, sobre os problemas da sociedade brasileira. Como contraponto às análises que se enveredaram por este tipo de abordagem, salientamos o fato dos sindicatos terem um papel de destaque na politização da camada operária da sociedade, conforme afirma Almeida (1968, p.165):

... para o bem ou para o mal, os sindicatos criados na década de trinta, foram um instrumento importante na constituição das massas trabalhadoras em força nacionalmente unificada: “unificada por cima”, unificada no Estado, mas finalmente força política que não poderia ser mais desconsiderada nos cálculos daqueles que disputavam o poder.

O julgamento elitista sobre a classe operária funcionava, para Weffort, como uma manobra para favorecer os interesses políticos das elites e sua crítica possibilitou ao autor questionar as análises sobre o movimento operário que enfatizavam aquela idéia de atraso atribuída às massas e que, por conseguinte, acabaram por se converter na “pedra de toque das ideologias ‘justificadoras’ das elites”:

Por que, afinal, dar uma ênfase tão parcial à teoria do atraso? Por que não reconhecer, como manda a boa tradição sociológica, que o “atraso” diz respeito a toda a sociedade brasileira, a todas as classes desta sociedade e não apenas às massas? Não seria o caso de trazermos um pouco à luz o extraordinário “atraso” das elites brasileiras, em particular daquelas que se pretendem representativas da classe operária? (WEFFORT, 1973, p. 71).

A fim de traçar uma reflexão sobre essas questões, Francisco Weffort se envereda por um exame desta conjuntura histórica do pós-guerra e como se configuram, nesse contexto, as relações entre partido, sindicato e classe, que somados à burocracia estatal, compõem a máquina política do populismo. Nessa perspectiva, o autor parte da hipótese de que o sindicalismo brasileiro nasce com o populismo e sucumbe em 1964 com ele e com todo acaso reservado ao governo Goulart.

Efetivamente, em meados dos anos quarenta, Getúlio Vargas “legaliza” o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que passa a assumir posição ao lado do governo⁵³, além de participar do movimento “queremista” com o seguinte slogan: “Constituinte com Getúlio!”, e de liderar alguns setores importantes do movimento sindical. Tudo isso, ocorre para a surpresa dos liberais, que passam a pedir com frequência aos militares uma “solução de urgência para a crise institucional”. Esses apelos dos liberais aos militares, segundo Weffort, levam pela primeira vez na conjuntura política ao caminho da conspiração seguido pela UDN (União Democrática Nacional), que procura uma alternativa por meio do golpe de Estado.

Com isso, a aliança, o compromisso ou a adesão dos Comunistas ao governo só é aceita por Vargas quando este já se encontraria isolado. Thomas Skidmore (1982), ao retratar a perda de controle do ditador, nos remete ao contexto do final da 2ª. Guerra e explicita: “... os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país”. Desse modo, acrescenta Skidmore (1982, p.88):

Para surpresa de muitos adeptos, Prestes delineou uma estratégia de frente popular que incluía o apoio à continuação de Vargas no poder. A política do Partido Comunista era apoiar o pedido de uma Assembléia Constituinte, enquanto que ao mesmo tempo dava preferência ao adiamento das eleições presidenciais. A estratégia dos comunistas, portanto, coincidia com a dos queremistas, e levantava a suspeita de que havia um acordo entre Vargas e Prestes. Teria Vargas “alforriado” Prestes em troca do apoio deste último ao movimento queremista? Era realmente verdade que os comunistas tinham sido importantes para ajudar a organização do comício queremista à porta do palácio presidencial, a 3 de outubro? Eles estavam também se infiltrando ativamente nos movimentos sindicais oficiais e estavam animando comícios operários queremistas “antifascistas”?

Do mesmo modo, para Weffort esta união de forças ocorreu devido a uma “confluência de interesses entre os comunistas e o governo Vargas já em decadência”, utilizando-se de uma estratégia de colaboração de classes, que busca implementar uma política de “ordem e tranquilidade” para a reconstrução da democracia, de acordo com a

⁵³ Na verdade tudo não passava de uma manobra política de Vargas, que além da legalização do PCB, que havia sido desarticulado e perseguido durante seu governo ditatorial, ele também patrocinará a formação de dois partidos políticos: o PSD (Partido Social Democrático), que representava os interesses oligárquicos dos interventores getulistas e o PTB (Partido trabalhista Brasileiro), vinculado à estrutura sindical trabalhista subordinada ao Estado Novo. Ambos, juntamente com o PCB, apoiariam o movimento “queremista”.

linha adotada pela União Soviética. Ao agenciarem a construção de uma ordem democrática em aliança com o governo Vargas, que já se encontrava em crise, os comunistas, conforme Weffort (1973, p.81): “... começavam a tomar o caminho que deveria conduzir ao funcionamento da estrutura sindical oficial, concebida pela ditadura para os fins de subordinar a classe operária ao Estado”.

Em realidade, Vargas se utilizaria da política populista, fazendo-se passar por um autêntico representante das insatisfações e reivindicações populares, chegando a determinados momentos a caracterizar-se como um líder carismático, no sentido weberiano. Ianni em suas análises sobre o período considera:

No limite o populismo trabalhista representava um trunfo político, com o qual Vargas poderia jogar sempre que lhe conviesse, em face dos partidos e do próprio Congresso Nacional. Afinal de contas as massas urbanas correspondiam a uma fonte extra-constitucional e muito mais importante de poder, sob a liderança pessoal de Getúlio Vargas (IANNI, 1991, p.131).

O Partido Comunista declarava sua incapacidade em organizar de modo autônomo a classe operária e, por conseguinte, afloraria sua necessidade em constituir a estrutura sindical oficial no domínio de sua política de aliança com Vargas. A tutela estatal sobre a estrutura sindical decorreria da fraqueza do movimento operário, como reflexo de um determinado contexto social, econômico e político da sociedade brasileira e não ao contrário, como esclarece Leôncio Martins Rodrigues (1966): “A debilidade do sindicalismo brasileiro não é decorrência da intervenção do Estado nas associações operárias”. Nesse sentido, emerge a legislação trabalhista, não como um *deus ex machina* que solucionaria os problemas da classe operária, mas como instrumento de intervenção estatal sobre o comportamento da classe trabalhadora e, conseqüentemente da organização da estrutura sindical. Não ocorre um aprofundamento do debate sobre o caráter dessa estrutura sindical por parte do PC, a não ser a tentativa de incorporação de algumas reformas que beneficiavam sua própria participação no meio sindical. Sobre a dependência da cúpula sindical ao aparelho estatal Ianni afirma que esse “vínculo” delimita:

... suas possibilidades de organização, iniciativa, liderança e mesmo interpretação dos interesses da classe por ela representada. Essa burocratização implica na “despolitização” da atividade sindical. Isto é, o sindicalismo estatal politiza o proletariado segundo as diretrizes e

os limites estabelecidos pelo regime populista. Na prática, todavia, essa modalidade de politização não pode impedir que as massas populistas assimilem a seu modo a própria experiência política (IANNI, 1989, p.93).

Seja como for, com a aposta de constituir uma “organização paralela” – concretizada com a criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) – vislumbra-se os aspectos que darão contornos ao sindicalismo brasileiro nos anos de 1950 e 1960. O MUT aparece como uma organização intersindical, por meio da qual o Partido pretende além de coordenar os dirigentes sindicais, dinamizar essa estrutura.

Todavia, apesar de certas pressões paralelas para reformas da estrutura sindical, o governo não abriria mão do controle administrativo e financeiro dos Sindicatos que garantia a subordinação destes ao Estado. O próprio MUT não parecia disposto para assumir a autonomia sindical, mesmo porque os comunistas estavam “a serviço de uma aliança política”, cujo objetivo não era a “autonomia das organizações em nome dos interesses da classe operária”, mas sim gestar por “um pouco mais de liberdade dentro da estrutura existente para melhor servir aos interesses políticos do governo” (WEFFORT, 1973).

Desse modo, a aliança política estabelecida entre os comunistas e o governo tinha como um de seus intuitos liberar o caminho para que o Estado colocasse em prática sua política de compressão salarial. Como afirma Weffort, o que estava definido para os sindicatos nessa aliança eram as:

... funções políticas, especialmente através do movimento da Constituinte. No âmbito desta aliança não caberia aos sindicatos representar os trabalhadores em suas reivindicações econômicas. Pelo contrário, o que lhes caberia seria antes controlar a emergência de tais reivindicações (WEFFORT, 1973, p.86).

Estava em curso uma inversão das funções sindicais, como demonstra Weffort, pois os sindicatos brasileiros começam a movimentar-se num campo que valoriza políticas que interessam ao próprio governo, quando normalmente sua função seria a de representar os interesses econômicos da classe operária e não controlá-los ou até mesmo reprimi-los, como faziam ao colocar em prática uma política que denominavam de “apertar os cintos”, para que a democracia fluísse e se consolidasse. E, como se já não

bastasse a presença de um “fantasma popular”, apareceria agora na história brasileira o “fantasma da representação sindicalista”.

O Partido Comunista permanecerá, ainda que por pouquíssimo tempo, em sua posição em apoiar o governo mesmo após o fim do Estado Novo. A forte aliança política entre os comunistas e Vargas, no que se refere ao controle da classe operária, não se repetirá no governo Dutra que, durante esse contexto de pós-guerra, registraria nos primeiros dois meses de 1946 mais de 60 greves contra 12 registradas no ano de 1945. De forma que, a classe operária passa a ser vista, de modo mais contundente, como um adversário potencial, o que leva Dutra a adotar medidas repressivas, contra os operários grevistas, mas também contra o MUT e os comunistas. Diante desse contexto, o PCB altera seu posicionamento com relação às greves e passa a considerá-las como um direito dos trabalhadores e não mais como uma provocação, porém isentando-se de qualquer responsabilidade sobre elas. O autor explicita melhor esta postura do partido ao afirmar que:

Em realidade nos termos da orientação política seguida pelos comunistas, a greve era vista não precisamente como um direito, mas como um mal que já não se podia evitar e para o qual era sempre necessário encontrar responsáveis. É inteiramente evidente que nem os empresários nem o governo poderiam aceitar esta responsabilidade (WEFFORT, 1973, p.92).

Ao tomar posse, a primeira reação do governo Dutra diante das greves será instaurar um decreto regulamentando o “direito de greve”, contudo de forma que “praticamente qualquer greve poderia ser considerada ilegal sempre que o governo tivesse interesse nisso” (WEFFORT, 1973). Tendo em mãos o controle dos sindicatos e da classe operária, o governo retira de circuito as tentativas de colaboração dos comunistas, além de fazer prevalecer na Constituinte – consolidada em dois de dezembro de 1945 e colocada em prática a partir de fevereiro de 1946, após a derrota do nazi-fascismo na Europa e do Estado Novo no Brasil – uma ideologia estatista, paternalista e autoritária. Instaura-se, nesse contexto, uma espécie de julgamento do regime anterior, denominado de “autópsia da ditadura” e uma nova realidade começa a se impor, solapando de cena o projeto de sindicalismo populista construído pela aliança entre os comunistas e Getúlio Vargas.

Ao mencionar o aspecto dúbio do texto da Constituição, Evaldo Sintoni, se referirá ao livro de Luís Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), e irá ponderar que:

... proposital “nebulosidade” da redação do texto constitucional relativo aos sindicatos, no qual os defensores do *status quo* sindical buscavam confundir a expressão “livre associação sindical” com “autonomia sindical”, termos que absolutamente não são sinônimos ou equivalentes (SINTONI, 1999, p.77).

Diante desta realidade, constata-se que o PC, nas discussões junto à UDN sobre o direito de greve, não apresentaria nenhuma alternativa para a questão da liberdade de associação sindical e passaria a identificar-se em seus discursos com a ideologia dominante, numa defesa “débil e confusa” do direito de greve. De modo que, como indica Weffort (1973, p.99), a “formação nacional pequeno-burguesa do PC é certamente um fator a mais para explicar seu comportamento na conjuntura da redemocratização do país”.

Por meio da realização de reuniões públicas e de congressos sindicais começava-se a pensar na criação da CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil) com o consentimento do Estado, todavia, as “organizações paralelas” existentes desde 1945 deveriam ser extintas. O Congresso dividiu-se em duas forças opostas, onde de um lado encontravam-se os sindicalistas, defendendo a “permanência de uma estrutura sindical vertical e corporativista”, como foi apresentada no Estado Novo⁵⁴ e de outro lado os comunistas propondo uma reforma que consistia em sobrepor a CGTB à estrutura oficial e acabar com o Conselho Nacional de Sindicalização e as Confederações específicas. Esta última posição saiu vencedora.

O grupo de sindicalistas vinculado ao Ministério e inconformado com o resultado, pediu o fechamento do Congresso. O que veio depois disso foi um conjunto de medidas que, colocadas em prática num contexto de início da Guerra Fria, repercutem no cenário nacional marcado pela repressão. Assim, em maio de 1947, por decisão judicial, ocorre a cassação do registro do PCB – seus quadros continuam participando da cena política sob a chancela de outras agremiações partidárias –, a ilegalidade do MUT, o fechamento da CGTB, a intervenção de diversos sindicatos e o

⁵⁴ Conforme explicita Robert Rowland (1974, p. 25): “a adoção de uma visão corporativista das instituições políticas deve-se principalmente à exigência de acabar com o Estado Oligárquico e de encontrar uma forma de organização política que tomasse o seu lugar sem que ocorresse uma revolução social”.

rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética por parte do governo Dutra. Em 1948, assiste-se à exclusão por completo dos comunistas do sistema político-partidário com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares eleitos pelo PCB. De acordo com a descrição de Skidmore (1982, p.93/94):

[...] Fora incluído na Constituição de 1946 um dispositivo legal mediante o qual os partidos “antidemocráticos” poderiam ser impedidos de participação aberta na política. A cláusula foi invocada pelos procuradores do governo e o PCB foi declarado fora da lei, por decisão judicial em 1947.

O governo de Dutra valeu-se dessas circunstâncias para derrubar os líderes trabalhistas da ala esquerda. A Confederação dos Trabalhadores do Brasil, esquerdista, organizada em 1946, foi declarada ilegal e o governo federal “interveio” em 143 sindicatos (num total de 944) “para eliminar os elementos extremistas”.

Weffort, ao analisar o período ressalta o clima derrotista que pairou, dada a derrocada da construção do sindicalismo populista:

Era também o começo de um processo de congelamento das atividades sindicais que deveria durar até as novas eleições em 1950. Terminava, portanto, a primeira tentativa de construção do sindicalismo populista que resultara de compromisso estabelecido entre os comunistas e o governo Vargas em 1945. Estas duas forças políticas deverão esperar alguns anos mais até que uma conjuntura favorável lhes permita reencontrar-se em posição de poderem colaborar entre si (WEFFORT, 1973, p.100).

Assim, o que se verificou foi a permanência da legislação sindical trabalhista com características corporativistas tal como fora criada no Estado Novo, garantindo o controle político do Estado sobre a classe operária: “Apesar da oposição dos comunistas e de um setor do PTB, foi essa a forma pela qual se manteve a legislação sindical estadonovista no interregno liberal de 1945/1964” (SINTONI, 1999, p.77).

Observa-se que Weffort reafirma nesse artigo posições que criticavam a idéia de uma revolução burguesa-nacional, inclusive pela existência de uma burguesia industrial, que por sua vez, procura conter as pressões sindicais, revelando-se aí uma imagem contrária àquela apresentada pela esquerda com seu “marxismo nacionalista”. No pós-golpe, o autor analisa o desenrolar da questão do sindicalismo nacional de modo muito severo, ao considerar que as concepções da esquerda sustentavam-se por uma linha

argumentativa que considerava que as greves só aconteceriam com a permissão e a proteção do Estado, numa conjuntura em que aparelhos sindicais e massa não dialogavam: a *massa* nada mais é do que um aglomerado de indivíduos e não um *sujeito político*. Ou seja, estamos diante da configuração de um populismo em seu sentido mais preciso: manipulação das massas e, por conseguinte, a desmistificação da classe operária⁵⁵.

Como sugere Rodrigues, o populismo se constituiu numa forma de paternalismo que abrangeu a concepção do proletariado industrial no Brasil e as relações de trabalho, constituídas a partir daí entre os empresários e trabalhadores. Um paternalismo com doses de autoritarismo que se evidencia no fato de que ao conceder benefícios, o empresário espera de seus empregados fidelidade, que se refere unicamente a sua recusa em participar das greves ou das atividades sindicais. Agir desse modo seria “ingratidão ao patrão”, o que justificaria o comportamento hostil deste diante dos sindicatos, dos operários sindicalizados, bem como a recusa em dialogar com seus empregados, até então tidos como iguais, e o não reconhecimento da legitimidade das exigências dos trabalhadores, que para tal deveriam portar-se como inferiores que se dirigem aos seus superiores.

Desse modo, como também de acordo com a distinção feita por Octávio Ianni, sobre os níveis do populismo, observamos que o populismo que Weffort focaliza se trata do populismo das cúpulas, exercido pelos governantes, políticos profissionais e a burguesia, que instrumentalizam as massas operárias e setores mais pobres da classe média, bem como manipulam suas manifestações e perspectivas de consciência. E, “em situações críticas, abandonam as massas à própria sorte, sem antes impedir que elas avancem um passo decisivo nas lutas políticas” (IANNI, 1989, p.10). Weffort já havia chamado a atenção para a singularidade do populismo que surge como forma de dominação para preencher o “vazio político” oriundo da crise da oligarquia hegemônica e das instituições liberais:

Nestas condições de crise de hegemonia, reserva-se ao líder ou ao partido populista a função de intermediário entre os grupos dominantes e as massas. Deste modo, o reconhecimento da legitimidade da dominação populista por parte das classes populares

⁵⁵ Entretanto, abrindo um parêntese, segundo Octávio Ianni temos no populismo a presença de uma contradição que se refere à politização das classes operárias como resultado de sua participação em atividades políticas. Ianni assinala que: “No curso das campanhas e lutas realizadas pelo populismo, no entanto, a politização cada vez mais ampla foi um resultado inesperado e importante desse processo político. No conjunto, pois o populismo envolvia organizações e técnicas políticas peculiares, às vezes bastante distintas das preexistentes, à direita ou à esquerda. E o sindicato foi sempre um elemento básico da sua maquinaria” (IANNI, 1989, p.82).



significa, de certo modo, uma mediação – uma forma substitutiva da hegemonia inexistente – para o reconhecimento do *status quo* dominante. Em uma palavra, na adesão das massas ao populismo tende necessariamente a obscurecer-se a divisão real da sociedade em classes sociais conflitivas e a estabelecer-se a idéia do povo (ou da Nação) entendido como uma comunidade de interesses solidários (WEFFORT *apud* IANNI, 1989, p.32).

Segundo Ianni, essa interpretação explicita aspectos importantes do populismo, sendo um deles o fato da coalizão populista velar a existência das classes e estimar as massas, o povo, nivelando ideologicamente interesses díspares. Existem, evidentemente, elementos cruciais para a arregimentação das massas operárias em regimes populistas, como a demagogia e o carisma: “o princípio da ‘paz social’, ou da ‘harmonia entre as classes sociais’, adquire primazia sobre as idéias e práticas políticas inspiradas nos antagonismos de classe” (IANNI, 1989, p.76).

No que diz respeito à análise de Weffort, a partir dessa constatação foi evidente o questionamento sobre a coesão interna da Nação transformada em mito coletivo e disseminada, principalmente, pelos quadros do PCB; bem como sobre a desconfiança a propósito do Partido Comunista, no que se refere ao “fascínio pelo Estado” como meio para ocupar espaços dentro dele. Assim, para o autor a ideologia nacionalista constituiria-se apenas como uma estratégia encontrada pela esquerda para escorar-se no Estado. Nesse sentido, Weffort gera, conforme afirma Lahuerta (2001, p.67, nota16):

... toda uma linhagem de estudos que vão reiterar o suposto de que a esquerda que atuava no movimento sindical permanecera à reboque do Estado e do nacionalismo, abdicando de sua autonomia e de suas reivindicações econômicas.

Para a compreensão deste debate anotamos que o PCB será pioneiro na caracterização do Brasil como um país dependente e ao sustentar uma ideologia nacionalista e progressista carregada de uma crença de transformação social via Estado (que estaria orientado pela constante busca do “compromisso”) este partido chega à conclusão de que a democracia seria fundamental aos trabalhadores para sua emancipação econômica, política e social. Weffort (1980) observará que o Estado, conforme queria fazer crer a frente nacionalista⁵⁶ e o conjunto da esquerda, seria a única

⁵⁶ “A frente nacionalista deveria compreender, além do PCB, frações de diversos partidos políticos, organizações sindicais urbanas e rurais, movimento estudantil, setores das Forças Armadas, áreas governamentais etc. E se articularia através de vários movimentos e organizações, como a Frente Parlamentar Nacionalista, a Frente de Mobilização Popular, entre outras”.



possibilidade de solução para os problemas estruturais, o que acaba por gerar uma mitificação em torno do aparato estatal.

Como boa parte dos cientistas sociais do CEBRAP, durante os anos setenta, Weffort também privilegia o espaço da política e traz à tona o conceito de conjuntura, como crítica ao chamado “efeitos de estrutura”, ao defender a necessidade de superação do Estado populista e da tradição da esquerda comunista, fazendo eco ao ideário sociológico dos intelectuais cebrapianos. Ao se colocar numa posição radicalizada, Weffort procura reconhecer o papel que cabe aos atores políticos e, nesse sentido, revela sua proposição para a constituição de um novo ator político, alicerçado nos movimentos sociais e no sindicalismo autônomo da tutela do Estado.

A proposta de autonomia sindical se origina da desconfiança com relação às instituições políticas e se afirma no discurso que defende a “centralidade das classes sociais e de seus conflitos como algo intrínseco à sociedade burguesa”, numa crítica não apenas à tradição estatal paternalista e populista como também à antecipação das elites que, com o golpe de 1964, força as massas populares a permanecerem como o “parceiro-fantasma” no jogo político. A emergência de um novo sujeito fazia-se necessária para representar a classe operária, bem como engendrar as “possibilidades de sua presença futura na história brasileira”, a fim de se constituir uma nova tradição e por conseguinte, um novo sindicalismo (WEFFORT, 1980).

Sobre a configuração do movimento sindicalista durante o regime autoritário, o autor irá argumentar que nesse período ele se mostrou “incapaz de assegurar a defesa econômica da classe”, ao contrário do período 1960-1964, quando “aquele movimento parecia emergir como um fator de poder na política brasileira”. As greves neste período soaram apenas como “movimentos moleculares nas bases da classe operária”, dos quais emergem, em 1968, as greves de Contagem (15 000 grevistas) e Osasco (6 000 grevistas), que nem se comparam, por exemplo, com as greves de 1957 (700 000 grevistas) (WEFFORT, 1972).

Ao analisar as greves de Contagem e Osasco, Weffort traz o seu foco de análise menos para a dimensão quantitativa das mesmas do que para o contexto histórico como um indicativo da situação do movimento nesse período, destacando um ponto pertinente que se refere à alternativa de orientação e organização apontada por esses movimentos ao demonstrar autonomia frente ao Estado e às empresas:

De fato, estas greves contrastam fortemente com as características gerais exibidas até aqui pelo movimento operário brasileiro, seja o da fase de ascenso que transcorre entre 1950 e 1964, seja o da fase posterior marcada pela desarticulação e pela perplexidade. Manifesta-se nelas, seja no plano da orientação, seja no plano da organização, uma atitude de independência em face do Estado e das empresas que, quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas, se diferencia bastante dos hábitos do sindicalismo do período populista. Segundo me parece, é precisamente esta posição de independência que oferece seu interesse para um exame das possibilidades atuais do sindicalismo no país (WEFFORT, 1972, p. 11).

Em sua análise sobre Contagem e Osasco, Weffort parte de uma constatação referente à disposição física desses dois municípios urbanos e industriais, que se caracterizariam pela concentração (industrial), mas não pelo isolamento (ecológico e social), comum no caso de minas ou de uma siderurgia e que acabaria por gerar um “sentimento comunitário” e, por conseguinte, conduziria à solidariedade de classe, aclimatando a efervescência do movimento operário e, com ela, as possíveis greves. Todavia, como este não foi o caso de Contagem e Osasco, outra hipótese para as greves desses municípios nasce da tendência estrutural do capitalismo de grande indústria que vinha se desenvolvendo no país desde meados dos anos 1950. Entretanto, para Weffort estas hipóteses não eram suficientes para explicar estas duas experiências históricas.

Desse modo, o autor desenvolve um estudo sobre estas greves, segundo ele dotadas de certa peculiaridade pelo modo como se organizaram e pela expressividade que atingiram, enquanto representação da “ruptura interna do sindicalismo populista”, revelando contrariamente ao que predominava no movimento sindical dos anos 1950, uma característica nova: a independência operária. Ambas as greves, de acordo com o autor, terão um caráter político-econômico orientando a reivindicação de aumento salarial superior aos limites oficiais, provocando um conflito direto com a política de compressão salarial do Regime. Com isso, segundo Weffort (1972, p. 87):

Quaisquer que sejam as qualificações a serem feitas sobre esta posição de independência, o fato é que os movimentos em exame já não podem ser vistos como simples exemplos da retórica tradicional do regateio sindicalista. Foram, na realidade, tentativas do movimento operário de fazer valer seus interesses por seus próprios meios.

Contudo, será que há condições internas de êxito no movimento operário para se levar adiante esta independência? Há um tributo de contas com o passado a ser acertado,

o que acarreta num obstáculo para a projeção de um futuro independente da orientação e organização provenientes do sindicalismo populista. Ademais, quando o autor compara as greves de 1968 com a greve de 1953, observa-se que esta também nasce de forma independente, porém acaba por conduzir à dependência do movimento sindical com o surgimento de uma estrutura dual. No entanto, em 1968 os movimentos operários vão mais longe em sua independência, formando comissões a partir da base da classe operária em contrapartida às “organizações paralelas”, criadas pela cúpula da burocracia sindical, e começam a questionar o sindicalismo populista herdado da época do governo Vargas. Assim, parecem se configurar algumas mudanças no sistema que apontam para uma regulação institucional dos conflitos trabalhistas, a fim de reverter a situação de falência dos sindicatos no Brasil, porém, tudo dependeria das condições estabelecidas pelo próprio Regime.

Vale lembrar que neste ensaio de 1972, Weffort ao tratar da distinção entre organizações corporativas e organizações políticas parece fazer alusão à teoria do Estado de Gramsci, bem como à questão da representação de interesses.

É importante considerar, ainda, que em trabalhos posteriores sobre o tema, intelectuais como, por exemplo, Maria Hermínia Tavares de Almeida questionam sobre até que ponto ocorre de fato a mudança das instituições e dos comportamentos coletivos, que deveriam ser os responsáveis pela instauração do chamado novo sindicalismo e dos movimentos sociais urbanos. Nesse sentido, Cardoso afirma que Almeida reconhece:

Nem o novo sindicalismo quebrou a estrutura sindical herdada do Estado Novo, nem os movimentos sociais são suficientemente fortes para reformar o Estado e revivificar os partidos. Mas ambos criam novos atores, instauram novo discurso ideológico e abrem novos espaços de participação (CARDOSO, 1984, p.11).

Vale lembrar que no início dos anos 1970 ocorre dentro do CEBRAP um debate não publicado a respeito do tema envolvendo, de um lado, Francisco Weffort e, de outro, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins⁵⁷ e, posteriormente, Luiz Werneck Vianna⁵⁸. A essência dessa discussão apontava para a emergência de certa autonomia da sociedade civil e, por conseguinte, da classe operária

⁵⁷ Sobre este debate consultar os textos não publicados de: ALMEIDA, M. H. T.; MARTINS, C. E. *Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo*. São Paulo: CEBRAP, 1973. Mimeografado; e WEFFORT, F. C. *Dejémonos de farsas inúteis*. São Paulo: CEBRAP, 1974. Mimeografado.

⁵⁸ Lembrando que Maria Hermínia e Werneck Vianna haviam sido orientandos de Weffort.



em relação ao Estado, bem como considerava-se que atuação da esquerda, ao contrário do que pensava Weffort, nem sempre esteve atrelada ao Estado. Segundo Lahuerta (2001, p. 66): “Efetivamente, Weffort foi vitorioso na discussão, gerando toda uma linhagem de estudos que vão reiterar o suposto de que a esquerda que atuava no movimento sindical permanecera a reboque do Estado e do nacionalismo, abdicando de sua autonomia e de suas reivindicações econômicas”.

Todavia, vale ressaltar que Almeida, bem como Weffort, procura caracterizar a especificidade da classe trabalhadora nacional remetendo-nos sempre ao campo da política. Com isso, a autora irá afirmar em determinado ponto de seus escritos que durante o período populista a manifestação coletiva das massas trabalhadoras foi esculpida por uma heteronomia política, que marca na verdade a ausência de um movimento operário de cunho classista e de organizações políticas que viabilizassem seu interesse. Esse contexto seria o resultado da forma em que as classes trabalhadoras urbanas, com interesses heterogêneos, constituíram-se politicamente em relação às demais classes sociais, cuja análise deve considerar as mediações de caráter estrutural em que estas classes estão inseridas.

Ademais, Almeida também adota a noção de “Estado de Compromisso” de Weffort, no que diz respeito à inserção das massas populares urbanas na política brasileira, enquanto “componente único de poder pessoal autônomo para o governante” e “única fonte de legitimidade possível para o próprio Estado”, diante do início da crise interna dos grupos dominantes, na primeira metade dos anos trinta. Assim, prossegue Weffort (1980, p.69/ 70):

O chefe do Estado passará a atuar como árbitro dentro de uma situação de compromisso que, inicialmente formada pelos interesses dominantes, deverá contar agora com um novo parceiro – as massas populares urbanas – e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe do Estado. Nas funções de árbitro, ele passa a decidir em nome dos interesses de todo o povo e isto significa dizer que ele tende, embora essa tendência não possa efetivar-se sempre, a optar por aquelas alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular. Essa tendência não é, porém meramente teórica e se efetivou em medida socialmente significativa com Vargas e com quase todos os demais chefes de Estado desde 1930 até 1964.

Em resumo, discorrendo brevemente sobre as análises de Francisco Weffort, Lahuerta pondera: “A conseqüência dessa radicalização conceitual é a valorização dos

movimentos sociais vistos como a verdadeira expressão das aspirações populares por uma cidadania plena, corporificada na ampliação e na extensão dos direitos sociais” (LAHUERTA, 2001, p.88). Assim, acreditava-se que os movimentos sociais promoveriam o aprendizado político, a formação de lideranças autônomas e, por fim, seriam identificados com uma sociedade civil autônoma. Tudo isso, em contraposição aos debates dos anos cinquenta e sessenta – que procuravam encontrar a “fórmula” que descartasse a participação política das massas, atribuindo à classe operária uma condição inferior – bem como às posições da CEPAL e do Partido Comunista, que, conforme a crítica de Weffort, indica a presença vilanesca do nacional-populismo, que conduz a classe operária a uma condição de subordinação às classes dominantes, tornando-as incapazes de lutarem por seus interesses e pela defesa da democracia.



4.2 – Sobre o Estado Autoritário: alternativas políticas para o modelo brasileiro

Como Prospero, prometendo a Ariel que este será tão livre quanto possa sê-lo, os militares também prometem que irão lutar para livrar a sociedade do Calibã do comunismo que a aterroriza. Infelizmente, no desenrolar dos acontecimentos, pode-se perceber o aviltamento da liberdade sonhada por Ariel e o triunfo de Calibã, representado pelo Estado autoritário, repressor e coercitivo. Na verdade, quando adentram no terreno da política, os militares libertam forças diabólicas incontroláveis e indissociáveis dessa prática (SINTONI, 135, 1999).

No contexto dos anos 1970, a discussão a respeito do caráter do estado autoritário brasileiro tem sua origem no debate sobre o golpe militar de 1964, quando se lança o seguinte questionamento sobre o mesmo: golpe, revolução, contra-revolução, movimento de restauração ou movimento de contenção? Compreender o *post* 1964 faz-se tarefa incansável para os intelectuais que viveram nesse contexto. Com isso, de acordo com Gildo Marçal Brandão, estes cientistas sociais renovaram:

... alguns de seus principais esquemas interpretativos na década de 70, quando se torna evidente que a associação “necessária” entre industrialização e democracia não passava de “equação otimista, a investigação sobre a natureza do Estado impõe-se, o exame das bases conceituais do autoritarismo – formuladas em grande estilo no início da Era Vargas – vem para primeiro plano... (BRANDÃO, 2005, p. 235).

Este ponto de partida da análise se desdobraria em outros e, assim, no decorrer dos anos a democracia – sua conquista e consolidação – se torna um tema forte entre os intelectuais nacionais e latino-americanos, como uma das alternativas apresentadas para a superação dos regimes autoritários. De acordo com Alberto Aggio (1992, p.118): “Como temática central, portanto, a democracia deveria então ser pensada aqui como derivada do problema político da transição”.

Ao longo do texto notaremos uma vez mais que os ensaios e artigos de Cardoso são representativos não somente das concepções intelectuais da época sobre o autoritarismo, como também da mudança temática entre a *intelligentsia* brasileira, como salienta Milton Lahuerta (1999, p. 130):



... as posições de Cardoso sobre o Estado autoritário e burocrático têm grande impacto entre a intelectualidade e as forças de oposição, além de revelarem o eixo da mudança de repertório conceitual que viria a se efetivar na cultura política da oposição. Os livros de Fernando Henrique Cardoso: “O Modelo Político Brasileiro” e “Autoritarismo e Democratização” são expressivos dessa guinada.

Adiantamos que Cardoso, em seus textos escritos a partir de 1970 sobre o autoritarismo, a democracia e o sistema político partidário brasileiro, desenvolve uma interpretação criativa sobre as possibilidades da ação política. De certo modo, suas obras da primeira metade da década de 70 marcam o segundo grande momento do intelectual. A partir de então, Cardoso vai obter uma enorme influência política, tornando-se um dos primeiros cientistas sociais a discutir abertamente questões ligadas ao autoritarismo e a democracia durante o Regime Militar. Sua preocupação volta-se para a análise do Estado capitalista e nela discute a revitalização do marxismo após o embate entre althusserianos e gramscianos.

Emerge, nesse contexto, o debate teórico sobre a questão da separação entre Estado e Sociedade Civil no Brasil, encorajado por um processo que se inicia na década de setenta, quando o debate intelectual começa a se pautar no fortalecimento e reorganização da sociedade civil como o combustível necessário e inevitável para a abertura do Regime: “No contexto da luta contra a ditadura, ‘sociedade civil’ tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial, o que era facilitado pelo fato de “civil” significar também, no Brasil, o contrário de ‘militar’”(COUTINHO, 2007)⁵⁹.

Nesse sentido, constata-se a relevância da análise sobre a relação entre o Estado e a sociedade civil, uma vez que se iniciava a crítica sobre o modelo dicotômico de análise sobre o tema, predominante em diversos autores brasileiros e latino-americanos que caracterizavam o Estado separadamente da sociedade civil. Nesses estudos prevalecia, dentre outras coisas, a idéia de Estado como o “protetor de todas as classes”, como o “mediador entre os interesses” em prol dos menos favorecidos, como “Poder Moderador” e assim por diante. Este tipo de discurso ideológico teria, segundo Cardoso, uma seqüência lógico-política que conduziria ao autoritarismo. Dessa constatação se

⁵⁹ Inclusive, vale lembrar que, posteriormente, com a transição democrática, a intensificação do pluralismo e a idéia de um novo momento histórico fazem surgir uma sociedade civil que Nogueira qualifica como dotada de um grande potencial político, que acreditava num poder de gestão própria, passando a opor-se ao Estado. Talvez seja nesse momento que a noção de representação perca substantividade e a discussão e interpretação a respeito do tema começam a se tornar confusas em determinadas clivagens como, por exemplo, para os intelectuais de esquerda, que intencionavam o aniquilamento do Estado (NOGUEIRA, 2001).



depreende o alcance do seguinte questionamento referente à teoria da representatividade política, conforme a tradição latino-americana: “Como poderia o Estado mediar entre as classes se não fosse mais forte que elas?” (CARDOSO, 1972a, p.15).

A CEPAL, enquanto referência analítica, não apenas sobre a esfinge do desenvolvimento, mas também sobre o problema do Estado na América Latina, incorpora essa visão dicotômica, essa contradição formal entre Estado e Sociedade Civil, pensando no primeiro como Poder Moderador, que se situa entre as classes.

Além disso, há também a tese do pensamento liberal defendendo a independência da sociedade civil frente ao Estado levantando a bandeira da cidadania e da representação. Todavia, na prática os liberais parecem recusar o ônus desta reflexão ao apelarem em momentos de convulsão social para a capacidade repressiva das forças armadas e do Estado, reiterando, por sua vez, a “concepção do Estado protetor”. Isso leva Cardoso a crer na presença no Brasil de um “liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação (CARDOSO, 1972a, p. 17).

Sobre este apontamento da dicotomia como característica do pensamento político brasileiro, que se refere à primazia da ordem estatal sobre a ordem civil, ou ainda desta movendo-se autonomamente, Cardoso concordará com a alternativa indicada por Simon Schwartzman, ao ponderar estas duas tendências explicativas como “refletindo um processo simultâneo de desenvolvimento contraditório”. Esse desenvolvimento contraditório ocorre num momento que se caracteriza não apenas pela exacerbação do exercício da violência e da coerção física – no sentido weberiano enquanto peculiaridades do Estado – mas também pela procura de um lugar ao sol tanto pelas empresas estatais como pelas empresas privadas via associação com o capital estrangeiro. Fatos estes que, de certa forma solapam da cena uma sociedade civil organizada, que não consegue mover-se politicamente e ainda que várias tentativas se façam nesse sentido o resultado é um desenvolvimento contraditório, no que se refere a estas duas esferas: Estado e Sociedade Civil.

Vislumbra-se que a crítica à cisão: Estado e Sociedade Civil⁶⁰, seria iniciada com Karl Marx e, mais tarde, retomada por Antônio Gramsci. Em sua discussão, Marx está criticando a concepção hegeliana de Estado, que se fundamenta justamente nesta dualidade e demonstra, segundo Vinícius Caldeira Brant (1976, p. 151): “como o Estado para Hegel, é um sujeito abstrato, imaginado, *em si*, ao passo que, para fazer da sociedade o verdadeiramente determinante, seria necessário um sujeito *real, para si*”. Sobre essa discussão, Marx mostra que ela é componente de um fato histórico, decorrente da burocratização do estado que, por sua vez, é uma característica do Estado burguês moderno, cuja forma de organização aparece distante da sociedade. Gramsci, enquanto um pensador marxista com uma “visão crítica e histórica dos processos sociais” irá retomar o debate pautando-se, especialmente, pela metodologia marxista de análise concreta da realidade. E, ao trabalhar com o princípio de totalidade, corroborou para a crítica da dicotomia Estado/ Sociedade Civil, acrescentando nela uma visão pautada pela esfera política, enquanto mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana (SIMIONATTO, 1998).

Segundo Cardoso, Hegel considerava “o Estado como a realidade da idéia moral objetiva”, instituindo assim o Estado como sendo uma causa primária que pertence ao pensamento, pois se funda na vontade. O Estado seria então “a objetivação de uma vontade ética” e, enquanto expressão da “vontade geral” somada à “vontade subjetiva”, apareceria para os indivíduos como forma de alienação e de coerção, uma vez que a esfera privada não reconheceria de imediato no Estado a vontade universal. O Estado colocado como redentor do homem também seria o responsável por fazer desaparecer a

⁶⁰ A partir de meados da década de oitenta temos uma tendência cada vez mais crescente de cisão entre o Estado e a sociedade civil, uma dicotomia reforçada pela fragmentação dos sujeitos, que perdem, ou até mesmo abandonam, sua identidade nacional ao se depararem com um Estado que, por exemplo, já não proporciona uma orientação política aos movimentos sociais. Estes, por sua vez, surgem em contraposição a um Estado que inspira desconfiança por, muitas vezes, recusar-se a entrar na arena do debate político para a resolução de problemas sociais, adotando uma política de exclusão dos novos atores sociais no processo de elaboração das decisões públicas. O resultado é o fortalecimento da sociedade civil. Entretanto, esse fortalecimento não tem vida longa, quando constatamos a despolitização social que inviabiliza sua organização possibilitando-lhe, no limite, uma participação social. No que se refere ao fortalecimento da sociedade civil, Nuria Cunill Grau nos traz uma citação interessante de Enzo Faletto nos anos oitenta: “o fortalecimento da sociedade civil, que norteia a ação meritória dos movimentos sociais, pode vir a resultar na primazia do privado sobre o público e na redução da política a um confuso cruzamento de conflitos, negociações e acordos, que se caracterizem tão-somente pelo imediatismo, no qual a política consistiria na administração tecnocrática do existente e, paradoxalmente, seria o Estado, como burocracia, a única garantia da ordem social (*apud* GRAU, N. C. A Rearticulação das relações Estado – Sociedade: em busca de novos significados, in *Revista do Serviço Público*. Ano 47, v.120, nº 1, jan-abr 1996. P. 147). O que se configura, com isso, é a perda de eficácia de controle das decisões políticas por parte do Estado, em decorrência da atual globalização econômica e, por conseguinte, à sociedade civil é atribuída, ou até mesmo, sugerida uma autonomia inexistente, inviável e paradoxal quando pensada separadamente da figura do Estado.

alienação da esfera política. Conforme Hegel: “é no seu seio [do Estado] que a família se desenvolve em sociedade civil e é a própria idéia de Estado que se divisa nestes dois momentos” ou ainda “O Estado e a sociedade são precisamente as condições nas quais a liberdade se realiza” (HEGEL *apud* CARDOSO, 1977, p.7).

Marx, por seu turno, fará uma inversão do pensamento hegeliano e se em Hegel o Estado é quem fundamenta a sociedade, em Marx é a sociedade ou uma classe específica que abolirá o Estado e colocará fim na alienação assinalada por Hegel, bem como na dominação do Estado, resultando na superação das contradições concretas de desigualdades sociais. Nessa perspectiva, a luta de classes é que atribui significado à história, cuja dinâmica está vinculada às contradições engendradas pela produção material de vida dos homens, alocados em classes e divididos, na visão marxista, em explorados e exploradores. Assim, sendo o Estado a expressão dos interesses de uma determinada classe, o fim do Estado sintetiza o fim da exploração de classe e da alienação. Desse modo, ao comentar a questão do Estado em Karl Marx, Cardoso registra que para o autor:

A verdadeira emancipação humana deverá ser obtida por intermédio das “forças sociais”, da sociedade civil, e não do Estado. Mais ainda, estas forças, como escreveu Marx em *La Question Juive*, devem organizar-se e reconhecer-se sem separar-se da força política [...] em *O Capital*, corrigindo a estrita determinação sugerida em *A ideologia Alemã*, não deixou sempre de reafirmar o predomínio da Sociedade Civil sobre o Estado e, como consequência intelectual, o status privilegiado da análise sócio-econômica para a compreensão do político (CARDOSO, 1977, p.9).

Frente a um debate denso e antigo a respeito do Estado, observa-se que a preocupação com o mundo político contemporâneo e com a inter-relação entre a vida econômica e política conduz à emergência de uma clivagem teórica que passa vigorar nos anos 1970 sobre os estudos referentes à relação entre Estado e Sociedade Civil, dando um passo analítico frente às produções dos anos sessenta. A maior expressão desse pensamento, como já foi salientado, encontra-se nos escritos de Fernando Henrique Cardoso, onde chama a atenção para o fato de que essa dicotomia teórica apresentada por determinados autores respeitáveis, como Hegel ou Hobbes, mais complica do que esclarece o debate ou algumas vezes não fornece um instrumental analítico suficiente.

Nessa discussão, há conformidade no reconhecimento de que a política está constantemente a serviço de interesses, no fato de que o Estado organiza a dominação, que possui um aspecto acentuadamente de classe, bem como no reconhecimento das tentativas de re colocação do problema do Estado de suas formas emergentes e de sua dinâmica. Assim, de acordo com Cardoso, é possível fazer a seguinte constatação:

O mundo dos valores e sua importância – o tema weberiano por excelência – contrapôs-se à “brutalidade” da Realpolitik dos maquiáveis empobrecidos e distorcidos, bem como se opôs às teses dos que continuam a ver na produção material da vida o princípio heurístico para a explicação racional do Estado e da política. De novo a Idéia, encarnada agora na Sociedade Civil e posta a serviço da libertação dos homens (apesar das classes), quis contrapor-se à lógica dos interesses (CARDOSO, 1977, p. 11/12).

A contraposição feita entre Estado e Sociedade Civil falseia a relação dialética⁶¹, não só teórica como também praticamente, entre esses dois níveis e apresenta uma visão dicotômica que, na verdade, ofusca um nexos interno banindo, assim, a dialética existente entre Estado/Sociedade. Conforme indica Carlos Nelson Coutinho, o par conceitual: sociedade civil/ Estado, forma em Gramsci uma unidade na diversidade, que nada mais é que a própria dialética.. Assim, considera Coutinho (1980, p.53): “Embora insista sobre a diversidade estrutural e funcional das duas esferas, Gramsci – como bom dialético – não perde de vista o momento unitário”. Ao estabelecer as diferenças entre as sociedades orientais e ocidentais, Gramsci irá apontar no caso dessas últimas que o ponto de partida para a mudança social deve ser a sociedade civil, que por sua vez irá organizar-se num sentido político e ideológico, a fim de obter o consenso de grande parte das camadas populacionais.

Vale ressaltar ainda que a discussão gramsciana sobre o tema atentava para um aspecto importante do conceito de sociedade civil que, de acordo com Cohen (2003, p.5): “A principal contribuição de Gramsci foi conceber a sociedade civil ao mesmo tempo como campo simbólico e como conjunto de instituições e práticas que são o

⁶¹ Procurando esclarecer em quais sentidos o termo *dialética* é utilizado, a fim de minorarmos as “zonas de sombras” sobre o tema, recorreremos a Norberto Bobbio quando este considera: “Quanto ao uso do termo “dialética” (e derivados), podem-se encontrar – nas páginas de Gramsci – os diversos significados que o termo assumiu na linguagem marxista. Podem-se distinguir, pelo menos, dois significados fundamentais: o significado de “ação recíproca” e o de “processo por tese, antítese e síntese”. O primeiro significado aparece quando o adjetivo “dialético” vem unido a “relação”, “conexão”, talvez mesmo “unidade”. O segundo, quando vem unido a “movimento”, “processo”, “desenvolvimento”...” (BOBBIO, 2002, p. 31).

lócus da formação de valores, normas de ação, significados e identidades coletivas”.

É bem verdade que Gramsci apresenta uma análise bastante particular de Marx, principalmente no que diz respeito ao que se denominou de catarse gramsciana. Segundo Coutinho (1980, p.48): “a ‘catarse’ é assim o equivalente gramsciano da passagem da ‘classe em si’ à ‘classe para si’”, ou seja, é o momento da transição do determinismo econômico para a esfera da liberdade política. No entanto, de acordo com Nogueira, não é possível a afirmação de que Gramsci fora um teórico da superestrutura, como interpretou Bobbio, que, por sua vez, observa tanto em Marx como em Gramsci, a sociedade civil – e não o Estado – como sendo o palco do desenvolvimento histórico, partindo o primeiro de uma visão estrutural e o segundo de uma percepção superestrutural. Segundo Bobbio, há em Gramsci duas inversões em seu sistema conceitual para a explicação do conceito de sociedade civil, em relação a Marx e Engels: “a primeira consiste no privilegiamento da superestrutura com relação à estrutura; a segunda no privilegiamento, no âmbito da superestrutura, do momento ideológico com relação ao institucional” (BOBBIO, 2002, p. 62). Entretanto, admitir isso seria compactuar com os autores que pregam a separação entre Estado e sociedade civil, vendo esta como “um elemento positivo” e aquele como “o elemento negativo”. Compartilhando desse ponto de vista, Nogueira discorre sobre o conceito de sociedade civil em Gramsci afirmando que:

... a recriação do conceito de sociedade civil também acaba por reforçar categoricamente os nexos entre o político e o social: a sociedade civil é acima de tudo o terreno no qual uma classe pode pretender converter-se em Estado, superando sua condição de portadora de interesses econômico-corporativos e adquirindo nova “capacidade ético-política” através da transformação progressiva de sua própria consciência e de sua própria inserção societal (NOGUEIRA, 2000/01, p.121).

Em 1972, ao examinar o tema, Cardoso irá considerar que: “a ‘debilidade’ da sociedade civil por si só não explica a forma do estado ou do regime político, da mesma maneira que da análise destes últimos não decorre a explicação de como e porque a sociedade civil se diferencia e se organiza em maior ou menor grau” (CARDOSO, 1972^a, p.4/5). O autor prossegue sua reflexão procurando explicitar o descontentamento e a precariedade das respostas dicotômicas, nos países latino-americanos, quando se pergunta: “o que é o estado?”:

...um “aparelho” controlado pelo estamento burocrático, ou, no pólo oposto, “o comitê executivo” das classes dominantes. Sendo ambas as caracterizações simplistas e insatisfatórias, os analistas ficam girando como mariposas em focos de lanterna de pilha elétrica (CARDOSO, 1972a, p.14).

A partir de questionamentos e reflexões críticas sobre análises históricas ou teóricas anteriores, o debate constrói-se com a intenção de pensar o presente para a compreensão não só do caráter do estado brasileiro, mas também como se relacionam estado e sociedade. Com essa intenção, Cardoso dará o primeiro passo da análise ao esclarecer quem, em sua ótica, foram os criadores do movimento de 1964, ou seja, a aliança empresariado-classe média, composta pelos ditos “setores modernos” destas duas classes, juntamente com os militares que tinham o propósito de fortalecer o desenvolvimento capitalista. Contudo, num primeiro momento este movimento teve o apoio de boa parte dos “setores tradicionais” da classe média: Igreja e Partidos, que, como veremos, acabam aliçados do poder. Ademais, o autor aponta duas idéias fundamentais que orientaram os principais setores que atuaram em 1964, mas que não se concretizaram de imediato como se objetivava. A primeira dessas idéias referia-se à manutenção da democracia e defesa da Constituição e à diminuição dos obstáculos colocados pela propriedade estatal de certos setores da empresa, fazendo prevalecer o dinamismo e a racionalidade do sistema. Todavia, o que ocorre é a instauração de um Estado forte, uma vez que, de acordo com Cardoso (1975i, p. 101): “... esses fatos estão mais além do que a consciência dos autores possa imaginar, num dado período”.

Tendo em conta estes protagonistas do *post* 1964, há que se fazer uma caracterização deste movimento que, de acordo com Werneck Vianna, apresenta-se apenas “sintomaticamente autodesignado como revolução”.

Em 1971, Cardoso, ao apresentar um trabalho sobre o modelo político brasileiro num seminário realizado na Universidade de Yale, afirmaria que a intervenção militar no Brasil, em 1964, teve o caráter de um “movimento de contenção” sobre a economia, com conseqüências políticas e sociais. Cardoso apontava as diversas dimensões do debate, traçado por determinados intelectuais, sobre a presença da ditadura militar no Brasil mencionando, de um lado, a hipótese do caráter fascista do regime e, de outro, da crença numa rápida instauração da democracia. Tais dimensões derivariam não só de “opções políticas definidas”, mas também “da dificuldade em conceituar processos sociais de tipo novo”. Comenta o autor:

... creio que o regime que terminou por se instaurar não teve o caráter de uma volta ao passado, como pensam alguns analistas que insistem na continuidade da história contemporânea brasileira desde 1930, com o interregno de 1945-1964. Pelo contrário, ele expressa uma rearticulação política que se baseia em alterações no modelo social e econômico de desenvolvimento que prevalecia anteriormente. Neste sentido, não fosse para evitar a confusão semântica e a manipulação política óbvia que ela permite, seria mais correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências “revolucionárias” no plano econômico (CARDOSO, 1972, p.87).

Cardoso identifica certa semelhança entre o regime militar e as formas anteriores de autoritarismo, respectivamente o Estado Novo, no fato destes regimes se apoiarem num Estado centralizador e na burocracia para a “formação da nacionalidade”. Todavia, a diferença está no padrão de desenvolvimento econômico adotado e, principalmente, pelas modificações na organização econômica capitalista. Nesse caso, nota-se que os grupos empresariais passam a ter participação corporativa sendo beneficiários ‘automáticos’ do crescimento econômico, mas nem por isso se transformam em sujeito do cenário político-estatal.

Nesse contexto, junto ao modelo de desenvolvimento adotado – a expansão industrial impulsionada desde o governo Kubitschek e a internacionalização do mercado – somou-se uma preocupação com o crescimento das exportações. Com isso, a relação centro-periferia se intensifica e o que antes se caracterizava como uma tendência à divisão do setor produtivo entre Estado, empresa nacional e internacional, começa a se desenhar sob novas formas de empreendimento e a principal inovação foi a associação entre capitais estatais e consórcios internacionais, abrindo-se assim novas possibilidades de negociação entre o Estado e as corporações estrangeiras. Estas negociações tinham por objetivo uma maior participação nos lucros das empresas gerando novas formas de relações imperialistas.

Dessa forma, nesse arranjo do cenário nacional, novos setores ganham expressão, como por exemplo, os setores das Forças Armadas e da tecnocracia que, até então, por serem antipopulistas estavam excluídos do sistema, mas devido às afinidades ideológicas com o Estado autoritário assumem papéis importantes: no plano social, como força repressiva e no plano administrativo, como modernizadoras.

Segundo Juarez Brandão Lopes, ao discutir as transformações estruturais do desenvolvimento, numa reunião continental sobre a Ciência e o Homem, realizada na Cidade do México em 1973, o novo modelo político-econômico que se instalou no

Brasil baseava-se em novos fundamentos sócio-econômicos, apontando para aspectos também ressaltados por outros autores, como Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, afirma Lopes (1973, p. 136):

[Encontram-se] de um lado, grupos sociais que representam o capitalismo internacional, bem como setores das Forças Armadas e da tecnocracia, e perderam-no, de outro lado, outros, tais como a classe média burocrática tradicional e também... os setores agrários tradicionais e os líderes sindicais, que, antes, serviam como mediadores entre os trabalhadores urbanos e o Estado.

A tomada de palco e a atuação dos chamados “grupos modernos”- empresa pública, privada e Estado – corresponderá a um desempenho, cuja expressão maior é a “tecnocracia”. Ademais, o mecanismo de decisões, longe de tratar-se de um caudilhismo militar, se concentrará nas mãos de um grupo funcional, constituído pelos militares e tecnocratas. Lembrando que, nas palavras de Cardoso: “como facção hegemônica dirigente destes grupos encontram-se as Forças Armadas”, enquanto “foco de poder político e de controle burocrático”.

Simultaneamente, assiste-se a retirada de cena de atores políticos outrora importantes como, por exemplo, os setores agrários tradicionais ou “agro-latifundistas”, os líderes sindicais e determinado grupo de políticos profissionais organizados em torno do nacional populismo, trazendo à tona os grupos “modernos”. De modo que, a hipótese de Cardoso para explicar estas mudanças de posição de forças assenta-se na necessidade do processo de acumulação em desarticular instrumentos de pressão e de defesa das classes populares:

... tarefa que o golpe de 64, no seu aspecto repressivo, cumpriu imediatamente. [...] as formas de organização e pressão política da classe média e da burguesia, que nunca foram sólidas, passaram a depender de contatos e alianças com os grupos militares e tecnocráticos que ocupavam o Estado. A burguesia perdeu com isso pontos de apoio e massa de manobra para fazer valer seus interesses políticos imediatos (CARDOSO, 1972, p. 90).

É relevante notar que, segundo Cardoso, o projeto de Castelo Branco prescrevia um governo pautado, política e economicamente, pelo liberalismo com: um mercado regulamentado pelo Estado, ausência de representação partidária, fortalecimento da empresa privada, reforçamento do Executivo etc., enquanto ferramentas necessárias

para a acumulação, que, por sua vez acabaram, dentre outras coisas (arrocho salarial, funcionalismo da classe média, liquidação de sindicatos e partidos, etc.), por encontrarem-se coligadas na Constituição de 1967. Todavia, a modernização burocrática do Estado e o crescimento do setor público da economia não estavam previstos, assim, começa a impor-se a adoção de políticas econômicas claramente favoráveis à ação empresarial, como estratégia de lidar com o novo contexto que se instaurava. De acordo com Coutinho (1980, p.58):

Uma das conseqüências da modernização conservadora no Brasil foi, como não poderia deixar de ser, o excessivo peso assumido pelo Estado, em particular pelas burocracias ligadas ao poder executivo que iam “engrossando” à medida que as sucessivas “revoluções passivas” punham em prática os mecanismos “transformistas” de cooptação. Isso levou ao enfraquecimento da sociedade civil...; em sua maior parte, partidos e sindicatos eram, no Brasil, simples mecanismos através dos quais o Estado cooptava seus burocratas e tentava manter as grandes massas mais afastadas de uma ação autônoma no cenário político nacional.

Ademais, as Forças Armadas começam a estabelecer: o controle do Conselho de Segurança Nacional, a criação de um Serviço Nacional de Informações com setores de Segurança Nacional nos Ministérios, a fim de ligar os órgãos de planejamento e controle do executivo aos das Forças Armadas. Com isso, “tornaram possível que a dinamização do modelo de desenvolvimento industrial-dependente contribuísse para que o aparato estatal se tornasse cada vez mais eficaz administrativamente e, ao mesmo tempo, mais repressor” (CARDOSO, 1972, p.101).

A política adotada neste contexto seria a da estabilidade social com dinamismo econômico, por meio da manutenção de uma sociedade de classes com a possibilidade de mobilidade social e com um estímulo ideológico que anula a mobilização política. O monopólio da informação e o conseqüente uso da propaganda passavam à população uma imagem consensual do Regime quando na verdade ele era contraditório. O Estado, gerenciado pelos militares, assumiu, tacitamente, os interesses econômicos privados como sendo os da Nação, reproduzindo dentro de si uma luta pelo poder que tinha como pressuposto interesses heterogêneos. Dessa forma, observa-se a vigência, segundo Cardoso, de certo “conservantismo moderno”, ou seja, uma operação ideológica que procura manter a imagem aparente de uma sociedade aberta, quando, em sua essência, ela está politicamente fechada. Todavia, esta forma de agir do estado, ao homogeneizar

os interesses, “não é uma ideologia no sentido de ser uma mera mistificação; o estado é isto também”, afinal, conforme Cardoso (1975i, p. 101):

Não é possível pensar num estado, capitalista pelo menos, e socialista com forte razão, que não parta da ilusão da norma que iguale a todos. Parte desta ilusão da norma que igualiza a todos e reflete um interesse diferente; essa contradição é permanente no discurso do estado; e o discurso do estado é um discurso que se faz através daqueles que falam em nome do estado-ministros, generais, funcionários, etc., etc.

Observa-se ainda a existência de uma aliança entre militares, burguesia e classe média em torno de um “modelo de desenvolvimento e um regime político que... tornou-as compatíveis em face de inimigos maiores, representados pela ameaça de uma política favorável às classes populares” (CARDOSO, 1972, p.103). Ao mesmo tempo, vislumbra-se, o nascimento de uma base econômica que terá como consequência um novo acordo político entre as classes, mas sem eliminar, evidentemente, os conflitos entre os grupos no poder e nem a existência da oposição.

Ganha destaque, nesta conjuntura, os setores mais internacionalizados da burguesia, em detrimento do setor nacional burguês e do grupo estatista-desenvolvimentista, estreitando as relações entre os centros hegemônicos e a economia dependente: “... passam a articular-se formas de exploração associada entre os monopólios internacionais e as empresas locais” (CARDOSO, 1972, p.105). As empresas públicas começam a funcionar como corporações – S.A. – trabalhando e obtendo os mesmos resultados das empresas privadas. Configura-se, então, um dinamismo concomitante da Empresa Pública e da Empresa Privada, fortalecendo a aliança entre “os setores economicamente dominantes” no setor privado e os “militares politicamente hegemônicos”, o que atribuía ao regime uma “conotação de relativo pluralismo”.

Para Cardoso, o “movimento politicamente reacionário de 1964” representou uma “revolução econômica burguesa” limitada, mas na medida em que colocou:

... a burguesia nacional em compasso com o desenvolvimento do capitalismo internacional e subordinou a economia nacional a formas mais modernas de dominação econômica. Neste sentido modernizou a máquina estatal e lançou bases para a implementação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional (CARDOSO, 1972, 106).



Assim, verifica-se um processo limitado de “revolução econômica burguesa”, pois apesar de inserir a economia nacional nos quadros econômicos mundiais e modernizar a máquina estatal, a burguesia local nas condições de dependência, conforme Cardoso, não fora capaz de realizar uma revolução econômica “no sentido forte do conceito”, por estar limitada por um processo objetivo: a carência de tecnologia própria leva ao uso de tecnologias importadas, cuja sustentação, por sua vez, acaba por ocasionar novas necessidades de empréstimos. Sua revolução limita-se em se “integrar no capitalismo nacional como associada e dependente”, o que conduz a constatação de que desenvolvimento e dependência constituem processos contraditórios e correlatos que se mantêm por meio da existência de processos políticos que lhes alimentam. Cardoso considera que:

... foi essa revolução limitada de uma economia capitalista dependente que o golpe de 64 veio a facilitar, na medida em que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve os salários, ampliou os canais de acumulação e, ao mesmo tempo, pôs de lado... os empecilhos ideológicos e organizacionais que dificultavam a definição de políticas de associação entre o Estado, as empresas nacionais e os trustes internacionais (CARDOSO, 1993, p.71).

Desse modo, a burguesia local enredada numa redoma formada por seus interesses particulares abdica da tentativa de instaurar uma política hegemônica, contentando-se em se associar ao capital estrangeiro como sócia-menor, já que nos horizontes de suas possibilidades de atuação histórica não se vislumbravam muitas saídas. Uma vez que descarta a opção revolucionária, lhe resta fazer a transformação capitalista necessária e integrar a economia brasileira aos quadros econômicos mundiais. Como diria Cardoso (1971, p. 66/ 67):

na dependência nacional haverá sempre uma base interna da dominação externa... como resultado de um processo político-social de formação de alianças e de legitimações que passam a criar solidariedades – em torno evidentemente de núcleos de interesses econômicos comuns – entre grupos e classes sociais situados no âmbito das sociedades dependentes e os que se situam nas nações hegemônicas.

Cardoso explicita melhor sua interpretação no livro *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971), verificando que o problema do Brasil, enquanto



nação dependente, não se encontra na falta de um projeto nacional impulsionado pela burguesia, mas sim no fato dessa mesma burguesia não possuir uma vocação hegemônica, sendo apenas capaz de desenvolver na esfera política “reações adaptativas”. O que, sem dúvida, é fruto de situações histórico-sociais que se configuraram anteriormente ao momento de sua formação enquanto classe, uma vez que esta burguesia industrial nunca teve um projeto nacional consistente, sendo politicamente tímida. Isto não significa que ela não tivesse uma política, todavia esta, conforme Cardoso denomina, era uma “política de interesses compartilhados”, entre grupos nacionais e internacionais:

Não se pode, entretanto, chegar ao simplismo de pensar que por isto a burguesia nacional não existe mais, desapareceu. Não há acumulação capitalista que não gere as relações de suporte do capital: os proprietários dos meios de produção. Os empresários nacionais existem, ainda que, ao contrário do que se pensava no passado, não constituam politicamente uma camada capaz de conduzir as forças de transformação da sociedade, já que seu papel é caudatário das multinacionais e do estado (CARDOSO, 1975i, p. 106).

Dessa forma, o empresariado local procuraria adaptar-se à situação de dependência segundo um processo histórico, no qual se configura a impossibilidade de uma política hegemônica e desenvolve-se ideologias que justificam as reações adaptativas na esfera política, orientando seus interesses, estritamente, para aspectos econômicos corporativos. Nesta mesma perspectiva Maurício Vinhas de Queiroz e Peter Evans, em artigo escrito nos anos setenta a respeito da participação do capital internacional e local na industrialização brasileira, consideram:

Entre a elite da “burguesia nacional industrial”, o equilíbrio é claramente a favor da colaboração com o capital internacional. Apenas o grupo Ermírio de Moraes agiu para manter a sua liderança na base da independência face ao capital internacional. Mesmo que esse grupo consiga manter a sua posição, será um exemplo cada vez mais isolado. O capitalismo nacional independente está claramente desfalecido (QUEIROZ; EVANS, 1976, p. 33).

Todavia, não se pode deixar de frisar que, conforme Cardoso, o Estado é um *locus* basal para a articulação do campo sócio-econômico dominante, no entanto, a política e as contradições de classe não se esgotam no Estado, assim como ele também: “não é a arena global da dominação de classe”. Contudo, é necessário compreender que,

se há um pacto de dominação, é por meio do aparelho estatal que se encontra a possibilidade de se manter possíveis alianças entre dominados e dominantes, “ao nível das margens de permissibilidade existente para a *particularização* de interesses dentro da ordem estabelecida”, além do fato de que, nesse sentido, o Estado também torna-se a garantia de manutenção da configuração que a sociedade capitalista assume. Assim, a idéia de dominação, segundo Cardoso, tem a ver com um “processo abrangente”, cujos condicionantes históricos são encontrados na economia e na sociedade e se transfigura de modo particular em cada situação.

No que se refere à dinâmica política dos Regimes burocrático-autoritários, de acordo com Cardoso, ela dependerá do conflito interno entre as classes e os grupos de poder. “Neste sentido a própria origem histórica dos regimes tão distinta... dota-os de graus diferentes de flexibilidade e de capacidade de persistência diante da pressão de novos grupos sociais” (CARDOSO, 1993, p.27). E no caso do Brasil, que raramente teve uma mobilização social contra o reacionarismo político, igualmente, raras vezes presenciou-se a formação de uma elite política de base popular. Em contrapartida, o que restou foi uma elite de poder que não se abre institucionalmente para formas de decisão política, que ao propor metas sociais não procura ativar politicamente a sociedade e muito menos busca criar meios para que a informação circule entre a massa. Tudo isso com o propósito de evitar a formação de opinião pública e, então, tornar-se possível um sufocamento da mobilização popular organizada, acentuando o caráter “prussiano” que caracteriza a história de nossa sociedade. Nesse sentido, podemos assinalar que, conforme Coutinho (1980, p.33/34):

Uma direta consequência da “via prussiana” foi de gerar uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil. Essa debilidade não se expressa apenas no plano do pensamento social...; tem conseqüências também na própria estrutura do relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, já que o caráter extremamente forte e autoritário do primeiro correspondeu a natureza amorfa e atomizada da segunda. (...) As tendências à auto-organização popular, quando não eram diretamente reprimidas, sofriam a dura concorrência de um Estado que, apresentando-se como “benfeitor”, relacionava-se diretamente com indivíduos atomizados e não com organizações coletivas.

Os interesses, portanto, emergem como fator importante para a articulação das classes, uma vez que, a despeito do comportamento acomodatório em termos políticos, a burguesia industrial procura escolher seus aliados políticos em função da posição que

eles ocupam no mercado e da identificação de interesses comuns que se ajustam à dinamização do setor industrial. Nas palavras de Cardoso, já nos anos 70:

... a prática política, a ruína do nacional-populismo, o castrismo, prática econômica expressa pela penetração dos capitais estrangeiros, teriam posto fim ao conceito e à relevância da 'burguesia nacional'. A partir de considerações como estas passou-se a considerar as burguesias como tigres de papel (CARDOSO, 1975i, p.126).

Para discorrer sobre as estratégias e os projetos dos governos, Cardoso coloca a necessidade de se identificar as forças políticas existentes, bem como sua atuação. Desse modo, constata-se que no governo Castelo Branco, a chamada "Instituição Armada" assumiria crescentemente o controle do Estado, implantando um modelo de dominação burocrática que origina um modelo de dominação burocrático-militar que se assentava em bases economicamente dinâmicas.

Posteriormente, vê-se crescer a oposição ao regime, principalmente, por parte do MDB e uma Frente Ampla de oposição, que leva Cardoso a constatar que:

... novamente, uma oposição interna põe em xeque o Governo. Essa oposição partia da "jovem oficialidade" dos setores nacionalistas do exército e dos ultra. Como consequência edita-se o ATO 5, que praticamente transforma o presidente num ditador, sob a fiança das Forças Armadas, por pressão de grupos de fora e de dentro do Governo. Era o exército, como instituição, que assumia as pressões dos ultra (CARDOSO, 1972, p. 112/113).

Desse modo, vários setores sociais (militares, setores empresariais, segmentos das classes médias tecnocráticas e ascendentes) passaram a acreditar que o autoritarismo era condição necessária para o desenvolvimento econômico, reforçando a idéia de Cardoso de que o Regime procurava legitimar-se baseado em seus êxitos econômicos. Nessa conjuntura, o aparelho estatal estará a serviço das burguesias local e estrangeira, enquanto um aparelho que lança mão da repressão, da censura, do planejamento estatal, enfim do próprio Estado, com vistas a uma acumulação capitalista crescente. Constata-se, com isso, o fortalecimento do aparato do Estado, acompanhado da possibilidade de organizar a pátria sob o domínio de um estamento burocrático-militar:

... o estado liquidou ou controlou as organizações de classe (sindicatos, partidos) e os meios de expressão de oposição (Congresso,



Imprensa) que poderiam ser utilizados pelos setores de classe derrotadas em 64... como assegurou uma política econômica que, às expensas dos trabalhadores (arrocho salarial), de parte da classe média (funcionalismo, etc.) e mantendo a exclusão social e econômica que herdara do Regime anterior (no campo e nas cidades), permitiu a reconstituição dos mecanismos de acumulação (CARDOSO, 1972a, p.19).

A essa ideologia Cardoso, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Paul Singer, bem como parte da esquerda e a Igreja, contrapunham-se. Alguns economistas e sociólogos constatariam, assim como Cardoso, a problemática da intervenção estatal na economia, que figurava em escala cada vez maior. Cardoso formularia uma tese hipotética sobre a formação do Brasil contemporâneo, que se refere à existência de uma “burguesia de estado”. Todavia, conforme Carlos Nelson Coutinho, Cardoso seria o primeiro a mencionar o caráter problemático⁶² desse conceito: “mas o fato é que não hesita em utilizá-lo amplamente, ou melhor, em transformá-lo num elemento-chave de sua análise da realidade brasileira pós-64” (COUTINHO, 1980, p.104). Para Cardoso o núcleo do problema referia-se à “autonomia política desse setor”.

Na visão de Cardoso, a idéia de “burguesia de estado” – que se refere a uma camada social que controla as empresas estatais e que não é burocrática em sentido estrito, pois suas decisões ultrapassam o quadro interno da empresa – traz uma contradição formal entre a noção de burguesia e de estado, uma vez que a primeira indica a apropriação privada dos meios de produção e este último, o controle público. Existe, assim, “um conceito contraditório que mostra existir aí um problema a ser resolvido”, afinal verifica-se que o controle das empresas estatais não é público e sua acumulação está submetida aos critérios do “mercado”, Nesse sentido, o autor indaga: “quais as opções, as alternativas que vão se abrir em função desse setor? Ele vai se comportar como estado ou em função de créditos privados?” E acrescenta:

De alguma forma esta camada torna-se o suporte social do capital e este em si mesmo não conhece a distinção entre “público” e

⁶² Cardoso, em 1975, ao se dirigir, digamos que à especificidade incerta do termo “burguesia estatal”, observou o perigo destes termos acabarem por criar uma crise de falsas questões: “Quando trabalhei na CEPAL, escrevi um livrinho e pus um título: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Esse livrinho ajudou muito a criar uma coisa que se chamou “Dependentismo”, e hoje, em qualquer lugar onde eu vá ouço sempre a mesma pergunta: Você é dependentista? Quando escrevi o livro, meu amigo, o economista Aníbal Pinto, disse-me: Você vai criar um Frankenstein. E ele tinha razão, porque, muitas vezes, os nomes acabam por engolir as idéias. Hoje, eu tenho medo que o mesmo ocorra com relação à “burguesia estatal” (CARDOSO, 1975a, p.106).



“privado”, pois em qualquer caso ele é resultado da exploração dos trabalhadores, mediatizado pela tecnologia.
... e cuja política (e isto é decisivo) talvez permita a emergência de uma solidariedade de grupo e decorra de uma ideologia (o expansionismo estatal) que define objetivos relativamente autônomos para este setor de classe (CARDOSO, 1975, p.17).

Tecendo suas considerações sobre a ditadura militar, Octávio Ianni dirá tratar-se de uma “contra revolução burguesa”, que coloca em destaque feições importantes das relações de classe e do processo político. A respeito das classes sociais que circundam o bloco de poder que se consolida no controle do Estado, o autor assinala:

As outras classes, os outros grupos sociais que se associam no bloco do poder obtêm algumas migalhas, restos do festim que a ditadura propicia à grande burguesia. Setores de classe média, pequena burguesia, militares, policiais, clero, latifundiários, intelectuais, tecnocratas, todos se articulam sob o mando da grande burguesia financeira e monopolista (IANNI, 2004, p.289).

Esse tipo de análise conduz à percepção da presença de um amálgama que se desenvolve dentro dos centros de decisões do poder e sobre o qual se sustenta o Estado, ou seja, nas palavras de Carlos Estevam Martins (1972): “um travejamento formado por entendimentos, conluíus e trocas informais de respaldos e ajudas de todo gênero”, como reflexo do poder burocrático. Inclusive, este autor desenvolve uma análise muito interessante sobre a tecnocracia e a burocracia, analisando como se dá a atuação e a conseqüente conversão do tecnocrata em tecnoburocrata dentro do Estado e acaba por definir este novo ator como: “um tecnólogo que comanda, não com base no seu próprio poder específico e sim por meio de instrumentos de poder tipicamente burocráticos” (MARTINS, 1972, p.146).

A formação de um grupo tecnoburocrático ao redor do Estado seria resultante da dominação da empresa privada, no caso as multinacionais, como indica Cardoso, produzindo resultados confusos na esfera política, por gerar um setor não propriamente burguês, mas:

... um setor burocrático, posto que são os administradores, os gerentes, os executivos das empresas estrangeiras, quem representam, enquanto pessoas esse capital. Isso tem conseqüências políticas bastante complicadas porque no limite se tem um crescimento de uma camada basicamente tecno-burocrática que exerce, por controle remoto, o papel de representar o grande capital das multinacionais (CARDOSO, 1975i, p. 97).



Contudo, apenas abrindo um parêntese, ressalta-se que o regime que se instaura em 1964 não pretendia caracterizar-se como autoritário-burocrático. Mas, quando o projeto de modernização liberal conservadora fracassa, uma nova força política começa a emergir, as Forças Armadas, por meio da escolha de Médici para a presidência e com ele o estabelecimento das instituições do Estado autoritário-burocrático, tendo como ideologia a grandeza nacional-estatal:

Em nenhum momento, no setor majoritário e vitorioso em 1964, cogitou-se de eliminar o sistema de partidos, ampliar o setor público da economia, criar mecanismos de permanência das Forças Armadas na vida pública, organizar a repressão permanente, disseminar uma ideologia fascistizante. Ao contrário, a retórica permaneceu liberal-conservadora. E as instituições básicas seriam as mesmas da Constituição de 1946, expurgadas dos “ramos podres” e revificadas pelas necessárias “salvaguardas” modernizadoras (CARDOSO, 1979, p. 175)

Diante dessa realidade, no plano prático, Cardoso vai considerar que os efeitos negativos desse regime se evidenciariam por meio do conflito interno entre as classes e os grupos de poder, uma vez que o estado expressa uma aliança contraditória de grupos. O resultado foi a decretação do AI-2, em 1965, dissolvendo os partidos, instaurando eleições indiretas e criando o bipartidarismo.

Com o decorrer dos anos, após a decretação do AI-5, o governo de Médici leva o regime autoritário ao esplendor. e , no plano teórico, Cardoso apontava a preocupação a respeito de como se aumentar os conflitos, com o propósito de fazer com que os homens sentissem a necessidade e o direito de se organizarem para estabelecer o que queriam e o que necessitavam. Assim, na visão do autor, o conflito seria um dos principais responsáveis pela implementação de uma via democrática no país, com o propósito de defender ideais básicos de liberdade. Por conseguinte, no plano teórico, o autor criticaria a constatação que traz à tona a vinculação entre desenvolvimento e autoritarismo, pelo fato deste tipo de análise, além de apresentar uma visão normativa, condicionar o político ao econômico e contribuir para a hipótese dicotômica da separação entre Estado e Sociedade Civil, bem como para a manutenção do regime e do consenso em oposição ao conflito:

Uma sociedade que aspire a um padrão de democratização substantivo e não formal, tem que aceitar a legitimidade do conflito, portanto, o oposto de um modelo de sociedade pseudo-homogênea. Uma



sociedade avançada, moderna, é uma sociedade heterogênea, cheia de conflitos e cheia de canais de resolução de conflitos [...] Afirmo apenas que uma sociedade [está] amadurecida politicamente na medida em que se permitir e rotinizar o conflito, e não fazer o que fizemos até hoje (CARDOSO, 1975i, p. 108).

Todavia, até determinado momento o indicativo da história política brasileira parecia caminhar de mãos dadas com o autoritarismo, reservando à democracia apenas um plano imaginário. Um regime autoritário ao qual não cabe, para Cardoso, o qualificativo de totalitário, muito menos de fascista (como concebiam Marini, Santos, Hélio Jaguaribe, etc.) já que não há a existência de um Partido Único e, ainda, o Regime possui intenções pluralistas. Além disso, apesar de se organizarem corporativamente, as elites não aspiram à legitimação popular inviabilizando a evolução de formas propriamente totalitárias de organização da sociedade, mas acentuando um autoritarismo que tende a favorecer a apatia das massas. Cardoso, em 1975, ao discorrer sobre este aspecto da realidade brasileira também chama a atenção para o fato de que a “necessidade de se chegar a alguma forma de institucionalidade”, que estabeleça os espaços nos quais os grupos brigarão, já está se colocando como um problema:

[...] o regime totalitário requer partido, mobilização de massa e ideologia do bem-estar para todos. No Brasil não há nenhum desses três mecanismos, através dos quais o totalitarismo aumenta a sociedade. Não há partido que sustente o estado como tal: a ARENA é sustentada pelo estado, caminha a seu reboque. [...] Além do mais, não existe intentos de mobilização de massa e não existe uma ideologia a pregar o bem-estar geral. Nós aqui temos uma sociedade elitista, que não quer mobilizar a massa e, ao mesmo tempo, uma sociedade complexa, porque a industrialização chegou, produziu a urbanização, diversificou os interesses e não possuímos os instrumentos para dar expressão a tudo isso (CARDOSO, 1975i, p. 108).

O Regime se caracterizava também como um Regime de empresas, como aponta, enfaticamente, Cardoso ao discutir o “modelo político brasileiro”. Se analisarmos a classe dirigente, representada num Estado burocrático, veremos que este é expressão da “organização da empresa”, pois devido à “simbiose entre os interesses da grande empresa e os do Estado, ele mesmo torna-se um empresário” (CARDOSO, 1993, p.46).

É necessário ressaltar que dentro do aparelho do Estado temos ainda a formação de “anéis burocráticos”, que permitem a articulação política tanto das Empresas

Públicas, quanto de forças econômicas privadas, influenciando nas decisões do Estado. Estes anéis burocráticos nada mais foram do que a forma encontrada pelo regime militar para permitir a inclusão dos interesses privados em seu meio.

“Note-se que não se trata de lobbies”: esta afirmação Cardoso faz tanto em *Autoritarismo e Democratização*, p.208, como no *O Modelo Político Brasileiro*, p.99. *Lobbies* são instrumentos de pressão de sociedades mais desenvolvidas, dotados de racionalidade na definição de objetivos e meios. Já os anéis burocráticos não comportam, necessariamente, interesses homogêneos, mas um único interesse específico que pode unir um ‘círculo de interessados’. Ao contrário do *lobby*, os anéis não tratam apenas de interesses econômicos, funcionando como um instrumento de articulação na esfera política que possibilitou às empresas privadas e públicas terem acesso indireto às decisões do Estado. A consequência disso é que no lugar dos Partidos ganharam projeção os “anéis burocráticos”. Sobre este aspecto Cardoso afirmará que não está negando a existência de formações partidárias, mas tais formações não são suficientes para explicar a dinâmica política da realidade brasileira, propondo então os anéis burocráticos como forma de mobilização política. “Trata-se de uma aliança eventual, que se forma entre um Ministro de Estado, um setor da sociedade civil, um setor militar, até um setor sindical, pode existir...; são mecanismos que ocorrem dessa maneira e que servem de vinculação entre a sociedade civil e o estado” (CARDOSO, 1975i, p. 100). De acordo com Cardoso, esta configuração supõe uma “teoria dos encadeamentos (*linkages*) entre o estado como burocracia e como organização e a sociedade civil”, que por sua vez comporta partidos, *lobbies*, anéis burocráticos, *mass-media*, entre outros; bem como uma “organização das instituições estatais e de seu relacionamento com a sociedade civil através de *regimes políticos* específicos” (CARDOSO, 1977).

Com isso, observa-se que no Brasil as organizações do estado são utilizadas pelos grupos como aparato político, onde também deve se inserir a sociedade civil, uma vez que esta não é mero reflexo do Estado. Um dos mais graves problemas dessa conjuntura, apontado por Cardoso, é o fato do estado não possuir uma forma política que o expresse. Uma vez que os partidos perdem força, podem surgir, como de fato ocorreu segundo o autor, os anéis burocráticos, cuja ação teria muito mais um caráter instrumental do que definidor de algum tipo de política, utilizando-se de arrojados tecnoburocráticos:

... eu apresentaria a alternativa de pensar os vários setores do estado como facções em luta política; cada um deles ligados a interesses sociais distintos. A burocracia e a tecnocracia poderiam ser pensadas como aparatos (diversos, naturalmente) a serviço de interesses políticos (sem deixar de incluir entre eles o poder econômico) (CARDOSO, 1972a, p. 22).

Contudo, a despeito de seu êxito econômico, o regime conforme Cardoso apresenta um paradoxo político, quando ao colocar em prática um modelo burocrático-desenvolvimentista, a repressão e a ação armada continuam desenvolvendo-se num contexto que abstratamente parece torná-las inúteis. A racionalidade formal, no que diz respeito aos meios e fins, justificaria a presença de um poder burocrático e tecnocrático, cuja preocupação dirige-se aos “para que”, em detrimento dos “para quem”. Sobre este aspecto do impasse do regime e a ausência da constituição de um elemento mobilizador, Cardoso acrescenta:

Por trás desta situação está, naturalmente, o fato de que as “elites de poder” (e com elas a intelectualidade) foram incapazes de propor alternativas para resolver a questão de base: o desenvolvimento econômico mobilizou socialmente a “massa”, mas não preencheu o vazio histórico de uma sociedade e uma cultura que jamais lograram organizar esta massa, educá-la, torná-la capaz, enfim, de reivindicar tanto pão, como liberdades (CARDOSO, 1972, p. 118).

Nessa perspectiva, o autor sustenta o argumento de que as próprias contradições inerentes ao sistema capitalista dependente contribuíram para o degradingamento do imobilismo burocrático-repressivo, criando as condições para a emergência da democracia-representativa. Ao contrário do que se procurou fazer crer, os anéis burocráticos, que supostamente expressavam os interesses da sociedade civil dentro do Estado, Cardoso propõe uma análise do processo por outro ângulo, percebendo que o que há é uma reorganização e um entrelaçamento da ordem civil e política a partir de um novo arranjo de poder por meio do compromisso entre os anéis burocráticos que expressam, na verdade, interesses privados e públicos. E, com isso, constata-se que o reflexo destes interesses para as classes dominadas é, politicamente, irrelevante, o que leva, no nosso ponto de vista à tese do fortalecimento da sociedade civil e da democratização necessária: “... haver eleições diretas ou indiretas, ter um governador forte na região ou um superintendente regional, aparecem como alternativas alheias ao interesse político das classes populares” (CARDOSO, 1972a,p.26).

Desse modo, o autor sugere a criação de um “contra-planejamento” à luz do dia, em analogia ao “gabinete da sombra” inglês, a fim de implementar um estilo de política que desmistifique a neutralidade tecnocrática. Verificamos, ainda, que Cardoso coloca como problema político fundamental a conjugação de uma série de liberdades básicas com uma sociedade que prosseguirá visivelmente dominada por grandes burocracias: “É preciso criar contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária” (CARDOSO, 1972a,p.26). Reforçando esta argumentação, o autor afirmará ainda:

... normativamente, entretanto, se o Estado for pensado sem contrapesos... o autoritarismo burocrático se implantará reduzindo a participação política das classes dominadas a um ritual, e transformando as questões políticas básicas em ‘questões de Estado’, por isso sigilosas (CARDOSO, 1975c, p.186).

Desse modo, para Cardoso o ponto chave para a transformação da sociedade é a prática real, que requer liberdade e uma rede de informação projetada e mantida pela sociedade civil, em contrapartida à determinadas opções que se colocam como o “Grande Plano Salvador, tirado do bolso do colete para salvar o país”. Porém, foi nessa linha que autores como André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos fizeram uma abordagem que levou à estratégia da luta armada como única solução de ruptura com o imperialismo americano, uma vez que, segundo estes autores, a sociedade brasileira e latino-americana em pleno século XX ainda apresentava uma economia colonial, essencialmente produtora de mercadorias para o mercado externo que, por sua vez, comandaria os destinos: econômico e político do país. Com isso, como já vimos, de acordo com esses autores seria necessário uma Revolução Socialista para se romper a estagnação social no Brasil, gerada pela dependência.

Nesse contexto, conforme a hipótese de David Lehmann (1986, p. 35):

... talvez Cardoso, ao sustentar a centralidade da idéia de dominação como um ‘princípio articulador’ [...] tenha trazido a superfície do debate político do Brasil a possibilidade de que uma ação política, mesmo sem fazer parte de estratégias revolucionárias, pudesse levar à democratização do Estado.

Cardoso, num trabalho apresentado na Conferência Internacional sobre sociologia do desenvolvimento, dependência e estruturas de poder, em Berlim, em



1974, questionaria as análises baseadas na perspectiva da dependência e a sua capacidade em criar modelos de interpretação sobre as formas de crescimento econômico e de dominação política na América Latina, criticando o modo como determinados analistas apresentam a especificidade das formas de dependência, que acabam induzindo a análises distorcidas da realidade apontando idéias como “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, “subimperialismo”, “*lumpen-burguesias*”, “revolução dos marginais”, e considera:

Eu temo que muitos dos estudos etiquetados como partes integrantes de uma “teoria da dependência” tenham pouco a pouco deixado de lado a preocupação com a caracterização tanto nas formas de reprodução social quanto com os modos de transformação que existem em cada uma das modalidades básicas de dependência. [...] Com o afã correto de denunciar a exploração, voltou-se a conceber as relações imperialistas e o processo de acumulação capitalista nas economias periféricas de uma forma que como no provérbio inglês, jogou fora a criança com a água do banho (CARDOSO, 1974, p.43).

Desse modo, ressalta a gravidade das conseqüências práticas que a distorção analítica pode provocar ao gerar uma análise política de cunho termidoriano como, por exemplo, a ação redentora de grupos organizados em prol dos marginalizados e da maioria explorada. Para Cardoso, a luta da sociedade brasileira deve ter como meta as garantias civis, enquanto condição para se refrear a burocratização e a opressão e instaurar a participação política das classes dominadas, do contrário o que irá se manter é a fertilização cada vez maior de um bloco beneficiário de poder, constituído por funcionários, tecnocratas e empresários, ainda que estes continuem afirmando, segundo seus interesses, que o estilo de desenvolvimento colocado em prática é **racional**. Mas, como questiona Cardoso: **racional para quem?** Sobre este aspecto da realidade nacional observa o autor:

Alguns setores vão perder e outros vão ganhar, mais ou menos, dependendo do dinamismo que se consiga imprimir ao novo modelo. Acho que há alternativas reais, eu não vejo porque insistir na idéia de que para o Brasil se desenvolva é preciso manter a capacidade de poupança e consumo das camadas de renda alta. Isso é uma ficção. Há outras formas de poupança e não há porque estarmos financiando o consumo dos mesmos sempre. Eu acho a mudança de modelo perfeitamente possível (CARDOSO, 1975, p.105).

Longe de apontar uma saída para a sociedade brasileira, Cardoso reflete e especula sobre o tipo de crescimento que os planos governamentais projetam para a próxima década e as suas conseqüências, principalmente no que tange à forma de participação dos diferentes grupos e classes sociais numa nova conjuntura de crescimento econômico capitalista. Com isso, em 1976 assinalaria:

Ao invés do desenvolvimento programado e harmonioso, que todo pensamento tecnocrático propõe, haverá, possivelmente, um processo penoso e contraditório, cheio de idas e vindas, através do qual se definirão os termos em que o governo, empresas estatais, multinacionais e empresários nacionais privados irão participar em mais esta etapa da aventura do crescimento econômico capitalista. Os outros grupos e classes, em forma diferenciada e desigual (pois os setores rurais, provavelmente, continuarão a pagar um preço ainda mais alto pelo desenvolvimento capitalista do que os assalariados urbanos), continuarão suportando as irracionalidades do mercado até que possam, por sua própria força e decisão, propor-se como alternativa viável para conduzir um processo de desenvolvimento que, diferentemente do atual, consiga de fato, submeter o mercado à lógica de um Plano Social (CARDOSO, 1976, p. 24).

Nesse momento é necessário ressaltar que Cardoso, pensando especialmente em Poulantzas, se debruça sobre um conjunto de análises que dizem respeito à delimitação do “reino da Política” e do Estado. Este será o mote de sua pesquisa ao perceber que em determinadas análises o Estado ressurgia, novamente, como síntese e com a atribuída autonomia relativa simultaneamente com o “renascimento teórico da análise da Ideologia”, a fim de explicar o Estado. E acrescenta:

Neste ponto, não se trata mais a meu ver do “velho marxismo”, nem de Marx: houve uma estranha simbiose entre a análise estrutural funcionalista e... Hegel, por paradoxal que pareça. O ponto de transição deste desdobramento teórico deve ser procurado em Gramsci, embora este não tenha qualquer responsabilidade pelas abstrusas conseqüências que outros tiraram de seus escritos (CARDOSO, 1977, p. 12).

A contribuição de Gramsci a respeito da ampliação da análise marxista do Estado, como apontamos no início desse trabalho, é reconhecida por Cardoso, essencialmente no que se refere ao novo modo de equacionamento referente à relação Estado e Sociedade Civil no ocidente em contraposição às sociedades orientais. A análise de Gramsci a respeito das instituições políticas, caracterizadas por sua opacidade e pela adesão à base da sociedade, por meio de direção das classes dominantes, ou seja,

de sua hegemonia, permitiu com que o autor concluísse: “o Estado (em seu sentido integral) é a ditadura + a hegemonia. Diante dessa constatação, Cardoso questiona como é possível distinguir esta noção de Estado “da noção liberal de Weber, por exemplo, para quem o Estado além de deter o monopólio legal da violência teria também o consentimento dos dominados?” (CARDOSO, 1977, p. 13).

Seja como for, em fins dos anos sessenta, já se fazia sentir a inspiração gramsciana nos textos de Cardoso, quando este publica em 1967: *Hegemonia Burguesa e Independência Econômica - Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira* e em outros artigos publicados no decorrer dos anos 1970, quando Cardoso recorre ao conceito de hegemonia para analisar a questão da legitimidade do Estado e o exercício da hegemonia de alguns setores das classes dominantes e com isso passa a considerar que para se entender o regime de 64 é necessário observar a quem o Estado exclui e a quem atrai com o uso de sua força e não saber “se o regime usa mais ou menos força”, se “tem maior ou menor capacidade de propaganda e de difusão de valores”. Neste sentido, prossegue Cardoso (1975, p. 194):

É neste ponto que a observação sobre Estado e ideologia encontra justificção para analisar o regime de 64/ 69 e os posteriores desdobramentos. Não desejo alongar considerações teóricas sobre o que seja o Estado como forma de articulação entre as classes e como matriz dos valores racionalizadores desta articulação. Mas é fácil entender que, da perspectiva sugerida nas páginas anteriores, o exercício da hegemonia por alguns setores das classes dominantes depende da capacidade que eles possuam para, ao manter as normas de exclusão política... assegurar, ao mesmo tempo, uma retribuição objetiva das demandas econômicas e sociais das classes no poder e, desigual e assimetricamente, atender às demandas das classes dominadas, como fornecer a bateria de retribuições simbólicas que permitam transformar em valores de quase todos as normas que moldam um estilo de participação e organização política que, de fato, garantem especialmente o atendimento dos interesses dos setores dirigentes e das classes dominantes.

Diante dessas considerações, Cardoso prossegue ponderando que:

Não há novidade nesta caracterização, mas ela evita, pelo menos, os equívocos de uma interpretação liberal do pensamento gramsciano, que reduz a noção de hegemonia à de consenso e transforma o problema político fundamental na discussão de legitimidade. Por este caminho dificilmente se chegaria a reconhecer que o movimento de 64 criou uma nova situação de hegemonia, posto que a legitimidade da ordem estabelecida é restrita e que, no plano jurídico-institucional e no plano ideológico a “situação autoritária” brasileira aparece como contraditória (Constituição versus AI/V; tendência democratizante

versus pruridos fascistas-repressores etc.) (CARDOSO, 1975, p. 194/195).

Entretanto, curiosamente constata-se que se num primeiro momento há certa proximidade de Cardoso com os escritos de Gramsci, em fins dos anos setenta, num artigo: Estado Capitalista e Marxismo, ele questiona as elaborações teóricas deste autor, refletindo a partir das ambigüidades apontadas por Perry Anderson. Os argumentos de Anderson apontam para o fato de que as teorizações gramscianas a respeito das fronteiras entre o Estado e a Sociedade Civil, bem como sobre o conceito de ideologia incorrem numa indeterminação teórica. Assim, infere Cardoso (1977, p. 14): “O argumento usado por Gramsci para assegurar peso equivalente das funções entre Estado e Sociedade levou-a minimizar as diferenças entre lei e costume. Entretanto, esta postura introduz dificuldades para traçar as fronteiras entre a política e a economia”. Cardoso assinala que Gramsci retorna ao hegelianismo concebendo um tipo de pensamento em que a luta política não encontra seu centro de gravidade na economia.

Todavia, observa-se que Cardoso compartilha do conceito de sociedade civil em Gramsci que, diferentemente da concepção marxista, separa a estrutura econômica da sociedade civil. Esta, por sua vez, se encontraria entre o Estado e as forças econômicas, sem alterar a relação entre “infra-estrutura econômica” e “superestrutura político-ideológica”. Assim, para Cardoso a contribuição de Gramsci é mais sugestiva do que sistemática, ao considerar que Gramsci estava apenas procurando compreender porque, numa determinada situação histórica, no caso a Itália, algumas vezes prevalecia o Estado, outras vezes a Sociedade Civil e não necessariamente pretendia cunhar uma teoria geral do Estado. Nesse ínterim, podemos abordar o conceito de hegemonia de Gramsci, que possui duas dimensões: uma referente à força da classe dominante, que subordinará as demais classes e as classes dominadas. O Estado seria o regulador entre a sociedade política e a sociedade civil. Todavia, se há de um lado a sociedade política e de outro a sociedade civil, pode haver em algum momento um tipo de tensão entre ambas, o que segundo Gramsci ocorre quando há uma crise de autoridade, que não conduz necessariamente à transformação. Ao contrário de Lênin, por exemplo, Gramsci não acredita na eficácia da revolução, para ele o socialismo só poderá ser concretizado quando a sociedade civil se fundir com a sociedade política. Com isso, pondera Cardoso (1977, p. 14/ 15):

Talvez seja esta, entretanto, a força do pensamento político de Gramsci: ele não permite uma formalização simples das relações entre o Mercado e o Poder, a Ideologia e a Força, a Sociedade e o Estado. Não dá a ilusão de que sabe de ciência certa que “variáveis” econômicas afetam (ou determinam) a política, nem propõe uma teoria que apenas reafirma a existência e a importância do Estado na articulação da dominação que ele expressa. A leitura “liberal” de Gramsci, por seu turno, para ver nele o teórico do primado da Ideologia (e do consenso) é equívoca. Na análise das questões políticas concretas, a possível e relativa indeterminação conceitual de Gramsci cedia a sua argúcia e à percepção da relação de forças que prevalecia em cada conjuntura de dominação de classe.

Nessa trilha, porém, de reelaboração da tradição hegeliana-marxista Cardoso considera que as formulações gramscianas não resolveram os “problemas pendentes numa teoria dialética do Estado”, uma vez que o autor não sistematizou suas idéias priorizando os problemas especificamente políticos, opondo-se ao economicismo e limitando-se a uma análise das particularidades histórico-estruturais de cada sociedade.

Cardoso parte então para uma análise a respeito das formulações de Poulantzas sobre a questão do Estado e a despeito das críticas, algumas já esboçadas neste trabalho, o autor reconhece que Poulantzas “percebeu algumas das dificuldades que a bizarra teoria althusseriana do Estado acarreta para a análise marxista” e aponta a sua ressalva sobre a autonomia da “política revolucionária”, a fim de impedir que a Reprodução se sublevasse à Revolução; a reconsideração sobre a família fazer ou não parte dos aparatos ideológicos; o fato de ter desenvolvido melhor que Althusser a questão do papel decisivo dos aparatos de repressão, uma vez que os aparatos ideológicos, apesar de sua relativa autonomia, constituem parte do mesmo sistema do aparato repressivo de Estado: “cada modificação importante na forma do Estado tem repercussões não apenas nas relações mútuas dos aparatos ideológicos do Estado mas também nas relações entre estes aparatos e o aparato repressivo do Estado” (Poulantzas *apud* CARDOSO, 1977, p. 22).

Porém, Cardoso continua a insistir na crítica a Poulantzas, principalmente no que se refere a sua indeterminação entre Estado e Sociedade e a primazia bem como o aspecto repressor que atribui ao Estado frente à Sociedade. E, apesar de reconhecer a diversidade das frações de classes, Poulantzas não consegue escapar da concepção de classe dirigente como unidade repressora que se articula por meio do Estado, deixando ofuscado como as frações de classe poderiam impor seus interesses frente à classe dominante. “Esta parece ser uma burocracia que expressa nos seus poros a Religião do

Estado: a unidade repressora de ‘a classe dominante’ e a pluralidade de ideologias *conciliáveis* das frações da classe dominante” (CARDOSO, 1977, p. 22).

Entretanto, nesse mesmo artigo, Cardoso assinala que Poulantzas em trabalho mais recente havia “alargado consideravelmente suas vistas”⁶³, ao enfatizar o papel da sociedade civil, reconhecendo a luta e as alianças de classe, as alianças entre dominados e dominadores e adverte sobre a função das “crises ideológicas”. Todavia, a ideologia ronda a sociedade civil e não apenas o Estado ocupando um papel importante em suas análises para a composição das classes em forças sociais. Isso se daria diante de uma crise de legitimidade do Estado, uma vez que este perde o apoio das classes dominantes em conflito entre si, desencadeando um processo que acabaria por atingir os aparatos ideológicos oficiais, bem como os aparatos repressivos e os aparelhos de intervenção econômica.

Ademais, Poulantzas, conforme Cardoso, assinalaria como característica particular do Capitalismo a separação entre economia e estado, seguindo a tradição do pensamento marxista. No contexto do capitalismo monopolista de Estado, o Estado e a Sociedade, ao se agregarem no espaço estatal por meio do capital público e do nacionalizado, alargam o espaço da acumulação do capital e, com isso, modificam a ação do Estado em relação a economia. Para Poulantzas, as crises econômicas passam a ter expressão política e, nesse contexto, a intervenção estatal na economia passa a ser limitada tendo como um de seus propósitos não dissolver a economia no estado.

Com tais elaborações, Cardoso afirma que o autor consegue superar a “teoria da ideologia althusseriana” e a oposição formal, também presente em Althusser, entre “estado e sociedade”, todavia não consegue escapar da idéia de Estado enquanto “organizador político do interesse geral da burguesia” e para tal deve assegurar sua autonomia relativa, bem como a representação das frações da burguesia, o que leva a concluir que, nesta perspectiva: “a classe dominante unifica-se pelo Estado”. Nesse sentido, Cardoso questiona como ficam, nesse caso, a “repercussão das contradições de classe no seio do Estado” e como “conciliar a hegemonia da fração monopolista com a *necessidade* de o estado conciliar os interesses de *toda* a classe dominante?” (CARDOSO, 1977). Contudo, Cardoso encontraria resposta para suas questões no próprio Poulantzas, quando este adverte que o Estado é a condensação de uma relação de forças entre as classes e suas frações e, por isso, ele é “constituído e cortado de lado a

⁶³ Cardoso refere-se a obra de Poulantzas: *Les transformations actuelles de l'État: la crise politique et la crise de l'Éta*. IN: *La crise de l'État*. P.U.F., Paris, 1976.



lado pelas contradições de classe”, não podendo ser concebido como “um bloco de monolítico sem fissuras, mas é por sua própria estrutura, dividido”

Assim, se no início dos anos setenta Cardoso criticaria Poulantzas devido a sua análise marxista de influência althusseriana, no final desta mesma década assinala:

Por certo, a crítica acre poderia ter sido uma autocrítica. De qualquer modo, Poulantzas reencontrou teoricamente a dialética e a história (a luta de classes) em sua análise do Estado. Este passou a ser visto não como um bloco sem fissuras, mas como arena de luta entre frações de classes, as quais podem eventualmente, ocupar ramos da burocracia e dos aparelhos institucionais^[64]. Mais ainda, para Poulantzas o Estado pode expressar até mesmo as lutas entre classes dominantes-classes dominadas: a força da vida (veja-se a Itália onde o P.C. controla partes do aparelho do Estado) levou Poulantzas a quebrar a anterior visão abstrata de um estado que flutuava acima das classes. Transformou-o em objeto da luta das classes e mesmo em *aparato* parcial das classes em luta (CARDOSO, 1977, p. 23/4).

Cardoso assinala que há uma relação contraditória entre estado e sociedade e ao se negligenciar esta percepção surgem os equívocos teóricos que têm como consequência a confusão entre ambos ou então o hiperdimensionamento das funções de um ou de outro. Os erros de interpretação então decorreriam de análises que isolam os dois termos e os esgotam entre si mesmos. Em termos metodológicos, uma estratégia para se evitar tais imprecisões seria “a elaboração de uma teoria das instituições e de sua relação com as classes”, tendo como propósito atalhar a determinação mecânica que faz gerar a confusão que se pode fazer entre “dominação de classe” e “controle das partes do aparelho burocrático”, ou então, entre “a variabilidade de regime (liberal, bonapartista, autoritário, populista, fascista, etc.) com variações nas formas de acumulação do capital” como se para cada uma das etapas do desenvolvimento capitalista “devesse existir uma forma de regime”. Desse modo, para Cardoso (1977, p.27):

As funções “mediadoras”, portanto, não devem ser buscadas com exclusividade no Estado (nem as ideológicas), o que levaria a um novo hegelianismo, mas devem incluir os partidos, as associações de classe, a imprensa etc. É através de *todos* estes instrumentos que se exerce a dominação de classe.

⁶⁴ Neste ponto, Cardoso demonstra, em uma nota de fim, certa afinidade com Poulantzas pontuando: “Tal como propus em “A questão do estado no Brasil” in *Autoritarismo e Democratização*, Paz e Terra, Rio, 1975. Inicialmente apresentado ao Colóquio dos Sociólogos de Língua Francesa, Grenoble, 1975” (CARDOSO, 1977, p. 31 – nota 32).



Diante dessa observação, Cardoso propõe a necessidade de um contrapeso à autonomia relativa do Estado, por meio de um forte pacto da dominação de classes, no que diz respeito às esferas do mercado, da ideologia e da sociedade civil, mediante a paulatina emergência de um “regime político flexível”, com capacidade para gerenciar a “rotatividade de interesses”, bem como mediar a “institucionalização de partidos” e o conseqüente “controle da máquina estatal” por eles. Recorre o autor à Marx, apontando que num primeiro momento a destruição e o controle do Estado não são suficientes para conduzir à liberalização, não obstante aquele não se referir a uma teoria da representação ou do controle político, mas sim ao fim de ambos, preceito que tanto histórica e teoricamente não se encaixa na atual realidade. Haveria que emergir uma “democracia substantiva”, capaz de afiançar o fim da alienação da sociedade civil e da dominação de classe, colocando em pauta a questão da representação e da representatividade.

Giannotti ao discorrer sobre a inserção intelectual na organização da sociedade civil irá referir-se a importância da legitimidade de poder enquanto garantia de persistência do mesmo, mediante a formação de um movimento cuja criticidade dependeria dos esforços da atividade intelectual e, com isso, considera:

Enquanto o horizonte não se abre para permitir o exercício completo de nossa vocação, resta ainda a tarefa enorme e precisa de continuar alimentando nossa ação com os dados e os interlocutores existentes. Fazer, portanto, que se reafirmem os laços particulares da sociedade civil, seus vários setores adquirindo feições próprias, encontrando os canais e os modos da sua própria expressão, cada um iniciando uma atividade que se ancora em suas particularidades, para compreendê-las e transcendê-las por meio de uma ação verdadeiramente generalizadora. Para chegar um dia a reavaliar as funções deste Estado, pois se ele prescinde de nós é bem possível que possamos prescindir dele (GIANNOTTI, 1974, p. 58/9).

O fato é que a ida de Cardoso para o MDB, assim como sua candidatura à Senador, tendo como tema de campanha o slogan: *Democracia para Mudar*, conforme assinalamos anteriormente, não seria em vão. Além disso, tal decisão marca não só sua trajetória intelectual, como também a do CEBRAP, uma vez que parte das idéias, das interpretações e soluções formuladas a respeito da sociedade brasileira dentro do Centro nos anos setenta são levadas para o MDB por esse ator social que acaba por se metamorfosear em político. Nesse momento a tese de uma democratização da

organização constitucional do Estado deslocava-se também para a democratização da sociedade:

É óbvio que numa sociedade como a nossa, complexa por um lado, e por outro lado uma sociedade que vem de uma tradição que se dizia inestruturável, sociedade amorfa que não conseguiria se estruturar – e isso é real até certo ponto, há muitos obstáculos à organização – numa sociedade desse tipo nós temos que ter uma estratégia de mobilização. Nós temos que saber como vamos criar um partido que esteja enraizado na sociedade, que não se confunda com ela e não sufoque os organismos próprios dela, mas que tenha a seiva que vem das raízes dessa sociedade (CARDOSO, 1981, p.28.)

Nessa conjuntura, ocorre que o Partido Comunista Brasileiro também era coerente com o projeto de frente única democrática, que aglutinasse diversos setores da sociedade brasileira na luta pela participação política. Em síntese, seja como for, em consequência de suas análises – e contrariamente ao pensamento majoritário entre a esquerda – Cardoso (mas também outros autores vinculados ao CEBRAP) irá considerar, como procuramos demonstrar, a inviabilidade da Revolução Socialista posicionando-se fortemente em defesa da abertura democrática, contra o Estado repressor e autoritário que se instaurou *post* 1964, propondo como caminho a ampliação da participação política dos setores sociais que emergiam com a modernização autoritária. Cumpria-se, assim, uma “evolução temática da sociologia brasileira” seguindo a nova agenda das ciências sociais, que então evoluía das interpretações macro-estruturais do modelo político, econômico e cultural de anos anteriores para a análise dos “agentes e das características da transição democrática” (LIDIEKE, 2003), que por sua vez apontava para o tema da democratização e da reativação da sociedade civil, com grande ênfase no papel teórico-metodológico da objetividade científica das análises propostas, que evocavam a conjuntiva: política, economia e ciências sociais, tecendo uma análise crítica sobre a realidade brasileira durante o regime autoritário.

Considerações Finais

A todo momento nossa atividade esbarra com a sólida presença do Estado, instituição todopoderosa que nos fascina e nos atomiza. Não é nossa a posição daqueles que lutam para serem cooptados por ele. Preferimos aceitar nossa marginalidade de intelectuais e aprofundar nossa atividade e descobrir nela sua dimensão social para organizá-la a partir de bases efetivas. (GIANNOTTI, 1974).

Iniciamos nossas considerações finais partindo do princípio abordado por Giannotti (1974) de que “os grandes cortes epistemológicos revelam orientações valorativas diferentes e, por conseguinte, interesses diferentes”, de onde pode-se derivar o fato de que a relação entre Ciência e Ideologia configura-se de forma ambígua num contexto que abrange a relação entre o poder burguês e os cientistas, estes últimos tidos pela burguesia como inimigos em potencial.

Em concordância com a inferência de Giannotti, no que diz respeito à representação do trabalho científico, observamos que o CEBRAP surge com uma geração de intelectuais, cuja fonte de força social advém da produção científica. De modo que: 1. Poderiam eles representar a personificação de oponentes latentes no contexto social em que se encontravam, reunidos numa instituição em particular, tracejando um caminho que os conduziria propriamente à esfera da política, quando então poderiam concretizar a vigência de uma sociedade moderna e democrática nos moldes em que eles próprios racionalizaram? 2. Estariam a serviço das classes dominantes e do Estado autoritário-burocrático? 3. Ou constituíam, simplesmente, um grupo que procurava angariar legitimidade científica visando a construção de uma nova modalidade de Estado, que poderia atender de forma mais eficaz os interesses de uma classe dominante local e internacional?

Se fosse nossa opção responder afirmativamente a estas questões chegaríamos às seguintes conclusões: 1. Esta geração de intelectuais representava uma oposição latente ao sistema, o que fica evidente com a leitura de seus escritos apontando para a necessidade de uma transição à democracia e, posteriormente, com a inserção de parte dos fundadores do CEBRAP na esfera política; 2. Estes intelectuais estavam a serviço do Estado e da classe dominante porque financiados por uma instituição: a Fundação Ford, procedente dos EUA, que, por sua vez incentivou e financiou as ditaduras latino-

americanas, o que registraria o caráter problemático dos intelectuais do CEBRAP; e 3. Estes intelectuais constituíram um grupo a serviço das classes dominantes locais e internacionais, a fim de se projetarem tanto no cenário intelectual, adotando uma agenda de pesquisas americana, quanto no cenário político, tecendo formulações que poderiam influenciar nas práticas políticas e colocá-los na centralidade dos debates, ao assumirem uma posição de suporte para *police makers*.

Todavia, se nossa escolha apontasse para a negação dessas provocações tão logo concluiríamos que: 1. Estes intelectuais nunca foram perseguidos de fato pela ditadura, sofrendo inquéritos corriqueiros que não chegavam caracterizar uma perseguição direta, provavelmente porque não eram tidos como inimigos em potencial do Regime; 2. Essa geração não estava a serviço do Estado e das classes dominantes, mas, ao contrário, intencionavam a superação do Estado Autoritário seguida da instauração da Democracia e, com isso, trabalhavam almejando interesses próprios ao desenharem uma trajetória intelectual que acaba por conduzi-los ao campo político, em outras palavras, utilizaram-se de uma estratégia intelectual para assumir o poder no Estado; e 3. Não se dobraram ao capital local e estrangeiro, pois, ainda que reconhecessem a persistência de um desenvolvimento associado e dependente, visualizavam uma relativa autonomia local em relação à tomada de decisões em plano nacional, referentes às opções de políticas econômicas, mediante os interesses internos.

É evidente que não nos propomos responder nenhuma dessas questões, mas exclusivamente ilustrar que para a compreensão do que representou o pensamento social produzido pelos intelectuais do CEBRAP e, com isso, a própria instituição, necessitamos de uma análise rigorosa sobre o contexto e a produção em que estes atores sociais atuaram. Além do mais, em verdade cabe-nos a reflexão, uma vez que, se tivéssemos a pretensão de formularmos respostas, nem o anacronismo nos bastaria. Mesmo que partíssemos do desfecho dos anos 1970 para o contexto da transição democrática, não obteríamos respostas satisfatórias sobre a configuração do CEBRAP, pelo fato de que a história não se constrói por etapas. Entretanto, estas conclusões levam à reflexão sobre as questões colocadas em pauta, tendo em vista que as inquietações analíticas nunca se esgotam, constituindo, juntamente com a dinâmica histórica e enquanto reflexo dela, um *motum continuum*.

Assim, quando pensamos na conjuntura que envolve os anos 1970 – mas que se inicia em anos anteriores – e nela inserimos o intelectual, ao lado de sua produção científica, nos perguntamos: quem são estes intelectuais e qual a legitimidade que



possuem para atribuir-se tarefas? Esta é outra questão que pode ser formulada, mas que juntamente com tantas outras só pode ser retratada a partir da análise em conjunto do ambiente em que estes intelectuais encontravam-se arraigados por uma causa em comum: a luta contra o autoritarismo, tendo como ponto de partida de suas produções teóricas a crítica de formulações conceituais dos anos 1950 e 1960. O golpe militar de 1964, representando, conforme Vianna (1998), a: “melhor evidência do que havia de equívoco no projeto nacional-reformador de estilo populista” levaria os intelectuais que fundam o CEBRAP a pensarem a situação nacional em moldes distintos dos anos anteriores, no que diz respeito à forma como se “apropriaram do produto do trabalho intelectual”, que seja a crítica à metodologia empregada, às interpretações traçadas e, por conseguinte, os resultados científicos obtidos. Todo esse processo de inventividade científica encontra-se intimamente vinculado às demandas sociais, políticas, econômicas e ideológicas, que implicam na dinâmica histórica de dada sociedade, conforme a concepção mannheimiana sobre a concepção do trabalho intelectual; bem como se encontra, num plano geral, influenciado pelo capital, que imprime sentido a esse trabalho e que, por sua vez, segundo Giannotti (1974, p. 56): “está sempre se furtando aos moldes de ferro da alienação produzida pelo modo de produção capitalista”.

Notamos que a influência de Gramsci e Mannheim se faz notar nessa geração no que se refere a sua produção científica (temas, interesses, metodologia), bem como ao conceito de intelectual (seu papel, compromisso e responsabilidade). Gramsci para demonstrar a “sintonia com a esquerda moderna” e Mannheim para reconhecer a importância da ciência e dos processos de racionalização, enquanto elementos necessários para o desenvolvimento social e a planificação democrática, a fim de formularem, para o bem ou para o mal, uma nova orientação epistemológica para as Ciências Sociais. Por fim, emergem as análises weberianas à respeito da relação entre o intelectual e a política fornecendo-nos subsídios para o exame dessa contenda.

Porém, antes de adentrarmos nas considerações a respeito dos referenciais teóricos desse trabalho, abrimos um parêntese para levantar uma questão que pode configurar-se de grande importância àqueles que desconhecem a história do CEBRAP e que se indagam: até que ponto, ou mais especificamente em que ponto, o CEBRAP de fato apresentou ou representou para o pensamento social brasileiro inovação e originalidade durante sua trajetória nos anos 1970?

Aventurando-nos na formulação de uma reflexão, poderíamos arriscar em dizer que quando pensamos, por exemplo, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)



a originalidade assumida pelos intelectuais do CEBRAP pode ser questionada. De modo similar ao CEBRAP, todavia guardada as devidas diferenças, o ISEB tinha como propósito aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira, por meio de estudos que utilizavam os referenciais teóricos e metodológicos das Ciências Humanas. Tendo o nacionalismo como seu paradigma, os autores isebianos não só lançavam mão de uma nova visão socioeconômica da realidade, que surgia da preocupação que, no contexto dos anos 1950, voltava-se para o problema do desenvolvimento nacional – que se apresentava desde 1930 – como também influenciaram na ação política do Estado, implementando uma ideologia de cunho nacionalista que daria subsídios para as políticas desenvolvimentistas no governo de Juscelino Kubistchek.

Em contraposição ao ISEB, os pesquisadores do CEBRAP ao levarem para o Centro o legado que haviam herdado na Maria Antônia, do convívio com Florestan Fernandes, mas também da experiência acadêmica advinda entre outras dos seminários de leitura de Marx, estavam convictos da perigosa convivência entre ciência e ideologia. Giannotti, ao referir-se ao projeto intervencionista dos trabalhos do grupo, que hoje é encarado algumas vezes como portador de uma vocação primeira: o poder partidário, fornece indícios que nos levam a refutar a proximidade, em termos institucionais e não dos produtos concebidos porque estes já são evidentes, do Centro com o ISEB, que o leitor mais desatento e aventureiro poderia se precipitar em concluir. Com isso, a respeito do legado dos pesquisadores provenientes da USP, considera Giannotti (1998, p. 119):

Lembre-se que fomos expulsos da universidade sobretudo por estarmos lutando pela reforma partidária, e muito menos por nossas intervenções na política em geral. Perseguíamos um projeto de universidade que a convertesse numa fonte produtora de conhecimentos a serem utilizados por todos, em particular pela esquerda; pretendíamos que a USP se esquecesse dos vínculos que a tinham ligado, no ato de seu nascimento, à oligarquia paulista e se transformasse num vetor de transformação social. Mas tudo isso sem esquecer que nossa primeira tarefa era nos formar como pesquisadores competentes em nível internacional. A prática política generalizante deveria nascer das particularidades de nossas profissões. Da perspectiva dessa escolha se explica nossa divergência com o Iseb. Recusávamos desde logo o projeto de construir uma ideologia nacional... Se nosso interesse predominante era pelo estudo da organização social, cujas bases deveriam ser encontradas nas relações sociais de produção capitalistas, parecia-nos um salto no escuro toda

forma de colocar a questão nacional em termos de uma consciência social^[65].

Ademais, o que confere originalidade ao Centro é a situação e as condições nas quais fora fundado, a capacidade que teve para reunir intelectuais de diferentes áreas de pesquisa, bem como o fato de, diante dos dilemas de financiamento enfrentados, conseguir realizar um número considerável de estudos, importantes na constituição de uma nova interpretação do Brasil, principalmente, no que se refere à renovação da agenda das Ciências Sociais e às análises sobre a dependência e o Estado autoritário, que tiveram grande impacto durante os anos 1970. Além disso, o que podemos vislumbrar por trás desse movimento de história das idéias no Brasil e da construção de um pensamento sociológico sobre a realidade nacional a partir do CEBRAP, é a ruptura com a cultura política ibérica, tida como um “peso opressivo” sobre a sociedade, em virtude de seu caráter autoritário-burocrático. Como sugere Vianna (1998, p. 199): “Romper, no plano da política, com o contexto intelectual da revolução passiva, se fazia, assim, associar a uma idéia igualmente de ruptura com o próprio legado histórico formador da sociedade brasileira”. Nesse sentido, a percepção sobre o Estado Autoritário, enquanto devedor de tradições, como o iberismo, o patrimonialismo, o clientelismo e o coronelismo, levaria entre os cientistas sociais a necessidade de formulações a respeito de seu sobrepujamento. A tarefa é colocada, mas realizada de forma diferente entre aqueles que participaram dessa empreitada, haja vista o IUPERJ. Nota-se, assim, que as interpretações procedentes dos intelectuais do CEBRAP sobre o Estado e a Sociedade Civil como matriz de uma contenda intelectual que privilegiaria os aspectos políticos, econômicos e sociais, como crítica às produções dos anos anteriores, ganham substrato.

Desse modo, no caso específico do grupo de intelectuais vinculados ao CEBRAP, notamos a presença de uma *intelligentsia* que traz para si a responsabilidade de projetar uma nova linha de reflexão analítica sobre a realidade nacional, que deveria superar seus constrangimentos estruturais e, mais precisamente naquele momento, o Estado autoritário com todos os seus aspectos pejorativos para o desenvolvimento de uma sociedade moderna, tendo como combustível o fortalecimento da Sociedade Civil e

⁶⁵ Todavia, salientamos que Sorj, brevemente, aponta alguma aproximação entre as duas Instituições: “Em suma, apesar de sua perspectiva crítica, a turma do Seminário de Marx, tendo como horizonte a nação e as alternativas para o desenvolvimento econômico, estaria no mesmo território do ISEB, ao qual, aliás, Roberto Schwarz, dedica alguns parágrafos generosos. Ele constata o que outros autores, notadamente Pécaut, já haviam assinalado: ... o saber e sua vontade de poder, a produção de conhecimento e a engenharia social a serviço de um projeto nacional (SORJ, 2001, p. 119).



a conseqüente emergência da Democracia. Grande parte desses intelectuais migraria, pouco tempo depois, para a arena política.

No que diz respeito aos referenciais teóricos que procuramos abordar teremos a influência do pensamento gramsciano.

Totalidade (a história só pode ser apreendida ao considerarem-se todos os seus aspectos, em contrapartida à fragmentação social), contradição (a dinâmica histórica nasce dos conflitos existentes entre os homens) e historicidade (as transformações sociais só podem ser captadas a partir da consideração das peculiaridades de cada realidade histórica) constituem elementos da dialética materialista de Marx, retomados por Gramsci e presentes correntemente, seja teórica ou metodologicamente, nos artigos analisados, apontando para a liberdade de ação política e cultural e criticando o economicismo vulgar marxista, com a incorporação a “La Gramsci” da idéia de “história ético-política”. Ademais, a importância de Gramsci encontra-se no fato dele ter assinalado a necessidade de uma reforma intelectual e moral nas sociedades modernas, a fim de instaurar um movimento intelectual que pudesse conter em si a idéia de “Renascimento” (alta cultura) e outro que trouxesse a idéia de “Reforma” (cultura popular). Esses movimentos seriam incentivados pela ausência de um movimento de “ida ao povo”, no caso da classe culta italiana, a fim de superar o abismo entre elite e povo, cujo caminho deveria ser orientado por uma hegemonia intelectual e moral. Gramsci sugere, com isso, um novo tipo de relação entre o intelectual e o povo, pois uma vez que um “sabe” e o outro “sente” deveria haver uma: “adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente)” (GRAMSCI, 1989, p. 138/39). Assim, o autor elabora seu conceito de hegemonia: “uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso-comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos” (1989, p. 21).

Partindo da máxima gramsciana: “todos os homens são intelectuais, mas nem todos têm funções intelectuais”, o que fica explícito é o fato de que os intelectuais, ao desempenharem um papel de “funcionários da superestrutura”, desenvolvem atividades que constituem um “elemento de hegemonia”, mas também de “democracia no sentido moderno”, realizando os nexos necessários entre “governantes e governados”. Salientamos que, o conceito de hegemonia de Gramsci transita entre o campo político e a esfera cultural, onde a superestrutura e a ideologia constituem “fatos históricos reais”, uma “realidade objetiva e operante”, que estabelecem relações contraditórias com as

diversas estruturas sociais atribuindo dinâmica a um “bloco histórico” (GRAMSCI, 1989a).

Gramsci destaca o “moderno Príncipe”⁶⁶, enquanto um *condottiere* (símbolo da vontade coletiva) para exercer essa hegemonia, responsável pela “passagem do momento econômico para o momento ético-político” e pela reforma intelectual e moral, no que se refere à questão de uma concepção de mundo. É importante considerar a concepção do moderno príncipe, ou do mito-príncipe em Gramsci, pois ela revela meandros que tangenciam nosso objeto de análise:

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna (Gramsci, 1978, p. 8/9).

Contudo, conforme o autor, para que esta reforma atinja as classes baixas, também é necessária uma reforma econômica, que por sua vez concretiza a intelectual e a moral. “Educar politicamente quem não sabe”, esta é a hipótese de leitura gramsciana sobre o *Príncipe* de Maquiavel, que nos remete à idéia de educação, enquanto emancipação social, no sentido de uma educação política positiva: “de quem deve reconhecer como necessários determinados meios, mesmo se próprio dos tiranos, porque deseja determinados fins” (GRAMSCI, 1978). E para Gramsci, no contexto italiano, quem não sabe é a classe revolucionária, o povo e a nação italiana, cujo tradicionalismo deve ser rompido, a fim de emergir uma força nova, que também expressa um caráter revolucionário e deve procurar expressar a filosofia de seu tempo.

No caso brasileiro, esse tempo refere-se não apenas a uma mudança de posição dos intelectuais que analisam as peculiaridades da realidade em questão, indicando a necessidade de superação do Estado Autoritário, a fim de alçar vôos em direção à modernização mediante a instauração da democracia. Mas, esse tempo também é reflexo das mudanças no contexto internacional de onde se propagava a idéia de que o autoritarismo tornava-se obsoleto diante do neoliberalismo e da globalização econômica em fins dos anos setenta, já que este tipo de Estado não comportava os novos interesses que emergiam nas sociedades periféricas, em termos políticos e econômicos. Como, por

⁶⁶ Gramsci em sua obra “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno” assinala a importância que o *Príncipe* revela com a sua atemporalidade, “em que a ideologia política e a ciência política fundem-se na forma dramática do “mito”

exemplo, a gestação de movimentos sociais de reivindicação e participação e a associação cada vez maior dos capitais locais com empresas estrangeiras, asseverando a redução da regulação estatal sobre o mercado. Nessa perspectiva, o CEBRAP pode ser considerado uma instituição, constituída por “homens de cultura”, no sentido gramsciano, que não apenas compreendem essa realidade, mas que impulsionam à mudança inserindo-se, paulatinamente, no campo da política, a fim de gestar por uma representação democrática da sociedade, que deveria ter o respaldo de uma provisão teórico-científica. Estabelecendo um campo de forças político contra a ditadura, o ideário sociológico desses intelectuais apontava que o problema brasileiro encontrava-se menos no tipo de capitalismo dependente do que no Estado, daí a necessidade de reformatá-lo e a reforma básica seria a política, antecedida pela intelectual e acompanhada pela econômica. Todavia, nos anos 1970 este grupo de intelectuais abordados ao longo de nossa pesquisa, para além de questões voltadas especificamente para seus temas de estudo, assinalava-se um propósito de responsabilidade ética. Nesse sentido, colocam em xeque a validade de um projeto nacional, em contraposição às reações adaptativas desencadeadas pelo desenvolvimento dependente e associado numa conjuntura histórica que não dispunha da tradição de uma elite de base popular, mas ao contrário portadora de uma singularidade histórica marcada pela presença, de acordo com Chico de Oliveira, de elites oligárquicas que representavam a “vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda”.

Mannheim também emerge como elemento crucial de análise e nos coloca num campo que se refere à Sociologia do Conhecimento, enquanto artefato fundamental do entendimento da produção intelectual no contexto que abordamos. Referimo-nos a questão dos intelectuais diante do contexto em que estão inseridos e o modo como lidam com as perspectivas que visualizam e que, no limite remete, à Síntese. Conforme o autor, nossa intenção ao longo deste trabalho foi assinalar a presença de um estilo de pensamento, por meio da análise da produção sociológica de determinados autores, que vigorou durante os anos 1970 no CEBRAP, levando em consideração seu crescimento, desenvolvimento e pulverização no final dessa década. Nesse sentido, afirmamos que as “circunstâncias sociais em mudança” foram responsáveis pela mudança das idéias, referimo-nos primeiramente ao golpe de 1964 e, de certo modo, ao período que o antecede, e ao final da década de 1970, com o início do processo de abertura. Ou seja, procuramos retratar um determinado estilo de pensamento que emerge em circunstâncias históricas e sociais particulares. Todavia, reconhecemos como Mannheim

que: “essa relação entre um estilo de pensamento e seu portador social não é uma relação simples”, daí a necessidade da análise da produção e do contexto social em que estes intelectuais se inserem e que, na maioria das vezes acabam por determinar suas “intenções básicas”, provenientes de suas experiências, bem como do “clima mental de uma época”. Assim, ao focarem a realidade brasileira num determinado contexto histórico estes intelectuais arquitetam formas de pensamento a fim de estabelecerem um vínculo com a realidade, possibilitando-lhes a abordagem de problemáticas e a conseqüente emergência de uma nova análise científica, bem como de estratégias políticas, enfim, um novo estilo de pensar o passado e o presente.

Um ponto importante que selecionamos para estas considerações refere-se ao compromisso intelectual de formulação de uma visão de mundo perante a sociedade e ao seu dilema quando se refere à política ou à tomada de posições políticas, de onde denota-se a necessidade e a importância da elaboração de uma política científica, enquanto possibilidade de elaboração de uma concepção de mundo (*weltanschauung*), como tentativa de racionalização do mundo enquanto reflexo do pensamento moderno, que se manifestou inicialmente nas ciências exatas modernas. Mas que na produção sociológica que analisamos toma outro rumo, que não o do calculismo e da mecanização e sim aquele que passa a confrontar os fatos históricos com situações concretas, para então se chegar a uma “antítese” ou a proposição de uma “contralógica”, acerca das interpretações que haviam sido formuladas até então a respeito da realidade brasileira. Desse modo, segundo Mannheim (1968, p.66):

Em princípio, foi a política que primeiro descobriu o método sociológico no estudo dos fenômenos intelectuais. Foi basicamente nas lutas políticas que os homens pela primeira vez tomaram consciência das motivações coletivas inconscientes que sempre guiaram a direção do pensamento.

Desencadeamos, assim, a discussão a respeito da naturalização da passagem de grande parte dos intelectuais fundadores do CEBRAP para o campo estrito da política. Esta naturalização pode, até certo ponto, ser compreendida em Mannheim, quando o autor assinala que o sujeito e o objeto não são entidades objetivas e rígidas, mas que estão inseridas também no irracionalismo de seus contextos sociais, participando no conflito de forças. Desse modo, o observador é levado a uma tomada de posição frente à realidade, vinculando-se “inevitavelmente a uma visão partidária, através de suas

valorações e interesses” e, nesse sentido podemos afirmar que suas produções a respeito da sociedade em que vivem também acabam por ser orientadas por estes mesmos valores e interesses. Todavia, é nesse momento de tomada de decisões, condicionada pelo contexto de sua época, que a naturalização desaparece, ou pelo menos deixa de ser tão natural, conferindo-lhe significação histórica e diferença em oposição à neutralização. Além disso, para Mannheim a orientação valorativa se constitui como um verdadeiro obstáculo para a ciência da política, porque o teórico político também é um agente do conflito, ainda que a base de seu pensamento deva estar acima desse conflito. “Por isso, nossa tarefa consiste em estabelecer de maneira definida a tese de que na política a formulação de um problema e as técnicas lógicas envolvidas variam com a posição política do observador” (MANNHEIM, 1968, p.143).

Assim, identificamos num primeiro momento uma intenção de síntese entre os intelectuais cebrapianos, com a finalidade de construir um projeto, não necessariamente nacional, mas para a Nação e apresentado como de interesse coletivo com vistas à modernização social e ao planejamento democrático. Esse projeto encontraria seu escopo nos elementos de análise dos autores aqui abordados, referentes à sociedade brasileira: crítica ao nacional-desenvolvimentismo em contraposição ao reconhecimento de um desenvolvimento dependente e associado, viável para a realidade brasileira, mesmo com todas as distorções sociais que este desencadeia; uma nova abordagem metodológica sobre o contexto nacional que leva à crítica do dualismo estrutural e coloca em foco uma percepção dialética da história recente do Brasil; e a revalorização da esfera política contra o economicismo vulgar, como estratégia de superação do Estado Autoritário e dos mitos com ele originados em direção à democracia social. Num outro momento, observa-se, segundo Ianni, que a escolha dos temas abordados já revela a opção política do intelectual que “pode ser aberta ou velada” e que, independentemente como tenha sido no caso do CEBRAP, o que constatamos é a legitimidade adquirida em torno de formulações que se pretendiam modernas, mediante a ruptura da tradição de pesquisa das Ciências Sociais no Brasil. A construção do pensamento social brasileiro, a partir do Centro, ainda que não tivessem ciência dessa implicação, torna-se estrategicamente a ponte que os conduziria à esfera política no momento da transição democrática, cujo maior arquétipo encontramos na figura de Fernando Henrique Cardoso. De acordo com Ianni (1989a, p. 211):

Aliás, muitas vezes o cientista social nega qualquer relação do seu trabalho (ensino, pesquisa, tema, hipótese, problema, etc.) com qualquer valor político, ou valor extracientífico. Independentemente da importância teórica ou metodológica da pesquisa, muitas vezes ela é gerada, desde o princípio, numa atmosfera política... Ocorre que a ciência social é uma técnica de poder.

A respeito da relação entre o cientista e a política, Weber nos traz uma análise muito pertinente para a consideração do intelectual e sua mutação em político. Desde já adiantamos que sua principal preocupação é a construção de uma *Sociologia compreensiva*, que não deve ser confundida com “descerramento” do inconsciente social, pois seu objetivo não é a análise da essência singular de um indivíduo, mas sim do ator social submetido às restrições da sua situação em que, por certo, as intenções de outros atores têm grande importância. Desse modo, assinalamos *a priori* que o indivíduo weberiano é provido de certo número de atribuições, que o tornam racional. O racionalismo de Weber consiste, grosso modo, em supor que o sentido de nossas intenções se determine em relação ao significado que damos a nossa conduta e às expectativas alheias. Todavia, *como interpretar tal sentido para poder pensá-lo*⁶⁷? (WEBER, 2002, p.55).

Ao nos depararmos com o contexto dos anos 1970, em que os intelectuais vinculados ao CEBRAP começam paulatinamente a metamorfosearem-se em políticos, simultaneamente encontramos a complexidade da análise do período em questão.

Primeiro, porque não é tão simples, como argumenta Bernardo Sorj (2001), ao utilizar Cardoso como exemplo, “separar o intelectual do político, a fala do sociólogo da prática, e interesses do presidente”; e segundo, porque, o sentido pelo qual estes homens começam a orientar suas ações termina por mesclar-se com outros sentidos e muitas vezes não sabemos onde um termina e o outro se inicia, se é que existe essa possibilidade; o que gera um terceiro problema a revelar-se na ética da convicção e da responsabilidade, que de acordo com Weber (2002), “não se contrapõem, mas se completam e, juntas, formam o homem autêntico, ou seja, um homem que pode aspirar à “vocação política⁶⁸”. Com isso, salientamos que, de acordo com nosso ponto de vista, não há dicotomia, mas sim um atrelamento entre política e academia, pois trata-se de processos cognitivos liames.

⁶⁷ Weber, na verdade, propõe esta questão referindo-se aos teóricos da teologia sobre o sentido do mundo.

⁶⁸ Um dos grandes temas weberianos refere-se à Ciência e à Política, como vocação, cujos méritos da questão não aprofundaremos neste momento, mas que se encontra esparsamente discutida neste ensaio.



Nesse sentido, podemos constatar que os intelectuais do CEBRAP nos anos 70 cumprem à risca a inferência weberiana, pois percebemos claramente um momento em que prevalece a ética da convicção orientando a pesquisa científica e marcada por uma ação em que os meios são cruciais para se atingir o fim, para num segundo momento estarem permeados por uma lógica presente na ética da responsabilidade, que se refere àquela ação que leva em consideração todas as conseqüências possíveis, o que é típico do político e, sendo assim, a ação se realiza em função dos objetivos a serem alcançados.

Entretanto, ao olharmos genericamente para a trajetória dos intelectuais do CEBRAP nos anos 1970, constatamos que o sentido por eles imputado às suas ações não é puramente orientado por objetivos ou valores. Os sentidos atribuídos se combinam e, talvez, daí o fato de observarmos trajetórias permeadas pela ética da convicção e da responsabilidade e compartilharmos da visão de Weber, sobre a “vocação política” supracitada.

O trânsito entre a  tica da convic o e da responsabilidade, bem como entre as a o es pautadas pelos fins e valores, parece marcar e dar contorno ao comportamento destes intelectuais. Como afirma Weber (1974, p. 33):

Estar acima dos partidos”- de fato, permanecer fora da esfera da luta pelo poder –   o papel do funcionário, enquanto esta luta pelo poder pessoal e a responsabilidade pessoal resultante são o princípio essencial do político assim como do empresário.

Essa afirma o weberiana ganha sentido no contexto do CEBRAP, ao notarmos que esta institui o surge acima de qualquer linha partidária ou ideológica, tanto que o Centro não irá constituir uma escola de pensamento, adotando um programa de pesquisas diversificado. No entanto, o CEBRAP foi um importante fator de inser o de seus intelectuais no conjunto das manifesta o es da sociedade civil como atores políticos numa conjuntura que, apesar de conviver com o Estado autoritário, ampliava seus espaços democráticos. Pode-se dizer que   justamente a distância existente entre a mobiliza o social e os partidos políticos nesta época que torna necessária a interven o de mediadores que façam a articula o entre um plano e outro. E o exercício desta media o entre os dois planos   que possibilitará Fernando Henrique Cardoso, como exemplo significativo dessas trajetórias, tornar-se um ator político ingressando,

consequentemente, de modo definitivo no cenário político nacional. Nesse contexto, não podemos deixar de assinalar que, conforme Cohn (1986, p. 29):

... os agentes e os sentidos das suas ações não podem ser incorporados à análise científica tal como se apresentam empiricamente, visto que como tal são feixes inesgotavelmente diversificados que se mesclam de todas as maneiras. Por conseguinte, já nesse ponto impõe-se, de forma perfeitamente coerente com as premissas weberianas, a construção desse instrumento de orientação na realidade empírica e meio para a elaboração de hipóteses, que é o *tipo ideal*, apresentado e discutido por Weber no seu ensaio sobre a objetividade.

Nessa perspectiva, nossa ênfase recai no fato de que a complexidade do mundo e a compreensão sociológica proposta não reduzem, desse modo, o debate, uma vez que tal tipo de separação nos conduz a uma simplificação da realidade. Temos que considerar que estas trajetórias estão permeadas por uma “conexão de sentidos”, que no decorrer da história travam relações entre si, resultando no fato de que as tipologias de ação social se encontram e acabam por se combinar.

De qualquer modo, o CEBRAP da década de setenta configurou-se como um *locus* de liderança intelectual, com uma forte característica de multidisciplinaridade, sem compromissos com grupos ou organizações específicas. A indeterminação temática, devido a formação distinta de seus membros, o leva a reunir um público acadêmico amplo, além de constituir um papel crucial no desenvolvimento de um marxismo acadêmico e de elaborar posições e construir problemas que “marcarão as ciências sociais nas décadas seguintes”.

A falta de um esforço de teorização mais sistemática, seja ela julgada um fato positivo ou não, terminou sendo um fator limitante para a instituição: impossibilitou a formação de uma “escola de pensamento”, capaz de irradiar uma influência mais permanente na vida intelectual.

[...] Tendo ficado relativamente isolado e protegido da repressão, o meio universitário se transforma num refúgio para a ação contestatória e num campo central de atuação e recrutamento dos partidos de esquerda. Com a abertura política, o lugar privilegiado do intelectual tende a desaparecer e a condição de seguir mantendo uma posição central é o engajamento crescente, seja diretamente nas organizações políticas, seja nos meios de comunicação de massa. Nesse processo ele deve adaptar-se aos novos canais, abandonando, pelo menos no interior desses órgãos, seu trabalho acadêmico. Essa situação afetou tanto aos membros do Cebrap como ao conjunto da intelectualidade brasileira (SORJ, 2001, p. 60-62).

Nesse sentido, a passagem de determinados intelectuais para a esfera política torna-se um caminho quase que natural, ainda que em termos de análise teórica não o seja, dada a situação nova em que a sociedade adentra, com dilemas novos, com outras questões a serem investigadas, com a tarefa de superar os resquícios da ditadura, com um novo mercado de trabalho se abrindo num contexto de neoliberalismo. Giannotti, ao lembrar os mitos a respeito do seminário para leitura de Marx, principalmente após o fato de um de seus integrantes tornar-se Presidente da República, assinala a importância dessa geração ao considerar: “o sentido do caminho percorrido e como ele adquire o feitio de uma obra com dimensões surpreendentes” E reflete: “No final das contas, muitos de nós não tínhamos em mente construir uma obra?” (GIANNOTTI, 1998). Nas palavras de Sorj (2001, p.88):

Coube ao Cebrap ocupar de forma criativa um nicho gerado pelo período ditatorial, quando as classes médias intelectuais e modernizantes procuravam vozes que expressassem os sentimentos reprimidos e censurados, num contexto de alta densidade, mobilização e coesão ideológica.

Além disso, não podemos deixar de notar que os pesquisadores do CEBRAP não escapam daquela perspectiva que prepondera nos trabalhos no conjunto da bibliografia brasileira: a ênfase nas relações entre a produção das elites intelectuais e seus interesses e estratégias de mobilidade social.

Conforme, porém, logramos trabalhar uma obra que se objetiva num discurso travejado, ela se põe diante de nós mesmos e dos outros como se fosse um quadro que surpreende o pintor como se tivesse sido pintado por outro maior do que ele mesmo. Graças a este aspecto criativo de nossas próprias externalizações, formamos uma rede de obras mais ricas do que indicava o sentido de sua formação. Cada um de nós tece uma malha de uma tradição, cujo sentido se determina por seu projeto de futuro (GIANNOTTI, 1998, p. 124).

Apontamos ainda o fato de que, em certo sentido, não seria arbitrário dizer que o reflexo do político profissional é o intelectual profissional, uma vez que, se em outros tempos era o intelectual que por meio de seus estudos voltava-se para o campo político, a partir de determinado momento houve certa inversão, onde vemos “as forças políticas se dirigirem insistentemente aos intelectuais”, que juntamente aos condicionantes históricos de sua época acabam sendo impelidos para a esfera pública.



A verdade é que ao longo dos anos setenta o CEBRAP constrói seu prestígio juntamente com os personagens que nele encenam, quando estes protagonistas abandonam o palco o Centro começa a se desguarnecer e adentra os anos oitenta de modo pessimista, porém realista:

No Brasil as instituições quase sempre têm vida breve; aquelas que sobrevivem o fazem como cascas vazias à espera de qualquer vento que encha sua triste permanência. Com o fim do período autoritário, com o advento da Nova República e a esperança dum período democrático de nossa política, acaba-se aquele CEBRAP da resistência intelectual, fulcro de idéias irrequietas em confronto com a quietude do consenso imposto pela força. [Porém] Nosso bom êxito também consiste no motivo da crise (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 1984).

Entretanto, ao lutarem pela implantação de um Estado de Direito e de uma sociedade democrática em contraposição ao Estado Autoritário, isso não quer dizer que estes intelectuais estivessem se opondo a uma “via prussiana” ou a uma “revolução-restauração”, para usar os termos de Gramsci, de conciliação entre as classes dominantes, de mudanças de cima para baixo, da situação de dependência ao capitalismo internacional. As características marcantes presentes na história da sociedade brasileira tardam a desaparecer e, com isso, formas de reprodução de um caráter elitista e autoritário de nossa evolução política vão sendo reinventadas e, ao findar a ditadura no Brasil, veremos os intelectuais que lutaram por isso participarem dessa reinvenção e muitas vezes de forma maquiavélica, dado o sentido que deram às suas trajetórias profissionais. É necessário frisar que a orientação das ações políticas nesse contexto emerge ao se adotar uma Sociologia universalista no que tange ao racionalismo e ao cientificismo, onde a ênfase recai muito mais na tensão das idéias, em meio à construção de alternativas ao autoritarismo, do que na polaridade do debate intelectual produzido pelos institutos de pesquisa da época.

Por fim, constatamos que o CEBRAP durante os anos setenta se consolida e adquire legitimidade perante a comunidade acadêmica, como reflexo do comportamento e da opção intelectual de seus pesquisadores em equacionar os dilemas enfrentados pela Sociologia em conformidade com as exigências do contexto em que atuavam, dando-lhes a possibilidade de ingerência e participação nas práticas políticas que deveriam conduzir o país à democratização, ratificando a idéia corrente de que a pesquisa no

campo das ciências sociais possui implicações políticas. Levando-se em consideração o fato de que “toda ‘interpretação’ sempre procura conferir algum significado e motivação à própria ação” (BOTELHO; LAHUERTA, 2005), movidos pela necessidade de sobrevivência e pelo compromisso intelectual de construção de um pensamento que auxiliasse na condução da democratização da sociedade, durante o regime militar, parte dos intelectuais vinculados ao CEBRAP orientam suas trajetórias para a arena política. Ainda que nesse interregno, a interpretação que se fez sobre a realidade brasileira guarde seus equívocos analíticos e metodológicos e, talvez, possua uma tendência que na prática se revelou maquiavélica, ou, para ser menos contundente, estratégica para a formação de quadros políticos – considerando-se que, no limite, se cumpriu a proposta inicial do surgimento da USP, em preparar gerações para que no futuro se constituísse em classe dirigente capaz de recolocar o Estado de São Paulo como protagonista do poder central –, como diria Octávio Ianni (1989a): “O vencedor tende a instaurar a sua narração”. E, desse modo, independentemente das críticas, os intelectuais vinculados ao CEBRAP imprimiram a sua versão da história na história do pensamento social e político brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. O Labirinto da Transição e o Enigma da Democracia na América Latina. In: **Presença – Revista de Política e Cultura**. R.J.: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural, n. 18 – junho, 1992.

ALMEIDA, M^a H. T. **Tomando Partido, Formando Opinião**. S.P.: Editora Sumaré, 1992.

_____. **Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil**. S.P. 275p. (Tese de doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 1978.

ARANTES, P. E. **Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira: Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. R.J.: Paz e Terra, 1992.

BAER, W. O crescimento brasileiro e a experiência desenvolvimentista: 1964-1974. In: **Estudos CEBRAP 20**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1977. P. 5-26.

BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. A moralidade do compromisso. In: **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. S.P.: Olho d'água, 1999. P. 7- 42.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. S.P.: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In: **Revista Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**. S.P.: Ed. UNESP. Vol. 28, jul-dez, 2005. P. 7-15.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação**. Tradução de M. Corrêa. S.P.: Papyrus, 1996.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. R.J., Vol. 48, ano 2, 2005, pp. 231 a 269.

_____. Celso Furtado: o peregrino da ordem do desenvolvimento. In: **La Insígnia**, Brasil, 2003.

BRANT, V. C. Notas sobre as interpretações burocráticas da burocracia ou a arte da tesoura. In: **Estudos CEBRAP 17**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1976. P. 148-160.

CAMARGO, P. F. C. *et al.* Política populacional. In: **Estudos sobre a população brasileira – Cadernos CEBRAP 20**. Mimeografado, 1974.

_____. Objetivos de Pesquisas de Fertilidade. In: **Estudos CEBRAP 3**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1973. P. 175-180.

_____.; BEREZOVSKY, M. *et al.* Comunicação de Massa: a Mulher e o Sonho. In: **A Ambigüidade de uma ideologia – Instituições e Reprodução Humana no Brasil – Cadernos CEBRAP 29**. Mimeografado, 1978. P. 45-58.

CARDOSO, F. H. **O Modelo Político Brasileiro e outros ensaios**. 5^a edição. R.J.: DIFEL, 1993.

_____. **Democracia Necessária**. 3^a edição. Campinas: Papyrus, 1985.



- _____. Introdução (Quase um Prefácio). In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.
- _____. PMDB: Um Partido de Massas? In: **Revista do PMDB**. R.J.: Fundação Pedroso Horta. Ano 1, nº1, julho, 1981.
- _____. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes – CEBRAP, 1980.
- _____. Os impasses do regime autoritário: o caso brasileiro. In: **Estudos CEBRAP 26**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1979. P. 170-194.
- _____. Estado Capitalista e Marxismo. In: **Estudos CEBRAP 21**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1977.
- _____. *et al.* Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: Raízes Estruturais da Crise Política Brasileira, In: **Brasil: Tempos Modernos**. 2ed. R.J.: Paz e Terra, 1977a.
- _____. Estatização e Autoritarismo Esclarecido: Tendências e Limites. In: **Estudos CEBRAP 15**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1976.
- _____. **Autoritarismo e Democratização**. R.J.: Paz e Terra, 1975.
- _____. “O Projeto Institucional e o Povo”. In: **Jornal Opinião**, n.113, 1975i.
- _____. “A Crise Internacional e o Futuro dos Países Subdesenvolvidos. Em Busca de uma Nova Utopia”. In: _____, n.121, 1975b.
- _____. “Reforma Partidária?” In: _____, n.126, 1975c.
- _____. “As Multinacionais e a Democratização”. In: _____, n.130, 1975d.
- _____. “Dois Pesos e Duas Medidas”. In: _____, n.131, 1975e.
- _____. “Opções Fundamentais”. In: _____, n.137, 1975f.
- _____. “Além do Debate”. In: _____, n.143, 1975g.
- _____. “Opções Fundamentais”. In: _____, n.137, 1975h.
- _____. Debate: A Crise Econômica Mundial e o Modelo Político Brasileiro. In: **Cadernos de Opinião**. R.J.: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1975i.
- _____. As Tradições do Desenvolvimento Associado. In: **Estudos CEBRAP 8**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1974.
- _____. “O Exercício da Abertura”. In: **Jornal Opinião**, n.90, 1974a.
- _____. “A Democracia do Prof. Huntington”. In: _____, n.94, 1974b.
- _____. “O Presidente e os Partidos”. In: _____, n.96, 1974c.
- _____. Althusserianismo ou Marxismo? A propósito do conceito de Classes em Poulantzas: Comentários. In: **Estudos CEBRAP 3**. S.P: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1973. P. 104-123.
- _____. “Os Mitos da Oposição I”. In: **Jornal Opinião**, n.16, 1973a.
- _____. “Os Mitos da Oposição II”. In: _____, n.22, 1973b.
- _____. O Regime Político Brasileiro. In: **Estudos CEBRAP 2**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1972.

- _____. Estado e Sociedade Civil. In: **Cadernos CEBRAP 11**. Mimeografado, 1972a.
- _____. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro**. R.J.: Zahar Editora, 1971.
- CARDOSO, F.H. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. In: **Estudos CEBRAP I – Sobre Teoria e Método em Sociologia**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1971a.
- _____. ‘Teoria da Dependência’ ou Análises concretas de situações de dependência? In: **Estudos CEBRAP I – Sobre Teoria e Método em Sociologia**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1971b.
- _____. **Mudanças Sociais na América Latina**. S.P., DIFEL, 1969.
- _____. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. S.P.: DIFEL, 1964.
- CARDOSO, F.H.; FALLETO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. R.J.: Zahar Editora, 1975.
- CARDOSO, F.H.; SERRA, J. As Desventuras da Dialética da Dependência. In: **Estudos Cebap 23**. S.P.: Editora Vozes, 1978, pp. 33-80.
- CARDOSO, R.C.L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.
- CARVALHO, M. A. R. Apresentação. In: **Presença – Revista de Política e Cultura**. R.J., nº 17, Nov., 1991.
- CARVALHO, J. M. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: **Prismas. Revista de História Intelectual**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, nº 2, 1998. P. 149-168.
- CEPÊDA, V. A. **Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento**. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/_861__d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf. Acesso em: 07/10/2008.
- _____.; DEFFACCI, F. **O lugar e o limite da contribuição de Karl Marx para a Sociologia do Conhecimento na perspectiva de Karl Mannheim**. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/paginas/gt2sessao3.html Acesso em: 09/10/2008.
- COHEN, J. L. Sociedade Civil e Globalização: repensando categories. In: **Revista Dados**. IUPERJ: Rio de Janeiro, vol. 46, n.3, 2003.
- COHN, Gabriel (org.). “Introdução”. In *Grandes Cientistas Sociais*, 13. São Paulo: Ática, 1986.
- COUTINHO, C. N. Gramsci e a Sociedade Civil. In: **Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/politica> Acesso em: 13/04/2007.
- _____. **A Democracia como valor universal – notas sobre a questão democrática no Brasil**. S.P.: LECH - Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1980.
- CRUZ, S. Velasco; MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: Uma Incursão na pré-História da ‘Abertura’. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.

DREIFUSS, R. A.; DULCI, O. S. As Forças Armadas e a Política. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.

FORJAZ, M. C. Spina. A Emergência da Ciência política no Brasil: aspectos institucionais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. S.P., vol. 2, n. 35, fev., 1997.

_____. Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPQ (1950-1985). In: **BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, 28, 1989.

FURTADO, C. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 2ª edição, R.J.: Civilização Brasileira S.A., 1972 (Coleção Perspectivas do Homem – Vol. 92, Série Economia).

_____. et. al. Brasil: Da República Oligárquica ao Estado Militar. In: **Brasil: Tempos Modernos**. 2ed. R.J.: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, C. Debate: A Crise Econômica Mundial e o Modelo Político Brasileiro. In: **Cadernos de Opinião**. R.J.: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1975.

GIANNOTTI, J. A. Recepções de Marx. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº 50, março, 1998. P. 115-124.

_____. O Contexto e os Intelectuais. In: **Revista Argumento**. R.J.: Paz e Terra. Ano 1, nº 4, fevereiro, 1974.

GUIMARÃES, A. S. A. Classes Sociais. In: **O que ler nas ciência social brasileira (1970-1995)**. Sérgio Miceli (org.), S.P.: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, D.F.: CAPES, 1999.

GUIMARÃES, U. A Política Econômica do Governo: Críticas e Alternativas. In: **Revista do PMDB**. R.J.: Fundação Pedroso Horta. Ano 1, nº1, julho, 1981.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
_____. **Concepção Dialética da História**. R.J.: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Intelectuais e a Organização da Cultura. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989a.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. S.P.: EDUSC, 2004.

_____. A Sociologia de Florestan Fernandes. In: **Estudos Avançados**. S.P. Vol. 10, nº 26, abr., 1996. P. 25-33.

_____. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. R.J.: Editora Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. 2ª. Edição, Ática: S.P., 1989.

_____. **A Sociologia da Sociologia – O Pensamento Sociológico Brasileiro**. 3ª. Edição, Ática: S.P., 1989.

_____. A Classe Operária vai ao Campo. IN: **Cadernos CEBRAP 24**. Mimeografado, 1975.

KOWARICK, L. Capitalismo, Dependência e Marginalidade Urbana na América Latina: uma contribuição teórica. In: **Estudos CEBRAP 8**, S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1974.



LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil, in **Cadernos AEL**, v.8, n.14/ 15, 2001.

_____. **Intelectuais e Transição: entre a política e a profissão**. S.P. 271p. (Tese de doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 1999.

LEHMANN, D. Cardoso: da dependência à democracia. In: **Novos Estudos CEBRAP 14**, fev, p. 31-36, 1986.

LIDIEKE, E. D. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. In: **Sociologias**. Porto Alegre. Ano 5, nº 9, jan/jun, 2003. P. 216-245.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e Migrações: uma abordagem histórico-estrutural. In **Estudos CEBRAP 6**. S.P: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1973.

_____.; PATARRA, N. L. *et. al.* Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. In: **Estudos sobre a população brasileira – Cadernos CEBRAP 20**. Mimeografado, 1974.

LOYOLA, Maria Andréa. **Pierre Bourdieu entrevistado por**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MAGALHÃES, R. A. Carta ao PMDB. In: **Revista do PMDB**. R.J.: Fundação Pedroso Horta. Ano 1, nº1, julho, 1981.

MANNHEIM, K. . **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva/ EDUSP, 1974 (Estudos, 32).

_____. O Pensamento Conservador. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. cap.3, p. 77-131.

_____. **Ideologia e Utopia**. R.J.: Zahar, 1968.

MANTEGA, G. *et al.* Expansão e crise na economia brasileira: o papel do capital estrangeiro. In: **Cadernos CEBRAP 28**. Mimeografado, 1976. P. 36-46.

MARTINS, C. E. Tecocracia e Burocracia. In: **Estudos CEBRAP 2**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1972.

_____. Brasil – Estados Unidos dos 60 aos 70. In: **Estudos CEBRAP 9**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1975.

MARTINS, L. A Gênese de uma Intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Nº 4, vol. 2, jun., 1987.

MICELI, S. Intelectuais brasileiros. In: **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1985)**. S.P.: Sumaré, 1999.

_____. A Aposta numa Comunidade Científica Emergente – A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil. In: **A Fundação Ford no Brasil**. Sérgio Miceli (organizador). S.P.: Sumaré: FAPESP, 1993. P.33-97.

MORAES, D. de. **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. R.J: Espaço e Tempo, 1989.

MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)**. 3ª edição: S.P.: Ática, 1977.

NOBRE, M. A. Filosofia da USP sob a Ditadura Militar. In: **Novos Estudos CEBRAP 53**, mar., 1999, p. 137-150, 1999.



NOGUEIRA, M. A. **Em Defesa Da Política**. [Coordenador Lourenço Dantas Mota] - S.P.: Editora SENAC, 2001. – (Série Livre Pensar; 6).

_____. **Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de Sociedade Civil**, Educ. Foco, Juiz de Fora, v.5, nº2, pp. 115-130. Set/fev - 2000/2001.

_____. **Um Estado para a sociedade civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F. De. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. S.P.: Boitempo, 2003.

_____. Aves de arribação: a migração dos intelectuais. In: **Lua Nova**, v.2, n.3, p.20-26, out./dez., 1985.

_____. (org.). A Navegação Venturosa. In: **Celso Furtado – Economia**. S.P.: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, 33).

_____. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. In: **Seleções CEBRAP I- Questionando a Economia Brasileira**. Juarez Rubens Brandão Lopes (diretor responsável), 2ª edição. S.P.: Brasiliense, Edições CEBRAP, 1976.

_____. A Produção dos Homens: Notas sobre a reprodução da população sob o Capital. In: **Estudos CEBRAP 16**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1976a. P. 5-25.

_____.; REICHSTUL, H. Pe. **Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, s/d.

OLIVEIRA, M^a. C. F. A.; TAVARES, R. A. W. Registros e memórias: algumas observações sobre a demografia brasileira no contexto latino-americano. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. S.P., v. 22, n. 2, jul/dez., 2005. P. 247-255.

PALMA, Gabriel. Dependencia y Desarrollo: Una Visión Crítica. In: **La Teoría de la Dependencia: una reevaluación crítica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1987. (Dudley Seers, compilados.)

PÉCAUT, D. **Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação**. S.P.: Ática, 1990.

PEIXOTO, Celina V. do A. A Fundação Ford e o CPDOC. In: **A Fundação Ford no Brasil**. Sérgio Miceli (organizador). S.P.: Sumaré: FAPESP, 1993. P.107-113.

PEREIRA, L. C. Bresser. A Economia do Subdesenvolvimento Industrializado. In: **Estudos CEBRAP 14**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1975.

QUEIROZ, M. V. de; EVANS, P. Um delicado equilíbrio: o capital internacional e o local na industrialização brasileira. In: **Cadernos CEBRAP 28**. Mimeografado, 1976. P. 06-34.

REIS, Elisa P. A Construção intelectual e política das Ciências Sociais brasileiras: A experiência do IUPERJ. In: **A Fundação Ford no Brasil**. Sérgio Miceli (organizador). S.P.: Sumaré: FAPESP, 1993. P.115-129.

RODRIGUES, L. M. **Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil**. S.P.: DIFEL, 1966.

ROMERO, M. **O Pensamento de Fernando Henrique Cardoso – Liberalismo e Social-Democracia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Franca, 2000.

ROWLAND, Robert. Classe Operária e Estado de Compromisso. In: **Estudos CEBRAP 8**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1974.

SARTRE, J. P. **Que é a Literatura?** São Paulo: Ática, 1993.

SCHWARZ, R. Prefácio com perguntas. In: **Jornal Folha de S. Paulo**, 28, set., 2003 (Caderno Mais!).

_____. Crise e Literatura. In: **Que horas são?** S.P.: Cia. Das Letras, 1987.

_____. Cultura e Política, 1964-1969. In: **Pai de Família e outros Estudos**. Ed. Paz e Terra: R.J., 1978.

SEGATTO, J. A. A presença de Gramsci na política brasileira. In: **Gramsci: A vitalidade de um pensamento/** Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. S.P.: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas). P. 177- 184.

SILVA, L. F. da. **Pensamento Social Brasileiro: Marxismo Acadêmico entre 1960 e 1980**. São Paulo: Corações & Mente, 2003.

SILVEIRA, C. E. A “Análise do Modelo Brasileiro” de Celso Furtado. In: **Estudos CEBRAP 3**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1973.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: **Gramsci: A vitalidade de um pensamento/** Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. S.P.: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas). P. 37-64.

SINGER, Paul. Evolução da Economia Brasileira: 1955-1975. In: **Estudos CEBRAP 17**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1977. P.62-83.

_____. *et al.* Divisão Internacional do Trabalho e Empresas Multinacionais. In: **Cadernos CEBRAP 28**. Mimeografado, 1976. P. 48-86.

_____. *et al.* Implicações econômicas e sociais da dinâmica populacional. In: **Estudos sobre a População Brasileira – Cadernos CEBRAP 20**. Mimeografado, 1974.

_____. As Contradições do Milagre. In: **Estudos CEBRAP 6**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1973.

_____. Os “Milagres” do Capitalismo Contemporâneo. In: **Cadernos CEBRAP 6**. Mimeografado, 1972.

SINTONI, E. **Em busca do inimigo perdido: construção da democracia e imaginário militar no Brasil (1930-1964)**. Araraquara: FCL/ Laboratório Editorial/ UNESP; S.P.: Cultura Acadêmica Editora, 1999 (Coleção Ciências Sociais).

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 7ª edição: R.J.: Paz e Terra, 1982.

SORJ, B. **A Construção Intelectual do Brasil contemporâneo: Da resistência à ditadura ao governo FHC**. R.J.: Jorge Zahar, 2001.

SORJ, B.; MITRE, A. **A trajetória do CEBRAP e as Ciências Sociais no Brasil**, 1985, mimeo.

TAVARES, M. C.; SERRA, J. **Mais além da estagnação. Uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil**, 1971 (mimeografado).

THOMAS, F. O investimento da Fundação Ford nos Recursos Humanos e na Capacidade de Desenvolvimento a longo prazo. In: **A Fundação Ford no Brasil**. Sérgio Miceli (organizador). S.P.: Sumaré: FAPESP, 1993. P.15-23.

TOLEDO, C.N. A democracia populista golpeada. In: **1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Caio Navarro de Toledo (org.), Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1997.

VELHO, O. G. Processos Sociais no Brasil pós-64: as Ciências Sociais. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (organizadores). 2ª edição, S.P.: Brasiliense, 1984.

VIANNA, L. W. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à brasileira. In: **Gramsci: A vitalidade de um pensamento/** Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. S.P.: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas). P. 185-201.

_____. **A Revolução Passiva – iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída. In: **Os Pensadores, XXXVII**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Ciência e Política: Duas Vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção: A obra-prima de cada autor - 80).

WEFFORT, F. C. **Qual Democracia?** S.P.: Companhia das Letras, 1992.

_____. **O Populismo na Política Brasileira**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Estudos Brasileiros - vol. 25).

_____. Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). In: **Estudos CEBRAP 4**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1973.

_____. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. In: **Cadernos CEBRAP 5**. São Paulo: CEBRAP, 1972. 93 p.

_____. **Sindicatos e política**. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972a.

_____. Notas sobre a “Teoria da Dependência”: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional? In: **Estudos CEBRAP I – Sobre Teoria e Método em Sociologia**. S.P.: Editora Brasileira de Ciências LTDA, 1971.

Documentos

Ata de Constituição do CEBRAP, 1969.

Estatuto do CEBRAP, 1969.

Relatório de Atividades, 1971.

Relatório de Atividades, 1972.

Relatório de Atividades, 1973.

Relatório de Atividades, 1974.

Anexo I – Organização Administrativa e Relação do Pessoal Técnico do CEBRAP. In: Relatório de Atividades, 1974.

Anexo IV – Relatório de Avaliação Externa das Atividades do CEBRAP. In: Relatório de Atividades, 1974.

Relatório de Atividades, 1975.

Relatório de Atividades, 1976.



Relatório de Atividades, 1977.
Relatório de Atividades, 1978.
Relatório de Atividades, 1979.
Relatório de Atividades, 1980.
Relatório de Atividades, 1981.
Relatório de Atividades, 1982.
Relatório de Atividades, 1983.
Relatório de Atividades, 1984.
Relatório de Atividades, 1985.
Relatório de Atividades, 1986.
Relatório de Atividades, 1987.
Relatório de Atividades, 1988.
Relatório de Atividades, 1989.
Relatório de Atividades, 1990.
Relatório de Atividades, 1991.
Relatório de Atividades, 1992.
Relatório de Atividades, 1993.
Relatório de Atividades, 1994.
Relatório de Atividades, 1995-1996.
Relatório de Atividades, 1997-1998.
Relatório de Atividades, 1999-2000.
Relatório de Atividades, 2001-2002.

Sítios

www.cebrap.org.br

www.cpdoc.org.br

